

em pauta

n. 41, v. 16 – 1º Semestre de 2018

20
anos

ISSN 2238-3786 (Versão Online)

200 ANOS DE KARL MARX:
SEU LEGADO TEÓRICO E POLÍTICO





Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º. Semestre de 2018 – n. 41, v. 16,
ISSN 2238-3786 (Versão online)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ruy Garcia Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitor

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitoria de Graduação

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Domenico Mandarino

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Renato dos Santos Veloso - **Diretor**

Guilherme Silva de Almeida - **Vice-diretor**

Silene Moraes Freire - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Vânia Morales Sierra - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Elaine Marlova Venzon Francisco, Carla Almeida, Felipe Demier, Guilherme Almeida, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Marilda Vilela Iamamoto e Mônica Cesar.

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Márcia Carnaval

Fotografias: Coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro – Militiva

Agradecimentos: Ana Paula Procópio da Silva, Coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro – Militiva, Jules Falquet, Luisina Bolla e Michael Löwy.

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX-CAPEX



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.

– vol. 16, n. 41 (2018) – . – Rio de Janeiro

UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2018 – . v. : il.

Semestral.

Inclui bibliografia.

ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3.
Políticas públicas – Periódicos. 1. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social



Equipe Editorial

Elaine Marlova Venzon Francisco
Carla Cristina Almeida
Felipe Demier
Guilherme Silva de Almeida
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DIADORIM
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atilio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Sílvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

Editorial	
9	“200 anos de Karl Marx: seu legado teórico e político”
17	A teoria política de Marx: uma totalidade orgânica <i>Pablo Polese</i>
34	Democracia e ditadura na teoria política de Marx e Engels <i>Theófilo Codeço Machado Rodrigues</i>
49	Marx: 200 anos – A teoria, a política e a educação <i>Maria Ciavatta</i>
68	A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões <i>Graça Druck</i>
93	Marx na Europa do século XX <i>Raquel Varela e Roberto della Santa Barros</i>
107	O empreendedorismo à luz da tradição marxista <i>Maria Augusta Tavares</i>
122	Questão agrária: capitalismo e proletarização rural no Brasil <i>José Amilton de Almeida e Cristina Simões Bezerra</i>
139	Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos <i>Luciene Ferreira Mendes de Carvalho</i>
154	Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social <i>Raquel Raichelis Degenszajn</i>
171	Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982) <i>Silmai Lazaro Neves Dutra</i>
188	Os Direitos Humanos em Sobre a questão judaica de Karl Marx <i>Leonardo Moreira dos Santos</i>
204	Marx, Engels et les écrivains romantiques <i>Robert Sayre e Michael Löwy</i>

	Tema Livre
220	Marcuse e a nova esquerda em três atos: lições de ontem e hoje <i>Marco Aurélio Santana e Igor Peres</i>
240	Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista <i>Dayana Valéria Coimbra de Macêdo</i>
256	Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém-PA <i>Aricarla Batista de Oliveira e Joana Valente Santana</i>
	Mostra Fotográfica
272	Mulheres em movimento: militância investigativa na Zona Oeste do Rio de Janeiro Coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro – MILITIVA
	Entrevista
296	“Están atacando a las personas más importantes para la reproducción social y la acumulación del capital” <i>Luisina Bolla</i>
	Homenagem de Vida
307	Marilda Villela Iamamoto: de Minas à Marx e de volta ao começo <i>Ana Paula Procópio da Silva</i>
	Resenhas
313	O direito do mais forte <i>Jefferson Lee de Souza Ruiz</i>
318	Gramsci e a Revolução Russa <i>Barbara White</i>
322	Para entender a Dominação Burguesa e a Democracia Blindada no Brasil <i>Áurea Cristina Santos Dias</i>
326	Normas Editoriais



Contents

	Editorial	
13	“200 years of Karl Marx: his theoretical and political legacy”	
17	Marx’s political theory: an organic totality	<i>Pablo Polese</i>
34	Democracy and dictatorship in the political theory of Marx and Engels	<i>Theófilo Codeço Machado Rodrigues</i>
49	Marx: 200 Years – Theory, Politics and Education	<i>Maria Ciavatta</i>
68	The metamorphosis of social classes in contemporary capitalism: reflections	<i>Graça Druck</i>
93	Marx in 20th Century Europe	<i>Raquel Varela e Roberto della Santa Barros</i>
107	Entrepreneurship in light of the Marxist tradition	<i>Maria Augusta Tavares</i>
122	Agrarian question: capitalism and rural proletarianization in Brazil	<i>José Amilton de Almeida e Cristina Simões Bezerra</i>
139	Poverty and social inequality: social and historical foundations	<i>Luciene Ferreira Mendes de Carvalho</i>
154	Theory polemics in the Marxian analysis of labor in social work	<i>Raquel Raichelis Degenszajn</i>
171	Revisiting the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work (1960-1982)	<i>Silmai Lazaro Neves Dutra</i>
188	Human rights in Karl Marx’s “On the Jewish Question”	<i>Leonardo Moreira dos Santos</i>
204	Marx, Engels and romantic writers	<i>Robert Sayre e Michael Löwy</i>

Free Theme

- 220 Marcuse and the New Left in three acts: lessons from yesterday and today *Marco Aurélio Santana e Igor Peres*
- 240 Some considerations on labor and its precariousness in the capitalist context *Dayana Valério Coimbra de Macêdo*
- 256 Socioeconomic impact of families' resettlement by Promaben in Belém, Pará *Aricarla Batista de Oliveira e Joana Valente Santana*

Photography Exhibition

- 272 Women on the move: investigative militancy in the West Zone of Rio de Janeiro *Coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro – MILITIVA*

Interview

- 296 "They are attacking the most important people for social reproduction and the capital accumulation" *Luisina Bolla*
- 307 Homage
Marilda Villela Iamamoto: from Minas to Marx and back to the beginning *Ana Paula Procópio da Silva*
- 313 Reviews
The right of the strongest *Jefferson Lee de Souza Ruiz*
- 318 Gramsci and the Russian Revolution *Barbara White*
- 322 To understand Bourgeois Domination and Armored Democracy in Brazil *Áurea Cristina Santos Dias*

330 Editorial Norms

Um espectro ronda o Brasil, o espectro de Marx. Imerso em uma onda conservadora, o país assiste ao crescimento das forças ultraliberais e fascistas com sua violenta histeria anticomunista. Nascido há quase duzentos anos (1818), Marx, de forma espectral, segue a perturbar o sono do capital e a atormentar a alma dos reacionários aqui e ao redor do globo. Para além de fanatismos delirantes, a ameaça constante de seu pensamento se deve à constância do próprio capitalismo. A continuidade da sociedade burguesa carrega consigo a permanência da obra daquele cujo objeto de toda uma vida de investigação científica foi justamente a própria sociedade burguesa.

Decrépito, porém resiliente, o capitalismo imperialista segue em sua sanha mercantilizadora, tornando venal tudo o que existe sobre a Terra, incluindo corpos, gostos, água e, claro, a própria terra. Perseguindo cegamente a valorização do valor e salvaguardando o dogma da propriedade privada, a irracionalidade do capital obstaculiza que a cooperação humana possa assumir uma racionalidade humanista, desenvolvendo sua potencialidade criadora em face da natureza e colocando seus produtos a serviço da própria humanidade. Quanto mais apta está a ciência a prolongar nossas vidas, mais a própria ciência, domesticada pelo capital, nos mata por meio de alimentos ultraprocessados cancerígenos e balas mortíferas de longo alcance. A sociabilidade burguesa provoca também uma epidemia de angústia e depressão, levando ao paroxismo a “solidão em massa” certa feita apontada por Marx. Destarte, se o capital segue se alimentando do sobretrabalho alheio, a obra de Marx continuará inspirando aqueles que sabem que só uma teoria voltada para a transformação prática e uma prática embasada teoricamente – isto é, uma *práxis* – pode nos permitir superar a exploração do homem pelo homem.

Almejando dar sua contribuição para que esse espectro de Marx *se faça carne*, por assim dizer, a *Revista Em Pauta* traz neste número o dossiê *200 anos de Karl Marx: seu legado teórico e político*. Contendo seletos 12 artigos, o dossiê abarca alguns dos incontáveis temas sociais capazes de serem abordados a partir da teoria marxiana, oferecendo um variado, porém não eclético, cardápio de leitura.

O dossiê é aberto pelo artigo *A teoria política de Marx: uma totalidade orgânica*, de Pablo Polese, que, recorrendo fartamente a István

Mészáros, discute categorias centrais da reflexão política marxista, afirmando a inquebrantável articulação entre elas no interior de uma perspectiva disruptiva que busque ir além do capital. Na sequência, o artigo *Democracia e ditadura na teoria política de Marx e Engels*, de Theófilo Rodrigues, sustenta a hipótese de que existe na obra dos fundadores do materialismo histórico uma constante tensão entre os conceitos de “democracia” e “ditadura”, o que permitiu (permite) interpretações díspares sobre o tema por parte de seus intérpretes. O terceiro artigo do dossiê, *Marx: 200 anos – A teoria, a política e a educação*, de Maria Ciavatta, busca resgatar a concepção educacional de Marx, de perspectiva politécnica, fundamentada na superação da divisão entre trabalho manual e intelectual. Em seguida, Graça Druck, em *A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões*, discute a teoria marxista das classes no contexto de acumulação flexível, neoliberalismo e financeirização. Também levando em conta a morfologia da classe trabalhadora em tempos de hegemonia das finanças, Raquel Varela e Roberto della Santa Barros, em *Marx na Europa do século XX*, abordam o atual cenário da luta de classes na Europa.

No artigo intitulado *O empreendedorismo à luz da tradição marxista*, Maria Augusta Tavares se debruça sobre aquela que talvez seja uma das principais ideologias neoliberais nos tempos hodiernos, a qual não só escraviza o trabalhador como também o torna artífice de sua própria escravidão. A seguir, José Amilton de Almeida e Cristina Simões Bezerra retomam o clássico debate sobre a questão agrária no Brasil (*Questão agrária: capitalismo e proletarianização rural no Brasil*) e Luciene Ferreira Mendes de Castro, recorrendo à explicação marxiana da lógica de reprodução do capital, discute as determinações concretas da pobreza na sociedade burguesa (*Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos*). Os dois artigos seguintes, *Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social*, de Raquel Raichelis Degenszajn, e *Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982)*, de Silmai Lazaro Neves Dutra, debatem, por intermédio de conceitos marxistas, temáticas próprias ao campo do Serviço Social e das (dos) assistentes sociais.

A relação entre marxismo e “direitos humanos” é o tema do penúltimo artigo do dossiê, intitulado *Os Direitos Humanos em Sobre a questão judaica de Karl Marx*, de autoria de Leonardo Moreira dos Santos. Por fim, este espaço da revista dedicado ao bicentenário de Marx é encerrado com a republicação do artigo *Marx, Engels et les écrivains romantiques*, de Robert Sayre e Michel Löwy, que aborda diálogos entre a obra de Marx e Engels e alguns escritores românticos.

Neste mesmo ano em que o velho Marx faria dois séculos, as inúmeras e internacionais lutas de 1968 completam meio século, ainda sendo terreno fértil para debates teóricos e historiográficos. Um dos mais influentes intelectuais nas mobilizações daquele ano revel foi Hebert Marcuse, cuja trajetória teórico-política é objeto de análise no artigo *Marcuse e a nova*

esquerda em três atos: lições de ontem e hoje, de Marco Aurélio Santana e Igor Peres. Os artigos *Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista*, de Dayana Valéria Coimbra de Macêdo, e *Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém-PA*, de Aricarla Batista de Oliveira e Joana Valente Santana, complementam a seção *Tema Livre*.

Com o título *Mulheres em movimento: militância investigativa na Zona Oeste do Rio de Janeiro a Mostra Fotográfica* apresenta uma práxis potente que instiga pensar as formas de produção de conhecimento e a ação social e política a partir de um território periférico da Cidade do Rio de Janeiro, considerado historicamente o “Sertão” da cidade. O nome “Militiva” expõe que a militância investigativa é a forma-conteúdo dessa experiência. Engana-se quem pensar que se trata de mais uma “técnica” de pesquisa. O ponto de partida e de chegada é a articulação entre vida cotidiana, territórios de vida, cultura e trabalho, produção de conhecimento e a construção compartilhada de formas de luta feminista e anti-racista. Assim, através dessa experiência, a Revista Em Pauta destaca o protagonismo dessas mulheres negras e periféricas, que lutam também pela sua auto-organização e contra a invisibilização de seus corpos e de suas formas de luta contra a exploração e a opressão. Através das imagens da *Mostra Fotográfica* “marisqueiras, pescadoras, quilombolas, faveladas, agricultoras trazem sua milenar resistência”.

A seção *Entrevista* traz as reflexões instigantes de Jules Falquet em entrevista realizada por Luisina Bolla, em 2017, gentilmente cedida à Em Pauta. Em *“Están atacando a las personas más importantes para la reproducción social y la acumulación del capital”*, a autora expõe conceitos chave do feminismo materialista francófono que defende o trabalho realizado pelas mulheres como centro da análise da totalidade social, pondo em evidência imbricações entre relações sociais de sexo, classe e raça. Uma excelente contribuição para estudos do contexto neoliberal global e das *lutas coletivas contra as diferentes formas de apropriação e de acumulação primitiva, passadas e presentes*, como se refere a entrevistada. Jules Falquet é Doutora em Sociologia pela Universidade de Sorbonne e, desde 2003, investigadora-docente na Universidade de Paris Diderot, onde é responsável pelo Centro para a Documentação, a Investigação e os Estudos Feministas (CEDREF). É militante feminista e lésbica, e sua atividade científica e política se desenvolve entre França, América Latina e Caribe. Publicou numerosos livros e artigos em francês, espanhol e português.

A seção *Homenagem de vida* fala de uma intelectual cuja trajetória tem relação direta com o eixo temático deste número, pois foi quem introduziu a obra de Marx no Serviço Social brasileiro: *Marilda Villela Iamamoto: de Minas à Marx e de volta ao começo*. Nesta homenagem a Em Pauta presta tributo a uma professora da casa, que acompanhou grande parte de nossa trajetória na condição de professora visitante e, desde 2007, como

Professora Titular, que contribuiu e contribui, de maneira significativa, para a consolidação da nossa Revista Em Pauta.

As três resenhas deste número são de obras publicadas em 2017 e também dialogam com o eixo temático. A primeira, sobre *Os Despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*, do jovem Marx; a segunda, sobre o livro *Gramsci e a Revolução Russa* e, fechando a seção, temos a resenha de *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*.

Equipe Editorial

DOI:10.12957/rep.2018.36679



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A ghost haunts Brazil, the ghost of Marx. Engulfed by a conservative wave, the country witnesses the growth of ultra-liberal and fascist forces with its violent anti-communist hysteria. Born almost two hundred years ago (in 1818), Marx, in a spectral way, continues to make capital lose its sleep and torment the souls of reactionaries here and around the globe. In addition to delusional fanaticisms, the constant threat of Marx's thought is due to the constancy of capitalism itself. The continuity of bourgeois society carries with it the permanence of his work, since bourgeois society itself was precisely the object of a life he dedicated to scientific investigation.

Decrepit but resilient, imperialist capitalism keeps going on in its mercantilizing rage, turning venal everything on Earth, including bodies, tastes, water, and of course the earth itself. Blindly pursuing the valorization of value and safeguarding the dogma of private property, the irrationality of capital hinders human cooperation and stops it from assuming a humanistic rationality, developing its creative potentiality in face of nature and putting its products at humanity itself's service. The more science is apt to prolong our lives, the more science itself, tamed by capital, kills us through ultra-processed carcinogenic foods and long-range deadly bullets. Bourgeois sociability also causes an epidemic of anguish and depression, leading to the paroxysm of "mass solitude" Marx pointed out. So if capital continues to feed on the overwork of others, Marx's work will continue to inspire those who know that only a theory focused on practical transformation and a theoretically based practice – that is, a *praxis* – can enable us to overcome the exploitation of man by man.

Seeking to contribute to the fully *fleshed out* materialization of Marx, so to speak, the journal *Em Pauta* presents in this issue the dossier *200 years of Karl Marx: his theoretical and political legacy*. Containing 12 select articles, the dossier covers some of the countless social themes that can be approached from Marxian theory, offering a varied but not eclectic reading menu.

The dossier opens with *Marx's political theory: an organic totality*, by Pablo Polese, who, drawing heavily on István Mészáros, discusses central

categories of Marxist political thinking, asserting the unbreakable articulation between them within a disruptive perspective that seeks to go beyond capital. Following, the article *Democracy and dictatorship in the political theory of Marx and Engels*, by Theófilo Rodrigues, supports the hypothesis that in the work of the founders of historical materialism there is a constant tension between the concepts of “democracy” and “dictatorship”, which allowed (and allows) disparate interpretations on the subject by its interpreters. The third article in the dossier, Maria Ciavatta’s *Marx: 200 Years – Theory, Politics, and Education*, seeks to rescue Marx’s educational conception from a poly-technic perspective, based on overcoming the division between manual and intellectual work. Then Graça Druck, in *The metamorphosis of social classes in contemporary capitalism: reflections*, discusses the Marxist theory of classes in the context of flexible accumulation, neoliberalism, and financialization. Also taking into account the morphology of the working class in times of the hegemony of finance, Raquel Varela and Roberto della Santa Barros, in *Marx in 20th-Century Europe*, address the current scenario of class struggle in Europe.

In the article titled *Entrepreneurship in light of the Marxist tradition*, Maria Augusta Tavares focuses on what may be one of the main neoliberal ideologies in modern times, which not only enslaves workers but also makes them the architect of their own slavery. Next, José Amilton de Almeida and Cristina Simões Bezerra return to the classic debate on the agrarian question in Brazil (*Agrarian question: capitalism and rural proletarianization in Brazil*) and Luciene Ferreira Mendes de Castro, using the Marxian explanation of the rules of reproduction of capital, discusses the concrete determinations of poverty in bourgeois society (*Poverty and social inequality: social and historical foundations*). The following two articles, *Theory polemics in the Marxian analysis of labor in social work*, by Raquel Raichelis Degenszajn, and *Revisiting the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work (1960-1982)*, by Silmai Lazaro Neves Dutra, discuss, through Marxist concepts, themes specific to the field of social work and social workers.

The relationship between Marxism and “human rights” is the subject of the penultimate article in the dossier, entitled *Human rights in Karl Marx’s “On the Jewish Question”*, by Leonardo Moreira dos Santos. Finally, this section of the journal dedicated to Marx’s bicentenary ends with the republishing of the article *Marx, Engels et les écrivains romantiques*, by Robert Sayre and Michel Löwy, which discusses dialogues between the work of Marx and Engels and some romantic writers.

In the same year the old Marx would turn two centuries old, the numerous international struggles of 1968 complete half a century still a fertile ground for theoretical and historiographic debates. One of the most influential intellectuals in that year’s mobilizations was Hebert Marcuse, whose theoretical-political trajectory is analyzed in the article *Marcuse and the New Left in three acts: lessons from yesterday and today*, by Marco Au-

rélio Santana and Igor Peres. The articles *Some considerations on labor and its precariousness in the capitalist context*, by Dayana Valéria Coimbra de Macêdo, and *Socioeconomic impact of families' resettlement by Promaben in Belém, Pará*, by Aricarla Batista de Oliveira and Joana Valente Santana, close off the *Free Theme* section.

Entitled *Women on the move: investigative militancy in the West Zone of Rio de Janeiro*, the *Photography Exhibition* presents a powerful praxis that instigates the viewer to reflect on the forms of knowledge production and the social and political action in a peripheral territory in the city of Rio de Janeiro, historically considered the “Sertão” of the city. The name “Militive” exposes that investigative militancy is the form-content of this experience. It is foolish to think that this is another “technique” of research. The start and end points are the articulation between daily life, living territories, culture and work, production of knowledge, and the shared construction of forms of feminist and anti-racist struggle. Thus, through this experience, the Em Pauta Journal highlights the protagonism of these black and peripheral women, who also struggle for their self-organization and against the invisibilization of their bodies and their forms of struggle against exploitation and oppression. Through the images of the *Photography Exhibition*, “shellfishers, fishermen, quilombolas, faveladas, farmers show their millennia-old resistance”.

The *Interview* section brings Jules Falquet’s thought-provoking reflections in a 2017 interview by Luisina Bolla, kindly granted to Em Pauta. In “*Están atacando a las personas más importantes para la reproducción social y la acumulación del capital*”, the author exposes key concepts of francophone materialist feminism that defend the work done by women as the center of social totality analysis, highlighting links between gender, class and race social relations. An excellent contribution to studies of the global neoliberal context and the “collective struggles against different forms of primitive appropriation and accumulation, past and present,” as the interviewee states. Jules Falquet holds a PhD in Sociology from the University of Sorbonne and, since 2003, is a researcher-teacher at the University of Paris Diderot, where she is co-responsible for the Center for Feminist Documentation, Research and Studies (CEDREF). She is a feminist militant and lesbian, and her scientific and political activity is developed between France, Latin America and the Caribbean. She has published numerous books and articles in French, Spanish and Portuguese.

The *Homage* section presents an intellectual whose trajectory is directly related to the thematic axis of this issue, since she was the one who introduced Marx’s ideas in Brazilian social work: *Marilda Villela Iamamoto: from Minas to Marx and back to the beginning*. In this homage, Em Pauta pays tribute to a teacher from this institution, who has been with us for a long time as a visiting teacher and, since 2007, as a Professor, who contributed and contributes significantly to the consolidation of this journal.

The three reviews in this issue are from works published in 2017 and also connected to the thematic axis. The first review is of *The Dispossessed: Debates on the Law on Thefts of Wood*, by a young Karl Marx; the second, of the book *Gramsci and the Russian Revolution* and, closing off the section, there is the review of *After the Coup: the dialectic of armored democracy in Brazil*.

Editorial Team

DOI:10.12957/rep.2018.36679



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A teoria política de Marx: uma totalidade orgânica

Marx's political theory: an organic totality

Pablo Polese*

Resumo – Apresenta-se aqui uma leitura dos principais traços da teoria política de Marx. Esta é entendida como uma totalidade orgânica na qual cada elemento impõe necessariamente sua articulação e mediação com os demais. Ao delinear nestes termos o legado político de Marx, pretende-se contribuir no sentido da elaboração de uma teoria da transição para além do sistema do capital. Defende-se que esta precisa, necessariamente, incorporar de forma crítica o legado das teorias da transição clássicas, em especial as elaboradas no esteio da Revolução Russa de 1917, e também aquelas que foram elaboradas mais recentemente, com a vantagem de poderem versar sobre a experiência soviética que formalmente chegou ao fim em 1991. Por conta disso e por afinidades teóricas, o intérprete marxista privilegiado no texto é István Mészáros.

Palavras-chave: Karl Marx; revolução; transição socialista; teoria política; István Mészáros.

Abstract – It is presented here a reading of the main features of Marx's political theory. This is understood as an organic whole in which each element necessarily imposes its articulation and mediation with the others. In outlining in these terms Marx's political legacy, this article is intended to contribute towards the elaboration of a theory of transition beyond the capital system. It is argued that this transition necessarily needs to incorporate in a critical way the legacy of classical transition theories, especially those elaborated in the wake of the Russian Revolution of 1917, and also those that have been elaborated more recently, with the advantage of being able to deal with the Soviet experience that formally came to an end in 1991. Because of this and theoretical affinities, the Marxist interpreter privileged in the text is István Mészáros.

Keywords: Karl Marx; revolution; socialist transition; political theory; István Mészáros.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Sociologia no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS. Correspondência: Rua José Tadao Arima, 222, Vila Ycarai – Aquidauana – MS. CEP: 79200-000. Email: <pablopolese@yahoo.com.br>.

Introdução

Na década de 1970, Norberto Bobbio encabeçou um debate com marxistas membros do Partido Comunista (PC) italiano acerca da existência ou não de uma teoria do Estado e da política em Marx.¹ O debate teve grande repercussão mundial e, inquestionavelmente, a posição de Bobbio saiu “vitoriosa”. Segundo ela, Marx e os marxistas não teriam tematizado suficientemente o lugar e importância da política, do Estado e da democracia, e, portanto, não haveria uma adequada alternativa socialista às teorias burguesas do Estado e da democracia. Os impactos políticos dessa visão – capitaneada por Bobbio e tornada, desde então, lugar-comum em muitas das críticas à capacidade de o marxismo analisar os problemas políticos contemporâneos – são mais sérios do que se pode pensar a princípio.

Segundo Bobbio (1979, p. 37-38), a “ausência de uma teoria política em Marx e no marxismo” decorreria de um conjunto de fatores: primeiramente, pelo fato de que desde o início teria havido um interesse quase exclusivo por parte dos teóricos marxistas pelo problema da conquista do poder, uma vez que a iminência da revolução fora por longo período histórico uma premissa incontestável; em segundo lugar, o caráter transitório “autotranscendente” do Estado socialista, entendido como necessário apenas por um breve período histórico, teria tornado “dispensável” maiores aprofundamentos teóricos sobre o papel do Estado no período de transição, haja vista a postulada realização relativamente rápida do autogoverno não estatal comunista; em terceiro lugar, segundo Bobbio (1979), o desdobramento prático, político e teórico posterior à Internacional Comunista teria levado ao surgimento de uma pluralidade de marxismos conflitantes entre si, num eterno debate escolástico – um eterno retorno aos textos fundamentais de Marx, num abusivo uso do “princípio da autoridade”. A consequência deste fora não a revitalização, mas o estancamento teórico do marxismo, que deixou de analisar concretamente o mundo material, em especial as instituições políticas e estatais.

Nesse debate, a partir da defesa de que a democracia é um fenômeno exclusivamente burguês e capitalista, N. Bobbio colocou os dirigentes do PC italiano (e não só o italiano) na posição muito desconfortável de ter de “escolher” entre democracia ou socialismo, sendo que socialismo nesse momento significava fundamentalmente stalinismo, ou seja, privação de liberdades individuais, controle estatal da vida social etc. Pressionado por condicionantes objetivos, no que diz respeito à inconveniência de defender o “socialismo real” stalinista enquanto alternativa à democracia burguesa, o PC italiano aceitou (grosso modo, passivamente) as regras do jogo impostas por Bobbio, e foi obrigado a abandonar teoricamente (e, portanto, abandonou

¹ Esse debate ocorreu a partir de meados da década de 1970, em revistas italianas. Há, em português, uma coletânea com os artigos que compuseram o debate. Cf. BOBBIO, N. et alli. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

a luta por sua efetivação prática) uma série de conceitos políticos insubstituíveis, por sua suposta carga intrinsecamente “totalitária” e “antidemocrática”. Dentre estes, sem dúvida alguma o abandono do conceito de “ditadura do proletariado” foi o que causou mais danos teóricos e desorientações políticas às estratégias comunistas. Além disso, vale lembrar, a discussão se deu na guinada dos anos 1975 e 1976,

após a contrarrevolução chilena, o golpe de novembro de 1975 na revolução portuguesa, a transição controlada na Espanha, o ‘compromisso histórico’ na Itália. Os ventos estavam prestes a virar. A contra-ofensiva liberal e o fortalecimento das retóricas ‘antitotalitárias’ se anunciaram. (BENSAÏD apud MARX, 2010, p. 82).

É preciso observar a força e o impacto material que próprios às ideologias, que não são meras ideias, mas sim uma força social sob a forma de ideias. Não seria de modo algum exagero dizer que, levada a efeito numa época em que debates internos aos partidos (instituições poderosas da classe trabalhadora organizada) tinham grande relevo na configuração prática das ações políticas, o “debate Bobbio” certamente foi um grande contributo à consolidação da guinada política dos PCs no sentido da aceitação da chamada via eurocomunista de transição. Grosso modo, a via eurocomunista se caracteriza pela defesa da passagem gradual ao Socialismo, feita “dentro da ordem” (ou seja, “sem revolução”), a partir de progressivos “ganhos democráticos”. Rapidamente viu-se que esta via cada vez mais se afastava do caminho ao Socialismo, para cada vez mais se acomodar à ordem do capital.

Quem conhece os debates históricos da socialdemocracia alemã de início do século XX, no tempo de Bernstein e Rosa Luxemburgo, sabe que esse tipo de tematização da “revolução aos poucos” está tendenciosamente orientada e ideologicamente fundamentada na manutenção “sem maiores problemas” da ordem. A assertiva de Bobbio não tem nada de inovadora, sendo em verdade uma repetição, sob a forma de “farsa”, da “tragédia” alemã de início do século XX (lembrando aqui a conhecida passagem sobre a “repetição histórica” escrita por Marx (2008), em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*). Não é por outro motivo que Mészáros (2004) chega a chamar a via eurocomunista de “natimorta via eurocomunista”, não só por sua inviabilidade histórica, mas também pelo fato de que Rosa Luxemburgo, na passagem do século XIX ao XX, já fizera a refutação teórica mesmo da possibilidade de um dia tal proposta ter sucesso na prática.

O debate Bobbio-PCI ocorre no momento em que já é inegável o novo refluxo das lutas sociais contestatórias à ordem, lutas que há quase dez anos vinham se desdobrando por todo o globo, de forma bastante explosiva, cujo ápice talvez seja localizável no ano de 1968 e 1969. Não por acaso, é também nesse período histórico que se tornam mais eminentes os debates sobre a chamada “crise do marxismo”.

Já se contam várias décadas desde que se tornou lugar comum afirmar que Marx não teria formulado uma teoria política, mas apenas uma proposta de transformação do mundo, em que a política apareceria apenas como o território prático de realização da filosofia – dada a “missão histórica do proletariado”, interpretada quase como uma promessa divina. Essa interpretação do *materialismo dialético* enquanto *teoria mecanicista-teleológica* não se deve apenas a um empobrecimento (seja ou não proposital) da teoria de Marx, mas provém da própria relação existente entre o papel da *classe proletária* na teoria de Marx e seu antecedente teórico próximo, a *classe burocrática* na teoria do Estado de Hegel (essa sim com um – mas apenas um – pé na teleologia). De fato, em Marx a visão da política enquanto esfera da realização da filosofia está presente, mas apenas em seu primeiro trabalho, sua tese de doutoramento.

Discordamos radicalmente da tão difundida alegação da inexistência de uma teoria marxiana sobre a política, o Estado e o direito. É certo que a teoria política elaborada por Marx não existe nos moldes clássicos, enquanto obra sistemática e autônoma, em que fosse formulada uma teoria do Estado (tal como de praxe fizera a tradição dos pensadores da *filosofia política* de Platão a Hegel, passando por Maquiavel, Hobbes e os diversos *iluministas*, com destaque para os influentes Locke e Rousseau), portanto, onde a política aparece como objeto específico (por vezes *isolado*) de análise. Ou seja: Marx não nos legou, tal qual Hegel e a tradição liberal, uma sistematização teórica acabada do tipo *Filosofia do direito*, *Teoria do Estado* ou *Filosofia da história*. Marx não fez “filosofia da história”, e sim “história da filosofia”, ou seja: centrou-se menos nas *definições* conceituais a históricas que constroem *tratados*, e mais na apreensão das *determinações* históricas que conformam o objeto estudado, construindo *estudos* concretos de situações concretas.

Assim, se não temos a *Filosofia do direito* de Marx, temos por outro lado sua *Crítica da economia política*, sendo que há em *toda* sua produção teórica claras indicações e profundos apontamentos sobre seu modo de ver a relação entre a categoria central de sua teoria, que é a *história*, e o *complexo categorial da política* (que se desdobra *no interior* dessa categoria mais abrangente e totalizadora), composto pelas categorias da chamada “superestrutura”: ideologia, política, direito, moral, ética, Estado, democracia etc.

Compreender o tratamento marxiano acerca da política, do Estado, da democracia e do direito, bem como suas necessárias *atualizações* com base nas experiências históricas mais recentes, é *praticamente vital* para o sucesso das estratégias socialistas futuras. Assim, este artigo visa contribuir com os esforços teóricos de elaboração de uma teoria da transição para além do capital. A fim de reconstruir alguns conceitos e categorias centrais da teoria política de Marx, optamos pelo estudo de alguns trabalhos que o próprio Mészáros (2002, 2004, 2006) usa como referência e mediação teórica, em seu processo de apropriação crítica do legado de Marx.

Conforme Mészáros salienta em inúmeros textos, desde o período inicial de formação de seu pensamento o tratamento dado por Marx às questões tradicionalmente abordadas pela “teoria política” foi muito original. Partindo criticamente do legado hegeliano, sua forma própria de apreender a articulação complexa das categorias políticas em relação ao todo representa um precioso legado. Este muito contribui à adequada compreensão do lugar da política no sistema do capital, bem como, é claro, os limites e possibilidades de uma ação política revolucionária. Desse modo, ele ora resolve, ora desloca, requalifica, recompõe etc. a estruturação de tais categorias em seu sistema teórico.

Em última análise, o modo como Marx via o papel da luta política explica por que seus esforços teóricos não caminharam no sentido da sistematização de uma *teoria do Estado*, mas sim no sentido da adequada *Crítica da economia política*, o que também traz implicações à prática social revolucionária. Ainda assim, existe um legado político de Marx, e este se trata de um legado que constitui uma poderosa ferramenta para a crítica do sistema capitalista.

Os principais elementos da teoria política de Marx

Eis os traços centrais da teoria política de Marx, segundo Mészáros (2002, p. 567):

- 1) O Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido* através de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político/administrativas;
- 2) A revolução que se aproxima não pode ser simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução *social* para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica;
- 3) Revoluções sociais buscam remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram, submetendo a sociedade como um todo à regência da parcialidade política, no interesse das seções dominantes da ‘sociedade civil’;
- 4) O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter [toda] a ordem social dominante, ao mesmo

tempo em que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante – uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade;

5) Lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética e consequentemente a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade;

6) A ausência de condições objetivas para a implementação das medidas socialistas ironicamente pode apenas levar adiante as políticas dos adversários na eventualidade de uma conquista prematura do poder;

7) A revolução social bem sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade – ela deve ser *global/universal*; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala *global*.

Comentando tais elementos constitutivos, Mészáros (2002) afirma o caráter de “todo orgânico” do conjunto de elementos apontados e faz uma importantíssima discussão teórica sobre o aparente caráter “descolado” dos tópicos 3 e 4 face aos demais. Segundo o filósofo húngaro, cada uma das sete características elencadas só adquirem significado pleno quando se observa suas interconexões recíprocas. Os tópicos 1, 2, 5, 6 e 7, por tratarem das “condições objetivas” da transformação social – entendida como “complexa totalidade social com dinamismo interno próprio” –, não trariam maiores problemas para a visão unificada dessas cinco características. Entretanto, quando se observa os tópicos 3 e 4, há a possibilidade, segundo Mészáros (2002), de uma leitura equivocada do todo orgânico da teoria política de Marx. Isso porque o tópico 3, ao propor a resolução da contradição entre parcialidade e universalidade, aparenta representar uma “injustificada intrusão da lógica hegeliana no sistema de Marx”. O tópico 4, por sua vez, demonstra “uma tradução imperativa desta categoria lógica abstrata em uma entidade pseudo-empírica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567), ou seja, a categoria universalidade e a entidade proletariado – isso de fato ocorre, por exemplo, em *História e consciência de classe*, de Lukács (2003).

Ao apontar a aparente problemática dos tópicos 3 e 4 frente aos demais, Mészáros entra no espinhoso debate acerca das condições objetivas e subjetivas da revolução. Essa problemática, tematizada por Marx desde sua juventude, tornou-se um terreno minado desde fins do século XIX, objeto de agressivas disputas teóricas pelos “marxismos”, em especial pós-Revolução Russa.

Segundo Mészáros, desde sua formulação a teoria de Marx foi objeto de duras críticas decorrentes de uma suposta “inverificabilidade” do

conceito de proletariado. Tal crítica prosseguiu ao longo dos anos sempre se repondo sob novas roupagens, de forma que, como Mészáros (2006) pontua, negar a realidade do proletariado foi “um curioso passatempo do século XX”. Recentemente, tais teorias ganharam novo alento nas diversificadas e malabarísticas teorias da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade do conhecimento”, teorias da “pós-modernidade” etc., sendo suas diversidades minimizadas quando se observa o elemento central comum a todas: a tentativa de dar “adeus ao trabalho” e sepultar “de vez” a teoria social e política de Marx.

Quanto às críticas que apontam um *caráter teleológico* presente no conceito de proletariado (dada sua “missão” ou “tarefa histórica”), vale pontuar que realmente há uma *conexão teórica* entre a teoria de Marx e a de Hegel, uma conexão que não pode nem deve ser negada. Porém, as diferenças são também marcantes e substanciais.

A similaridade entre a “classe universal” de Hegel (a *burocracia idealizada*) e a *classe proletária* em Marx (2005) é apenas superficial, pois elas assumem papéis muito diferentes no interior das duas teorias. Hegel dá ao Estado o *status* mais elevado na sociedade, sendo a classe burocrática “universal” apenas um “dever ser” racional, que assim cumpriria a função de *reconciliar as contradições da sociedade civil*. Marx, ao contrário, “está preocupado com a *transcendência do Estado e da política enquanto tal*, identificando a *paradoxal universalidade do proletariado* (uma universalidade ainda-não-dada, ainda-para-ser-realizada) como uma *parcialidade* que necessariamente se *auto-extingue*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567).

Assim, enquanto a ‘classe universal’ fictícia de Hegel é uma *entidade sem classe* (e enquanto tal uma contradição em termos), o proletariado de Marx é completamente *conforme-à-classe* (e nesse sentido inevitavelmente parcial) e real. Em sua ‘tarefa histórica’ tem uma *função universalizante objetivamente fundada*. Ao mesmo tempo, sua parcialidade é também única, já que não pode ser convertida em uma condição de *domínio exclusivo* da sociedade. Consequentemente, para ‘dominar’, o proletariado deve generalizar sua própria condição de existência: a saber, a *incapacidade de dominar, enquanto uma parcialidade*, às expensas de outros grupos sociais e classes. (Obviamente, isto está em contraste total com a burguesia e com outras classes dominantes da história passada que dominaram precisamente ao excluir e subjugar outras classes.) É neste sentido que a ‘ausência-do-caráter-de-classe’ [*Classlessness*] – o estabelecimento de uma sociedade sem classes – está ligada ao peculiar domínio de classe “da parcialidade que se autoextingue, cuja medida de sucesso é a generalização de um modo de existência totalmente incompatível com o domínio de classe (que se favorece de modo exclusivo). (MÉSZÁROS, 2002, p. 568 – grifos nossos).

A classe trabalhadora, por estar inserida dentro do sistema do capital, não deixa de ser uma classe, e, enquanto classe, dotada de interesses particulares. Entretanto, por ser a classe produtora do valor, ela se caracteriza

por ser a única classe indispensável para a manutenção do sociometabolismo, e, por isso, incapaz de instituir um domínio parcial, exclusivo, da sociedade como um todo: “para ‘dominar’, o proletariado deve generalizar sua própria condição de existência: a saber, a *incapacidade de dominar, enquanto uma parcialidade*, às expensas de outros grupos sociais e classes.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 568 – grifos nossos).

Ora, dada essa característica, o proletariado não é uma classe como as outras ao longo da história. Aliás, Marx inclusive usa um termo diferente ao se referir ao proletariado, um termo que pode ser traduzido por “esfera”. Nas traduções correntes encontramos o termo “classe universal”, mas parece-nos que estaria mais correta a tradução por “esfera universal”, justamente frisando esse aspecto de classe-que-não-é-classe, de classe dotada de “ausência-do-caráter-de-classe”, classe com uma “paradoxal universalidade”. Ou seja, justamente frisando que a classe trabalhadora é a única classe com pretensões políticas que vão para além da luta meramente política – inerente a toda classe enquanto classe – e, nesse sentido, como a única classe cuja pretensão é abolir-se enquanto classe.

Enquanto o capital está em ascensão histórica, a sociabilidade humana cada vez mais deixa pra trás o tipo de relação hierárquica direta, crua, escravista, e a substitui por interações sociais nas quais a relação hierárquica de dominação e exploração do trabalho assumem formas *aparentemente* mais abrandadas e civilizadas – posto que mais *fetichizadas* e *interiorizadas* pelos indivíduos. Na mesma medida, mais o domínio de uma classe sobre o conjunto da sociedade é sustentado pela *política* enquanto “complemento necessário à manutenção da iniquidade das relações materiais estabelecidas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569). Além disso, cada vez mais a *ideologia* dominante cumpre funções vitais na manutenção da reprodução sociometabólica. Daí a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade autoimposta sem transcender a própria política e o Estado.

A política, o trabalho, o Estado e o capital

As estruturas institucionais do Estado, por sua própria constituição histórica e dependência funcional da própria iniquidade material e cisão público-privado, contribuem com a proliferação pelo tecido social de uma forte tendência ao imobilismo e à manutenção da ordem. Frente a tal situação de impossibilidade de autoabolição *dentro* dos marcos da política, entendida como esfera negativa, meramente destrutiva, cabe ao proletariado ir *além* da política inicialmente também *por meio* da política, rompendo a tendência ao imobilismo inerente à “política” (manutenção de relações hierarquicamente estruturadas em direção e base; busca da conquista do poder político por meios internos ao sistema do capital etc.) que efetivamente limita e restringe a própria mobilidade revolucionária “do social”.

A classe do trabalho é a única parcialidade de “paradoxal universalidade”, dotada não só da *capacidade*, mas da *necessidade* de autoextinção da parcialidade enquanto parcialidade. Sua universalidade concreta se dá de forma alienada, também sob a forma de alienação política; portanto, a própria política é uma mediação estratégica indispensável, na medida em que em seu âmbito opera-se a “negação da negação” da ordem do capital, através da reapropriação, por parte do trabalho, de suas forças sociais efetivadas de forma alienada (e abstrata) sob a forma de força política.

Entretanto, a revolução social não se resume a tal reapropriação; é preciso construir uma nova sociabilidade, uma nova *forma de ser* em conformidade (e não em conflito) com a centralidade do trabalho, no sentido mais amplo de trabalho enquanto atividade vital na qual se dá a autoconstituição do homem. Isso, em verdade, significa *trabalhar menos*, no sentido de trabalho com o qual estamos acostumados sob o sistema do capital, ou, o que é o mesmo, *trabalhar mais*, desde que se entenda por “trabalho” uma forma particular de atividade vital já desalienada e, portanto, “carregada de sentido”: uma forma social de objetivação da vida por meio da qual e na qual se pode dar o livre desenvolvimento das individualidades num sistema para além do capital. Evidentemente, esse segundo sentido ressignifica e anula de tal forma a categoria “trabalho” que não faz qualquer sentido seguir usando-a. Na transição socialista, as funções positivas e construtivas devem, portanto, ir além do *movimento político* e se efetivar por uma genuína *prática social*. Daí a complexa posição da política na práxis revolucionária:

se age *politicamente*, o proletariado permanece na órbita da parcialidade (com sérias implicações para o próprio proletariado, que é necessariamente afetado pelo domínio de sua própria parcialidade), enquanto a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros outros fatores, muito além do nível político, junto com a maturação das condições objetivas relevantes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

Não se pode superar o capital, entendido como relação social, sem superar uma de suas formas superestruturais de entificação, qual seja: a política, entendida como forma ideológica de legitimação, sustentação e perpetuação da relação-capital. Essa afirmação permanece válida mesmo se consideramos o fato de que, por um lado, o capital pode se pôr sob formas concretas em que a política assume pesos e tarefas bastante variáveis. Além disso, por outro lado, em determinados momentos históricos a própria política assume a posição de “momento predominante” nas relações sociais. Quando isso ocorre, a esfera da política, antes determinada pela base econômica, passa a determiná-la substancialmente; adquire uma “alma social”, e, assim, às vezes se torna tão radical a ponto de pretender se pôr de forma autônoma à própria esfera econômica, dominada pelo capital, como por exemplo no período da guilhotina durante a Revolução Francesa.

Voltando à questão em pauta, a “tarefa histórica” do proletariado, longe de ser *a priori* garantida por uma *filosofia da história*, é aludida porque Marx enxerga o movimento histórico como um todo e vê o sentido autocontraditório insuperável do capital, que busca a perpetuação de uma sociabilidade alienada *insustentável* em longo prazo. Assim, a tarefa histórica aparece como uma *necessidade* a fim de a humanidade se desvencilhar do controle irracional do capital, rumo a uma sociabilidade liberta das mediações de segunda ordem. Tal *necessidade* não se aplica à *efetivação* da ultrapassagem da “pré-história” – ainda que Marx tivesse a esse respeito uma visão bastante otimista –, ou seja, falar da necessidade do cumprimento da tarefa histórica não é o mesmo que garantir que tal tarefa será historicamente cumprida.

Sofrendo fluxos e refluxos ao longo da história, a realização da tarefa histórica do proletariado não está garantida. Convenhamos, essa questão é de uma obviedade sem tamanho, e só vale a pena mencioná-la porque existem muitas correntes que ressaltam de tal maneira o peso das contradições internas do capital que acabam resvalando em concepções automatistas e mais ou menos teleológicas da história; a história não faz nada, quem faz são os homens, já dizia Engels. Ter de explicar o caráter não teleológico do conceito de história em Marx é sintomático da miséria ideológica e cultural em que estamos – o que torna essa tarefa um pouco irritante. É mais importante e produtivo, posto que toca em pontos mais complexos, reforçar as conexões que não podem ser desconsideradas entre os pontos 3 e 4 acima e o restante da teoria política de Marx. Isso porque, segundo Mészáros, referindo-se ao ponto 3, *por um lado*, é precisamente a categoria da “universalidade objetivamente fundada” que permite colocar a política em perspectiva: “por se mover ‘para fora’ da política”, o que significa para além das restrições impostas por se “pensar no interior da estrutura da política”, como Marx coloca (1980, 1995, 2011a).

Isto deve ser feito para se ter a capacidade de *negar* a parcialidade crônica da política; e deve-se fazê-lo não de um nível lógico-metafísico abstrato, mas a partir da única e exclusiva universalidade não-fictícia (que não tem o caráter de um *Sollen* [o *dever ser* da burocracia em Hegel – P.P]), isto é, do *metabolismo* fundamental da sociedade, o *social*. (MESZÁROS, 2002, p. 569).

Mészáros explica que tal compreensão da universalidade é “tanto histórica quanto trans-histórica”, uma vez que “sublinha as condições necessariamente mutáveis do sociometabolismo” e, simultaneamente, “indica os limites além dos quais mesmo os meios e modos mais poderosos deste metabolismo – o capital, por exemplo – perdem sua vitalidade e justificação histórica”. Por outro lado, referindo-se ao ponto 4:

o proletariado como uma realidade socioeconômica real, era, bem antes de Marx, um ator principal no cenário histórico; que demonstrou sua habilidade em gravitar para uma ‘revolução no interior da revolução’ já na sequência imediata de 1789, tentando adquirir um papel independente, em seu próprio interesse, contrastando com sua posição até então subordinada no interior do Terceiro Estado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 569).

Desse modo, “já em 1792, no exato momento de seu nascimento”, o proletariado negou o “marco político recentemente conquistado do ponto de vista da ordem burguesa emergente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569).

A seguir, elucidando o tratamento teoricamente adequado da relação entre o proletariado, sua “missão histórica” e a suposta intrusão de um esquema lógico hegeliano no sistema aberto de Marx, Mézáros (2002, p. 569 – grifos nossos) sintetiza:

O fato de Marx ter associado teoricamente o proletariado à necessidade da revolução *social* e à condição de universalidade, não era uma dúvida exigência funcional de um sistema ainda dependente de Hegel, mas um profundo discernimento do novo caráter histórico-mundial do antagonismo social entre capital e trabalho. A progressão das trocas entre tribos locais até a história mundial, da ação confinada a uma esfera extremamente limitada até uma outra que reverbera através do mundo, não é uma questão de transformações conceituais, mas diz respeito ao desenvolvimento real e à integração recíproca de estruturas cada vez mais abrangentes e complexas. *Esta é a razão por que soluções de tipo parcial* – que são perfeitamente possíveis, na verdade inevitáveis, em estágios anteriores – *no curso do desenvolvimento histórico-mundial devem ser substituídas por outras cada vez mais abrangentes, com uma tendência última para soluções ‘hegemônicas’ e para a universalidade.* A caracterização que Marx faz do proletariado, portanto, reflete e articula a mais elevada intensidade de confrontos hegemônicos com a impossibilidade histórica de soluções parciais em estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais.

Vide bem: a formação da classe proletária e sua caracterização por Marx “reflete e articula a mais elevada intensidade de confrontos hegemônicos com a *impossibilidade histórica de soluções parciais* em estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 569 – grifos nossos).

Uma totalidade orgânica

Mézáros (2002) afirma com acerto que a questão inescapavelmente *orgânica* dos principais aspectos da teoria política de Marx torna-se patente quando observamos que, relacionados aos pontos 3 e 4 (referentes ao proletariado e sua missão histórica), nenhum dos outros pontos sequer

faz sentido se o próprio sujeito social da transformação revolucionária é abandonado ou desqualificado.

Fica claro aqui que as teorias do adeus ao trabalho têm implicações práticas muito mais sérias do que pode parecer à primeira vista. Dar adeus ao trabalho e à própria existência das classes e da luta de classes como dinamismo básico do desenvolvimento histórico significa, no limite, desmortalizar mortalmente as lutas sociais e condená-las à *impotência* frente ao antagonista histórico da classe trabalhadora, aquele que detém o controle do sociometabolismo assentado em mediações de segunda ordem, com consequências nefastas à totalidade da vida em sociedade.

Sem os tópicos 3 e 4, todos os outros se tornam vazios e utópicos, afinal, conforme o exemplo dado por Mészáros (2002), em referência ao tópico 1: que sentido faz afirmar que um Estado pode apenas ser “transcendido” e não “abolido”, “tanto em uma situação nacional limitada como em uma escala global”, “se não houver uma força social que deseje e seja capaz de empreender essa tarefa?”. Em seguida, depois de afirmar que o mesmo vale para todos os outros pontos, Mészáros (2002, p. 570) observa:

A distinção entre revolução social e política tem algum conteúdo apenas se um sujeito, ou sujeitos, socialmente existente possa *realmente* conferir a ela sentido, por meio dos objetivos precisos e das estratégias de sua ação e por intermédio da nova ordem social que emerge desta ação.

Da mesma forma, não passa de um lema vazio a mera referência ao proletariado enquanto “sujeito da revolução”, feita de forma dogmática com fundo messiânico. Os principais aspectos da teoria política de Marx são interdependentes. Enquanto categoria vital da teoria de Marx, o trabalho (ou “classe trabalhadora”, ou “proletariado”) adquire identidade por ser o contraposto classista ao capital. Além disso, tira seu significado precisamente das determinações *objetivas* que, apreendidas por sua teoria, refletem uma concreta articulação social dinâmica. Separado de tais condições objetivas, bem como da necessária problematização acerca do problema da “necessária fragmentação” do trabalho,² ou seja, os problemas de *organização da classe*, essas referências abstratas ao proletariado e sua missão histórica são mais prejudiciais que favoráveis ao encaminhamento da transição para além do capital. Em especial, quando se identifica “proletariado” com a fração de classe operária de tipo clássico, a saber, aquela alocada na produção de mercadorias tangíveis, excluindo o setor de serviços etc. Em síntese:

a transcendência do Estado e quem a desencadeia, o proletariado (ou, para utilizar um termo teoricamente mais preciso: o trabalho, o

² Decorrente, entre outras coisas, do fato acima comentado, de que o trabalhador se defronta com o capital sempre enquanto trabalhador isolado.

antagonista estrutural do capital), estão inseparavelmente interligados e constituem o ponto central da teoria política de Marx. Não há qualquer romantismo em sublinhar sua importância deste modo: apenas um alerta destinado àqueles que querem expurgá-lo [o trabalho] da estrutura conceitual de Marx, que deveriam perceber quanta coisa a mais – de fato quase todo o resto – teria que ser jogado ao mar junto com ele. (MÉSZÁROS, 2002, p. 571).

Considerações finais: um legado poderoso

Mesmo com limites históricos, a teoria do Estado e da política de Marx, especialmente quanto a seus fundamentos teóricos, ainda não foi superada. Para além do peso e da força que as contingências históricas exercem sobre o aspecto válido ou anacrônico de qualquer sistematização teórica, é preciso frisar que,

fosse inválida a *teoria marxiana do Estado*, o marxismo como um todo se tornaria completamente insustentável, em vista da centralidade de sua crença na reciprocidade dialética entre base e superestrutura, entre as fundações materiais da sociedade e sua esfera política. (É precisamente neste sentido que a denominada ‘crise do marxismo’ tem sido repetidamente interpretada no passado recente, saltando de um pânico apressado para conclusões apriorísticas a partir da mera asserção da crise, ao invés de enfrentar seus elementos de uma perspectiva positiva.) O que torna a questão particularmente aguda, neste momento crítico da história, é que ela tem *implicações políticas diretas para as estratégias de todos os movimentos socialistas existentes*, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Nesse sentido, não é apenas o valor heurístico da teoria social que é colocado em questão, mas algo incomparavelmente mais tangível e imediato. É por isso que hoje se torna inevitável um exame cuidadoso da teoria marxiana do Estado, à luz dos desenvolvimentos pós-revolucionários. (MÉSZÁROS, 2002, p. 563 – grifos nossos).

Segundo Mészáros, a experiência pós-revolucionária soviética, em agudo contraste com as expectativas socialistas abertas pela vitória da Revolução Russa, engendrou um tipo novo de Estado, não socialista e muito menos comunista, mas “pós-capitalista”. Segundo essa visão, a experiência soviética teria superado o *capitalismo*, enquanto modo específico de entificação do capital que extrai *economicamente* o trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, mas não teria superado o *capital* em si.

A experiência soviética, segundo Mészáros, não superou o capital porque manteve a exploração do trabalho excedente, sob uma forma não mais puramente econômica (posto que aboliu a propriedade privada e extinguiu as *personas* capitalistas), mas predominantemente *política*.

Infelizmente, não podemos desenvolver com profundidade essa questão, a despeito do fato de que a instigante abordagem de Mészáros

sobre a forma reciclada de permanência da lógica do capital nas sociedades pós-revolucionárias seja extremamente importante para alertar para o perigo de que as experiências revolucionárias futuras sigam a *linha de menor resistência*, superando apenas o capitalismo e deixando de lado o problema central: subjugar o capital (POLESE, 2016).

Assim, reconhecer que não houve, nas experiências do “socialismo real”, o fenecimento do Estado é apenas o *começo* do enfrentamento necessário das complicadas questões envolvidas na questão. É preciso problematizar a posição do Estado e sua necessária (auto)transcendência, não só numa situação pós-capitalista similar à de tipo soviético, mas também nos Estados capitalistas em todas as suas variantes mais ou menos democráticas etc.

No caso do “socialismo real”, este não apenas não eliminou o Estado, como, ao contrário, fortaleceu maciçamente sua estrutura de poder político sobre o corpo social, e, o que é pior, para as estratégias futuras de transição: seu modo específico de *tentativa de transição* pós-capitalista foi elevado ao *status* de *modelo* generalizável.

Houve danos históricos concretos e potenciais da elevação a *modelo* da experiência histórica stalinista – que, no limite, ao instituir acriticamente o paradigma do “socialismo num só país”, representou, dentre outras coisas, um desvio escapista das questões centrais referentes à abolição do Estado. Além disso, houve mesmo o notável descuido, por parte dos “marxismos”, da análise séria da teoria política de Marx. Não bastassem esses elementos, há ainda outro fator que contribuiu em muito com a tragédia histórica da esquerda comunista: o fato de que Estado capitalista, contra as expectativas, não se tornou o Estado extremamente autoritário de tipo fascista. Isso fortaleceu material e ideologicamente o “espectro capitalista”, antes e durante a Guerra Fria, com todas as suas implicações negativas desconcertantes que sobreviveram até os dias atuais. Evidentemente, tal fato não se deve a um suposto “aspecto democrático intrínseco” ao capitalismo. Há, quanto a esse aspecto histórico, uma justificativa material ao mesmo tempo elucidativa e preocupante:

Embora ninguém deva subestimar o perigo de ditaduras de direita como soluções a períodos de crise aguda, tais soluções, apesar disso, parecem estar muito em desacordo com as exigências objetivas do processo capitalista de produção e circulação em suas fases relativamente tranquilas de desenvolvimento. A ‘sociedade civil’ há muito estabelecida, articulada ao redor do poder econômico estruturalmente arraigado dos capitais privados em competição, tanto assegura quanto preserva a dominação capitalista do Estado político e, por meio dele, da sociedade como um todo. Qualquer reversão de tais relações de poder em favor do Estado autoritário em período de aguda crise é, na verdade, uma faca de dois gumes, que tanto ameaça quanto defende a ordem estabelecida, ao romper o mecanismo *normal* de dominação estrutural e ao colocar em jogo a colisão frontal das forças antagônicas no lugar da esmagadora inércia

da situação anteriormente aceita. A relação normalmente prevalecente entre ‘sociedade civil’ e Estado político amplia em muito o poder ideológico de mistificação do Estado político burguês – por se apresentar como o modelo insuperável de não interferência e liberdade individual – e, por meio de sua própria inércia, constitui um obstáculo material paralisante a qualquer estratégia de transição; Pois *impõe ao seu adversário socialista o imperativo de prometer ‘liberdade da dominação do Estado’ em futuro próximo, enquanto, de fato, o poder socialista sustentado do Estado pós-capitalista [...] contra a ‘sociedade civil’ herdada, estruturalmente capitalista, é uma condição sine qua non da mudança estrutural necessária.* (MÉSZÁROS, 2002, p. 562 – grifos nossos).

Ou seja: se o capitalismo aparenta não ser fascista, totalitarista etc., e se permite “liberdade” à “sociedade civil”, qualquer proposta de transição que almeje ser seguida pelas massas não pode acabar com essa “liberdade”; deve, porém, prometer “liberdade da dominação do Estado”, mesmo porque há a experiência stalinista como “referência” negativa.

Ora, é absolutamente impossível uma transição socialista que mantenha a “liberdade” da sociedade civil herdada, posto que esta está enraizada nas contradições do sistema do capital, as quais devem ser superadas, ou então não haverá transição alguma. Em outras palavras, a transição socialista necessitará destruir os órgãos especificamente capitalistas e extirpar as personas do capital em ofensiva contrarrevolucionária, o que não pode ser feito com predomínio total da “liberdade” da sociedade civil e suas contradições intrínsecas.

Entretanto, isso constitui sim um norte para a transição e a democratização substantiva das novas relações sociais e da estrutura horizontal dos novos órgãos de controle sociometabólico, que substituirão as instituições burguesas e fornecerão a base material e política para a construção da sociabilidade comunal. Conforme a passagem esclarecedora de Mézáros:

Declarar que ‘agir no interior de formas políticas pertence à velha sociedade’ (em vista da continuidade da existência de uma esfera política separada) é tão verdadeiro em suas perspectivas últimas quanto inadequado no que diz respeito aos problemas de transição. Já que o *ato* de libertação não pode ser separado do *processo* de libertação, e desde que o Estado político, apesar de ser condicionado, é também e simultaneamente um fator condicionante vital, a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a radical transformação da política propriamente dita. Isto significa que a pretendida transcendência do Estado apenas pode ser realizada através da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. Se este é o caso, e na verdade é, como poderemos escapar do círculo vicioso? Pois, mesmo que todos concordemos em que o Estado político em suas características essenciais pertence à velha sociedade, a questão permanece: como transformar o Estado herdado em uma genuína formação *transicional* da estrutura que se tornou

abrangente e necessariamente *auto-perpetuante* no curso do desenvolvimento capitalista? Sem uma identificação realista das mediações teóricas necessárias e forças materiais/sociais envolvidas em tal mudança transicional, o programa de abolir a política pela reorientação socialista da política está destinado a ser muito problemático. (MÉSZÁROS, 2002, p. 562).

Os problemas a serem enfrentados na construção e manutenção *positiva* da alternativa socialista vão muito além da mera revolução política que desapropria os capitalistas e se apodera do aparato político estatal. Tampouco podemos imaginar, com ingênuo voluntarismo, que é possível abolir o Estado rapidamente, “por decreto”. O papel da política e do Estado na transição é um papel essencialmente contraditório, um desafiador território a ser desbravado com cautela, passo a passo, pois está repleto de armadilhas letais capazes de fazer recuar a transição ali onde ela, talvez, menos esperaria, ou seja, por dentro.

Referências

- BOBBIO, N. et alli. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. *Crítica Marxista*, Belo Horizonte, n. 5, 1995.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- POLESE, P. *A ofensiva contra o capital*. Política radical e definimento do Estado na transição socialista. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2018.36681

Recebido em 13 de março de 2018.

Aceito para publicação em 19 de maio de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Democracia e ditadura na teoria política de Marx e Engels

Democracy and dictatorship in the political theory of Marx and Engels

Theófilo Codeço Machado Rodrigues*

Resumo – O presente artigo analisa a forma como Marx e Engels, teóricos da política, inseriram-se no debate contemporâneo sobre a democracia no século XIX. Passada a Revolução Francesa de 1789, a democracia tornou-se o grande tema da agenda teórica do século XIX. Mas as interpretações foram, decerto, distintas. De modo bem diferente de seus contemporâneos liberais, Marx e Engels compuseram a justificativa teórica para a ação dos trabalhadores para além da democracia burguesa. Transitando entre temas como a “verdadeira democracia”, a “emancipação humana”, o “comunismo” e a “ditadura do proletariado”, os dois autores formularam teorias que não apenas informaram a grande polarização do século XX, mas que ainda referenciam debates sobre as possibilidades de uma alternativa ao capitalismo no século XXI. A hipótese aqui apresentada é a de que a tensão entre democracia e ditadura na obra dos dois permite interpretações dispares, o que garante sua permanência no debate atual.

Palavras-chave: teoria política; democracia; ditadura do proletariado; Karl Marx; Friedrich Engels.

Abstract – This article analyses how Marx and Engels, political theorists, entered the contemporary debate on democracy in the 19th century. After the French Revolution of 1789, democracy became the great theme of the theoretical agenda of the 19th century. But interpretations were certainly disparate. In a very different way from their liberal contemporaries, Marx and Engels composed the theoretical justification for the action of workers beyond the bourgeois democracy. Transitioning between topics such as “true democracy,” “Human Emancipation,” “communism,” and “dictatorship of the proletariat,” the two authors formulated theories that not only informed the great polarization of the 20th century, but which still are reference to debates about the possibilities of an alternative to capitalism in the 21st century. The hypothesis presented here is that the tension between democracy and dictatorship in the work of the two authors allows different interpretations that guarantee its permanence in the current debate.

Keywords: political theory; democracy; dictatorship of the proletariat; Karl Marx; Friedrich Engels.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. *Correspondência:* UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS): Largo São Francisco de Paula, 1, Centro – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20051-070. *Email:* <theofilomachadorodrigues@gmail.com>.

Introdução

Karl Marx foi um homem da ciência e *O Capital* foi o fruto mais bem-acabado de sua pesquisa científica. “Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e essência das coisas coincidissem imediatamente”, diz sua famosa frase do *Livro 3* de *O Capital* (MARX, 2017, p. 880). Marx também foi um homem da filosofia, em particular em seus textos de juventude em diálogo com a obra de Hegel e com os jovens hegelianos; mas um filósofo da *práxis*, na certa expressão gramsciana. Pois se em Hegel a coruja de Minerva só deveria alçar seu voo com o crepúsculo, em Marx a filosofia deveria ser ela própria agente da transformação. “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1998, p. 103), argumenta em sua 11ª tese sobre Feuerbach. Mas, acima de tudo, Marx foi um homem da política e da teoria que a movimenta. Na política, Marx, sempre ao lado de Friedrich Engels, participou ativamente da Liga dos Comunistas, gênese do futuro partido comunista, e foi o principal dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores, (AIT), ou simplesmente a Primeira Internacional.

O presente artigo analisa a forma como Marx e Engels, teóricos da política, inseriram-se no debate contemporâneo sobre a democracia. Passada a Revolução Francesa de 1789, a democracia tornou-se o grande tema da agenda teórica do século XIX. Mas as interpretações foram, decerto, distintas. De modo bem diferente de seus contemporâneos liberais – Aléxis de Tocqueville e John Stuart Mill – Marx e Engels compuseram a justificativa teórica para a ação dos trabalhadores para além da democracia burguesa. Transitando por entre temas como a “verdadeira democracia”, a “emancipação humana”, o “comunismo” e a “ditadura do proletariado”, os dois autores formularam teorias políticas que não apenas informaram a grande polarização do século XX “a chamada Guerra Fria”, como também ainda hoje referenciam debates sobre as possibilidades de uma alternativa social e política ao capitalismo no século XXI.

A hipótese aqui apresentada é a de que a tensão entre democracia e ditadura na obra de Marx e Engels permite interpretações díspares, o que garante a riqueza e a permanência do debate nos tempos atuais. A primeira seção apresenta como o jovem Marx encarou a filosofia hegeliana de sua época, definiu a “verdadeira democracia” e formulou categorias distintas, como a “emancipação humana” e a “emancipação política”. A seção seguinte compreende a transição teórica de um Marx já amadurecido, presente em *Manifesto comunista* e nas obras históricas sobre as jornadas de 1848 e a Comuna de Paris. Daí emerge o conceito de “ditadura do proletariado”. Por fim, abordaremos a forma como Engels, em texto publicado em seu último ano de vida, encarou a possibilidade da via eleitoral para a consecução da “ditadura do proletariado”.

O jovem Marx e a “verdadeira democracia”

A literatura especializada é praticamente unânime ao apontar o jovem Marx, ou seja, Marx até aproximadamente seus 25 anos, como um “democrata radical”. Logo após terminar seu curso de filosofia na Universidade de Berlim, em 1841, Marx passou a colaborar, no ano seguinte, com o principal jornal da burguesia democrata da região da Colônia, a *Gazeta Renana*. Foi ali, como editor daquele jornal, que Marx teve sua iniciação política na conturbada conjuntura prussiana. Como diz o próprio, no famoso *Préface* de 1859, “nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 1999, p. 50). No jornal, travou combate contra o parlamento renano e contra o governo prussiano, posicionando-se em defesa dos camponeses e da liberdade de imprensa. Não se tratava ainda de um comunista, mas de um democrata radical (HOBSBAWM, 2011). Os embates culminaram com o fechamento do jornal em 1843, o que o levou a Paris. Mas antes de alcançar Paris, numa parada rápida de alguns poucos meses para a lua de mel na cidade de Kreuznach, Marx enfrentou uma transição teórica de longo alcance: uma revisão profunda da obra de Hegel. Foi ali que redigiu o manuscrito de 1843, que ficou conhecido como *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.

Em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx (2005) enfrenta de modo inovador o tema da democracia e do Estado. Sua preocupação nesse momento é com a busca pela “verdadeira democracia”, entendida como “abolição da separação entre o social e o político, o universal e o particular” (LOWY, 2012, p. 74). A “verdadeira democracia” que Marx busca é bem diferente daquela que foi efetivada pela burguesia no século anterior, em particular na Revolução Francesa. Pois, dirá Marx (2005, p. 97), essa conquista burguesa do sistema representativo apenas significa que “os membros singulares do povo são iguais no céu de seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade”. Não há como não notar, aqui, uma aproximação da ideia de “verdadeira democracia” marxiana com a “vontade geral” rousseauiana, *i.e.*, a concepção de que a soberania popular deve prevalecer sobre a separação entre representante e representado, entre social e político¹. Nas palavras de Celso Frederico (1995, p. 86), na democracia do jovem Marx “a extinção do Estado é substituída pela democracia direta, na qual a gestão dos assuntos públicos dispensa a presença de uma esfera autônoma, separada dos homens comuns”.

Foi, contudo, apenas alguns meses após ter se concentrado em torno dos estudos sobre Hegel, em Kreuznach, que Marx efetivou um passo

¹ Tese corroborada por Rubens Enderle (2005) e Della Volpe (1982). Aliás, em *Sobre a questão judaica*, Marx (2010, p. 53) cita diretamente o *Contrato social* de Rousseau. Por outro lado, em vez da linha Rousseau-Marx, Pogrebinski (2007) prefere identificar a aproximação entre Marx e Spinoza, o que também concordamos, embora não seja esse o ponto a ser desenvolvido no presente artigo.

concreto em direção ao amadurecimento de seu pensamento. Em Paris, publicou, logo no início de 1844, dois artigos em uma revista chamada *Anais Franco-Alemães: A questão judaica e Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Há aqui uma transição teórica: da ideia de “verdadeira democracia”, Marx passa a entender como “emancipação humana” o *locus* ideal a ser alcançado. Para Marx (2010), o fim do século XVIII e início do XIX traz para as sociedades desenvolvidas duas possibilidades de emancipação. A primeira delas é a emancipação política, entendida como a simples democracia, própria das revoluções burguesas, como as da França, Inglaterra e Estados Unidos. Em sua síntese, “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente” (MARX, 2010, p. 54). A emancipação humana é, no entanto, um passo para além da mera emancipação política; trata-se da emancipação plena dos homens, aquilo que antes entendeu como “verdadeira democracia” e que, posteriormente, chamará de comunismo.

Nas últimas páginas da *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx (2005) identifica quem será o sujeito histórico em sua teoria política: o proletariado. Mas qual seria o exato papel a ser desempenhado por esse proletariado ainda era uma incógnita naquele momento. Tratava-se mais de uma hipótese a ser testada do que uma tese comprovada pela observação empírica.

Porém, não tardou para que o teste histórico ocorresse aos olhos de Marx. Em junho de 1844, apenas quatro meses após a publicação da *Introdução*, explodiu na Alemanha a greve dos tecelões da Silésia. O evento, nas palavras de Michael Lowy (2010a, p. 11), representou “a primeira revolta operária na história alemã moderna, esmagada pela intervenção do exército prussiano”. A greve da Silésia agitou profundamente a reflexão de Marx. Sua percepção foi a de que havia uma mudança significativa em relação às mobilizações operárias na França e na Inglaterra. Diz Marx (MARX; ENGELS, 2010b, p. 44): “a revolta silesiana começa justamente no ponto em que as revoltas dos trabalhadores da França e da Inglaterra terminam, ou seja, consciente da essência do proletariado”. Diferente do que faziam os luddistas ingleses, na Alemanha “não são destruídas apenas as máquinas, essas rivais dos trabalhadores, mas também os livros contábeis, os títulos de propriedade” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 44). Ademais, o proletariado alemão percebeu objetivamente a totalidade do adversário a ser enfrentado, qual a sua classe antagonista: “ao passo que todos os demais movimentos se voltaram apenas contra o industrial, o inimigo invisível, este movimento se voltou simultaneamente contra o banqueiro, o inimigo oculto” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 44).

A transição conceitual em *Manifesto comunista*

Em novembro de 1847, Marx e Engels recebem da Liga dos Comunistas a tarefa de publicar um panfleto de divulgação das ideias do movi-

mento. Apesar das pressões da Liga, o que poderia sugerir certo atraso, o manuscrito não tardou a ficar pronto e em fins de fevereiro Marx entregou para a impressão em Londres sua versão final redigida em alemão. Ao fim e ao cabo, o texto que saiu dali não foi um simples panfleto de divulgação do programa dos comunistas; antes, tratava-se de um documento que sintetizava, em suas poucas páginas, uma teoria da história, uma teoria da revolução e uma teoria do partido: o *Manifesto comunista*.

No *Manifesto*, a palavra democracia aparece uma única vez. Marx e Engels (2010a, p. 57) explicam “que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia”. Há aqui duas possíveis interpretações. Por um lado, poderia se afirmar que para os autores a “elevação do proletariado a classe dominante” seria sinônimo de “democracia”, i.e., só haveria democracia onde o proletariado fosse a classe dominante. Essa interpretação converge com a ideia anterior de “verdadeira democracia”.

Outra interpretação possível seria compreender a “conquista da democracia” apenas como uma “primeira fase da revolução operária”. Nesse registro “democracia” é entendida como “democracia burguesa”. Essa segunda interpretação parece fazer mais sentido quando observamos a passagem que vem logo a seguir: “O proletariado usará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 57). Afinal de contas, se a “conquista da democracia” já significasse a “verdadeira democracia” ou o “comunismo”, então já não seria mais necessário “arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia”.

A “democracia” apontada no *Manifesto* é, portanto, a “democracia burguesa”, e sua conquista é instrumental tendo em vista o objetivo posterior de chegar ao comunismo. Mas a transição conceitual iniciada no *Manifesto* só se completa na passagem que vem em seguida: “Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas (MARX; ENGELS, 2010a, p. 58). A “conquista da democracia” e a consequente “supremacia política” do proletariado será acompanhada de “intervenções despóticas”. Os autores ainda não utilizam a ideia de “ditadura do proletariado”, mas, ao adotarem a expressão “intervenções despóticas”, já estão bem próximos desse entendimento.

Com efeito, essa interpretação já aparecia em *Princípios básicos do comunismo*, texto pouco conhecido escrito por Engels (1982a) em novembro de 1847. Ali, um caráter instrumentalista da democracia emergia. A tarefa da revolução seria estabelecer “uma *Constituição democrática do Estado*, e, com ela, directa ou indirectamente, o domínio político do proletariado” (ENGELS, 1982a). Ainda em suas palavras, “a democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente

como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem directamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado” (ENGELS, 1982a). Ou seja, a democracia é entendida como mero meio para o proletariado tomar o poder político e acabar com a propriedade privada. A clara semelhança entre esse texto de novembro de 1847 e o de fevereiro de 1848 desmente a falsa tese de que Marx teria redigido o *Manifesto* sozinho e de que Engels teria apenas assinado sua coautoria. *Princípios básicos do comunismo* era, de fato, uma prévia do que viria a ser o *Manifesto*.

A emergência conceitual da “ditadura do proletariado”

Após a publicação do *Manifesto*, Marx passou a investir na carreira de jornalista. Sua proposta inicial foi reativar a experiência que teve em 1842-1843 com a *Gazeta Renana*. Assim, editou, em parceria com Joseph Weydemeyer, a *Nova Gazeta Renana*, um jornal diário que circulou na região da Colônia entre junho de 1848 e maio de 1849. Contingenciados pelo efervescente período histórico da Primavera dos Povos, quando movimentos revolucionários eclodiram por toda a Europa, Marx e Weydemeyer utilizaram a *Nova Gazeta Renana* como instrumento de divulgação daqueles eventos, em particular dos acontecidos em França e Alemanha.

Em 1849, o jornal, que já contava com cerca de 6 mil assinaturas, foi proibido pelo governo, e Marx, expulso da Alemanha, seguiu para Londres, onde morou até o fim de sua vida (ENGELS, 1976). Ao chegar em Londres, editou ainda seis números da *Nova Gazeta Renana*, agora em formato de revista, que foram publicados em Hamburgo, em 1850, mas sem muito sucesso. Alguns desses últimos textos de Marx sobre o movimento revolucionário francês, publicados em Hamburgo, foram reunidos em 1850 no livro *As lutas de classes na França*. Foi justamente em um desses textos que a expressão “intervenção despótica”, adotada no *Manifesto*, foi substituída pelo termo “ditadura do proletariado”.

Logo no primeiro capítulo de *As lutas de classes na França*, que trata do período que vai de fevereiro a junho de 1848, Marx observou uma mudança no conteúdo das reivindicações do proletariado². De acordo com Marx (2012a), o processo revolucionário de fevereiro, que derrubou a monarquia de Luís Filipe, foi conformado por uma coalizão entre a burguesia e o proletariado, sob protagonismo deste último. Essa coalizão formou o governo provisório que tinha a pretensão de organizar uma república social. No entanto, essa república social defendida pelo proletariado não passou de uma ilusão.

Após a vitória de fevereiro, o proletariado passou a ser isolado e iniciou-se ali uma república burguesa. Consciente de que tinha sido o

² Esse primeiro capítulo, intitulado *A derrota de junho de 1848*, foi publicado originalmente em janeiro de 1850, no número 1 da versão em revista da *Nova Gazeta Renana* (BERTELLI, 1986).

principal responsável pela queda da monarquia, o proletariado passou a fazer mais e mais reivindicações que, todavia, não foram atendidas pelo governo provisório. Tudo isso levou à insurreição de junho, quando milhares de trabalhadores foram massacrados pelo exército dirigido pela burguesia no poder.

O sonho de uma aliança com a burguesia em favor de uma república social havia acabado. Daí a afirmação de Marx (2012a, p. 64) de que “as exigências, exuberantes quanto à forma, mesquinhas e até ainda burguesas quanto ao conteúdo, que o proletariado parisiense quis espremer da república de fevereiro deram lugar à ousada palavra de ordem revolucionária: Derrubar a burguesia! Ditadura da classe operária!”. Em outro capítulo do livro, Marx (2012a, p. 138) observou como essa transição na leitura política do proletariado passou a identificar sua ditadura com o socialismo revolucionário, com o comunismo: “Esse socialismo é a declaração de permanência da revolução, a ditadura classista do proletariado como ponto de transição necessário para abolição de todas as diferenças de classe, para a abolição da totalidade das relações de produção em que estão baseadas [...]”³.

Entre os socialistas da Alemanha, a ideia de “ditadura do proletariado” ainda estava em disputa naquele momento histórico. Em junho de 1850, o editor do *Neue Deutsche Zeitung*, outro jornal da esquerda alemã, condenou a utilização da expressão “ditadura do proletariado”, o que levou a uma resposta de Marx em carta enviada alguns dias depois, na qual ele defendeu o seu uso (MARX, 1978). A “ditadura do proletariado” não havia entrado naqueles textos de janeiro e março de 1850 por acaso; a partir dali, passaria a fazer parte, de forma consciente, do repertório dos dois autores.

Essa virada conceitual foi confirmada pelo próprio Marx em carta enviada a Weydemeyer, seu amigo e parceiro na edição da *Nova Gazeta Renana*. Após o fim do jornal, em 1849, Weydemeyer transferiu-se com sua família para os Estados Unidos em 1851, país onde morou até a sua morte, em 1866. Nesse período, os dois mantiveram contato permanente. Fruto dessa parceria, o livro *O 18 brumário de Luís Bonaparte* surgiu a partir de uma série de textos redigidos por Marx entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852 para serem publicados na revista *Die Revolution* de Weydemeyer, em Nova York. Foi nesse contexto que, em março de 1852, Marx enviou uma carta para Weydemeyer sintetizando da forma mais clara possível a essência de sua contribuição teórica:

Nenhum crédito é devido a mim por ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Bem antes de mim, historiadores burgueses tinham descrito o desenvolvimento histórico da luta de classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi provar: (1) que a existência das classes está apenas ligada a fases históricas do desenvolvimento da produção;

³ Esse capítulo, intitulado *As consequências do 13 de junho de 1849*, foi publicado originalmente em março de 1850, no número 3 da versão em revista da *Nova Gazeta Renana* (BERTELLI, 1986).

- (2) que a luta de classes leva necessariamente à ditadura do proletariado;
(3) que essa mesma ditadura só constitui a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes. (MARX, 2000, p. 371-372 “ tradução nossa).

Em síntese, o que Marx demonstrou na carta para Weydemeyer foi que a sociedade sem classes, que já havia sido chamada de “verdadeira democracia” ou de “comunismo”, pressupõe uma fase anterior, em que as classes ainda existem, embora a classe no poder seja o proletariado. Para essa fase anterior deu-se o nome de “ditadura do proletariado”.

Embora tenha sido formulada no início da década de 1850, a ideia de “ditadura do proletariado” permaneceu como uma abstração até o início da década de 1870. Foi somente com a Comuna de Paris, em 1871, que Marx e Engels vislumbraram num evento real, concreto, sua concepção até então teórica. Durante dois meses, entre março e maio de 1871, estabeleceu-se na capital francesa um governo operário de fato, que aboliu o trabalho noturno, reduziu a jornada de trabalho e instituiu a igualdade entre os sexos, entre diversas outras conquistas. Claro, a ascensão operária não passou incólume, e em pouco tempo foi massacrada pela união das forças conservadoras de França e Alemanha. Engels (2011, p. 197), nas palavras que encerram a *Introdução* de 1891 para a *Guerra civil na França*, assegurou: “Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado”.

Após a derrota dos trabalhadores na Comuna de Paris, o grande palco da luta de classes na Europa seguiu da França para a Alemanha. Foi lá que, em 1875, foi constituído o mais importante partido político dos trabalhadores no continente, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), sob a influência teórica de Marx e Engels e a direção política de August Bebel.

No contexto do Congresso realizado na cidade de Gotha, onde o partido foi fundado, estava em debate seu programa político. Marx discordou das linhas programáticas iniciais que lá seriam apresentadas e manifestou, em manuscrito que ficou conhecido como a *Crítica ao programa de Gotha*, a mais clara defesa sobre o que entendia ser a tarefa do SPD: a construção da ditadura do proletariado. Diz Marx (2012b, p. 43): “entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*”.

Definir exatamente como seria essa ditadura do proletariado seria um erro. Essa, aliás, nunca foi a preocupação de Marx e Engels, que estavam mais interessados em estabelecer a necessidade histórica dessa fase. O que se sabe é que a ditadura em Marx nunca foi uma forma de governo institucional, mas sim o conteúdo da dominação de uma determinada classe: a ditadura da burguesia, por exemplo, poderia existir com ou sem o sufrágio universal. O que se pode derivar, a partir dos fragmentos das obras esparsas dos autores, é que a ditadura do proletariado “deveria combinar a trans-formação

democrática da vida política das massas com medidas para evitar a contrarrevolução pela classe dominante derrotada” (HOBSBAWM, 2011, p. 60).

A concepção de “ditadura do proletariado” será fundamental para que os autores rompam com as críticas de que a teoria seria economicista, ou seja, de que o fator econômico é o único determinante no processo histórico. Já na descrição do método da economia política, presente na *Crítica da economia política*, de 1857, Marx assegurava que a realidade é síntese de múltiplas determinações. Mas foi em uma carta de Engels para Bloch de 1890 que essa concepção anti-economicista ficou mais clara. Ali, Engels explica que Marx e ele precisaram enfatizar a importância da economia num momento em que seus adversários a negavam. Algo semelhante àquilo que Lenin um dia chamou de a “teoria da curvatura da vara”: quando a vara está muito inclinada para um lado, faz-se necessário forçá-la para o outro, para que, enfim, ela termine numa posição justa (ALTHUSSER, 1978, p. 136). A crítica que dessa interpretação adviria seria a seguinte: como consequência do suposto economicismo de Marx e Engels, toda ação política seria desnecessária. Algo que os autores consideram um absurdo. Responde Engels (1982b):

Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma⁴.

A ação política é, portanto, fundamental para a história, e a ditadura do proletariado, uma necessidade. “Ou por qual razão nós lutamos pela ditadura política do proletariado se o poder político é economicamente impotente? Força (isto é, poder estatal) é também poder econômico!”, conclui Engels em sua carta para Conrad Schmidt de 27 de outubro de 1890.

Engels e a “democracia eleitoral” como instrumento

Creio ter tido sucesso em demonstrar até agora que a busca de Marx e Engels por uma nova sociedade, a sociedade sem propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, sem classes sociais, teve diver-

⁴ Tradução de Vinicius Valentin Raduan Miguel para o site *Marxists.org*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>.

sos nomes: “verdadeira democracia”, “emancipação humana” e “comunismo”. Além disso, que a transição entre a sociedade capitalista e essa nova sociedade seria conhecida como socialismo ou ditadura do proletariado. Acredito também já ter demonstrado que essa ditadura do proletariado não é um tipo específico de regime político, com instituições próprias, mas antes um conteúdo: o governo dirigido pelos trabalhadores. Mas a forma como alcançar essa ditadura do proletariado não possui um modelo ou uma única via. Esse é o argumento dessa última seção.

Até o início da década de 1870 na Europa, em particular até a Comuna de Paris, acreditava-se ainda que o modelo da revolução socialista seria o insurrecional. Esse havia sido o modelo exportado pela França sob a referência das revoluções de 1789, 1848 e 1871. Seria, no entanto, no mínimo um equívoco acreditar que as condições políticas da Europa ocidental do fim do século XVIII seriam as mesmas do fim do século XIX. Repetir a fórmula jacobina aproximadamente 100 anos depois resultaria em desastre. Foi o que sustentou Engels (2012) em um de seus últimos textos, a *Introdução* para *As lutas de classes na França*, publicada em 1895, poucos meses antes de morrer.

“Hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos”, defendeu Engels (2012, p. 14). Mas por que antiquadas? Muitas mudanças ocorreram nos quase cinquenta anos que separam esse texto de Engels das jornadas de 1848: os exércitos cresceram; as armas desses exércitos tornaram-se cada vez mais modernas; as ferrovias também se expandiram, permitindo rápidos deslocamentos de soldados; e as ruas das grandes cidades foram alargadas, impedindo a organização de barricadas como as de 1848. Em suma, praticamente todas as grandes modificações favorecem aos militares no que diz respeito ao combate insurrecional.

Houve, todavia, uma mudança institucional que, se sabiamente utilizada, poderia beneficiar os trabalhadores: o sufrágio universal. Após o surgimento do SPD em 1875, já num contexto de sufrágio universal⁵, o crescimento do partido veio de eleição em eleição. Mesmo a Lei Antissocialista de Bismarck, que impedia que os social-democratas tivessem imprensa própria e fizessem reuniões públicas, não foi capaz de impedir a emergência do SPD. Engels (2012, p. 20) demonstra como o SPD passou de 493 mil votos em 1877 para 763 mil em 1887, 1,427 milhão em 1890 e, finalmente, 1,787 milhão em 1894. A conclusão era óbvia: eleger um governo social-democrata, pela via eleitoral, era só uma questão de tempo. A ditadura do proletariado poderia ser alcançada pela via eleitoral. De forma irônica, Engels declara: “nós, os “revolucionários”, os “sublevadores”, medramos muito melhor sob os meios legais do que sob os ilegais e a sublevação” (ENGELS, 2012, p. 29).

⁵ Sufrágio universal masculino, é bom que se diga. Na Alemanha, o sufrágio universal de fato, para homens e mulheres, surgirá apenas em 1919, com a República de Weimar.

Note-se que há uma profunda semelhança entre a abordagem de Engels e a de Gramsci. Gramsci não cita Engels, mas sua formulação presente nos *Cadernos do cárcere*, em particular no Caderno 13, redigido entre 1932 e 1934, é praticamente a mesma. Gramsci percebe que o método insurrecional, ou, simplesmente, a “guerra de movimento”, deixou de ser o modo da luta política após 1870. A partir de então, a arte política adotaria a ideia de “guerra de posição”, ou seja, a conquista gradual de forças no seio da sociedade civil como prévia ao enfrentamento direto entre forças políticas pela conquista do aparato estatal. Diz Gramsci (2007, p. 24):

No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos esses elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição.

Foi, no entanto, uma outra interpretação desse texto de Engels que se sagrou vitoriosa: aquela que reduziu toda a luta política à dinâmica eleitoral parlamentar. Os quadros do SPD que nesse momento atuavam com desenvoltura no parlamento adotaram o texto de Engels como justificativa teórica para a prioridade programática da via eleitoral. Retiraram as passagens que não lhes interessavam e divulgaram na imprensa social-democrata uma versão moderada e conciliadora de Engels, o que lhe causou profundo desconforto. Em carta escrita em Londres e endereçada ao genro de Marx, Paul Lafargue, em 3 de abril, Engels (apud MORAES, 2001, p. 37) denunciava esse fato:

Lieb knecht acaba de me pregar uma bela peça (‘joli tour’). Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática a todo custo ‘pacífica e antiviolença’ que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só a preconizo para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável.

Engels sabia que a questão não era tão simples. Em seu texto de 1895 deixava claro que na legalidade democrática burguesa o SPD poderia até avançar, mas, acaso alcançasse a maioria eleitoral necessária para governar, ou seja, para implementar a ditadura do proletariado, nesse exato momento seria a própria classe burguesa quem passaria para a ilegalidade. Nas palavras de Engels (2012, p. 29), “acabará não lhes restando outra saída senão violar pessoalmente essa legalidade que lhes é tão fatal”.

Engels sabia que em algum momento a conquista da ditadura do proletariado exigiria a violência revolucionária e não apenas o pacifismo

parlamentar. Mas isso os dirigentes da II Internacional preferiam esconder. Dentre as consequências dessas interpretações diversas do texto de Engels estão a polêmica entre Rosa Luxemburgo e Bernstein em 1900, a crise da votação dos créditos de guerra em 1914, o fim da II Internacional em 1916, a polêmica entre Kautsky e Lenin em 1918, o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht⁶ em 1919 e o racha entre social-democratas e comunistas ao longo do século XX.

Considerações finais

Em sua conhecida polêmica contra Kautsky, em 1918, Lenin (1971) criticou o fato de o alemão tratar a democracia como algo abstrato, acima das classes sociais. Existira para Kautsky uma “democracia pura”, independentemente da existência material das classes sociais. “Pode-se, pois, dizer que a democracia é possível sem o socialismo, e que pode mesmo ser realizada antes dele”, argumentava Kautsky (1979). A discordância de Lenin (1971, p. 35) foi ríspida: A “democracia pura” é somente uma frase enganosa de liberal que procura lograr os operários. A história conhece a democracia burguesa que substituiu o feudalismo e a democracia proletária que substituiu a democracia burguesa”. Os dois, profundos conhecedores de Marx, partiram de Marx para conclusões completamente diversas, e, por causa dessas interpretações distintas, um mar se abriu entre social-democratas e comunistas ao longo do século XX. Diga-se de passagem, um terceiro vértice nessa disputa ainda surgia, entre Kautsky e Lenin, com os últimos trabalhos de Rosa Luxemburgo (2011, p. 210), para quem “a tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, consiste em instaurar a democracia socialista, no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda democracia”. O debate estava em aberto.

O presente artigo demonstrou que uma leitura marxiana, ou seja, da obra direta de Marx, permite afirmar que as duas interpretações possuem erros e acertos. Mas como isso é possível? Hoje sabemos que nem Kautsky, nem Lenin conheceram toda a obra de Marx e Engels, particularmente seus textos de juventude. Foi o trabalho de David Riazanov no Instituto Marx e Engels e o projeto da *Marx Engels Gesamtausgabe* (Mega) que trouxeram à luz muitos desses textos até então originais⁷.

A *Ideologia alemã*, que no *Prefácio de 1859* Marx declarou ter deixado para “a crítica roedora dos ratos”, foi publicada por Riazanov apenas

⁶ Karl Liebknecht é filho de Wilhelm Liebknecht, o fundador do SPD que Engels acusou de desvirtuar seu texto. Karl, no entanto, não compactuava com o revisionismo do pai. Assim, atuou na ala esquerda do SPD, junto a Rosa Luxemburgo, com quem fundou o Partido Comunista Alemão. Os dois foram assassinados em janeiro de 1919 por milícias apoiadas pelo SPD. Sobre isso, ver: Benjamin (1999), Varela (2017) e Lowy (2010b).

⁷ Após a Revolução Russa de 1917, Riazanov foi o responsável por organizar as obras completas de Marx e Engels. Sobre esse processo, ver: Cerqueira (2010).

em 1926, dois anos após a morte de Lenin. Já a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* foi publicada somente em 1927. Compreende-se, assim, a razão de Lenin não considerar possível uma “democracia pura”: não conhecia ainda a defesa da “verdadeira democracia” feita por Marx em 1843.

Por outro lado, se a ideia de uma ‘democracia pura’, como Kautsky (1979) apontou, era possível, o líder da II Internacional equivocava-se, do ponto de vista marxiano, em desconectar essa “democracia pura” do mundo material das classes sociais. Pois, para Marx, sempre foi claro que a “verdadeira democracia” era bem diferente da democracia burguesa, *i.e.*, da democracia realmente existente naquele momento histórico: a “verdadeira democracia” era um *lócus* a ser alcançado, em que a divisão entre representantes e representados não mais existisse: em outras palavras, o comunismo.

Desse dissenso, ou dessa tensão entre democracia e ditadura no âmbito da teoria política marxista, muitas correntes surgiram. A principal e mais conhecida polêmica deteve-se entre comunistas e social-democratas, bolcheviques e mencheviques. Mas inúmeras outras interpretações desenvolveram-se ao longo do século XX, como o “austromarxismo” de Otto Bauer e Max Adler, o “comunismo de conselhos” de Anton Pannekoek, Herman Gorter, Karl Korsch, Otto Rühle e Paul Mattick, e o “eurocomunismo” de Enrico Berlinguer, Santiago Carrillo e George Marchais. No período mais recente, teóricas do pós-marxismo como Nancy Fraser e Chantal Mouffe têm buscado atualizar o debate em torno de temas como “democracia radical” e “redistribuição e reconhecimento”, prova de que o debate acerca da relação entre democracia e socialismo continua mais vivo do que nunca.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Posições*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- BENJAMIN, C. Apresentação. In: LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão popular, 1999.
- BERTELLI, A. R. Uma introdução polêmica. In: MARX, K. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Global, 1986.
- CERQUEIRA, H. E. da G. David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels. *Economia*, Brasília (DF), v.11, n.1, jan./abr. 2010.
- DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx – A liberdade igualitária*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- ENDERLE, R. Apresentação. In: MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ENGELS, F. Marx e a “Nova Gazeta Renana” (1848-1849). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol. 2. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.
- _____. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Progresso, 1982a.
- _____. Carta a Bloch. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Alfa Ômega, 1982b.
- _____. Introdução. In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Prefácio. In: MARX, K. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- HOBBSBAWM, E. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- LENIN, V. I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Póvoa de Varzim: Ed. Nosso Tempo, 1971.
- LOWY, M. Prefácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Margem Esquerda*, N. 15. São Paulo: Boitempo, 2010b.

LOWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. Volume 2. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

MARX, Karl. To the editor of the Neue Deutsche Zeitung. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Marx-Engels Collected Works*. Vol. 10. London: Lawrence & Wishart, 1978.

_____. Prefácio. In: MARX, K. *Os pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

_____. Marx to Weydemeyer, 5 march 1852. In: MCLELLAN, D. (Org.). *Karl Marx selected writings*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. *O Capital*. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MORAES, J. Q. de. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 12, 2001.

POGREBINSCHI, T. O enigma da democracia em Marx. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007.

VARELA, R. A guerra das guerras, a revolução das revoluções (1917). *Rev. Direito e Práxis.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2018.36683

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 31 de maio de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

{ Marx: 200 anos – A teoria, a política e a educação*

Marx: 200 Years – Theory, Politics and Education

Maria Ciavatta**

Resumo – Este texto trata do materialismo histórico, fundamento do projeto “*Da História da Educação à História do Trabalho-educação* – A fotografia como fonte de pesquisa” (CNPq). Destina-se a argumentar sobre a atualidade do pensamento de Marx na comemoração dos 200 anos de seu nascimento. Marx deixou uma teoria científica de interpretação da realidade e de produção do conhecimento; uma concepção de trabalho como fonte de conhecimento, de sociabilidade e de produtos; elaborou um método de crítica da economia política e uma concepção de história absolutamente inovadora para seu tempo, a história como produção social da existência. Deixou um legado escrito e falado aos trabalhadores sobre a nova sociedade, a comunista. Sem ser educador no estrito senso, sua concepção de educação tem por base a visão dos seres humanos como um todo que, pela educação politécnica, deve chegar à superação do ser humano dividido entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Palavras-chave: teoria; política; educação.

Abstract – This text deals with historical materialism, the foundation of the project “From the History of Education to the History of Work-Education – Photography as a source for research” (CNPq). It is intended to argue about the actuality of Marx’s thought in the commemoration of the 200th anniversary of his birth. Marx left a scientific theory of interpretation of reality and production of knowledge; a conception of work as a source of knowledge, sociability, and products; elaborated a method of critique of political economy and an absolutely innovative conception of history for its time, history as the social production of existence. He left a written and spoken legacy to the workers about a new society: communist society. Without being an educator in the strict sense, his conception of education is based on the vision of the human being as a whole who, through a polytechnic education, must overcome the human division between manual labor and intellectual work.

Keywords: theory; politics; education.

.....
* Este texto é parte da pesquisa *Da História da Educação à História do Trabalho-educação* – A fotografia como fonte de pesquisa (Bolsa de Produtividade CNPq, 2018-2022).

**Doutora em Ciências Humanas (Educação-PUC-RJ). Pós-doutorado na *Università di Bologna* (1995-96) e na *Università di Roma* (2017); Professora Titular de Trabalho e Educação, Associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz). *Correspondência:* Av. Rui Barbosa, 100/201 – Flamengo, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22250-020. Email: <mciavatta@terra.com.br>.

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo;
O que importa é transformá-lo.
(Karl Marx).

Introdução

O que nos move neste texto é fazer uma reflexão sobre a atualidade do pensamento de Marx, fundamento teórico básico, de nossa pesquisa.¹ Temos, por suposto, que cada pensador é um intelectual de seu tempo, das suas condições de vida, de trabalho e de cultura. Comemorar os 200 anos do nascimento de Karl Marx, o grande pensador, supõe dar atenção a algumas das condições em que o homem Marx cresceu e se formou, o tempo das grandes revoluções no continente europeu.²

Hobsbawm (1982) escreve sobre as duas grandes revoluções que mudaram a Europa e estenderam sua influência por outros continentes. A Revolução Industrial, nos seus marcos decisivos (entre 1780 e 1830), e a Revolução Francesa, na sua criação política e simbólica (1789), são parte de uma Europa em transformação. Marx nasceu em 1818, em plena Revolução Industrial na Inglaterra e apenas 29 anos depois do marco histórico da Revolução Francesa.

Hobsbawm (1982, p. 44) fala sobre o significado da “explosão” da Revolução Industrial:

Significa que, a certa altura da década de 1840, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.

Sua região de nascimento era das mais adiantadas do ponto de vista industrial. “Sobre a influência direta da Revolução Francesa, as rendas feudais tinham sido abolidas nessa região. As suas riquezas, jazidas de carvão e de ferro, favoreciam o progresso industrial” (STEPÁNOVA, 1979, p. 19).

Sobre a outra grande influência de sua época, a Revolução Francesa, Hobsbawm (1982, p. 71) assim se expressa: “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e sua ideologia foram formadas fundamen-

¹ *Da História da Educação à História do Trabalho-educação – A fotografia como fonte de pesquisa* (Bolsa de Produtividade CNPq, 2018-2022).

² Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na Prússia Renana.

talmente pela Revolução Francesa”.³ A historicidade do pensamento de Marx, sua contextualização no tempo-espço de seus contemporâneos, contradiz os que consideram “superado”, no século XXI, seu pensamento sobre o capitalismo. Florestan Fernandes (2009, p. 1) é enfático ao defender que Marx escreveu sobre as condições do capital industrial naquele momento: “Ora, posteriormente, o capitalismo sofreu sucessivas transformações tecnológicas, organizatórias e se internacionalizou, acompanhando a evolução do mercado mundial”. Suas análises no século XIX e o desenvolvimento posterior do capitalismo evidenciam uma permanente crise de reprodução e de acumulação do capital.

Discute-se ainda se Marx teria sido um economista, um filósofo e, mais raramente, se teria sido um historiador. Marx foi um intelectual da ciência como um todo, da realidade das relações sociais nas quais o ser humano produz a vida. A obra de Marx é monumental pelo volume dos escritos e pela acurada análise, originalidade, força e pertinência para a compreensão da história das sociedades ocidentais capitalistas e de sua transformação ao longo dos dois últimos séculos.

Marx deixou uma teoria científica de interpretação da realidade e de produção do conhecimento; uma concepção de trabalho: o trabalho como fonte de conhecimento, de sociabilidade e de produtos, contestando a noção de trabalho dos economistas clássicos. Como filósofo e cientista político deu novo rumo à economia herdada de Adam Smith e de David Ricardo.

Marx elaborou um método de crítica da economia política e uma concepção de história absolutamente inovadora para seu tempo, a história como produção social da existência. Com Engels, elaborou um programa de ação política para a união dos trabalhadores e o fim do capitalismo predador de seu tempo.

Deu um sentido de realidade ao socialismo utópico na concepção da nova sociedade, a saber, a comunista. Sem ser educador *stricto sensu*, sua concepção de educação tem por base a visão dos ser humano como um todo e a superação do ser humano dividido entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a educação politécnica.

1 Contradições e crises são inerentes ao capitalismo

Para Marx, “o princípio organizador da sociedade capitalista era a relação entre o trabalho assalariado e o capital”. A contradição principal

³ Para Hobsbawm (1982, p.73) as ideias da Revolução Francesa alimentaram as lutas da independência das colônias europeias em outros continentes, depois de 1808. Sem registrar aqui, os períodos de lutas da libertação, dá-se como datas simbólicas da independência: Colômbia (1810), Paraguai (1811), Argentina (1818), Chile (1818), México (1821), Peru (1821), Venezuela (1821), Equador (1822), Bolívia (1822), Uruguai (1828, do Brasil e Argentina), Costa Rica (1838), Nicarágua (1838), Honduras (1839), Guatemala (1839), El Salvador (1839), República Dominicana (1844). O Brasil, no mesmo século, acomoda-se às imposições do domínio português com a ampla e brutal escravidão dos negros trazidos da África e a servidão do trabalhador livre. Ficou o símbolo do Grito da Independência (1822), que permaneceu como dependência política, econômica e cultural.

desse processo está em que a produção social é apropriada por interesses privados. Recuperando, sinteticamente, o pensamento de Marx, pergunta-se, terá mudado o funcionamento do capitalismo desde os mais de 150 anos que nos separam de sua escrita? Não é o que se observa. Como o capital é valor, gerado pela relação entre o capital e o trabalho, por força da concorrência, é impossível sua mera conservação; é preciso que ele se expanda, embora mudem os processos produtivos e as formas de acumulação do capital (BOTTOMORE, 1983, p. 1, p. 83-85).

Falar das contradições da sociedade capitalista atual supõe buscar sua expressão mais clara, ou seja, a crise permanente do sistema capital, o que, nos termos de Harvey (2011), significa a crise dos lucros e do consumo. O autor retoma Engels para focalizar a crise das moradias e lembra que, desde o século XIX, o problema das moradias é transferido para outros setores, assim como hoje, em que há o problema da poluição e do acúmulo de lixo, que é transportado dos países ricos, com seus hábitos de vida perdulários, para outros países. Em resumo, o capitalismo é incapaz de resolver as crises intrínsecas ao sistema e as contorna, as desloca material e ideologicamente para outros espaços e aspectos da realidade.

A crise do capital hoje é, fundamentalmente, a crise financeira que é deslocada para a produção e, principalmente, para as condições de vida das populações. Em função da crise da “bolha imobiliária”, nos Estados Unidos, “até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejadas” (HARVEY, 2011). Com o desvario da especulação, “as perdas dos que estão na base da pirâmide social quase se igualaram aos ganhos dos financistas na parte superior”. Em 2008, foi o previsível dismantelamento dos grandes bancos de investimentos com a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos”, sem valor, transbordando para outros centros financeiros e polos setores econômicos (HARVEY, 2011, p. 9-10).

Harvey (2011, p. 21) analisa que “um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e consolidação do poder da classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho [...] o trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política”. O barateamento da mão de obra com a importação de imigrantes e o desenvolvimento tecnológico criaram o desemprego. A globalização da produção pelos países mundo afora e as políticas neoliberais dos governos Reagan, Thatcher e Pinochet, bem como o dismantelamento do comunismo na União Soviética, acentuaram o processo de perda de poder dos trabalhadores, as conquistas do Estado de Bem-Estar do pós-guerra.⁴

A crise do trabalho e da acumulação é transferida dos países ricos para os países da periferia dos núcleos centrais do capital. Hoje, se espalha

⁴ A segunda Grande Guerra (1939-1945) e a Guerra Fria, entre o capitalismo ocidental e o comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

mesmo para países ricos, onde ela se origina. Com a exceção de poucos, os países europeus se fecham para os imigrantes dos países assolados pelas relações desiguais, agravadas pela crise global e pelas guerras localizadas⁵.

Reduzem-se os serviços sociais, em paralelo ao crescimento do desemprego, aos vínculos de trabalho precários e ao maior empobrecimento dos trabalhadores subalternos. Porém, muitos se rebelam, principalmente nos países onde a população acedeu a bons níveis de vida, condições de trabalho e oportunidades educacionais, a exemplo dos movimentos de massa como *“Los indignados”*, na Espanha, em 2008, ou *“Occupy Wall Street”*, nos Estados Unidos, em 2011. No Brasil, conhecemos os movimentos de ocupação de terras apropriadas pelos grandes latifúndios, como são as ações do MST⁶; de ocupação de edifícios abandonados nos centros urbanos, como as ações do MTST⁷; e de ocupação de escolas pelos jovens descontentes com as condições da educação pública, em várias cidades. Aqui, vivemos ainda um longo processo de lutas pela democratização da sociedade, de modo a constituir uma população com condições dignas de vida, capazes de uma leitura consciente das crises inerentes aos ciclos do capital⁸ e de lutar pela transformação da sociedade atual. Esse longo processo de lutas envolve, de modo especial, a compreensão dos processos sociais em curso e do avanço capitalista pelo golpe político-jurídico-midiático do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, consumado em 31 de agosto de 2016.

2 A historicidade do pensamento de Marx

A historicidade do pensamento marxista é um aspecto menos reconhecido em sua obra no Brasil, salvo por alguns cientistas sociais, a exemplo de Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Entendemos que essa ausência se deve à forma sistemática de entrada das ideias de Marx pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922. Foram muitas as duras lutas políticas do PCB frente à política das oligarquias e ao pensamento autoritário conservador, poucos períodos em que o partido ficou na legalidade e longos processos de perseguição aos seus militantes e apoiadores. É nossa hipótese que o apoio do Partido Comunista Soviético foi fundamental à sobrevivência de seus partidários. Contudo, o suporte comunista stalinista trouxe junto uma visão a-histórica e economicista do marxismo, consolidada, para alguns, com a concepção althusseriana do determinismo econômico.

Não obstante a grande obra de Marx ser a crítica ao modo de produção capitalista, sua análise não se faz apenas pelo aspecto econômico.

⁵ A guerra do Iraque, com início em 2003, e a guerra da Síria, que teve início em 2011, foram guerras entre facções internas e alimentadas pelos armamentos das grandes potências.

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁷ Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

⁸ Bottomore (1983, p. 83) distingue as crises ou colapsos parciais e crises que conduzem à transformação da estrutura de classes de uma sociedade ou formação social.

Sua teoria considera a economia como parte da vida social, como história da produção da existência humana.⁹ Falamos, assim, sobre a vida de homens e mulheres que não apenas trabalham; eles comem, reproduzem-se, vivem em sociedade, relacionam-se, constroem laços de amizade e de colaboração ou competição, pertencem a diferentes grupos e classes sociais, têm ideologias, afetos etc., e constroem sua história em espaços-tempos determinados.

Diferentemente da história tradicional, que registrou a vida humana dando protagonismo aos heróis, aos poderosos, aos grandes feitos, Marx eleva todos os atos da vida humana ao nível do acontecimento. A história é a produção social da existência (MARX, 1979). Esta é sua concepção de história, tão bem apropriada por alguns historiadores que incorporaram novos temas, novos objetos, novos problemas, os grandes acontecimentos e os fatos do cotidiano. Peter Burke (1991) faz um detalhado estudo da *École des Annales*, ou História Nova, e assinala algumas de suas características de renovação e de aproximação da história com as Ciências Sociais.

No início do movimento, marcado pela ruptura com a história tradicional factual, estão autores de filiação teórica marxista, a saber, Marc Bloch, Lucien Febvre e Ferdinand Braudel. Peter Burke (2005, p. 7-8) afirma que a perspectiva cultural foi redescoberta nos anos 1970, mas que há “diferenças, debates e conflitos” na sua prática e no seu entendimento, “de acordo com os valores defendidos por grupos particulares em locais e eventos específicos”. Além da história factual, das leis e das instituições, introduziram-se novos temas, como o gênero, a língua, as mentalidades, o corpo, a cozinha, as artes etc. “Uma solução para a definição da história cultural poderia ser deslocar a atenção dos objetos para os métodos de estudo”, diz Burke (2005, p. 9), o que já tinha sido feito por Marx e pelos historiadores marxistas, a exemplo de Pierre Vilar, Josep Fontana, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e outros.¹⁰

É importante observar, para os fins deste texto, que o crescimento dos estudos culturais é contemporâneo à crise dos países socialistas, onde há um refluxo do marxismo-leninismo e de sua interpretação economicista da história. O que não corresponde à visão de Marx (1979), para quem a história é produção social (e não apenas econômica) da existência. Não é o reconhecimento da importância dos aspectos culturais que separa a história renovada pela *École des Annales*, alguns defensores da Nova História, e os marxistas. É o reconhecimento da divisão social do trabalho, das classes sociais e das contradições da sociabilidade capitalista. É o lugar da sociedade, da política e da economia na produção da vida e da escrita da história.

⁹ Este tema, originalmente, foi desenvolvido no projeto de pesquisa *Historiografia em Trabalho-Educação – Como se constroem as categorias* (CNPq, 2013-2017) e foi apresentado em vários eventos e alguns artigos (a exemplo de CIAVATTA; BENÁCCHIO; SILVEIRA, 2015).

¹⁰ Outros aspectos desta reflexão constam em Ciavatta (2015).

3 Uma teoria da realidade e da produção do conhecimento

O que é a realidade, o que é dado ao ser humano conhecer, o que é o conhecimento? São questões clássicas da filosofia ao longo dos séculos, só para ficar na cultura ocidental. Para melhor explicitar as bases teóricas do pensamento de Marx e a título de ilustração, trazemos dois dos mais reconhecidos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, que pautam seu pensamento por interpretações opostas entre si e em relação a Marx (CHÂTELET et al., 1973).

Em Platão, há a impossibilidade do conhecimento verdadeiro, salvo as sombras que se projetam na caverna onde o homem é prisioneiro. As sombras vistas são imagens do mundo sensível, o mundo da opinião (*doxa*). Seriam apenas cópias do mundo das ideias, que seria o mundo real. O conhecimento somente seria possível através da dialética; para ele, a elevação do mundo sensível ao mundo inteligível, ao mundo das ideias (CHÂTELET et al., 1973).

Aristóteles se opõe a Platão. Para ele, a realidade estaria nas coisas externas, nos indivíduos concretos; as ideias só existiriam nos seres individuais. Sua filosofia concebe os seres (entes) como substâncias, com unidade e permanência na essência, na generalidade abstrata que lhes é específica. Sua concepção do ser é metafísica (o que está além da física), e o ser é idêntico a si mesmo. Os seres são mutáveis nos acidentes, nas qualidades que não existem em si mesmas, mas nas substâncias. É uma filosofia da razão, que se completa na lógica formal, na palavra (*lógos*), nas regras de bem pensar racionalmente (CHÂTELET, 1973; JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996; POL-DROIT, 2012).

Marx tem uma teoria realista do mundo e do conhecimento. Concebe as ideias como representações dos seres; os seres são exteriores ao ser humano e existem com suas determinações materiais. Seu materialismo não se esgota no mundo físico, é o materialismo histórico. A vida humana é concebida como existência física e cultural, produzida pela ação dos próprios seres humanos. Sua concretude é apreendida no tempo e no espaço, nas diversas formas em que os seres humanos a criam ao se relacionarem com a natureza para tirar os meios de vida, nas relações consigo mesmos e com os demais homens e mulheres. A dialética tem por base o movimento da contradição de Hegel, com a distinção de que a ideia não cria o real, ao contrário, é gerada pela consciência do sujeito que conhece.

O conhecimento não se esgota nas ideias, nem na generalidade abstraída de suas formas concretas. A produção do conhecimento se faz no trabalho de produzir a vida concreta. As questões basilares de sua concepção de conhecimento e de realidade são sintetizadas na *história como processo* e na *história como método* (ODÁLIA, 1965; CIAVATTA, 2009). Sua base está em textos clássicos de Marx (1977 entre outros) sobre o método da crítica à economia política e a história como produção social da existência

(MARX; ENGELS, 1979 – entre outros). Dizemos entre outros porque, nestas obras, sua concepção se apresenta teoricamente iluminada, enquanto que em outras obras ele as aplica sem se deter na teoria subjacente (a exemplo de *O Capital* e *O 18 Brumário*).

A *história como método* permite estudar o capital e o capitalismo em suas múltiplas determinações, nos espaços, sociedades, fábricas e sujeitos sociais em que se produzem historicamente, desde os precedentes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. O método verdadeiro da economia política ilumina a compreensão da totalidade social e das mediações e contradições que constituem a realidade da vida humana, nos seus aspectos econômicos, políticos, sociais etc., na vida tal como é vivida no planeta terra.

O exemplo dado por Marx (1977) é do termo população, que, do ponto de vista da linguagem, pode se referir aos mais diversos conjuntos de homens e mulheres, nos mais diversos países e regiões, tais como a população francesa, a população brasileira, a população amazônica etc. O termo guarda uma generalidade abstrata que permite sua aplicação e compreensão apenas na dependência da língua. No entanto, é uma “abstração”, um termo geral que não esclarece o que diferencia e o que aproxima cada uma dessas populações; seria apenas uma “visão caótica do todo”:

A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. (MARX, 1977, p. 228).

O conhecimento de cada uma dessas populações exige que se passe a “conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado [no termo população] passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas, até atingirmos as determinações mais simples” (MARX, 1977, p. 228). Só através dos elementos que caracterizam cada uma dessas populações chegaremos a “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”, à totalidade viva, real (MARX, 1977, p. 229).

Ao estabelecer uma epistemologia sobre o conhecimento da realidade, Marx critica os economistas clássicos que ficavam sempre no termo enquanto tal, “nas relações gerais abstratas” trabalho, divisão do trabalho, valor (MARX, 1977, p. 229), abstraindo-os, retirando-os de sua totalidade social, de suas determinações históricas, econômicas, espaciais etc.

O segundo método “é evidentemente o método científico correto” (MARX, 1977, p.229). E acrescenta sua síntese mais conhecida:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade. E por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação. (MARX, 1977, p. 229).

A *história como processo* é a mesma existência humana de que Marx se ocupa na sua pesquisa incessante de toda uma vida, em seu país, nas suas deambulações pela França, pelo núcleo do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, nas fábricas, entre os operários, nas lutas organizativas e nas polêmicas com os intelectuais e políticos de seu tempo. O trabalho de Marx em todas as suas obras, mas, principalmente, nos estudos filosóficos e econômicos, permite o desvelamento dos fenômenos no nível explicativo da contradição capital e trabalho, que dá forma e conteúdo ao modo de produção capitalista.

O modo de produção capitalista e sua análise não é apenas teoria; é um modo de produção da existência humana baseado na reprodução e na acumulação do capital, isto é, do tempo de trabalho subtraído ao trabalhador e creditado àquele que explora a sua força de trabalho. A obra seminal de sua concepção de história é a *Ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1979). Quando falam em modo de produção da existência humana, falam da vida de homens e mulheres que não apenas trabalham. Eles comem, se reproduzem, vivem em sociedade, se relacionem, constroem laços de amizade e de competição, pertencem a grupos étnicos, religiosos, políticos e culturais, têm ideologias, afetos, medos e esperanças. Fazem tudo isso em tempos e espaços definidos e com uma determinada finalidade.

Diferente da cultura tradicional, que registrou a vida humana dando destaque aos heróis, aos poderosos, aos grandes feitos, tornados acontecimentos, Marx eleva toda vida humana ao nível do acontecimento, mesmo os mais simples gestos, todos aqueles que concorrem para a produção da existência: a história é a produção social da existência. Esta é sua concepção revolucionária de história. Hobsbawm (1998) e Thompson (1981; 1987) são historiadores marxistas que dão largos passos para a compreensão atualizada dos séculos XX e XXI a partir do pensamento de Marx. Além de desvelar a contradição capital e trabalho, a história deve se ocupar dos seres humanos que vivem neste modo de produzir a existência, o capitalismo e suas manifestações sociais: as formas de sociabilidade, as culturas, as religiões, as organizações políticas etc. Todos esses aspectos concorrem para manifestar a historicidade da vida humana.

4 A política: o incômodo *Manifesto Comunista*

Entre os opositores de Marx, ainda hoje, dois livros são particularmente incômodos: *O Capital* (MARX, 1980), que desvela o fetiche da mercadoria, todos os processos produtivos e relações de produção, reprodução e acumulação do valor, em princípio, *ad infinitum*; e o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 1998)¹¹, que buscou organizar de modo escrito

¹¹ Esta edição, comemorativa dos 150 anos do *Manifesto*, contém um histórico prólogo de José Paulo Netto.

e falado os trabalhadores de todo mundo sobre a luta contra a exploração capitalista e a disputa por melhores condições de vida: “A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes” (p. 4).

Do texto, destacaremos o forte sentido político de alguns aspectos do tom premonitório, cada vez mais atual, do capitalismo de 170 anos atrás. Com ironia, o *Manifesto comunista* desvela as intimidades da burguesia que oprime o trabalhador: “A burguesia arrancou da relação familiar o seu comovedor véu sentimental e reduziu-a a uma mera relação de dinheiro” e denuncia a sua “indolente ociosidade” (MARX; ENGELS, 1998, p. 08). Ao mesmo tempo, revela sua força, que é o poder das relações capitalistas: “A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998, p.08).

Destruindo “todas as relações feudais, patriarcais, idílicas” a burguesia desempenhou na história um papel revolucionário” (MARX; ENGELS, 1998, p. 07). O domínio econômico e político conseguido, pôs o Estado a seu serviço: “O executivo do Estado moderno não é mais que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 7). E, mais adiante, sua assertiva mais dramática: “Tudo que era sólido e estável se dissolve no ar [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 8).

Atentos observadores da história econômica de seu tempo, do mercado mundial que os países abriram para seus negócios, Marx e Engels (1998, p. 9-10) preveem “uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países”; produtos novos para satisfazer novas necessidades, “produtos dos países mais longínquos e de climas os mais diversos”. Sob a pena da ruína total, a burguesia compele todas as nações “a adotarem o modo de produção burguês que se torna a forma civilizatória”, “um mundo à sua imagem e semelhança”.

A sociedade burguesa, que “desencantou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças infernais que invocou” (MARX; ENGELS, 1998, p. 9-10). As crises de superprodução é uma de suas manifestações, crises de excessos de meios de subsistência, de indústria e de comércio. Porém, como criou as armas, “produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, o proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11-12). Nas grandes fábricas, “massas de operários são organizadas como exércitos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13).

Sobre a educação dos trabalhadores, anuncia o que é hoje, no Brasil, a política do capital. Dizem Marx e Engels (1998, p. 13): “O proletário torna-se um mero acessório da máquina, e dele se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono e mais fácil de aprender”. No Brasil, numerosas empresas e organizações atuam juntas, bem sintetizadas no movimento “Todos pela Educação” (MARTINS, 2016 – entre outros), que atua no interior do Estado pela simplificação da educação profissional.

Essa imposição se deu no taylorismo-fordismo, mas está presente também na nova organização do trabalho sob o toyotismo, que mudou o *layout* do ambiente de trabalho para trazer os trabalhadores para relação “familiar” e participativa com a empresa. Combinada às novas tecnologias, incessantemente renovadas, gerou-se uma legião de trabalhadores simples, facilmente desempregáveis, e uma elite qualificada para as funções do trabalho complexo.

A luta de classes é o foco principal do livro. “Todas as sociedades até hoje existentes assentaram, como vimos, no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas”, a exploração das segundas pelas primeiras (MARX; ENGELS, 1998, p. 19-21). Seu contraponto básico é o comunismo e a abolição da propriedade burguesa: “O comunismo não retira a ninguém o poder de se apropriar dos produtos sociais; mas retira o poder de, por esta apropriação, subjugar a si o trabalho alheio” (MARX; ENGELS, 1998, p. 24). Depois da análise dos diversos socialismos e do papel do Partido Comunista na luta com os proletários, conclui com suas frases mais criticadas, polemicamente interpretadas no campo da prática política, e temidas, sobre os comunistas que

Declaram abertamente que os seus objetivos só podem ser alcançados pela transformação violenta de toda ordem social existente. Podem as classes dominantes tremer ante uma revolução comunista! Nela, os proletários nada têm a perder – exceto os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS! (MARX; ENGELS, 1998, p. 46).

5 A concepção de educação politécnica e a formação integrada

A relação entre história e memória desenvolvida por Jörn Rüsen (2009) ajuda-nos a compreender a historicidade da produção do conhecimento e da educação, assim como a imperiosa relação com a questão do tempo: “A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente”. A história é uma forma elaborada de memória que vai além dos limites da vida individual. O passado é rememorado em uma unidade de tempo que se abre para o futuro e permite aos sujeitos sociais uma interpretação das mudanças “para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas” (RÜSEN, 2009, p. 164).

Na pesquisa que empreendemos, no estudo da historiografia produzida sobre a relação e a unidade histórica de trabalho-educação, buscamos analisar como as categorias utilizadas reconstroem os fenômenos educacionais, as políticas que os viabilizam, os argumentos e ideologias que lhes dão sustentação.

Marx (1977) é incisivo: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” e apresenta um permanente con-

fron to com posições idealistas que invertem o senso comum: “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 1979, p. 36).

A pesquisa sobre trabalho-educação, além de desvelar a contradição capital-trabalho, deve se ocupar das diversas manifestações da vida humana: o trabalho, as diversas formas de sociabilidade, as ideologias subjacentes e os múltiplos aspectos que concorrem para manifestar a historicidade da vida humana. Se queremos reconstruir a história vivida pelos sujeitos sociais, ao nível do pensamento, devemos fazer apelo à teoria, às categorias que nos ajudam a ordenar o caos dos acontecimentos e apreciá-los sob uma nova luz, como conceitos, como “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1977, p. 229), sem perder o elo de sua historicidade em espaços-tempos determinados.

Marx não tratou a educação politécnica com a sistematização e o aprofundamento teórico como o fez com o sistema capital, mas deixou as bases para sua compreensão:

Do sistema fabril, como expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da *educação do futuro* que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de *único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos*. (MARX, 1980, p. 554 – grifos nossos).

Mais adiante, ele comenta o embrutecimento de jovens e adolescentes, com 12, 14, 16 horas ininterruptas de trabalho repetitivo, enfadonho (MARX, 1980, p. 556). Assim, contextualizado diante da extrema exploração dos trabalhadores, homens, mulheres e crianças, seu pensamento avança na defesa do ensino e suscita interrogações sobre seu significado hoje. Mas é certo que, no conjunto do texto, a combinação estudo e trabalho orientou a educação que foi objeto da equipe de Krupskaya (2017) com Lunacharsky Schulguin e Pistrak na primeira década da Revolução Russa.¹²

O legado de Marx e daqueles educadores sobre a educação politécnica, nos tempos de hoje, incorporando o legado de Gramsci, na Itália, nos anos 1920, fundamentaram a educação omnilateral. Nela, devem estar presentes os conhecimentos científico-tecnológicos e humanísticos, bem como o trabalho como princípio educativo, como capacidade de aprendizado produtivo e formação humana.¹³

¹² Detalhes desta análise constam em Ciavatta (2018).

¹³ O sentido etimológico de educação politécnica é de “muitas técnicas”. Por isso, alguns autores questionam seu uso e optam por educação tecnológica (a exemplo de NOSELLA, 2015). Mas as palavras têm história, e é como *educação politécnica* que essa concepção de “*educação do futuro*” veio a ser objeto de disputa por uma nova qualidade da educação dos trabalhadores nos anos 1980, quando da elaboração do primeiro projeto de LDB, depois da Ditadura.

Os regimes socialistas/comunistas das Revoluções Russa e Cubana acolheram o princípio da politecnia em todo seu potencial de expansão da natureza humana pelo trabalho e pela educação. Mas há que se levar em conta a relação dialética entre a consciência e o modo de produzir a vida, questão fundamental para a realização de quaisquer objetivos revolucionários. Não foi diferente na revolução socialista russa, que teve muitos embates para implantar a “nova sociedade” e contou com pedagogos idealistas e apaixonados pelos ideais da “educação do futuro”, a educação do “homem novo”, que deveria crescer com a sociedade comunista (CASTLES; WUNSTEMBERG, 1982, p. 66-69). Além disso, o Estado assumiria as escolas privadas e confessionais, e haveria “separação entre Estado e Igreja e entre Igreja e escola”; a “transformação de todas as escolas em escolas unitárias de trabalho” (CASTLES; WUNSTEMBERG, 1982, p. 72-73).

De modo semelhante, a educação das massas foi uma das metas principais da Revolução Cubana desde seu início, em 1959. A nova educação teve início com uma ampla campanha de alfabetização que se iniciou logo após a revolução, envolvendo toda a sociedade e contando com o deslocamento de jovens e *maestros* de outros países da América Latina para alfabetizar onde houvesse analfabetos, nos lugares mais distantes do país (MURILLO et al., 1995; ROSSI, 1982).

Seus princípios básicos no caráter massivo da educação foram: a educação como um direito e um dever de todos é uma realidade em Cuba; a educação para crianças, jovens e adultos, em todas as idades, sexo, grupos étnicos, religiosos, por local de residência ou por limitações físicas ou mentais, de modo a alcançar a universalização do ensino primário inicialmente e, progressivamente, o ensino secundário (MINISTERIO, 1984).

Outro princípio fundamental ao processo foi “a combinação estudo e trabalho”, que tem profundas raízes no ideário pedagógico de José Martí. “A educação no trabalho e para o trabalho constitui um dos princípios fundamentais da educação socialista. Na educação cubana, a combinação do estudo com a produção é uma forma de vincular a teoria com a prática” (MINISTERIO, 1984, p. 113). Destaca-se, assim, a necessidade de uma nova formação humana para a edificação da sociedade socialista.

No Brasil, em meio ao secular dualismo das classes sociais e da exploração do trabalho, ao produzir o primeiro documento sobre a concepção de politecnia, Saviani (1989) faz a crítica da fragmentação da produção e do conhecimento com base na produção técnica e social do trabalho. De outra parte, todo seu texto enfatiza a importância do trabalho que constitui a realidade humana. Se a formação do homem está centrada no trabalho, isto é, na produção social da existência, a transformação da natureza é acompanhada da criação da cultura e do próprio ser humano (SAVIANI, 1989, p. 8).

No Brasil, a ideia da educação politécnica situa-se na disputa de projetos sociais para a população, educação, saúde, moradia, saneamento,

seguridade, segurança e previdência. Não apenas a educação básica (fundamental e média) tem sido negada à população brasileira, particularmente aos jovens e adultos de reduzida escolaridade formal, como também a qualidade da educação oferecida prescinde de elementos fundamentais para o domínio de técnicas e a compreensão do mundo em que vivem.

Este é o âmago da discussão sobre a educação politécnica, que fez parte das lutas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nos anos de 1980, e da polêmica sobre a formação integrada nos termos da lei (após a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a aprovação do Decreto n. 5.154/04, incluído na LDB, Lei n. 9.394/97 pela Lei n. 11.741/2008 – BRASIL). Assim, coloca-se em questão o trabalho como ponto fundamental em sua relação com a educação. Mas o que é o trabalho para o qual os jovens são preparados? Como se ensina a trabalhar? Qual é a história do trabalho que se ensina? Quais são os direitos assegurados aos trabalhadores?

A formação integrada exige que se trate o trabalho como princípio educativo. Para tanto, precisamos da análise marxiana do trabalho como valor de uso e como valor de troca. Como valor de uso, o trabalho é atividade fundante da produção da existência, ontocriativa (LUKÁCS, 1978). Nesta concepção, é preciso que, na formação integrada ou no ensino médio integrado ao ensino técnico,

[...] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Como valor de troca, o trabalho se apresenta nas suas formas históricas, de trabalho assalariado, alienado, no sentido de que o trabalhador é expropriado do tempo de trabalho apropriado pelo dono do capital e não se reconhece no produto desse trabalho, no conhecimento e na sociabilidade gerados pelo trabalho coletivo (MARX, 1980). De modo recorrente, a educação brasileira é marcada pela tentativa de redução da educação geral à educação profissional para o mercado.

É a dívida secular da sociedade brasileira para com a população trabalhadora, relegada, desde os primórdios do país, a não receber conhecimentos, senão aqueles que fossem necessários ao trabalho produtivo no campo e nos espaços urbanos. Mais tarde, com séculos de atraso em relação aos países europeus colonizadores, o ideário educacional necessário à produção capitalista implantou-se, de modo escasso e limitado, resumindo-se às funções de ler, escrever, contar e aprender um ofício.

Celso Suckow da Fonseca (1986) relata em detalhes os primórdios da formação profissional no Brasil e a educação plena negada pelos políticos e por intelectuais comprometidos com o modelo latifundiário e, depois, industrial e agroindustrial, que atuaram na vida política do país e na or-

ganização dos sistemas de ensino. Manteve-se sempre, por artifícios legais e administrativos, a meia-educação para a população. O autor lamenta que, longamente, seguiu-se a “velha filosofia” que relegava as atividades manuais, os ofícios, aos mais pobres.

Entretanto, não se manteve apenas a meia-educação. Além das condições de vida e de trabalho empobrecedoras, pela insuficiência de bens e serviços para os trabalhadores e suas famílias, cultivou-se a escola somente até a 4ª série. Recursos limitados não permitiram, até hoje, a educação básica (fundamental e média) universalizada, gratuita e de qualidade para toda a população; mantém-se a desvalorização da carreira de professor, assim como a indução ao ensino técnico e profissional.

Novas investidas neste sentido estão em processo no ilegítimo Governo Temer, nas contrarreformas da Emenda Constitucional n. 95; na Lei do Teto dos Gastos Públicos, que congela investimentos públicos por vinte anos¹⁴; na Reforma Trabalhista, Lei n. 13.467/2017, que extingue os direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho e amplia a Lei da Terceirização também para atividades fins; e na Reforma do Ensino Médio, Lei n. 13.415/2017, que segmenta a organização curricular e regride a educação às leis do ensino secundário e do ensino técnico aos anos 1940:

Considerações finais

Tivemos por objetivo principal, neste texto, argumentar sobre a atualidade do pensamento de Karl Marx. Comemora-se os 200 anos do nascimento do grande pensador que revolucionou a análise econômica com a crítica à economia política e com a concepção da história como produção social da existência. Marx deixou uma teoria científica de interpretação da realidade e de produção do conhecimento que, sob o enfoque materialista histórico e uma reinterpretação da dialética, subverte as análises metafísicas e idealistas de outros grandes filósofos.

Sua concepção de trabalho como fonte de conhecimento, de sociabilidade e de produtos supera os economistas clássicos, pondo em evidência não apenas o ato de trabalhar, mas a relação social inerente ao trabalho no modo de produção capitalista. Marx deixou um legado escrito e falado aos trabalhadores sobre a luta de classes e sobre a nova sociedade a ser criada, a sociedade comunista. Sem ser educador *stricto sensu*, sua concepção de educação tem por base a visão do ser humano como um todo, que, pela educação politécnica, deve chegar à superação do ser humano dividido entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

¹⁴ Salvo alguns setores da União (Justiça, Câmara, Senado, Ministério Público, Defensoria da União), as despesas federais somente poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada até junho do ano anterior. “O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido no ano seguinte de dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas [...]” (BRASIL, 2016).

Seu pensamento tem profunda base teórica nos conhecimentos de seu tempo e extenso trabalho empírico e documental sobre o capitalismo nascente nos séculos XVIII e XIX. Polêmico, temido e criticado pelos defensores do mercado, Marx resiste ao tempo pela coerência das análises e pelo impacto crítico na política.

Referências

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. *Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos*. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/521413-PROMULGADA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-DO-TETO-DOS-GASTOS-PUBLICOS.html>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

BURKE, P. *A Escola dos Annales*. 1920-1989. A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *O que é a história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTLES, S.; WUNSTENBERG, W. *La educación del futuro*. Una introducción a la teoría y práctica de la educación socialista. México: Editorial Nueva Imagen, 1982.

CHÂTELET, F. et al. *A filosofia pagã*. Do século VI a. C. ao século III d. C. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-56.

_____. *Mediações históricas de relação trabalho e educação*. Gênese da disputa na formação dos trabalhadores (1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina/CNPq/Faperj, 2009.

_____. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In: _____. *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento*. A historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. Caminhos da educação socialista. *Trabalho Necessário*, ano 16, n. 29, p. 28-52, 2018.

CIAVATTA, M.; BENÁCCHIO, R.; SILVEIRA, Z. A produção do conhecimento em Trabalho e Educação. In: VENTURA, J.; RUMMERT, S. (Orgs.). *Trabalho e educação*. Análises críticas sobre a escola básica. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

FERNANDES, F. *Nós e o marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro, 1986.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KRUPSKAYA, N. K. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINS, E. M. *Todos pela educação*. Como empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MINISTERIO de Educación. *Pedagogía*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1984.

MURILLO, J. et al. *5 maestros argentinos alfabetizaran en Cuba*. Buenos Aires: Ediciones Perspir, 1995.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 121-136, jan./abr. 2015.

ODÁLIA, N. O tempo e a história. *Tempo Brasileiro*, Revista de Cultura, Rio de Janeiro, n. 7, p.53-80, 1965.

POL-DROIT, R. *Filosofia em cinco lições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ROSSI, W. *Pedagogia do trabalho*. Vol. 1. Caminhos da educação socialista. São Paulo: Moraes, 1982.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

SAVIANI, D. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

STEPÁNOVA, E. *Karl Marx*. Pequena biografia. Lisboa: Edições Anate, 1979.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2018.36684

Recebido em 01 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 11 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões*

The metamorphosis of social classes in contemporary capitalism: reflections

Graça Druck**

Resumo – Na primeira parte do artigo se apresentam algumas reflexões sobre a gênese das classes sociais no capitalismo, a partir de formulações em obras selecionadas de Marx e Engels, ressaltando a historicidade das classes em suas configurações em diferentes conjunturas, bem como a compreensão de classe como relação social. Na segunda parte, discutem-se criticamente algumas análises sobre classes ou sobre a classe trabalhadora em particular, no atual contexto da acumulação flexível, globalização e hegemonia das finanças e do neoliberalismo, buscando indicar alguns elementos para se compreender as metamorfoses das classes sociais hoje, dialogando com autores estrangeiros e brasileiros acerca da relação entre classe e “precariado”.

Palavras-chave: classes sociais; metamorfoses; capitalismo contemporâneo.

Abstract – The first part of this article presents some reflections on the genesis of social classes in capitalism, based on formulations of selected works of Marx and Engels, highlighting the historicity of classes in their different configurations and the understanding of class as a social relation. In the second part, we critically discuss some analyses of class or specifically of the working class in the current context of flexible accumulation, globalization, and the hegemony of finance and neoliberalism, trying to indicate some elements to understand the metamorphoses of social classes today. We carry out this analysis debating with foreign and Brazilian authors over the link between class and the “preariat.”

Keywords: social classes; metamorphoses; contemporary capitalism.

.....
*Na primeira parte deste artigo, é reproduzida, de forma resumida, uma análise que se encontra no capítulo de minha autoria, *Classes sociais ontem e hoje: algumas reflexões*, publicado no livro *Classes e Lutas de Classes – novos questionamentos*. Agradeço ao apoio do CNPq, que incentivou nosso projeto de pesquisa por meio da Bolsa Produtividade, a partir da qual pudemos elaborar a análise apresentada neste artigo.

** Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do PPGCS/UFBA, pesquisadora do CNPq e do CRH – Centro de Pesquisas e Humanidades/UFBA. *Correspondência:* Rua Emilio Odebrecht, 254, ap. 1501, Pituba – Salvador – BA. CEP:41830-300. Email: <druckg@gmail.com>.

Introdução

Uma das contribuições centrais do legado de Karl Marx é a formulação sobre classes sociais, tema que foi e é objeto de distintas concepções no campo marxista, grande parte delas motivada por uma compreensão de que Marx não havia elaborado uma obra específica que sistematizasse o conceito de classes sociais, sendo necessário preencher esta lacuna.¹

Este artigo tem um duplo objetivo: primeiro, enunciar algumas reflexões acerca das classes sociais a partir das formulações de Marx e Engels, partindo da compreensão de que há uma teoria das classes em suas obras e que a suposta “lacuna” é parte da metodologia dos autores. Ou seja, embora tenha se desenvolvido um rico debate teórico-conceitual, assim como as proposições de identificar as classes no campo empírico por estudiosos marxistas, considero que o caráter controverso deste debate reflete a natureza mesma do fenômeno das classes em sua historicidade, como um processo num devir permanente que encarna a dialética como imanente à sua existência e constituição. Mais do que afirmar e conceituar classes sociais, é preciso reconhecer a historicidade das classes e analisar como se expressa nas diferentes conjunturas históricas. O segundo objetivo é problematizar algumas análises sobre as classes ou sobre a classe trabalhadora em particular, no atual contexto da acumulação flexível, da globalização e da hegemonia neoliberal, buscando indicar alguns elementos para se compreender as novas configurações das classes sociais hoje.

Na primeira parte do artigo, apresento uma síntese panorâmica de algumas formulações de Marx e Engels (2007) em obras como *Ideologia alemã* e, com destaque, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de F. Engels (2008). Na segunda parte, faço referência ao debate mais recente sobre as formulações relativas à “nova morfologia da classe trabalhadora” e ao surgimento de um novo segmento de classe ou de uma nova classe, o chamado “precariado”.

Por último, enuncio alguns pontos de conexão entre as formulações de Marx e Engels e o debate recente – que toma como cenário histórico o capitalismo flexível, globalizado e em crise –, a fim de indicar um conjunto de questões ainda abertas à discussão que deve estimular novos estudos e reflexões.

Classes sociais em Marx e Engels

Em linhas gerais, pode-se afirmar que há dois grandes momentos nas formulações de Marx e Engels que constituem uma teoria das classes como um dos eixos basilares da explicação sobre o capitalismo. Num primeiro

¹ É comum entre comentadores e estudiosos da obra marxiana essa afirmação, referindo-se aos escritos incompletos de *O Capital*, em cujo plano constava à proposta desenvolver a discussão sobre classes sociais, o que não foi realizado por Marx.

momento, os autores tratam da gênese e formação das classes na sociedade capitalista, analisando quando e como as classes se fizeram e, portanto, como se estrutura a sociedade baseada na exploração do trabalho e na sua apropriação privada. São especialmente nas obras *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2008), *O Capital* (livro I, volume I e volume II, cap. XXIV) (MARX, 2001), o *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2001) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007) que se encontram as principais teses sobre o capitalismo como uma sociedade de classes na sua origem e constituição.

Em cada uma destas obras, mesmo que com objetos diversos e diferentes níveis de teorização, os autores demarcam condições históricas específicas e concretas em que “as classes se fazem” ou, ainda mais precisamente, “a classe se faz”, conforme afirma Thompson (1987). Isto porque, na essência, classe é uma relação social estabelecida entre os homens através das formas de produção e apropriação do trabalho que, particularmente a partir da Revolução Industrial, tomou forma específica. Nela, a subsunção do trabalho ao capital se completa graças ao desenvolvimento das forças produtivas, as inovações tecnológicas (introdução da maquinaria na fábrica) e o trabalhador coletivo agora sob um controle mais eficiente, que busca permanentemente anular a sua subjetividade e, portanto, as suas individualidades, já que o trabalho do homem, da mulher e da criança é utilizado como força de trabalho disponível; a única diferença para o capitalista é qual terá um valor de troca menor para ampliar a extração da mais-valia.

A relação social constituída pela apropriação do trabalho de uns por outros, através da divisão do trabalho e da propriedade privada, é uma relação de dominação, em que dominantes e dominados vivem um processo de constante enfrentamento, num “medir forças”, cujas expressões e formas podem ser as mais diversas: no processo de trabalho, nas relações familiares, nas condições de moradia, de educação etc. Assim também os níveis de luta podem ser individuais e/ou coletivos, mais ou menos organizados, mais ou menos provisórios, mais ou menos estabelecidos, pois são as condições históricas das relações de forças entre as classes que podem definir as expressões e as formas de luta. É disso que trata o que denominamos de segundo momento ou recorte analítico das obras de Marx e Engels. Isto é, as análises que buscam identificar e compreender, ao longo das diferentes conjunturas históricas, quais são as (novas) configurações das classes, através das lutas e enfrentamentos, quais elementos estavam e permanecem desde a gênese e quais são acrescentados a partir da experiência das lutas de classes, do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e dos processos estritamente políticos expressos nas formas de organização do Estado, dos partidos, dos sindicatos e dos movimentos sociais. É o que analisam as obras *Lutas de classes na França*, *Guerra civil na França*, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1977) e o *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 1977).

Ao se fazer essa classificação das obras selecionadas, agrupadas de acordo com o tipo de análise “ momento de gênese das classes e o estudo do seu desenvolvimento e as suas novas configurações “, não se pretende estabelecer nenhuma disjunção ou ruptura entre esses recortes analíticos, mas sim alertar sobre a sua interconexão e complementariedade. Além disso, apenas para efeito didático de exposição, afirmar que, assim como as classes se estruturam, o desenrolar da história cria novas conjunturas que modificam a sociedade capitalista, diferenciando-a do momento da sua origem, o que certamente reconfigura as classes sociais em seus embates, assim como em sua conformação interna.

Desta forma, a heterogeneidade ou a homogeneidade, a complexificação ou a simplificação das classes são processos históricos e como tais devem ser analisadas tomando por referência as realidades concretas, sobretudo as transformações que redefinem a condição de subordinação do trabalho ao capital e as decorrentes implicações na conformação de uma e outra classe.

Nessas obras selecionadas, há categorias teóricas que são fundamentais para a compreensão da constituição das classes sociais, como as noções de trabalho e de propriedade. Marx desvenda o mistério da sociedade produtora de mercadorias, na qual o trabalho alienado e o fetiche da mercadoria ocupam um lugar central para se compreender a essência do capital como relação social em contraposição à sua aparência coisificada ou corporificada na riqueza material. Se a força de trabalho se tornou uma mercadoria fundamental e indispensável para a existência do capital, ela mesma também é fetichizada, ou seja, aparece com vida própria independente do seu produtor, isto é, dos homens que a disponibilizam e a vendem no mercado de trabalho. Essa é uma condição social que está no cerne da alienação do trabalho: a separação do homem de sua própria atividade vital – o trabalho –, à medida que este é apropriado por outros homens, estabelecendo uma divisão social do trabalho que os subordina uns aos outros, levando à constituição de classes sociais distintas.

Na *Ideologia alemã*, Marx e Engels (2007), em várias passagens, explicitam o caráter relacional entre as classes e a relação entre indivíduo e classe no seu processo de formação:

[...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. De que modo essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, numa subsunção a

toda forma de representações etc., já o indicamos várias vezes. [...] Essa subsunção dos indivíduos a determinadas classes não pode ser superada antes que se forme uma classe que já não tenha nenhum interesse particular de classe a impor à classe dominante. (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Assim, vão construindo uma teoria das classes sociais, analisando o lugar e o papel do Estado e da Ideologia na constituição e desenvolvimento das lutas, conflitos, disputas e da concorrência entre as classes e intraclasses.

[...] é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [realen] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – em especial, como desenvolvemos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc, não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre diferentes classes [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

E prosseguem:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época. [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

São três extratos que tratam com densidade as classes, em suas dimensões objetiva e subjetiva, econômica e política, como inseparáveis.

No que se refere às condições históricas específicas para explicar as classes sociais no capitalismo, Marx e Engels, em seus diferentes escritos, assinalam a importância decisiva da Revolução Industrial como um processo de revolução social com o nascimento da fábrica, os avanços da industrialização e da urbanização e as lutas sindicais e operárias, assim como o papel do Estado burguês e a necessidade da ideologia no processo de dominação.

Retomam-se aqui algumas das principais formulações da obra de F. Engels (2008), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*², porque as teses ali expostas respondem aos principais questionamentos à concepção marxiana de classes sociais. Ademais, é um estudo exemplar que articula concepções teóricas às realidades concretas, contribuindo para a compreensão da especificidade das classes no capitalismo industrial/moderno, para o entendimento da historicidade das classes e suas lutas, numa perspectiva de conexão dialética entre estrutura e conjuntura. Estão enunciados ou desenvolvidos nesta obra os principais elementos para se compreender o fazer-se das classes e seus condicionantes, sua constituição, seus aspectos de fraqueza e de força, bem como são anunciadas as principais tendências que o desenvolvimento dessa sociedade de classes poderia tomar.

A especificidade histórica do capitalismo em meados do século XIX na Inglaterra descrita por Engels (2008) é constituída pelos seguintes fatores: i) a centralidade da Revolução Industrial, que revolucionou as formas de produção e de vida, ressaltando as implicações da introdução da maquinaria nos processos de trabalho para a constituição de um operariado fabril específico e de uma grande massa de trabalhadores, que são uma força em potencial para o capitalista. A grande indústria e sua tendência centralizadora, a tecnologia como meio de controle e subordinação de uma classe à outra contribui decisivamente para compreender a gênese das classes (antes e depois das máquinas); ii) uma “moderna classe operária”, cujo coração se produziu nas fábricas e, com o desenvolvimento da industrialização, ampliou não somente o sistema fabril, mas mudou o perfil das cidades, que sofreram um rápido processo de urbanização. Ao mesmo tempo e como resultado dessa fase, nas regiões rurais se constituiu um proletariado rural subordinado aos grandes arrendatários; iii) no campo ou na cidade, a condição histórica é a mesma: trata-se de homens e mulheres, camponeses e artesãos, que perderam o controle sobre o seu trabalho a partir do momento em que foram expropriados de qualquer meio de produção, restando apenas a sua capacidade de trabalho que passa a ser vendida ao capitalista; iv) as condições de trabalho e de moradia expressam uma profunda miséria social decorrente da desigualdade e da concentração da propriedade, em que o poder público ou a atuação do Estado criminaliza e penaliza os pobres que

² Obra escrita entre 1844-1845 por F. Engels, então com 24 anos, através de uma ampla pesquisa empírica com observação participante e pesquisa documental na Inglaterra.

“não querem trabalhar”, em defesa dos interesses do capitalista. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são formados diretamente por membros da burguesia, que definem as leis, julgam os processos e agem politicamente para disciplinar a classe trabalhadora. Formas arcaicas de dominação que predominaram neste período foram cruciais para garantir o desenvolvimento de uma sociedade de classes sob a hegemonia do capitalismo industrial.

Para além dessas condições históricas específicas, Engels (2008) define teoricamente categorias que são essenciais para a compreensão do sistema capitalista e das classes sociais. Em primeiro lugar, a ideia *força*, que está presente nesta e em outras obras de Engels e Marx: a apropriação privada dos meios de produção. As relações sociais são constituídas pelas relações de propriedade, isto é, a classe proprietária existe em oposição e dependência da classe não proprietária e vice-versa. Ambas se constituem nesta relação. No capitalismo, a centralidade da propriedade privada, da relação de apropriação e de posse determina a existência de classes sociais: a dos produtores despossuídos – a classe trabalhadora – e a que detém o monopólio da propriedade – a burguesia. Entretanto, para tornar inteligível essa relação no plano da realidade concreta, Engels (2008) já enunciava que a todo modo de produção corresponde um modo de vida, por isso investiga para além da fábrica, analisando as condições de vida e de reprodução da força de trabalho (moradia, família, educação, religião etc.) – experiências que formam a classe operária e que são determinadas pelas formas de exploração do trabalho.

Em segundo lugar, Engels (2008) considera a concorrência como elemento-chave na determinação das relações entre classes e intraclasses. Uma força que explica as disputas pelo capital e também pelo trabalho e que tem um poder arrasador à medida que difunde o ódio, a guerra e a vingança nas disputas que são desencadeadas entre as classes e internamente a elas.

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por *tudo* e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. [...] Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes. (ENGELS, 2008, p. 117-118).

Em terceiro lugar, o caráter de classe do Estado expresso em todas as instituições que o compõem, e as contradições da burguesia frente à

regulação do trabalho, pois ao mesmo tempo que necessita do Estado para garantir o monopólio da propriedade, quer a liberdade de ação sem limites no uso da força de trabalho.

Em quarto lugar, a concepção de pobreza, cuja essência é gerada no campo da produção capitalista, a partir da propriedade privada, e não na distribuição da riqueza. Os diferentes níveis de pobreza e de riqueza é que estão relacionados à distribuição desigual da renda, mas a erradicação da pobreza impõe o fim da riqueza, ou, dito de outro modo, o fim das classes sociais, pois é a forma de propriedade que cria a desigualdade.

Em quinto lugar, a análise do assalariamento em suas diferentes formas empíricas (atrasadas e modernas) e a defesa de que a relação de assalariamento tenderia a se generalizar para toda a sociedade, entendida como proletarianização, isto é, a venda forçada da força de trabalho por todos os trabalhadores de diferentes profissões e atividades.

A análise da progressiva expansão das relações de assalariamento dentro da classe trabalhadora significa a progressiva expansão das relações capitalistas de produção, sendo o salário e as formas como este ocorre um elemento utilizado na construção das classes sociais em sua obra. As formas de assalariamento mudam historicamente devido a dinâmica da luta de classes, e isto está bastante presente em toda obra, onde para cada fração dos trabalhadores é detalhado o valor pago, a forma de pagamento, outras formas de exploração como o do armazém, moradia e multas, o pagamento em gêneros, entre outros. Mas o capitalismo atua simultaneamente com as formas mais ‘atrasadas’ de salário (pagamento em gênero, trucksystem, etc...) e com as mais modernas (salário em espécie regulamento por legislação trabalhista). O fato de a forma salarial ser rudimentar não significa que a relação não seja capitalista, esta coexistência de assalariamentos distintos se da fundamentalmente pelo nível de luta dos trabalhadores, e não por qualquer tipo de dinâmica puxada pela burguesia. (BLEICHER et al., 2008, p. 14).

Por fim, talvez uma das mais importantes – e atuais – contribuições de Engels (2008) é a afirmação sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora, composta por: operários fabris, desempregados, operários industriais sem direitos, com direitos, mulheres, crianças, estrangeiros, proletariado rural etc., cuja condição que unifica a todos é a de serem forçados a vender a força de trabalho para sobreviver. Uma heterogeneidade que não é considerada como elemento determinante de fragilização da classe, pois, para Engels (2008), a fragilidade da classe é oriunda da brutal concorrência entre os trabalhadores e da ausência de associações que possam aglutiná-los e organizá-los no embate com os capitalistas.³

³ Cabe destacar a observação de Engels (2008, p. 43) no prefácio de 15 de março de 1845: “[...] utilizei também constantemente como sinônimos as palavras: operários (working men), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado.” Poderia se acrescentar o termo trabalhadores, também utilizado no texto.

O debate crítico atual: as novas formulações sobre a classe trabalhadora

Optou-se em discutir aqui as formulações que buscam uma redefinição para “classe trabalhadora”, tendo como referência a crise da “sociedade salarial” na Europa, atualizada pela crise mundial de 2008, que colocou a precarização do trabalho como central na atual dinâmica da acumulação flexível.

O fio condutor nessas análises toma como ponto de partida as condições históricas que redefinem as classes e suas lutas, após o esgotamento da experiência que a classe operária viveu nos principais países europeus e nos EUA, pós-crise de 1929, com a execução das políticas de bem-estar social e o “pacto fordista”. Neste, a regulação do Estado sobre os mercados conseguiu colocar limites importantes à exploração do trabalho, fruto das lutas operárias que garantiram direitos sociais e trabalhistas que se generalizaram como nunca na história. Uma conjuntura histórica em que os níveis de desemprego e de emprego precários eram muito baixos. Além disso, neste momento as grandes fábricas, a produção em massa, os processos taylorizados de organização do trabalho, os novos padrões de consumo de massa e as políticas sociais levaram a uma homogeneização da classe operária como nunca ocorrera.

Os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de hegemonia neoliberal criaram outra realidade do trabalho e do emprego, originando os principais questionamentos sobre a classe trabalhadora e o processo de heterogeneização oriundo destas transformações.

Uma nova morfologia da classe trabalhadora

Para Ricardo Antunes (2008, p. 2 – grifos no original):

Contrariamente, entretanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova polissemia* do trabalho, a sua *nova morfologia*, isto é, sua *forma de ser* (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, dos *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores dos hipermercados etc.

Essa nova forma de ser da “classe-que-vive-do-trabalho”, expressão cunhada por Antunes (1999) para caracterizar essa nova heterogeneidade, busca atualizar o conceito marxiano, propondo uma noção ampliada de classe trabalhadora, que visa também responder criticamente às análises que concluem sobre a “perda da validade analítica da noção de classe” (ANTUNES, 1999, p.101).

Segundo Antunes (1999, p. 102 – grifos no original):

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx no capítulo VI, Inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. [...]

[...] Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo* é assalariado e nem todo *trabalhador assalariado* é produtivo, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*.

Com o intuito de indicar a efetividade da classe trabalhadora, Antunes (1999, p. 103 – grifos no original) denomina os diferentes segmentos que a constituem – no âmbito da realidade empírica:

[...] além do proletariado industrial, dos assalariados do setor serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, *os trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores *assalariados* da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados [...].

É inegável a importância da contribuição teórica apresentada por Antunes (1999), especialmente no contexto de um debate sobre o fim do trabalho e o fim das classes, que teve seu auge, no caso do Brasil, nos anos 1990. Uma era de resultados danosos para os trabalhadores, que levou a uma posição defensiva e de subalternidade – de grande parte de suas organizações sindicais e políticas – aos ditames do empresariado brasileiro e internacional, bem como de seus representantes políticos, com a defesa da “única via” como alternativa à crise.

Além disso, Antunes (1999) ressalta uma maior complexidade, diversidade e heterogeneidade da classe trabalhadora, quando indica os diferentes “estatutos” e inserções dos trabalhadores, cujos vínculos com o trabalho, formais ou informais, definem condições e segmentos diferentes, fragmentados, fracionados e que concorrem entre si, dos mais qualificados e bem pagos aos mais precários e desempregados.

Dialogando com Antunes (1999), poderíamos ressaltar que essa complexidade e heterogeneidade da classe trabalhadora não é típica dessa realidade recente do capitalismo, pois tanto Marx como Engels, conforme referido anteriormente, afirmam sobre os diferentes agrupamentos que compõem a classe (operários fabris, desempregados, proletariado rural, operários industriais com direitos e sem direitos, dentre outros) no século XIX. Então, por que falar em “nova morfologia” da classe trabalhadora ou por uma “noção ampliada de classe trabalhadora” no capitalismo dos séculos XX e XXI? Afinal, o que mudou em relação ao período de gênese ou formação das classes? É o que se pretende indicar a seguir.

O debate sobre o precariado

As formulações recentes sobre esse novo momento do capitalismo enfatizam o surgimento de um “precariado”, denominação usada para se referir aos homens e mulheres que compõem a fração que mais cresce hoje na Europa e nos EUA – dos desempregados e do emprego/trabalho precário. Esse “precariado” pode ser compreendido como fração de classe, uma nova classe ou questiona a classe?

Robert Castel (1995), em sua obra clássica *As metamorfoses da questão social* – uma crônica do salário, publicada em 1995, na França, trata a crise da sociedade salarial e as metamorfoses sociais como decorrência da perda da condição salarial; quando os desempregados de longa duração, os temporários, intermitentes, estagiários, empregados por tempo determinado tornam-se a “nova” e hegemônica condição dos que vivem do trabalho. Formam uma massa de homens e mulheres não empregáveis, supérfluos ou aproveitados de forma precária, sem regularidade, sem segurança, pois não têm garantias de continuidade e de futuro. É essa condição o centro da “nova questão social”.

Em estudos posteriores, Castel (2010, p. 132 – tradução nossa) passa a usar o termo “precariado” e afirma que a precariedade se instala, deixando de ser provisória, conforme expõe:

[...] Se converte assim em uma condição de alguma maneira ‘normal’ da organização do trabalho, com suas características próprias e seu próprio regime de existência. Assim como se fala de ‘condição salarial’ (caracterizada pelo estatuto do emprego da sociedade salarial), teria que se falar de condição precária, [...]. Uma precariedade permanente que já não teria nada de excepcional ou de provisório. Poder-se-ia chamar ‘precariado’ a esta condição sob a qual a precariedade se converte em um regime próprio da organização do trabalho.

Ele se refere a uma “institucionalização da precarização”, conforme já observado por Appay e Thebaud-Mony (1997), acrescentando que

há uma nova condição dos trabalhadores: a “condição precária” em substituição à “condição salarial”, que deixou de ser predominante na França (CASTEL, 2010).

A precariedade e o precariado interrompem uma trajetória ascendente na distribuição mais igualitária da riqueza, com o desmonte do sistema de direitos trabalhistas e sociais, agravando e aprofundando a perda de posição da classe operária. Os efeitos são destruidores, pois quebram a homogeneidade intracategorias. Isso dificulta ou rompe as solidariedades entre os diferentes segmentos de assalariados, fragmentando a organização coletiva do trabalho e trincando a homogeneidade das condições vividas pelos trabalhadores.

Na condição precária, há um processo de individualização profundo que dissolve a capacidade de existir como coletivo. Sob a ameaça do desemprego e da precarização, os trabalhadores são forçados a serem flexíveis, adaptáveis, sendo obrigados a “entrar no jogo” do capitalismo flexível. Neste cenário, promove-se uma brutal concorrência entre “iguais”, ou seja, entre trabalhadores que disputam as mesmas posições de inserção no mercado de trabalho, quando são levados a adotar estratégias individuais e não mais coletivas para enfrentar essa disputa.

Entretanto, apesar de apontar a gravidade dessa nova condição do precariado que questiona a classe, Castel (2010) se reporta à história passada do trabalho, reconhecendo que, no começo da industrialização, existia uma condição de atomização do proletariado, a partir da qual a classe se constituiu como classe operária. Por isso, apesar de constatar nessa nova condição a fragmentação, a concorrência e a individualização que atravessam a classe trabalhadora, afirma:

Neste sentido, a classe operária, [...] ‘perdeu a partida’, em comparação com o que era e com o que representava fora dela, para ‘seus companheiros de estrada’, a esperança de uma organização alternativa da sociedade [...]. Não obstante, é uma situação perigosa e um pouco injusta, há que se estar de acordo que se a classe operária já não existe como classe no sentido que deu o marxismo, os elementos que a compunham não desapareceram, [...]. (CASTEL, 2010, p. 285).

São afirmações controversas e contraditórias, que dificultam concordar com a ideia de que o “precariado” questiona a noção de classe. É como se Castel (2010) não levasse até as últimas consequências a forte expressão que está no título do seu clássico livro – metamorfoses –, explicada como:

dialética do mesmo e do diferente: evidenciar as transformações históricas desse modelo, sublinhar o que suas principais cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis. [...]. (CASTEL, 1998, p. 27).

Numa outra perspectiva, embora corroborando alguns elementos da análise de Castel (2010), Guy Standing (2013) defende a tese de que o precariado é uma nova “classe-em-formação” ou a “nova classe perigosa.” No sistema global do sec. XXI se constituiu uma “estrutura de classe global mais fragmentada”, que necessita de outra denominação que expresse as relações de classe na globalização, pois, para Standing (2013, p. 24), os termos “classe trabalhadora”, “trabalhadores” e “proletariado” “[...] hoje em dia são pouco mais como etiquetas evocativas”.

Ele identifica uma “pirâmide” dos grupos sociais, na qual no topo está a elite formada por cidadãos muito ricos que governam o universo; logo abaixo, os assalariados estáveis de tempo integral (nas grandes corporações e emprego público); ao lado dos assalariados, os *proficians*, que detêm habilidades específicas com altos rendimentos; abaixo destes, um número reduzido de trabalhadores manuais, da velha classe trabalhadora e, por fim, o precariado, “[...] franqueado por um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade” (STANDING, 2013, p. 25). E assim o define:

O precariado tem características de classe. Consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. Sem um poder de barganha baseado em relações de confiança e sem poder usufruir de garantias em troca de subordinação, o precariado é *sui generis* em termos de classe, [...]. (STANDING, 2013, p. 25).

Para demarcar quem constitui o precariado, Standing (2013) o limita àquelas pessoas que não têm as sete formas de garantia presentes no emprego tipicamente fordista, que ele chama de “cidadania industrial”. São elas: garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança no trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação. Os que estão fora dessa condição, numa situação de instabilidade, irregularidade e insegurança permanentes em todos os níveis não conseguem se sentir parte de uma “comunidade trabalhista solidária”. Suas ações e atitudes tendem ao oportunismo, pois não têm perspectiva de futuro, se movem no curtíssimo prazo, influenciados pelas novas tecnologias e mídias sociais, seu pensamento é rápido e curto e não há memória de longo prazo.

Standing (2013) reconhece a heterogeneidade do precariado e destaca que atualmente é constituído em sua maioria por jovens, além de migrantes e velhos sem oportunidades de emprego. No entanto, todos têm um sentimento comum em relação à utilidade do trabalho para sobreviver, aceitando “o que vier” e a insegurança.

No campo da subjetividade, o precariado sofre de “raiva, anomia, ansiedade e alienação”, condições que se retroalimentam, determinadas pela insegurança crônica (STANDING, 2013, p.41). Esta leva ao desespero e a uma certa banalização do insucesso na vida profissional, assumindo a condenação de incompetentes e preguiçosos por amplos segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que têm medo e raiva, que são reprimidos ou se expressam de forma passiva. Nessa situação de “incerteza crônica”, não conseguem criar vínculos nem formas de solidariedade, não se identificam uns com os outros, pois são “[...] uma crescente massa de pessoas [...] em situações que só podem ser descritas como alienadas, anômicas, ansiosas e propensas à raiva. O sinal de advertência é o descompromisso político” (STANDING, 2013, p. 47).

Ainda segundo Standing (2013, p. 48), constituem uma “classe perigosa”:

‘o precariado não é uma classe organizada que busca ativamente seus interesses, em parte porque está em guerra consigo mesmo.’ [...] As tensões dentro do precariado estão colocando as pessoas umas contra as outras, impedindo-as de reconhecer que a estrutura social e econômica está produzindo seu conjunto de vulnerabilidades. Muitos serão atraídos por políticas populistas e mensagens neofascistas, um desenvolvimento que já é claramente visível através da Europa e dos EUA e em outros lugares. É por isso que o precariado é a classe perigosa, e é por isso que ‘uma política de paraíso’ é necessária para responder aos seus medos, inseguranças e aspirações.

Resumidamente, as formulações de Castel (2010) e Standing (2013) sobre classe social e precariado aqui sintetizadas precisam ser problematizadas à luz da teoria das classes sociais no campo marxista, à medida que eles se reivindicam desta concepção de classe ao mesmo tempo em que a negam. Ademais, caberia perguntar se as transformações a que ambos estão se referindo para explicar o surgimento do precariado, oriundo do esgotamento da “condição salarial” ou da “cidadania industrial” – ou seja, da experiência dos estados de bem-estar social “também ocorreram nos países da periferia.

No caso do Brasil, escolheu-se inicialmente dialogar com duas formulações sobre precariado, porque são as que têm uma clara definição situadas no campo da teoria marxista das classes sociais e apresentam uma análise sobre a especificidade da realidade do trabalho no país, mesmo que inserida num contexto internacional. São as contribuições de Giovanni Alves e Ruy Braga.

A discussão trazida por Alves (2013a, p. 29) parte de uma concepção mais geral de “[...] precarização do trabalho como condição histórico-estrutural de desenvolvimento do próprio capitalismo global”. Essa condição é considerada como estrutural em resposta a uma crise de va-

lorização do capital, que visa aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, cujas contratendências foram a “globalização” como mundialização do capital, a reestruturação produtiva como precarização estrutural do trabalho e a financeirização da riqueza capitalista. Esse processo se abre em meados da década 1970 e se desenvolve até os dias atuais.

Para Alves (2013a, p. 36), essa crise também se estende à “[...] [de] formação do sujeito histórico de classe”, pois, no atual estágio do capitalismo global, denominado de manipulatório, num contexto de recrudescimento do fetichismo da mercadoria, há a “[...] universalização da condição de proletariedade”, compreendida como condição existencial de homens e mulheres que estão subsumidos ao metabolismo social estranhado e fetichizado do capital, elemento fundante do trabalho estranhado. Além disso, leva à “obstaculização efetiva da consciência de classe”. Essa condição de proletariedade é constituída

[...] pela classe dos trabalhadores assalariados empregados e desempregados subordinados às experiências vividas e percebidas de subalteridade, acaso e contingência, inseguranças e descontrole existencial, incomunicabilidade e corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento, risco e periculosidade, invisibilidade social e migrabilidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento. (ALVES, 2013a, p. 51).

Alves (2013a, 2013b) diferencia “condição de proletariedade” e classe social do proletariado. A primeira é uma categoria social que descreve a condição existencial dos indivíduos que estão subordinados ao modo de produção capitalista, enquanto que a “[...] ‘classe’ se refere ao sujeito histórico capaz de ação social e política, em si e para si (e para além de si), capaz de ‘negação da negação’ da alienação em suas múltiplas determinações” (ALVES, 2013a, p. 61). Essa última implica uma “densa articulação entre objetividade e subjetividade que não se reduz a meros ‘lugares’ determinados por ‘fatores’ econômicos, políticos ou ideológicos.” (ALVES, 2013a, p. 63).

É a partir da “condição de proletariedade” que Alves (2013a, 2013b) busca definir o que denomina como precariado: “como expressão social suprema do fenômeno do estranhamento” (ALVES, 2013a, p. 198) ou como “[...] ‘multidão’ da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes do Primeiro Mundo”. Ele o descreve (ALVES, 2013a, p. 199):

camada de trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalho precários. Ele se distingue de outras camadas sociais da ‘classe’ do proletariado como, por exemplo, a camada social dos trabalhadores ‘estáveis’, em sua maioria organizada em sindicato ou organizações profissionais e que tem acesso a benefícios e direitos trabalhistas, além de perspectiva de carreira profissional e consumo.

Essa descrição se assemelha à de Standing (2013), conforme já exposta anteriormente. Entretanto, Alves (2013a, p. 200) discorda que seja uma nova classe social, preferindo considerá-lo como uma camada do proletariado, constituída por “[...] jovens adultos na faixa etária dos 20-40 anos, altamente escolarizados e ‘pobres’ na acepção convencional, isto é, objetivamente inseridos em estatutos salariais precários”: são jovens adultos cultos e pobres. O que demarca essa nova camada social são “as relações de trabalho baseadas em contratos salariais precários [...]”. É o sociometabolismo do trabalho precário de cariz flexível que constitui a natureza da nova camada social do proletariado: o precariado” (ALVES, 2013a, p. 200).

Alves (2013a) considera que o surgimento do precariado é uma demonstração histórica da crise dessa ordem social burguesa sustentada no emprego, nos direitos sociais, na inclusão pelo consumo e no Estado social. O novo caráter da precarização do trabalho na contemporaneidade surge da “nova precariedade salarial vigente no capitalismo global”, já que essa precarização é um “movimento de desconstrução da relação salarial constituída no capitalismo do pós-guerra”, assim como pode ser compreendida como “desmonte das formas reguladas da força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2013a, p. 85). Para além destes aspectos, ele avança na sua concepção de precarização, quando não a limita ao “trabalho”, mas a estende ao “homem-que-trabalha”, que se desefetiva como ser genérico. Assim, considera que essa dupla precarização (do trabalho e do homem-que-trabalha) abre uma “[...] tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autor-referência pessoal” (ALVES, 2013a, p. 87).

No caso do Brasil, Alves (2013a, p.88) salienta que é a partir dos anos 1990 que se constitui um “novo e precário mundo do trabalho”, fruto da combinação de políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, cuja centralidade é a “nova precariedade salarial”, como elemento que sintetiza as demais dimensões da precarização. Ademais, reflete as transformações no campo da tecnologia, dos novos métodos de gestão/organização do trabalho, dos coletivos geracionais híbridos e das novas relações flexíveis de trabalho, cujas expressões empíricas são a remuneração flexível, a jornada de trabalho flexível e os novos contratos flexíveis de trabalho. Em escritos mais recentes, afirma:

Temos utilizado os conceitos de precariado e ‘proletaróides’ para caracterizar camadas sociais da classe do proletariado, personagens sociais predominantes (embora não exclusivas), de manifestações sociais no Brasil do neodesenvolvimentismo. Por isso, intitulamos as manifestações de junho de 2013 como ‘a revolta do precariado’; e os ‘rolezinhos’ ocorridos em dezembro de 2013 e janeiro de 2014 como ‘a invasão dos proletaróides’. Na verdade, a utilização dos conceitos de precariado e ‘proletaróides’ visa caracterizar (e dar visibilidade) a novos personagens sociais que se constituíram na era do neodesenvolvimentismo e que explicitam

em si e para si contradições da ordem burguesa hipertardia no Brasil. (ALVES, 2014, p. 1).

Numa outra abordagem, encontram-se as contribuições de Ruy Braga (2012) sobre a concepção de precariado e a sua aplicação para a realidade brasileira. Também partem do debate internacional e das formulações que associam a nova realidade do trabalho e dos trabalhadores à crise do fordismo e dos estados de bem-estar social. Alerta, entretanto, que, no seu entendimento, a precariedade é “constitutiva da relação salarial” e, consequentemente, “[...] o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado, seu ‘outro’ bastardo ou recalcado” (BRAGA, 2012, p. 17), como o fazem as análises de Castel (2010) e Standing (2013).

Braga (2012) retoma a formulação de Marx sobre a população trabalhadora excedente como necessária ao modo de produção capitalista, subdividida em flutuante, latente, estagnada e pauperizada. É com base nesta concepção que compreende o precariado como “proletariado precarizado”, ou o que Marx denominou de “superpopulação relativa”. Isto implica em conceber o precariado no “coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista” (BRAGA, 2012, p. 18), além de afirmá-la como parte integrante da classe trabalhadora e considerá-la como uma “dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” (BRAGA, 2012, p. 18).

Entretanto, este autor considera essencial definir os limites do precariado como um segmento diferenciado, que reúne a “[...] a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. (BRAGA, 2012, p. 19).

Para Braga (2012), diferentemente dos países capitalistas do centro, que vivem um processo de retrocesso na regulamentação do trabalho e dos direitos sociais, a precariedade nos países periféricos nunca deixou de ser a regra. Por isso, segundo o autor, sempre foi tema dos estudos da sociologia do trabalho no Brasil. Todavia, ele reconhece que há diferenças no proletariado objeto de análise no período de constituição do fordismo periférico e a atual precarização do trabalho decorrente do neoliberalismo.

Em sua análise, retoma a situação histórica, que caracterizou o fordismo periférico no Brasil, e a transição para um “pós-fordismo financeirizado”, que se firmou nos anos 2000, num período de transformismo político ou de “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Nesse momento, “[...] parte dos de baixo dirige o Estado por intermédio do programa dos ‘de cima’” (BRAGA, 2012, p. 24), processo que se refere à hegemonia lulista.

Neste contexto político, Braga (2012) dialoga com distintas análises de autores brasileiros, a exemplo da denominação “subproletariado”, usada por André Singer (2009) para se referir aos trabalhadores em condições de subemprego, desqualificados, instáveis e muito pobres, sem condições de

engajamento nas lutas políticas dos sindicatos ou partidos, objeto de programas sociais nos governos Lula, como o Bolsa Família, que os integrou ao mercado do consumo; e da análise de Jessé Souza (2010), que denomina de “batalhadores brasileiros” um segmento de trabalhadores engendrado pelo pós-fordismo da acumulação financeira, que se submete à superexploração do trabalho para ascender a novos padrões de consumo e se sentiria apoiado pelas políticas públicas federais, sem se dispor a reagir politicamente, já que estariam imersos numa condição de precariedade à qual é difícil se contrapor.

Segundo Braga (2012), as diferenças na composição de cada um desses segmentos, baseadas em atributos ou categorias descritivas, são classificadas da seguinte forma: o “precariado” é formado pela população latente, população flutuante e população estagnada, com renda entre 1 e 2 salários mínimos, e tem capacidade de mobilização coletiva; o “subproletariado” (de Singer) contém a população latente, a estagnada, o pauperismo e o lumpenproletariado, tendo renda de 1 e 2 salários mínimos; e os “batalhadores” (SOUZA, 2010) são constituídos por microempresários, trabalhadores profissionais, população flutuante, latente e estagnada.

A abordagem de Braga (2012) se distancia dos demais, não só na composição descrita acima, mas porque desenvolve uma análise da “política do precariado” brasileiro em seu desenvolvimento histórico. Ou, o que chama de “classismo em estado prático”, “[...] como uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda que carente de recursos organizativos e políticos” (BRAGA, 2012, p. 37).

A análise deste autor retoma algumas das principais teses desenvolvidas sobre a classe trabalhadora brasileira, o fordismo periférico, o populismo, as lutas políticas e os sindicatos. Nessa reconstituição, através dos estudos sociológicos, Braga (2012) identifica, em cada momento histórico, as relações diversas entre os diferentes precariados (migrantes, metalúrgicos, pós-fordistas) e o Estado brasileiro, admitindo que houve “metamorfoses do precariado em condições sociais periféricas” (BRAGA, 2012, p. 88).

Não é pretensão da sistematização aqui apresentada reproduzir a totalidade e a riqueza da análise de Braga (2012). Entretanto, para os propósitos deste artigo, é importante explicitar o conceito de “precariado pós-fordista e periférico”, que está associado ao contexto da “empresa neo-liberal”, em que

[...] os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros [...]. A financeirização da gestão estimula a multiplicação das formas de contratação da força de trabalho, a terceirização, o aumento da rotatividade, o achatamento dos níveis hierárquicos, a administração por metas e a flexibilização da jornada de trabalho, em uma escala inédita se comparada ao regime de acumulação fordista. (BRAGA, 2012, p. 186-87).

Essa hegemonia financeira, além de expressar um enfraquecimento da posição coletiva dos trabalhadores, transferiu para eles uma parte considerável dos riscos da concorrência intercapitalista, reduzindo a sua capacidade de negociação coletiva.

Segundo Braga (2012), o setor de telemarketing é paradigmático dessas transformações, pois se utiliza de um precariado jovem e se situa na conjunção da terceirização, privatização neoliberal e financeirização do trabalho.

Os resultados de uma etnografia dos trabalhadores de telemarketing são fortes indicadores desse novo segmento da classe trabalhadora num contexto da hegemonia financeira que, a despeito de uma condição de “subalternidade angustiante”, do grau de flexibilidade, rotatividade, intensificação, baixos salários e adoecimento no trabalho, há manifestações através de greves e lutas que têm feito melhorar pontualmente as condições de trabalho e salariais e, ao mesmo tempo, lograr uma maior organização coletiva e sindical. Entretanto, Braga (2012) problematiza a ação da maioria dos dirigentes sindicais, que buscam articular os teleoperadores às políticas públicas do governo federal, como recurso para aliviar as tensões e conflitos gerados pelo “regime despótico infotaylorista”.

Considerações finais para se pensar as classes no Brasil

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre as consequências do processo de mundialização do capital nessa nova fase do capitalismo financeirizado, sobre o campo do trabalho, como fazem os autores acima referidos, que buscam responder se há uma recomposição da classe trabalhadora ou se novas classes estão surgindo.

Nos limites deste texto, enuncio aqui algo que vem me instigando a estudar essas transformações do trabalho e suas implicações para a concepção de classes sociais: se classe é uma relação social, como analisar as novas condições do trabalho hoje e de uma nova classe trabalhadora, ou de novos segmentos, ou até mesmo do “fim da classe operária”, sem levar em conta as outras classes sociais, mais especificamente a classe burguesa e suas distintas frações?

Nesta perspectiva, considero essencial discutir sobre esse novo padrão de acumulação que surge com a crise do fordismo. São momentos históricos e conjunturas distintas do mesmo e diferente capitalismo. O processo de internacionalização recente, ou do “novo imperialismo” (HARVEY, 2004), ao mesmo tempo que cria novos segmentos de trabalhadores e profissões (a exemplo dos callcenters, teletrabalho, dentre outros), reproduz o operário típico da Revolução Industrial, cujo exemplo mais convincente é a China hoje, que combina em seu desenvolvimento econômico as três revoluções tecnológicas ao mesmo tempo. Nos demais países, tanto do norte

como do sul, esse é um processo diferenciado, pois foi onde se consolidou o capitalismo, cujas fases históricas foram muito bem demarcadas, mesmo que com uma cronologia e conteúdos diferentes.

Nos chamados países da periferia, como o Brasil, o grau de complexidade e heterogeneidade é mais radical ainda, combinando trabalho rural e urbano, formas modernas e arcaicas de trabalho, nas quais a precarização e informalidade sempre tiveram um estatuto central e a “condição salarial” nem sequer se tornou estatisticamente majoritária. Seguindo Castel (2010), a noção de classe não poderia ser aplicada nos países latino-americanos, já que a “coletivização” das condições de trabalho não teria sido suficiente frente à heterogeneidade e ao grande exército de reserva, desde os primórdios do capitalismo no continente. Entretanto, a história das lutas operárias e dos movimentos sociais no campo e na cidade nestes países demonstrou a força das classes sociais, incluindo experiências revolucionárias, cujo maior destaque foi Cuba, mesmo que o operário fabril fosse minoritário ou quase inexistente nestes processos.

Mas, afinal, o que está mudando nesta era da dominância das finanças, considerando que é um processo mundial vivido por todos os países? A denominada “grande burguesia industrial” está hoje financeirizada, subordinada à hegemonia da lógica financeira. O mesmo se pode dizer dos grandes grupos do comércio. Tal processo diminuiu as contradições intraclasse e é difícil identificar as diferentes frações da burguesia. No fundamental são os mesmos atores, os mesmos capitalistas que ora defendem os interesses econômicos da indústria, do comércio, do agronegócios, a depender da conjuntura econômica. Entretanto, todas essas frações dependem e atuam através de negócios financeiros próprios, para além de uma relação com as tradicionais instituições bancárias que alimentam o mercado financeiro.

Nesta medida, observa-se um processo de homogeneização da classe dominante como nunca ocorreu na história que, para além da base material explicada pela financeirização que atinge todas as frações, conseguiu conquistar uma direção política e ideológica, com a hegemonia do neoliberalismo, como uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). Em contrapartida, neste mesmo movimento, a classe trabalhadora sofreu o processo inverso, ou seja, uma profunda heterogeneização, alimentada por uma violenta concorrência que a enfraquece econômica e politicamente.

Na atual fase, a especulação financeira passou a ocupar um lugar central na dinâmica do capitalismo globalizado e, em decorrência, a tendência dos capitalistas é procurar se desvencilhar ao máximo do trabalho. Isso tem contribuído decisivamente para elevar o contingente do exército industrial de reserva, com o desemprego estrutural de longa duração, ao lado das inovações tecnológicas e organizacionais que passaram a ser comandadas pela mesma lógica da financeirização sustentada na fluidez,

flexibilidade, efemeridade, descartabilidade, curto prazo; valores que contaminaram todas as formas de trabalho e de emprego e que caracterizam a precarização social do trabalho hoje.

Neste contexto mundializado, pode-se afirmar que houve uma metamorfose das classes sociais, em que as relações de forças favoráveis à classe dominante têm se expressado numa intensa ofensiva contra a classe trabalhadora, impondo a retirada de direitos sociais e trabalhistas e criando uma enorme regressão social. Essa situação se radicaliza com a crise da democracia moderna, com a fragilidade das instituições de representação política e com a renúncia dos partidos de tradição operária a lutar contra esse estado de coisas, à medida que justificam o apoio às políticas de cunho neoliberal ou mesmo à reestruturação do trabalho como única alternativa à crise do padrão fordista de desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, compreende-se que a precariedade sofreu mais uma grande metamorfose, como “dialética do mesmo e diferente” (CASTEL, 1998), tornando-se de outra natureza, tanto no Brasil como nos países do centro: deixou de ser “residual”, ou ainda reflexo do “atraso”, para se transformar no centro da dinâmica do capitalismo flexível, se constituindo num fenômeno mundial que passou de “condicionado a condicionante” (MATOS, 2010). A precarização – como processo, como movimento – se generalizou para todos os lugares (centro e periferia), para todos os setores (urbano e rural), para todas as atividades (indústria, serviços públicos e privados, comércio), para todos os segmentos de trabalhadores (mais qualificados, menos qualificados, jovens, velhos, homens, mulheres, negros, brancos, migrantes, nativos), mesmo que atingidos em graus diferentes por essa precarização.

Assim, os novos trabalhadores ou a nova morfologia da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que reafirma os principais condicionantes das relações sociais que engendraram as classes no capitalismo, conforme Marx e Engels, apresentam formas históricas novas e diferentes em sua reprodução, que podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos:

i) a apropriação privada do trabalho e sua transformação em mercadoria, criando o assalariamento como a principal relação social nesta sociedade. Agora é elevada a um grau extremo de fetichização, pois as chamadas formas “atípicas” (sem contrato, autônomos, conta própria) passam a ser consideradas como fruto do empreendedorismo, de única responsabilidade do indivíduo que trabalha. Dessa forma, estaria se desfazendo a relação salarial, constituindo uma mudança estrutural para a análise das classes sociais. Na realidade, é a mesma relação social de assalariamento de forma disfarçada, em que o capital se oculta através da valoração ideológica do “empresário de si mesmo”, cujo resultado prático é o

não reconhecimento formal via regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas desta relação salarial.

ii) o lugar da concorrência inter e intraclases, que na origem do capitalismo industrial já era um elemento-chave nas relações de classes, atualmente se potencializa, integrando cada vez mais um modo de vida social. Neste, o incentivo à competição passa a ser encarado como estratégia de sobrevivência não somente para o capital diante da globalização, mas sobretudo internamente aos trabalhadores, especialmente os jovens que disputam um mercado de trabalho cada vez mais reduzido em suas oportunidades de emprego, vivendo no desemprego ou em condições extremamente precárias de trabalho. Essa concorrência é dilaceradora, pois desestrutura os coletivos de trabalho e sobrepõe uma estratégia individual, minando a reunião e organização dos trabalhadores.

iii) o caráter de classe do Estado, que no capitalismo atual se evidencia de forma avassaladora. Expressa-se nas políticas macroeconômicas e sociais implementadas no quadro do neoliberalismo, com a desregulamentação dos mercados, especialmente o de trabalho, conferindo total liberdade ao capital, a exemplo da natureza das contrarreformas trabalhistas em curso no mundo. Além disso, também na atuação das instituições parlamentares e de justiça, que têm se pautado na defesa de interesses particulares das classes dominantes, a exemplo do caso brasileiro, cuja “Operação LavaJato” foi o instrumento de uma ofensiva de classe que desmontou a frágil democracia no país, constituindo um estado e um regime de exceção.

iv) a heterogeneidade na composição da classe trabalhadora, tão bem descrita por Engels (2008) para o caso da Inglaterra do século XIX, cuja descrição daquela época não é muito diferente da atualidade: operários fabris desempregados, operários industriais sem direitos, com direitos, mulheres, crianças, estrangeiros, proletariado rural etc. Entretanto, hoje é uma heterogeneidade reconfigurada. Isto porque no desenvolvimento histórico do capitalismo houve um processo de homogeneização da classe trabalhadora, com o avanço da industrialização no mundo e com a emergência do operário fordizado e taylorizado. Ao mesmo tempo, a experiência política e sindical do movimento operário conseguiu criar e amplificar as formas de organização, limitando a dispersão e a concorrência intraclasse, processo que foi interrompido no auge da “condição salarial” de que fala Castel (1995) e que se aprofundou com a reestruturação produtiva, com a globalização e a ideologia neoliberal sob a hegemonia das finanças.

Caracterizar como retrocesso social essa condição precária é correto à medida que a precarização social do trabalho desconstrói conquistas importantes dos trabalhadores: dos direitos sociais e trabalhistas aos direitos políticos alcançados na prática dos movimentos. Trata-se, portanto, de uma nova fase do capitalismo – mesmo e diferente –, assim como das “mesmas e diferentes – classes sociais.

Em síntese, a “condição operária”, a “condição salarial” e a “condição precária” não se superam nem se substituem umas às outras hoje no mundo, mas coexistem, redefinindo-se a composição de cada uma delas, assim como as relações entre elas. Muda-se a predominância de uma ou de outra e a hegemonia de cada uma delas, sem desfazer as classes, mas refazendo-as permanentemente. Poderia se afirmar que a “condição precária” ou a precarização é hegemônica hoje, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, mesmo que de forma diferenciada.

No caso do Brasil, a precariedade estrutural do trabalho sofre metamorfoses, redefine a composição da classe trabalhadora brasileira, constituindo uma nova hierarquia de precarização e de diferenças no seu interior. Porém, não cria uma nova classe social ou um novo segmento de trabalhadores, que tem sido denominado como precariado. Tal definição ou denominação não é apropriada, pois corre o risco de carimbar determinados conjuntos de trabalhadores, separando-os dos demais, contribuindo para reforçar a divisão e a disputa intraclasse.

Reconhecer a existência de novos trabalhadores, novas profissões, novas formas de inserção no mercado de trabalho, novas subjetividades e novas práticas de luta e organização é fundamental, pois se trata de investigar as condições reais de existência da classe trabalhadora, buscando captar as metamorfoses, o movimento dialético das classes em luta no atual momento do capitalismo flexível e globalizado. Entretanto, para compreender essas reconfigurações das classes sociais no seu refazer-se é necessário ir além das descrições empíricas. Para tal, a teoria das classes sociais em Marx e Engels continua a ser uma referência central.

Referências

ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho* – ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2013a.

_____. *O que é precariado*. 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/22/07/2013>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. *Precariado e “proletaróides”* – Uma nota metodológica. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho*, ano II, n. 3, 2008. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 8 jan. 2009.

APPAY, R.; THÉBAUD-MONY, A. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IResco, 1997.

BLEICHER, L. et al. *Relatório do seminário A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. In: DISCIPLINA LEITURA ORIENTADA EM SOCIOLOGIA DO TRABALHO, Bahia, PPGCS/UFBa, 2008, [mimeo].

BRAGA, R. *A política do precariado* – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

_____. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *El ascenso de las incertidumbres* – trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Sociais, 1977a.

_____. A guerra civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol. I. São Paulo: Ed. Sociais, 1977b.

_____. As lutas de classe na França. MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol III. São Paulo: Sociais, 1977c.

_____. *O Capital*. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

MARX, K. *O Capital*. Livro I, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. *O Capital*. Livro III, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista. In: _____. *Textos*. São Paulo: Sociais/Alfa-Omega, 1977.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, J. N. Precariado: de condicionado a condicionante político. *Le Monde Diplomatique*, abr. 2010.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo* – reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros* – nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STANDING, G. *O Precariado – a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2018.36685

Recebido em 20 de maio de 2018.

Aprovado para publicação em 03 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

{ Marx na Europa do século XX

Marx in 20th Century Europe

Raquel Varela*

Roberto della Santa Barros**

Resumo – Com muita frequência é possível encontrar análises sobre a história europeia do séc. XX que não passam de justificações ideológicas do tempo presente, seja a partir de pressupostos a orbitar Washington ou premissas irradiadas desde Moscou, isso para não mencionar as teses pós-modernas ou neoconservadoras. Argumentamos nesse artigo que, para retomar a iniciativa e a luta pela autodeterminação dos trabalhadores e povos europeus, é preciso, também, uma nova escrita da história europeia recente. Nada disso é possível sem levar em conta a tradição intelectual e o movimento político que tem lugar a partir do legado de Karl Marx.

Palavras-chave: Marx; Europa; história social; autodeterminação.

Abstract – It is often possible to find analyses of 20th-century European history that are no more than ideological justifications of the present, whether asserting assumptions from Washington or premises from Moscow, not to mention postmodern or neoconservative theses. We argue in this article that in order to resume the initiative and struggle for the self-determination of European workers and peoples, a new writing of recent European history is also required. None of this is possible without taking into account the intellectual tradition and the political movement that emerged from the legacy of Karl Marx.

Keywords: Marx; Europe; social history; self-determination.

* Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia na Universidade Nova de Lisboa. IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF). *Correspondência:* Rua Cândido dos Reis nº 2, 1º esquerdo. Paço de Arcos – Portugal. CP: 2770-025. Email: <raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>.

** Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES/PNPD/MEC-Brasil. Professor em Teoria Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estágio de Pós-Doutoramento em História Global do Trabalho na Universidade Nova de Lisboa (UNL). *Correspondência:* Praça Doutor Nilo Peçanha, Nº 3, 304 – Edifício Jardim – Bairro do Ingá, Niterói – RJ. CEP 24210-260. Email: <betto.dellasant@ufrj.br>.

Fraco rei faz fraca a forte gente
(Luís de Camões)

A história não faz nada, “não possui uma riqueza imensa”, “não dá combates”, é o homem, o homem real e vivo, quem faz tudo isso e realiza os combates, estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir – como se ela fosse um personagem em particular – a seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue seus objetivos.
(Friedrich Engels)

O “fim” do “fim da história”

Os anos 1990 foram especialmente duros quando decretou-se “quase sem adversários intelectuais” que o que tivera fim em 1989 não fora a ditadura estalinista mas, sobretudo, o próprio socialismo. O fim da Guerra Fria propiciou uma oportunidade para que o capitalismo se pronunciasse em nome próprio “o neoliberalismo. Uma ideologia que anunciava a chegada do ponto final ao devir social, construído sobre as premissas do mercado livre, para além do qual seria impossível imaginar melhorias substanciais. Francis Fukuyama (1999) deu a expressão teórica mais ampla e ambiciosa, chamando-lhe “o fim da história”, enquanto que noutras expressões – mais vagas e populares – também se difundiu a mesma mensagem: o capitalismo é o destino histórico e universal, permanente e inevitável, do gênero humano. Fora deste “destino pleno” não existiria alternativa.

A morte das ideologias – e o chamado “fim da história” – é de fato a consagração pública da ideologia teleológica de que o homem não é protagonista da sua própria história. Uma natureza a-histórica, um destino assegurado; o futuro seria, então, ineludível. Para fazer vingar esta ideologia tem sido construída uma memória do passado europeu que não passa pelo laboratório da história. História não é memória.

Entre as teses dominantes – as quais hoje a ciência histórica refutou com amplos estudos – está a do nazismo como obra de um louco, ocultando que o regime nazi foi o corolário da explosão de todo um sistema econômico-social, o capitalismo, na crise de 1929. Outro tema constante, que apela à resignação social, insiste que todas as tentativas emancipatórias do século XX redundariam em sociedades totalitárias, a começar pela própria revolução social e política de Outubro de 1917. A ideia de que a União Europeia seria a construtora do Estado Social europeu é outro dos mitos do senso comum ilustrado. Finalmente, a hipótese de que os direitos sociais europeus findaram, com o neoliberalismo, por causa da queda da URSS, em 1989-1991, é outro mito amplamente disseminado¹.

Todas estas hipóteses esbarram de frente com os fatos e com a cronologia. Mas a cronologia é firme, o tempo tem uma força objetiva. Daí

¹ Isto é exposto, por exemplo, no artigo da celebração do centenário da Revolução Russa escrito por Jerónimo de Sousa (2017), líder do PCP, um dos maiores partidos comunistas da Europa Ocidental.

que as teses filosóficas pós-modernas “ que os historiadores tanto abraçaram (EAGLETON, 1998; ANDERSON, 2005) “ substituem fatos e interpretações por narrativas intemporais e relativistas. Temem enfrentar-se com o fardo do tempo histórico.

O desemprego nos EUA e na Europa só foi revertido em 1938-1941, quando começou a militarização da sociedade e se transformaram desempregados em soldados, no início da guerra. Não foram as medidas keynesianas que revertem a crise de 1929, mas a proletarianização massiva de largos setores camponeses (com a coletivização forçada na URSS ou o colapso bancário dos pequenos camponeses nos EUA, retratados em *As vinhas da ira*, de Steinbeck “ 2016) e, mais tarde, a destruição da propriedade a uma escala inédita na história da humanidade – foi o apocalipse da II Guerra Mundial, com os seus, os nossos, 80 milhões de mortos. Foi a maior derrota da humanidade.

Os campos de concentração nazi eram campos de trabalho forçado. *Arbeit Macht Frei* (o trabalho liberta) era a inscrição nos portões dos campos, dos quais não era possível sair (tirando fugas heróicas). O trabalho forçado, à escala de milhões entre 1939 e 1945, em centenas de campos e subcampos, inseridos na cadeia produtiva de algumas das maiores empresas da indústria alemã, esteve no centro do projeto do Estado nazi. Muitas destas indústrias reconheceram publicamente a sua cumplicidade com o nazi-fascismo, reconverteram-se no pós-1945 e são hoje parte do pujante motor econômico alemão, ainda que reestruturadas na produção: da produção de material de guerra, tanques e bombas, passaram para a produção de setores químicos/agrícolas, elétricos, automotivos, entre outros. Dessas indústrias, são exemplos Thyssen, IG Farben (AGFA, BASF, Bayer, Hoechst) e Volkswagen, só para citar as mais conhecidas entre centenas. É importante assinalar que mesmo os bombardeamentos aliados pouparam as fábricas, enquanto dizimaram cidades inteiras. Salvaram a maioria dos meios de produção, enquanto infligiam uma derrota incondicional aos impérios alemão e japonês, matando milhões de civis. A leste, na Rússia, vigorava um regime de trabalho forçado, embora sem o recurso à industrialização da morte em câmaras de gás (específica do nazismo na guerra), o Gulag (CARVERI, 1997; BRASS, 2011).

O Estado Social europeu nasce robusto em 1945-1947, dez anos antes da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca) (e depois Comunidade Econômica Europeia – CEE “ e da União Europeia “ UE). A UE sedimenta-se só nos anos 1980, depois de várias crises. Quando se consolida a UE, o Estado Social já havia começado a entrar em crise, embora paulatina. A UE vai ter um papel determinante, através do fundo social europeu e das diretivas comunitárias, em substituir o Estado Social (políticas universais com base em taxação progressiva) pela Assistência Social (políticas focalizadas nos desempregados e pobres com base em transferência de renda de trabalhadores de setores médios para trabalhadores pobres).

As grandes tentativas emancipatórias do século XX na Europa, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola, a resistência ao nazismo, a Revolta Húngara, o Maio de 1968 ou a Primavera de Praga e a Revolução dos Cravos, para citar apenas alguns dos momentos em que o espectro da revolução, uma e outra vez, assombrou o velho continente, foram esmagadas por contrarrevoluções brutais, ou derrotadas por amplas concessões, por via de reformas, que os Estados e as classes dirigentes foram forçados a concretizar.

As contrarrevoluções não implicaram só a cooptação e apoio de dirigentes sindicais e políticos dos trabalhadores, de jornalistas e intelectuais que “mudaram de lado”. Entretanto, também envolveram métodos de guerra civil contra grande parte dos dirigentes destes processos, perseguindo-os e assassinando-os de forma desumana no final dos anos 1920 na Rússia, na Espanha republicana, na Alemanha nazi, em Viena, em Budapeste, na resistência grega depois da guerra, sob os tanques soviéticos de novo na Hungria, em 1956, ou na Checoslováquia, em 1968.

A hipótese de que os movimentos de emancipação caminhariam inelutavelmente para o totalitarismo esconde a morte de milhares de dirigentes que lutaram coerentemente por essa emancipação contra o totalitarismo e que por ela morreram. A eles devemos, em primeiro lugar, o melhor que o continente europeu nos deixou. Se, como disse Camões, “um fraco rei faz fraca a forte gente”, é preciso dizer que esses dirigentes fortes com projetos de liberdade e igualdade souberam elevar e organizar as grandes revoltas sociais europeias, impondo limites claros ao caos competitivo do modo de produção capitalista, conquistando o pleno emprego, saúde protegida, educação assegurada, velhice cuidada, independentemente da origem social. Em outras palavras, é a ideia socialista originária.

Seria simplista dizer que o projeto moderno da civilização foi imposto apenas pelo mundo do trabalho. Isso ignora os passos em frente dados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Mas não o é afirmar que a política da emancipação – e estamos no bicentenário do nascimento de Karl Marx (1818-1883) – foi forjada por essa tradição histórica que moldou os dirigentes que dedicaram as suas vidas a encurtar o caminho que separa quem governa de quem é governado, quem sabe e quem faz, quem pensa e quem executa, quem escreve e quem lê (ou não lê). Muitos foram mestres sem discípulos, mas portadores de um romantismo revolucionário que impulsionou a humanidade para melhor.

É um erro historiográfico “embora comum” comparar conjunturas que não são comparáveis. O reformismo político da Alemanha de Weimar deu-se na pujança de acumulação pós-1919 – os “loucos anos 1920”. O reformismo político francês de 1936 apoiou-se na existência de colônias e nos mercados privilegiados que estas proporcionavam. As reformas do Estado Social do pós-1945 foram erguidas estando os trabalhadores europeus armados (milhões de soldados e partisans) e com uma economia de guerra, seguida dos lucros maciços permitidos pelas taxas de crescimento da reconstrução do pós-guerra.

O Estado Social foi abraçado pela social-democracia e pelo movimento comunista fiel à URSS no Ocidente, mas não nasceu de um consenso. Nasceu do apocalipse da II Guerra. A essência deste pacto foi a segurança no emprego, por outras palavras, a possibilidade de os trabalhadores assim regularem o preço da força de trabalho – associada a esta vem o Estado Providência e seus direitos conexos.

O fim do pacto social europeu (1984-1987)

O pacto social europeu terminou entre 1984 e 1987, antes da Queda do Muro de Berlim. As negociações para o fim do pacto social (nas relações de trabalho da Europa) deram-se com a anuência das grandes centrais sindicais europeias e dos partidos de esquerda, social-democratas e comunistas, antes de 1989. Acossados pela deslocalização, tendo como alternativa uma luta férrea que iria desestabilizar a ordem europeia e os compromissos que estes tinham de paz social com as classes dirigentes europeias, preferiram então manter os direitos para os que vinham do pacto, aceitando para os seus filhos a precariedade.

A hipótese de que a Queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991 teriam aberto as portas à flexibilização laboral e à crise do Estado Social vem culpabilizar mais uma vez a Rússia pelos destinos da Europa. Desta vez, paradoxalmente, segundo esta tese, a responsabilidade da URSS é ter deixado de existir. É uma tese falsa porque desresponsabiliza o papel dos partidos e sindicatos de esquerda na Europa e confunde, mais uma vez, as cronologias na tentativa de sustentá-la.

É também uma tese, vamos dizê-lo eufemisticamente, indelicada para com o passado. Na verdade, a Europa Ocidental desenvolvida tem uma dívida, ainda por restituir, para com a Rússia atrasada de 1917 – eles ousaram fazer aí a primeira revolução num país. E, imediatamente, os ecos desta revolução chegaram à burguesia europeia que, por temor da repetição de novos outubros e sob pressão da vaga de entusiasmo que a revolução dos soviets tinha suscitado em toda a Europa e no mundo, aceitou elevar as condições de dignidade mínimas do mundo dos trabalhadores.

É depois da Revolução Russa que pela primeira vez o horário de trabalho (junto com a intensificação laboral na Europa) diminui no século XX de forma constante e significativa (BASSO, 2003). Sem a Revolução Russa não se compreende a rápida extensão do sufrágio universal em grande parte dos países europeus. Os primeiros programas sociais na Europa devem-se à Revolução de Outubro. Os europeus maravilharam-se com as vanguardas artísticas representadas por um Maiakóvski ou um Eisenstein – a revolução tinha dado o melhor à humanidade naqueles dias. Foi também a Rússia que pagou o preço mais elevado do Estado Social Europeu – 20 a 30 milhões de mortos na II Guerra Mundial.

A social-democracia alemã – historicamente tão crítica do estalinismo “ recusou-se a assumir a sua participação na criação deste monstro, a burocracia soviética. Rejeitou apoiar, em 1919, 1923 e na década de 1930, a Revolução Russa, deixando-a isolada, atrasada, sem meios para fazer face à dramática escassez. Portanto, foi inviabilizada a construção de uma sociedade socialista que não poderia ser feita sem a abundância baseada na qualificação da força de trabalho, em avanços científicos e técnicos significativos. O preço a pagar pelo temor da revolução na Alemanha foi o quase extermínio do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), nos anos 1930, com a ascensão do nazismo.

A crise atual – que é econômica, política e cultural, além de profunda “ deve-se, entre outros fatores, ao colapso moral da social-democracia, com a “terceira via” e o abraço das políticas neoliberais, iniciado na segunda metade dos anos 1980. Isso porque, ao mesmo tempo que Margaret Thatcher mandava a polícia avançar com violência sobre os mineiros, as grandes centrais sindicais dos principais países europeus, dirigidas por partidos social-democratas e comunistas, negociavam a reestruturação produtiva, sem luta.

A tentativa de fazer face à queda tendencial da taxa de lucro a seguir à crise de 1981-1984 levou a social-democracia a abdicar de si própria, *just in time*, qual retorno dos anos 1930. Desse modo, criou-se um mercado de trabalho europeu hipercompetitivo, inseguro e incerto, no qual os lucros estariam mais seguros ou, pelo menos, não tão à mercê do humor das crises cíclicas.

Os partidos comunistas, por sua vez, carpem a queda de um mundo que nunca existiu – a URSS não era um Estado dos trabalhadores, já que se havia tornado uma nova forma de Estado contra os trabalhadores. A ideologia do assistencialismo, das pré-reformas, do colchão social focalizado e da desistência da luta pelo direito ao trabalho por meio da redução da jornada laboral sem redução salarial nasceu antes da Queda do Muro, pela aceitação da chantagem da deslocalização. Trocaram, como programa político, o direito ao trabalho pelo direito ao subsídio de desemprego.

Os anos 1990 adensaram um caminho que tinha sido traçado no meio da década de 1980, em sede de Concertação Social, em praticamente todos os países europeus, com exceção – e mesmo assim só parcialmente – da França, onde foi mais tardio (justamente pelo impacto que o Maio de 1968 teve na constituição de sindicatos e partidos radicais, retardando a aplicação das medidas neoliberais e assistenciais, mantendo um forte Estado Social e emprego protegido).

Trotsky recusou ser Estaline

Todas as investigações realizadas nas últimas duas décadas a partir de arquivos russos – sublinhamos, todas “ comprovam um corte no regime soviético em 1927/1928. É nesse ano que se dá a coletivização forçada; a introdução massiva do trabalho forçado a uma escala de centenas de milhares

até depois da guerra; e o início da militarização da sociedade. Além disso, é nesse período que, nas fábricas, a comissão de trabalhadores deixa de ser o órgão mais importante, papel que passa a ser desempenhado pelo chefe da polícia política; já as mulheres, que deram, com a Revolução Russa, o maior salto de sempre no que se refere à emancipação, passam a ser de novo escravas do lar e da fábrica, com medidas como a reintrodução da proibição do aborto e o encerramento de creches para controlar a escassez de força de trabalho existente e previsível.

Ademais, Lenine (2015) é o homem que deixa explícito no seu testamento que Estaline não deveria suceder-lhe, por ser bruto, desleal e não saber o que fazer com demasiado “poder concentrado” em si. Entretanto, o partido de Lenine e Trotsky foi fuzilado “na brutal expressão de Victor Serge (1975).

A URSS tinha, no final dos anos 1920, uma produção efetiva inferior à de 1914. Estava arrasada pela I Guerra, pela guerra civil e pelo isolamento. Não havia nem domínio científico, nem quadros formados, nem tecnologia e nem máquinas para produzir *muito para todos*. A solução seria, pois, uma revolução na Alemanha e nos países onde havia desenvolvimento para produzir em abundância, ou uma ditadura de uma minoria – a burocracia do Partido. A burocracia passou a controlar os recursos, vivendo com privilégios (magistralmente caricaturados por George Orwell em *O triunfo dos porcos*), embora a maioria do povo continuasse a viver com escassez de bens essenciais (PELIKÁN, 1972; TICKTIN, 1973).

Estava-se, portanto, muito longe da miséria da servitude czarista, mas cada vez mais distante do socialismo. Isso porque, para que uma casta se apropriasse dos recursos limitados, impôs uma férrea ditadura:

o [...] revisionismo não pode ser encarado como uma mera ‘moda académica’, sendo antes fruto de um contexto sócio histórico determinado. Conforme aponta Jim Wolfreys, não é coincidência que alguns dos intelectuais que mais produziram contributos teóricos para a empreitada revisionista (os *novos filósofos*) sejam caracterizados pela decepção da geração de Maio de 68 com o potencial transformador da política. (MONTEIRO, 2015, p. 25).

A visão da Revolução Russa “totalitária” confunde governos, regimes e Estados – é um erro crasso. Ela é subsidiária da filosofia de Ana Arendt (2006) e de muitas interpretações simplificadas da sua obra. Assumem (corretamente) que entre Estaline e Hitler há uma grande semelhança nos regimes (ditadura), mas ocultam que entre Hitler e as democracias liberais há uma identidade do Estado (capitalista). (DEMIER, 2013).

As sementes da ditadura estalinista estavam tão presentes como as sementes da emancipação no bolchevismo. A rigor, na história, há sementes em todo o lado e de todo o tipo – germinam onde há solos férteis, e só aí passam de pequenos grãos a um dominante modelo social.

Trotsky não foi Estaline porque recusou sê-lo (DEUTSCHER, 2005). Recusou dirigir o “seu” Exército Vermelho contra a burocracia emergente, porque não esteve disponível para dirigir um processo que estava fracassado internamente; sem leite não há socialismo, e, na URSS, não havia leite (TROTSKY, 1976, p. 343). O socialismo é a abundância, mas a URSS era a escassez. A chegada ao poder de Estaline não é resultado da revolução, mas da sua derrota.

Trotsky preferiu, mesmo exilado num “planeta sem passaporte” “ na expressão de André Breton (1985), já que todas as democracias-liberais europeias recusaram o direito de exílio a ele, expulso da URSS “, assumir a direção da Oposição de Esquerda. Durante 20 anos foi perseguido, até ser assassinado no México, em 1940, data em que a maioria dos dirigentes bolcheviques e altos quadros do Exército Vermelho tinham sido também mortos ou presos. Aliás, foi assassinado depois de todos os outros, não por acaso, mas porque até aí ele era o bode expiatório dos processos de Moscovo, cuja acusação primordial era, imagine-se, o *crime de trotskismo*. Dedicou a sua vida a tentar fora da Rússia a revolução mundial. Falhou.

A forma absurda, quase risível, com que muitos dirigentes do Partido Bolchevique caminharam para as execuções em confissões falsas de crimes que jamais cometeram, tudo para “salvar o partido” (DEUTSCHER, 2005), foi descrita de modo magistral pelo escritor Leonardo Padura (2017) em *O homem que gostava de cães*, e pelo clássico romance sobre os processos de Moscovo, *O zero e o infinito*, de Artur Koestler (1979).

Para Victor Serge (2015), as hipóteses de vencer a ditadura burocrática depois dos anos 1930 eram pequenas, mas sem a luta da Oposição de Esquerda “a derrota da revolução teria sido cem vezes mais desastrosa”. Teria? Não sabemos. Sabemos que foi preciso derrotar – e aniquilar fisicamente “ a Oposição de Esquerda para erguer a ditadura soviética depois de 1928.

Nos países mais atrasados, onde a modernização capitalista é mais tardia e já há um peso de um forte movimento operário, a tendência é de que esta modernização seja realizada com o recurso a ditaduras – Rússia, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. A Inglaterra, na sua *glorious revolution* de 1688, e a França de 1789 abriram caminho à modernização dos seus países, através das clássicas revoluções burguesas, quando o operariado não era uma ameaça numérica (DEMIER, 2016, 2013). A partir de 1848 e da Comuna de Paris, de 1871, os operários passaram a não poder ser usados como tropa de choque das revoluções democráticas e burguesas porque, ao colocarem-se em marcha, colocavam em marcha a sua própria revolução social.

Essa é a tese da “revolução permanente” (MENDONÇA, 2014), ou seja, da transformação da revolução democrática em social, da burguesa em proletária, da política em social, da nacional em internacional, da econômica em cultural. Ela tem as suas origens primeiras em Marx e nas revo-

luções de 1848 (LOWY, 2010). Sintetizou-a assim o historiador Franz Mehring (1974, 1976): Marx, a partir de 1848, fez notar que a burguesia aprendeu que nunca mais se apoiaria no proletariado para resolver as suas contendas com a aristocracia. Tinha mais temor do operariado (agora que a Revolução Industrial era imparável) do que da aristocracia, de tal forma que preferiram em muitos países deixar a revolução democrático-burguesa “inacabada”, por assim dizer, mantendo por exemplo formas de regimes monárquicos em grande parte dos países da Europa, que ainda hoje existem, acompanhados de formas de renda parasitária na grande propriedade. Tudo para evitar revoluções sociais.

1917 veio confirmar que o medo não era um delírio. A época das revoluções estava aberta, bem como a das mais mortíferas guerras de sempre para travar as revoluções.

A União Europeia e a Europa

Os que não se “suicidaram” como classe em Wall Street, em 1929, fizeram-no 16 anos depois, entre 1939-1945, do outro lado do Atlântico, em Berlim. Os países mais poderosos do mundo não conseguiram evitar a guerra. A rigor, não houve vencedores da II Guerra, porque depois de 80 milhões de mortos não há vencedores – há a barbárie.

O fim da guerra foi, porém, a construção de uma excentricidade histórica no capitalismo: o pleno emprego e o Estado Social, erguidos em troca de os trabalhadores transformados em soldados – terem entregue as armas em 1945. A estrutura de direitos sociais na Europa nasce antes da criação de qualquer mecanismo de unificação europeu ocidental, como a Ceca e a CEE. Nasce do fato de a propriedade estar destruída, de a resistência ter por composição social trabalhadores armados e das greves do pós-guerra.

Entretanto, a destruição do rival dos EUA, da França e da Grã-Bretanha ergueu uma nova relação internacional de Estados – a supremacia norte-americana e o início da Guerra Fria. O Plano Marshall rapidamente evolui para um plano de mútua ajuda, a resistência francesa ao rearmamento alemão foi ultrapassada pela integração da Alemanha Federal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato) e a ideia dos Estados Unidos da Europa, na Declaração de Schumann, foi abandonada pela construção de uma Europa com crescente integração econômica. Hoje, sem compreendermos esta subordinação da Europa aos EUA não entendemos a evolução da União Europeia e também das suas contradições internas.

As últimas cinco décadas da história da Europa foram marcadas também pelo inusitado crescimento do papel do Estado na economia, e não pela ausência de intervenção do Estado na economia, como tantos argumentam. Houve mudanças – profundas “ na intervenção estatal. Hoje há muito mais e não menos Estado do que antes da II Guerra Mundial, seja

através dos mecanismos de Concertação Social, seja através das políticas sociais focalizadas, da Assistência Social, que cobrem o crescente desemprego e/ou baixos salários, seja através das alterações do quadro legal que regulamenta a precarização laboral (a flexibilidade laboral é marcada por formas de regulamentação estatal que a promovem, e não por ausência de regulamentação do Estado), da dívida pública, da coleta de impostos, dos subsídios às empresas privadas e da extensão do papel deste na formação e manutenção da força de trabalho.

A crise dos regimes políticos europeus atuais expressa, entre outros fatores, o quase constante aumento da abstenção eleitoral; por sua vez, a crise do bipartidarismo, agravada em múltiplos aspectos depois de 2008, não é uma crise de Estado. Pelo contrário, este se fortaleceu no curto prazo, ganhando uma enorme influência sobre o tecido econômico, com a salvação das instituições bancárias e financeiras. Mas a crise não pode ser compreendida fora do âmbito do crescimento do aumento de impostos concomitante à perda de serviços e da sua qualidade – o fim do “modelo social europeu”. A médio prazo, este “fim do modelo social” vai transformar-se numa crise do próprio Estado.

Uma e outra vez os intelectuais são por isso chamados a ir ao préterito da sua função, como defende o filósofo Terry Eagleton (1991, p. 116) ao falar acerca destes, da crítica e da esfera pública: “A crítica moderna nasceu de uma luta contra o Estado absolutista; a menos que no seu futuro se defina agora como uma luta contra o Estado burguês, é possível que não lhe esteja reservado futuro algum”.

É difícil afirmar que a União Europeia, com uma brutal e crescente desigualdade, não tenha criado também uma identidade forte, “de baixo para cima”, nestas décadas de paz. O que os europeus farão com isso no futuro permanece uma incógnita. A Europa será socialista ou não será: a premissa da III Internacional não se verificou – a Europa foi e é capitalista, além de estar, embora de uma forma híbrida, nova e *em parte* unida. Mas a Europa será sem socialismo no futuro? Isto é, resistirá à competição dos seus Estados e das empresas destes Estados num próximo choque cíclico, numa próxima crise brutal? É altamente improvável que tudo permaneça como está. *E é preciso construir desde já a alternativa.*

Falando ao Conselho Econômico Industrial do Ministério de Planejamento, na URSS, Trotsky (2010) afirmou em 1926:

Eu falei dos *Estados Unidos Socialistas da Europa* e do *autogoverno dos trabalhadores*. Eu tinha em mente que a Europa, presa num beco sem saída, não sobreviveria a velhas divisões internas. [...] Dissemos que, sob as atuais divisões e fronteiras, a situação da Europa não tem esperanças [...] A burguesia europeia sonha, timidamente, com a unificação, não por quaisquer motivos disruptivos, mas simplesmente para sobreviver; não para entrar em boa forma, mas para se manter viva. Esta é a ‘psicologia’ dos atuais governos europeus. E eu não vou ser otimista por eles.

Do ponto de vista histórico, tem o mesmo valor – nulo – dizer que a “barbárie é inevitável” ou o “socialismo é inevitável”. Ambos precisam abdicar da história e viver num eterno presente. Ambos recusam-se a olhar o passado. Ambos não se veem como projetos a disputar, no terreno social, a consciência da população, mas como premissas garantidas num mundo natural, sem homens, sem história. Ambos conduzem à inação.

Se é verdade que nas guerras destes 100 anos as burguesias nacionais chocaram-se umas com as outras, fruto da sua voragem insaciável sobre os recursos, efetivamente, a história do século XX é também a história das revoluções e da luta das burguesias ou classes dirigentes para impedi-las e combatê-las. Este século, especialmente o último quartel, é também a tentativa para destruir o sentido de classe dos trabalhadores, profaná-lo, atomizá-lo.

Autodeterminação

As palavras de Leon Trotsky são, ao mesmo tempo, um dilema e um desafio. O lugar efetivo do espectro da autodeterminação expandiu-se notoriamente nos últimos 200 anos. O propósito do materialismo histórico tem sido, desde então, precisamente o de fornecer a mulheres e homens os meios efetivos através dos quais possam exercer uma autêntica autodeterminação coletiva, pela primeira vez na história, e decidir o destino de suas próprias vidas. Não é outro o objetivo autodeclarado da revolução socialista mundial – isto é, na linguagem clássica da clareza e da urgência da prosa de Karl Marx – o que é “a transição do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

Assistimos hoje ao que a intelectual norte-americana Elen Wood (1997) chamou o “recuo dos intelectuais”, que abdicaram de pensar livremente e de serem um contrapoder ao Estado, ao poder dominante. Renunciaram à crítica, com contundência, ao modelo econômico e social em que vivemos, deixaram de perguntar quem produz, o que produz, para quem e como:

Vivemos tempos curiosos. Justamente quando os intelectuais de esquerda no Ocidente têm a rara oportunidade de fazer algo útil, se não realmente histórico, eles – ou grande porção deles – estão em pleno recuo. Justamente quando reformadores na União Soviética e no Leste Europeu procuram no capitalismo ocidental paradigmas de sucessos econômicos e políticos, muitos de nós parecemos abdicar do papel tradicional da esquerda ocidental como crítica do capitalismo. Justamente quando mais do que nunca precisamos de um Karl Marx que revele o funcionamento interno do sistema capitalista, ou de um Friedrich Engels que exponha a feia realidade ‘no chão’, o que temos é um exército de ‘pós-marxistas’ cuja principal função é, aparentemente, afastar conceitualmente o problema do capitalismo. (WOOD, 2016).

Temos pela frente desafios colossais como trabalhadores do mundo, uma classe hoje tão diversa e heterogênea, entre o trabalho manual e o intelectual, entre o centro e a periferia, atravessada por questões tão complexas como diferenças salariais, de acesso à cultura, de gênero, de etnias, de línguas, de linguagens etc. Porém, comum neste sentido primordial é a *classe que vive-do-trabalho*.

O desafio hoje é assumirmos que temos responsabilidades históricas sobre os destinos da Europa, enquanto ideia central de fraternidade entre povos. Isso implica uma luta “indissociável” na defesa da liberdade e da igualdade, do socialismo. Na URSS não havia liberdade e isso causou estagnação econômica. Entretanto, a insegurança no emprego, que hoje domina os Estados europeus, ainda que em regimes democráticos, não trará nada à Europa que não seja também a estagnação econômica, a queda na produção e, no limite, ainda que cíclica, a escassez da força de trabalho.

Temos responsabilidade de exigir a liberdade efetiva, em que os direitos sociais tenham a dignidade dos direitos políticos; em que o direito ao emprego, como garantia de sobrevivência e direito à dignidade de viver do trabalho, e não da assistência social, seja acarinhado com a determinação com que é hoje protegido o direito ao voto. Igualdade real para todos, que permita dar segurança material para que as diferenças sejam respeitadas e floresçam a diversidade, a arte, a criação, as relações humanas densas. Acreditamos que encontramos no passado algumas respostas para estes desafios. A história não se repete. Mas ensina-nos. Muito. Do seu desconhecimento nada de bom pode brotar.

Referências

- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- BASSO, P. *Modern times, ancient hours, working lives in the twenty-first century*. London; New York: Verso, 2003.
- BRASS, T. *Labour regime change in the twenty-first century*. Unfreedom, capitalism and primitive accumulation. Leiden: Brill, 2011.
- BRETON, A. Position politique du surréalisme. In: _____. *Manifestos do Surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRETON, A.; TROTSKY, L. *Por uma arte revolucionária independente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Porto: Figueirinhas, 2016.
- CRAVERI, M. C. the strikes of Noril'sk and Vorkuta camps and their role in the breakdown of the stalinist forced labour system. In: BRASS, T.; VAN DER LINDEN, M. (Ed.). *Free and unfree labour*. The Debate Continues. Bern: Peter Lang, 1997.
- DEMIER, F. *O longo bonapartismo brasileiro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Maud, 2013.
- _____. *O que é uma revolução?* Lisboa: Colibri, 2016.
- DEUTSCHER, I. *The prophet armed: Trotsky 1879-1921*. The prophet unarmed: Leon Trotsky, 1921-1929. The prophet outcast: Leon Trotsky, 1929-1940. London: Verso books, 2005.
- EAGLETON, T. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- KOESTLER, A. *O zero e o infinito*. Lisboa: Europa-América, 1979.
- LENIN, V.I. *Lenin's final fight*. Speeches & writings 1922-1923. New York: Pathfinder, 2015.
- LOWY, M. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. São Paulo: Sundermann, 2010.
- MEHRING, F. *Karl Marx, vida e obra*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- _____. *Karl Marx, vida e obra*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- MENDONÇA, C. E. R. de. *Trotsky e a revolução permanente* " História de um conceito chave. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MONTEIRO, M. L. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade”. *Revista História e Luta de Classes*, n. 19, mar. 2015.

PADURA, L. *O homem que gostava de cães*. Lisboa: Porto Editora, 2017.

PELIKÁN, J. The struggle for socialism in Czechoslovakia. *New Left Review*, jan.-fev. 1972.

SERGE, V. *Ano um da Revolução Russa*. Lisboa: Edições Delfoes, 1975.

SERGE, V.; SEDOVAS, N. *The life and death of Leon Trotsky*. Chicago: Haymarket Books, 2015.

SOUSA, J. de S. Líder do PCP, um dos maiores partidos comunistas da Europa Ocidental, “Revolução de Outubro: ideais e valores para o nosso tempo”. *Diário de Notícias*, 7 de nov. 2017.

STEINBECK, J. *As vinhas da ira*. Lisboa: Livros de Brasil, 2016.

TICKTIN, H. H. T. Towards a political economy of the USSR. *Critique*, n.1, 1973.

TROTSKY, L. *Escritos*. Tomo V, vol. 1. Bogotá: Pluma, 1976.

_____. Sobre a questão das tendências de desenvolvimento da economia mundial. In: _____. *Imperialismo e crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2010.

WOOD, E. M. The retreat of the intellectuals. 1990. *Jacobin Magazine*, 2016. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2016/01/ellen-meiksins-wood-gramsci-socialism-capitalism-intellectuals-postmodernism-identity/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

WOOD, E.; FOSTER, J. B. F. (Ed.). *Em defesa da história*. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

DOI: 10.12957/rep.2018.36686

Recebido em 18 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 24 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O empreendedorismo à luz da tradição marxista

Entrepreneurship in light of the Marxist tradition

Maria Augusta Tavares*

Resumo – Este artigo analisa a contradição capital/trabalho ou produção/apropriação na sociedade capitalista, sob o neoliberalismo, aqui referida à pequena empresa, lócus do empreendedorismo. Forma privilegiada no capitalismo atual, o empreendedorismo tem sido amplamente incentivado, principalmente a partir dos anos 1990, estando, portanto, no interior da crise do capital, que começa nos anos 1970 e, agravada, persiste até hoje. Com ênfase nas chances de autonomia e independência, o discurso em defesa do empreendedorismo conduz o trabalhador a crer que pode ser sócio do capital. Mas, dada a impossibilidade ontológica de diferentes sistemas econômicos conviverem independente e harmoniosamente, questiona-se a real motivação do incentivo à pequena empresa em tempos de concentração e centralização do capital. Sem deixar de reconhecer as determinações capitalistas sobre as relações fordistas, ressalta-se o aprofundamento da exploração do trabalho no período toyotista, facilitada pela reestruturação do capital, cujas políticas tornam o mercado muito mais agressivo. Nesse contexto, advoga-se a hipótese de que o empreendedorismo, em lugar de atribuir liberdade, escraviza, uma vez que o capital se apropria de todo o tempo do sujeito empreendedor. Essa relação, que se entende como uma das principais formas pelas quais a contradição capitalista se move no atual momento histórico, obriga os trabalhadores a se confrontarem diretamente com o mercado, pelo que são canceladas a proteção social e a possibilidade da luta de classes. A análise das condições objetivas da inserção do empreendedor na economia leva à conclusão de que o mercado é o pior dos patrões.

Palavras-chave: empreendedorismo; capitalismo; trabalho; contradição; mercado.

Abstract – This article analyzes the capital/labor or production/appropriation contradiction in capitalist society under neoliberalism, related here to small businesses, the locus of entrepreneurship. A privileged form in present-day capitalism, entrepreneurship has been widely encouraged, especially since the 1990s, and is therefore within the crisis of capital, which begins in the 1970s and, aggravated, persists to this day. With emphasis on the chances of autonomy and independence, the defense of entrepreneurship leads the worker to believe that he can be a partner of

* Pós-doutorado em Serviço Social, História contemporânea e Economia. Professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba e investigadora integrada ao Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. *Correspondência:* Rua Candido dos Reis, 17, 1º esq. Paço d' Arcos 2770-025 – Portugal. Email: <guga2004@uol.com.br>.

capital. But, given the ontological impossibility of different economic systems to live independently and harmoniously, the real motivation of the incentive to small business in times of concentration and centralization of capital is questioned. While recognizing the capitalist determinations in Fordist relations, it is stressed the deepening of labor exploitation in the Toyotist period, facilitated by the restructuring of capital, whose policies make the market much more aggressive. In this context, the hypothesis is that entrepreneurship, instead of granting freedom, enslaves, since capital appropriates all the time of the entrepreneur. This relation, which is understood as one of the main ways in which the capitalist contradiction operates in the current historical moment, obliges the workers to confront directly the market, and is the reason why social protection and the possibility of class struggle are canceled. The analysis of the objective conditions of the insertion of the entrepreneur in the economy leads to the conclusion that the market is the worst of bosses.

Keywords: entrepreneurship; capitalism; labor; contradiction; market.

Introdução

Todo marxista conhece as objeções feitas à obra de Marx. Acerca das dez mais comuns debruçou-se Terry Eagleton (2011), em *Why Marx was right*, sob o propósito de demonstrar que a riqueza do pensamento marxista é justificativa suficiente para que nos alinhemos com esse legado, o que não significa que ele mesmo não tenha dúvidas sobre algumas ideias de Marx. Contudo, ele assevera que toda discussão inteligente sobre questões como alienação, mercantilização da vida social, cultura da ganância, violência, hedonismo irracional, niilismo crescente e valor da existência humana acha-se seriamente endividada com a tradição marxista (EAGLETON, 2011, p. 12). Para dizer tudo isso, numa frase, reproduzimos o que muitas vezes ouvimos do nosso mais conhecido marxista brasileiro, o Professor José Paulo Netto (2000): “Marx não é suficiente, mas é indispensável”.

Para nós, marxistas, as questões acima apontadas inexistem isoladamente. A exemplo, a mercantilização da vida social nutre-se da alienação, da ganância e da violência presentes nas relações sociais, em geral. Certamente, outros autores – sob outra perspectiva – também tratam desses temas. Seus estudos, muitas vezes, fornecem elementos importantes para a crítica, à medida que nos possibilitam compreender a lógica que move os intelectuais da ordem, o que justifica, também, o conhecimento dessas outras fontes. Mas, sem medo de estar exagerando, um pesquisador sério jamais analisa os fenômenos sociais do capitalismo sem recorrer aos fundamentos marxistas.

Tais fundamentos, obviamente, não se põem prontos para o pesquisador. Sem conexão à totalidade, é impossível apreender as lições de Marx. Perscrutar os caminhos percorridos pela sua genialidade, para apreender a relação capital-trabalho neste século XXI, impõe que sejamos capazes de recuperar a história do desenvolvimento capitalista, no mínimo, atentos à lei geral da acumulação e ao desenvolvimento desigual e combinado, desde a acumulação primitiva até os dias atuais.

Partimos, portanto, dessas premissas para fazer uma crítica ao empreendedorismo, como alternativa ao desemprego, mundialmente propagada. À semelhança do trabalho informal, que no fim do século passado conquistou corações e mentes de todos os fiéis seguidores do capital e do Estado, fossem eles acadêmicos, políticos ou capitalistas, agora o empreendedorismo parece ser a solução para o desemprego neste século. Não por acaso, o empreendedorismo, a nosso ver, é uma modalidade de trabalho informal que, sob o manto da autonomia, faz o sujeito empreendedor imaginar que basta ser patrão – às vezes de si mesmo – para ter a chance de mudar de classe social.

Nosso objetivo é demonstrar que o empreendedor, com raríssimas exceções, apesar de conformar um híbrido entre patrão e empregado, não deixa de ser trabalhador, portanto, não pode, objetivamente, gozar da autonomia pela qual é seduzido pelo capital, cuja finalidade é, além de reduzir os custos da produção, apagar do imaginário social a categoria do trabalhador proletário. Ora, à semelhança do trabalhador informal, a atividade do empreendedor é regida pela lei do valor, como de resto quase todas as relações na sociedade capitalista. Aparentemente, o sujeito trabalha para si mesmo, o que significa não ter um empregador. Contudo, submetido ao mercado, cujas regras são inflexíveis, o sujeito empreendedor tem o pior dos patrões.

Sobre isso, escrevemos e publicamos o artigo intitulado *Worker, the market is the worst boss*, em *Critique Journal of Socialist Theory*, 2017¹. Uma síntese daquele artigo será aqui exposta, sob o particular enfoque que propõe o Comitê Editorial da *Revista Em Pauta*, da Faculdade de Serviço Social da Uerj, tendo em vista o dossiê temático “200 anos de Marx”, honraria que orgulhosamente agradecemos.

Notas críticas ao empreendedorismo

O empreendedorismo, forma originária do padrão produtivo toyotista, é um conceito recorrente na economia, na política, na administração e, por conseguinte, amplamente difundido pelos meios de comunicação, especialmente na publicidade financiada pelo Estado. Incorporado pelo senso comum – pelo que se legitima –, essa estratégia capitalista é assimilada como fator de crescimento econômico e de transformação social. De mãos dadas com uma suposta sociedade pós-industrial², espera-se do empreendedor ou da empresa empreendedora que sejam elementos de coordenação e de conexão entre sujeitos e instituições, alguns dos quais ontologicamente

¹ Cf. Tavares (2017).

² Conceito elaborado por Daniel Bell, na sua obra *The coming of post industrial society: a venture in social forecasting*, de 1973. Nessa trilha de interpretação que põe em dúvida a centralidade do trabalho, podem-se destacar outros nomes, a exemplo de Offe (1989) e Habermas (1987), ambos rigorosamente criticados por Antunes (1999) em *Os sentidos do trabalho*.

opostos. Vale et al. (2008), citando Hirschman, resumem a “habilidade empreendedora” como a capacidade de “operacionalizar acordos entre todas as partes interessadas”, sejam elas inventores, parceiros, capitalistas, fornecedores, sejam distribuidores ou trabalhadores e público, como se o mercado constituísse um espaço idílico no qual o individualismo burguês não fosse determinante. Ora, na prática, nunca as relações capitalistas revelaram a incorporação desse princípio tanto quanto sob o neoliberalismo.

Da nossa perspectiva, o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um artilheiro engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados.

Contudo, sejam quais forem os artifícios, o assalariamento continua sendo a base da relação capital. A progressiva apropriação do tempo do trabalhador pelo capital é prova incontestável dessa realidade. Mas, apesar das evidências, sobretudo sob o neoliberalismo, a relação capital-trabalho sofre mascaramentos na prática e na teoria. Por um lado, a relação com o trabalhador é um transtorno que o capital gostaria de evitar e, por outro, o trabalho como criador de riqueza é uma verdade que se tenta negar.

Entretanto, por mais que se desenvolvam os métodos poupadores de mão de obra, por mais que a financeirização da economia transforme capital improdutivo em produtivo, o capital não abre mão da mais-valia. Daí a importância de se encontrar formas geradoras de mais-valia, cuja relação visível não se caracterize como assalariamento, a exemplo do empreendedorismo. Para isso, a interferência do Estado é providencial, pois é sua função criar o aparato legal através do qual a relação capital faz da força de trabalho uma empresa. Assim, aquela relação que, no padrão fordista, era visível entre capital e trabalho, pois a negociação básica era a compra e a venda da força de trabalho, assume outra aparência no período toyotista. Esta permite afirmar a autonomia do trabalho no capitalismo ou até transmutar trabalhadores em capitalistas.

O que é visível/aparente nessa relação é justamente a igualdade entre comprador e vendedor de mercadorias. Entretanto, o visível é parte do todo, mas não é o todo. Dessa forma, uma análise das mediações desse processo de produção e circulação de ‘mercadorias’ pode nos revelar algo que não é captado com o órgão dos sentidos. É possível afirmar que em várias dessas relações comerciais o que é transacionado é a mercadoria força de trabalho. (SOARES, 2008, p. 10).

A partir dessa interpretação, pretendemos demonstrar que, na relação capital orientada pelo neoliberalismo, malgrado a imprescindibilidade do trabalho e o aprofundamento da contradição produção/apropriação, tende-se a negar que a riqueza produzida seja resultado do trabalho produtivo. Nesse sentido, as saídas oferecidas para a crise – exponenciadora das expressões da questão social, principalmente o desemprego e a precarização do trabalho – apelam à autonomia e à independência do trabalho, movimento que, na prática, revela o quão penoso é ter o mercado como patrão.

É inegável que o capitalismo contemporâneo pós-reestruturação produtiva mudou algumas formas, mas o trabalho como produtor de riqueza permanece central. Ao dar ênfase ao trabalho como criador de riqueza, não se está a cancelar as possibilidades de saída encontradas pelo capitalismo na sua forma “especulativa e parasitária”.³ É evidente que o setor financeiro cresceu e que o capital “passou a crer ter encontrado o seu paraíso de rentabilidade sem necessidade de sujar as mãos com a produção” (CARCANHOLO, 2012, p. 325). Mas esse, como todo sonho, tem curta duração.

[...] por maiores que tenham sido as transformações por que passou, há uma coisa que o capitalismo ainda não conseguiu inventar: como criar riqueza econômica, criar excedente e, em particular, criar lucro a partir do nada. Nunca conseguiu e jamais conseguirá produzir riqueza e também a sua própria remuneração a partir do éter. A riqueza econômica é e será resultado do trabalho produtivo. (CARCANHOLO, 2012, p. 323).

Sob essa ótica fundada na teoria marxista, a característica básica da atual fase do desenvolvimento capitalista “é a contradição, que se agudiza cada vez mais, entre a produção e a apropriação do excedente econômico mercantil, da mais-valia nas suas diversas formas” (CARCANHOLO, 2012, p. 324). Mudam as formas, mas o fim capitalista persiste inalterado. As mudanças restringem-se às políticas, e estas “atendem a interesses econômicos oriundos de leis intrínsecas ao próprio desenvolvimento do capital na busca da reprodução ampliada” (SOARES, 2008, p. 11). A tentativa de compreender as mudanças no capitalismo, historicamente, mesmo quando essas resultam das lutas dos trabalhadores, evidencia conquistas que mais parecem concessões movidas pela conveniência do oponente, uma vez que o sistema delas se apropria e tira proveito.

Nesse sentido, a síntese a seguir é elucidativa:

É sabido que a conquista do horário de trabalho das oito horas foi respondida com a intensificação do trabalho; a consagração da educação pública generalizada veio, poucas décadas depois, acompanhada do embaratecimento da mão de obra qualificada; ao contrato coletivo de trabalho seguiu-se a institucionalização do Pacto Social; à conquista de impostos progressivos utilizados para fins públicos o capital respondeu

³ Denominação adotada por Carcanholo (2012).

com as parcerias público-privadas. É por isso justo pensar que nada muda, mesmo quando há mudanças. (VARELA, 2012, p. 71).

No âmbito das mudanças promovidas pela parceria capital/Estado está o empreendedorismo. É procedente que sejam perscrutados os reais conteúdos dessa “novidade”. A proximidade do empreendedorismo com o trabalho informal remete aos anos 1980, quando, em resposta à realidade caótica anteriormente verificada por técnicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Quênia, as atividades informais foram consideradas como uma saída para o desemprego e o subemprego em todas as regiões pobres do mundo, como se pode ver no Relatório do Quênia⁴. Na oportunidade, a solução apresentada era a criação de empregos a baixo custo. A OIT e até agências financeiras, como o Banco Mundial, passaram a recomendar apoio às atividades informais, o que coincidia com o fim do emprego com proteção social que prevalecera no período fordista.

Esse quadro foi se modificando e, a partir dos anos 1990 – em sintonia com a economia orientada à flexibilização –, o trabalho informal que fora sinônimo de atraso passou a ser moderno, principalmente por reduzir o custo variável da produção. À medida que foi se acentuando a insuficiência de empregos com contrato formal de trabalho, muitos trabalhadores qualificados também começaram a ingressar nas relações informais de produção. Daí para a disseminação do assalariamento por peça foi uma rápida passagem, sobretudo – mas não apenas – nos segmentos da produção em que é possível explorar na esfera da mais-valia absoluta, em conformidade com a divisão internacional do trabalho e, obviamente, com a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Mais um passo (ou passe) e o trabalhador tinha a senha para ingressar no mundo novo do empreendedorismo. De repente, a relação Estado-capital disseminava a grande descoberta: o que fora força de trabalho podia e devia, agora, tornar-se empresa.

Essa “novidade”, orquestrada pela ilusão da autonomia do trabalho, foi ampliando o seu grau de abrangência e convocando cada vez mais trabalhadores para se tornarem patrões, fosse de alguém ou de si mesmos. À medida que a terceirização foi se espalhando mundialmente e em diferentes ramos da economia, a proposta de autonomia foi dando lugar ao que passou a ser conhecido como empreendedorismo, tornando-se imperativo convencer o trabalhador de que, para sobreviver, ele não precisava mais se subordinar ao capital.

Mas, para ser empreendedor, além de requisitos de ordem subjetiva, são também necessários os meios de produção, que aqui serão chamados de meios de trabalho, porquanto se entende que, sob a propriedade do sujeito que trabalha, aqueles assumem tal conotação. Os verdadeiros

⁴ Trata de uma missão de estudos que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela região e em outras economias subdesenvolvidas. Ver: *Employment, incomes and equality: strategy for increasing productive employment in Kenya* (OIT, 1972).

meios de produção continuam a ser propriedade dos capitalistas, alguns, inclusive, com privilégios de exclusividade, a exemplo de áreas fundamentais como a informática, os transportes aéreos, as comunicações e as armas nucleares.

Convém ainda observar que dos sujeitos empreendedores exige-se bem mais do que era requerido no chamado “setor informal”,⁵ declaradamente uma economia para pobres e sem qualificação. Embora o termo empreendedorismo tenha se generalizado e seja aplicado também a atividades de baixa renda, donde decorre uma tipologia de empresas⁶, não se pode afirmar que esteja circunscrito à facilidade de entrada no mercado, baixa produtividade, utilização de recursos locais, propriedade familiar, escala de atividade reduzida e uso de tecnologia que privilegia o recurso à mão de obra, características que, segundo a OIT, identificavam a heterogeneidade do “setor informal”.

Dados de uma pesquisa a cargo da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), feita no Brasil pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em 2014, constataram que em dez anos a taxa de empreendedorismo no Brasil aumentou de 23%, em 2004, para 34,5% naquele ano (2014). Na comparação mundial, o Brasil se destaca com a maior taxa de empreendedorismo, quase oito pontos percentuais à frente da China, o segundo colocado, com taxa de 26,7%. O número de empreendedores entre a população adulta no país é também superior ao dos Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%) e França (8,1%). Entre as economias em desenvolvimento, a taxa brasileira é superior à da Índia (10,2%), África do Sul (9,6%) e Rússia (8,6%) (BRASIL, 2015, n.p.).

Confirmando a nossa interpretação no que tange ao que se requer do sujeito para se tornar um empresário, o presidente do Sebrae, ainda segundo a fonte acima referenciada, afirma que, de cada cem brasileiros que começam um negócio próprio, 71 são motivados por uma oportunidade e não pela necessidade. Ser movido pela oportunidade não é um mero ato de vontade. São necessárias condições objetivas. Ainda assim, esses investidores – se é que se pode usar tal terminologia – precisam trabalhar. Não poderão viver apenas da exploração do trabalho alheio. Mesmo que tenham empregados, em geral, são pequenos patrões, e é cada vez mais improvável que um pequeno empresário venha a ser, um dia, capitalista⁷ (BRASIL, 2015, n.p.).

⁵ O uso das aspas se justifica na crítica que fazemos à concepção oitiana, que divide a economia em setores. Essa crítica, em detalhes, está em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista* (TAVARES, 2004), de nossa autoria.

⁶ A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas divide os pequenos negócios em: 1) *Microempreendedor Individual* - Faturamento anual de até R\$81 mil; 2) *Microempresa* - Faturamento anual de até R\$360 mil; 3) *Empresa de Pequeno Porte* - Faturamento anual entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões; e 4) *Pequeno Produtor Rural* - Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$4,8 milhões. (SEBRAE, 2018, n.p.).

⁷ O pequeno empresário não é um capitalista, tampouco apenas um trabalhador, mas um híbrido das duas funções. No máximo, um pequeno patrão. Embora, geralmente, esse pequeno patrão trabalhe mais que os seus empregados, o fato de ser empregador o confronta com o trabalho como se fosse um capitalista, sofrendo, portanto, numa relação direta, os constrangimentos da relação capital-trabalho, numa situação bastante desfavorável, dada que a dimensão do seu negócio não permite prever os riscos decorrentes dessa relação, tal como o faz o capitalista.

Não há dúvida de que o ato de empreender requer conhecimento, recursos financeiros, acesso a bancos etc. O convite ao empreendedorismo é direcionado, portanto, a uma parcela de trabalhadores que tem um projeto, dispõe de alguma economia ou possui capacidade de conseguir empréstimos bancários. Movido pela ilusão da autonomia, pela necessidade de fazer render o dinheiro aplicado e pelas promessas advindas das chamadas parcerias – inclusive as que personificam o Estado –, o sujeito empreendedor coloca no empreendimento toda a sua energia, não importando qual seja o tamanho da sua jornada de trabalho. Há um objetivo a ser alcançado e a crença de que, ao final, terá a independência desejada.

Diferentemente do trabalho por conta própria, enquanto opção para trabalhadores pobres, sem vínculo com o núcleo formal da economia, como defendia a OIT (1972), o discurso do empreendedorismo, através das imensas possibilidades oferecidas por essa condição, especialmente pelo sonho de tornar-se um grande empresário, seduz o trabalhador pela via do convencimento habermasiano:

Este conceito de racionalidade comunicativa possui conotações que em última instância sublinham a experiência central da capacidade de vencer sem coações e de gerar consenso que tem pela fala argumentativa, em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista e mercê a uma comunidade de convicções racionalmente motivada se asseguram à vez da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do contexto em que se desenvolvem suas vidas. (HABERMAS, 1987, p. 27).

A atividade empreendedora, mais que força de trabalho, requer outros recursos. Por isso, para investir conhecimento, dinheiro e tempo, o sujeito empreendedor precisa estar convencido de que a mudança de classe social é algo ao menos razoável.

O empreendedor deve sentir-se mais próximo do capital e mais distante do trabalho, muito embora a prática negue tal pretensão. Contudo, enquanto a realidade permitir ao empreendedor ignorar ou acatar a condição de subordinação que lhe é imposta, ele assumirá o discurso engendrado pela relação dominante. Com isso, vai sendo tecida a ideia da negação do trabalho como criador de riqueza, bem como vão sendo consolidados os pactos sociais⁸ pelos quais sempre se busca superar as crises capitalistas, ao tempo que a categoria do trabalhador proletário vai sendo desqualificada.

Em tempos de *fake news*, a relação Estado-capital está na sua zona de conforto, uma vez que, como se pode comprovar, é historicamente imbatível nesse quesito. Graças ao seu poder de dominação, a realidade é

⁸ A palavra “pacto” guarda a ideia de concordância entre as partes. No entanto, segundo Varela (2012), há pactos sociais impostos. Mas, pondera: “nesse caso sê-lo-ão na forma e não no conteúdo, porque só será um pacto se as organizações de trabalhadores abdicarem de um confronto frontal em troca de algum tipo de conquista de direitos (ou garantia de não retrocesso de direitos)”. (VARELA, 2012, p. 93).

adulterada em conformidade com o fim capitalista. Cabe, portanto, aos pesquisadores, principalmente aos da tradição marxista, recuperar o trabalhador proletário, não só porque ele, de fato, existe, mas também porque não podemos permitir que a falsa ideia de trabalhadores livres e autônomos ponha fim ao sujeito revolucionário. Ronald Rocha (1999), no prefácio de *O mundo do trabalho e o trabalho do luto*, assevera que, “longe de estar caducando, o trabalho, o trabalhador e, vale insistir, o trabalhador proletário passam por um amplo processo de revigoração no interior da falência da indústria tradicional”.

Em favor do capital, instituições que representam o Estado cumprem o papel de colocar-se como parceiros do empreendedor, como se aquele fora neutro, sendo o seu interesse apenas o bem-estar social. Contudo, não há neutralidade no Estado. A sua natureza é capitalista, muito embora o empreendedorismo seja tratado como se tivesse a finalidade única de favorecer o trabalhador. Governos federal, estaduais e municipais destacam os benefícios advindos do empreendedorismo e oferecem facilitadores para a consecução dessa relação, que é apresentada como se a pequena empresa fosse uma absoluta e salvadora novidade para o trabalhador desempregado.

Observe-se que a descentralização da produção tem, ao contrário, gerado concentração e centralização de riqueza. Se, por um lado, fomenta-se a pequena empresa, por outro, grandes grupos econômicos se fundem para reter a mais-valia explorada, donde se pode deduzir que qualquer discurso sobre a autonomia e a liberdade do trabalho não tem base real. Tampouco se pode aceitar sem questionamento esse tipo de empresa sustentada principalmente pela capacidade de criar laços de cooperação, como vimos no início desta seção.

Essa relação “cooperativa” entre capital, trabalho e instituições, em tese, possibilitaria aos trabalhadores, em algumas situações, a reapropriação do seu poder enquanto agente imediato do processo de trabalho, mas isso não altera o conteúdo da cooperação como forma básica do modo de produção capitalista. Segundo Marx (1983, p. 266), “essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente”.

Ainda conforme Marx (1984, p. 293),

Paralelamente à [...] centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista.

Se a centralização implica a expropriação de muitos outros capitalistas, se nem mesmo o capitalista – termo dominante na relação – goza de independência individual, pode-se conceber uma pequena empresa autônoma com capacidade de criar laços de cooperação entre polos inteiramente opostos? Não seriam muitos empreendimentos meros departamentos externos de grandes empresas, cujos proprietários tendem a trabalhar bem mais do que se fossem empregados, nos termos comuns ao período fordista?

A nosso ver, o empreendedorismo, ou, caso se prefira, a pequena empresa, em lugar de atribuir a liberdade que é prometida ao trabalhador, aprofunda as relações capitalistas, porquanto seu objetivo se realiza sem que a função do trabalho seja reconhecida “ em muitos casos, como se a mercadoria surgisse magicamente na esfera da circulação. Ou seja, pelo oportuno cancelamento do momento predominante, as relações ficam restritas à circulação. É o que parece pretender o neoliberalismo, com o qual se alinham todos os que pactuam a negação da centralidade do trabalho, muito embora a apropriação do tempo do trabalhador pelo capital, nesse período toyotista, se dê em proporção muito maior que no fordismo, e de forma muito mais precarizada.

Insistimos em destacar o neoliberalismo porque, embora seja um desdobramento do liberalismo, seria impróprio afirmar uma mera continuidade entre os dois. Os elementos que denotam continuidade – o Estado limitado, o privilegiamento do mercado e a clara noção antropológica de indivíduo –, quando inseridos no contexto histórico, demonstram ter uma substância diferente. O Estado limitado ou Estado mínimo, na verdade, constitui uma hipertrofia; o mercado, por sua vez, adquire uma dimensão gigantesca, sendo a única instância de mediação da sociedade, e o individualismo se coloca como uma tentativa de romper com todas as políticas sociais que não passam pela relação mercantil. Nessa trilha, entende-se o empreendedorismo como uma das formas pelas quais o mercado se apropria de todas as horas da vida dos sujeitos que se aliam a essa proposta. A nosso ver, é um rótulo pomposo para trabalhadores qualificados, precarizados e iludidos, uma vez que o sonho de liberdade é objetivamente inviável.

Evidenciada pela sua dimensão progressista e pela capacidade de gerar empregos, a pequena empresa tenciona tão somente incluir trabalhadores mediante a incerteza e a fragmentação. Não basta ser proprietário privado de alguns meios de produção para se alcançar a livre individualidade.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. [...] Mas ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose. (MARX, 1984, p. 292-293).

Certamente, a propriedade privada dos meios de produção, como referida no pensamento marxista, diz respeito a um nível de desenvolvimento que não guarda semelhança alguma com o capitalismo, sobretudo neste século XXI. O lócus do empreendedorismo e, portanto, da pequena empresa, é o da propriedade privada capitalista, que se baseia na exploração do trabalho alheio, no método da cooperação capitalista, no trabalho precarizado sem proteção social, preferencialmente sob a aparência de uma relação cujo desvelamento da mais-valia só é possível sob uma análise que contemple a totalidade do processo de trabalho.

Por isso, é preciso perscrutar o conteúdo das relações de trabalhos domiciliares, por exemplo, que parecem ocorrer na esfera da circulação, e que são muito comuns aos trabalhos terceirizados, principalmente nos setores de confecções e de calçados. Em muitos casos, o suposto vendedor de mercadoria está a vender força de trabalho, em condições precárias e sob remuneração aviltante. Exceto por lhe ter sido usurpado o direito à proteção social, a relação guarda as mesmas características do trabalho assalariado.

Ante o exposto, merecerá credibilidade uma saída para a crise capitalista que atribui liberdade a quem vive do trabalho? Como tentamos demonstrar, as relações regidas pelo mercado têm na desigualdade um dos seus pilares. Esta, por si só – elemento, conforme Hayek (1990), fundamental para a eficiência e a produtividade capitalista –, já seria suficiente para que o conceito de liberdade da razão liberal fosse questionado. Enquanto forma de relação mediada pela compra e venda da força de trabalho, pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho, o capital nega cotidianamente as possibilidades de liberdade. A desigualdade fomentada pela concorrência entre capitais não se reduz às empresas, mas se estende ao mercado de trabalho e, finalmente, configura-se numa relação (des)humana, em que há, “para cada ganhador, uma multidão de perdedores, e que os vencedores não devem nada àqueles ou àquelas que esmagam” (GORZ, 1998, p. 50).

A essa altura, pensamos ter demonstrado que a tradição marxista ainda é o fundamento por excelência para analisar as relações da sociedade capitalista contemporânea. Como dissemos na introdução a este artigo, o pensamento marxista não se dá pronto como se fora um manual ou um livro de receitas. Pensemos sobre a afirmação a seguir: “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se” (MARX, 1983, p. 93). Não seria o empreendedorismo a forma, ou uma das formas, pela qual a contradição estaria a mover-se?

O capital rejeita tudo que não consegue integrar à sua lógica. É evidente que a autonomia e a liberdade do empreendedor não se sustentam. Note-se que o empreendedorismo se restringe a determinados ramos da produção e a segmentos que são complementares aos interesses do capital. Sob a lógica do padrão toyotista, quando muito, algumas pequenas empresas

funcionam como departamentos externos de grandes empresas, desenvolvendo atividades cujos resultados são mais significativos mediante a subcontratação ou a terceirização e cuja distribuição da mais-valia extraída é majoritariamente apropriada pela empresa contratante.

Sem que se faça a apologia do fordismo, neste regime não havia a tentativa de obscurecer a função do trabalho na acumulação capitalista. Dito de outra forma, não havia, na maioria dos casos, a hipótese de negação da contradição capital-trabalho, portanto, da exploração da mais-valia e da sua absoluta funcionalidade ao capital. *Grosso modo*, a figura do empregador era uma espécie de anteparo entre o trabalhador e o mercado. Com isso não se quer dizer que não recaia sobre o trabalhador as determinações do mercado, mas tão somente se busca assinalar que no fordismo o trabalhador tinha uma margem de luta, dado que o seu opositor se subjetivava na figura do empregador.

Já no toyotismo ele é conduzido a confrontar-se diretamente com o mercado, “sujeito sem subjetividade”⁹, conforme Oliveira (1995, p. 17). Nas palavras desse autor, o mercado/o capital, “enquanto mecanismo funcional, perpassa, ‘pelas costas’, todas as ações dos sujeitos humanos, dominando-as e conduzindo-as para seu processo de autovalorização” (OLIVEIRA, 1995, p. 17).

Na prática, essa implantação plena do mercado se expressa sobremodo nas estratégias que circunscrevem o empreendedorismo, pelo qual a sociedade se desobriga da criação de postos de trabalho e transfere toda essa responsabilidade ao trabalhador. Muito embora seja a crise resultante do seu desenvolvimento, o capital não quer para si os efeitos dela, no que tange ao desemprego ou a qualquer atraso do qual se nutre. Daí o recurso a reestruturações produtivas, cujas consequências sempre recaem sobre o trabalhador, em graus de intensidade que variam conforme a hierarquia econômica, na qual uns poucos países decidem e os outros se submetem, apesar de o discurso da globalização sugerir um grande e único mercado, no qual agentes financeiros compram e vendem em condições iguais.

Considerações finais

A pequena empresa não constitui exceção ou novidade, e, menos ainda, ruptura. Sob outras denominações e com menor ênfase, o capitalismo sempre recorreu ao salário por peça ou por produção. O empreendedorismo é tão somente uma forma que se ajusta ao novo padrão produtivo, orientado à fragmentação da produção e às estratégias que negam a centralidade do

⁹ A partir das argumentações tecidas neste artigo, é razoável pensar que esse “sujeito sem subjetividade” é personificado por capitalistas e instituições de que o capital se serve. Mas, aqui e agora, pretende-se enfatizar a ausência de um sujeito a quem o empreendedor possa se dirigir, direta e imediatamente, para reclamar o insucesso do seu negócio. Continuar ou desistir é sua responsabilidade. Assim se expressa a sua liberdade.

trabalho como criador de riqueza. Qualquer outra interpretação implicaria defender a possibilidade de convivência harmônica entre sistemas econômicos que se opõem algo semelhante ao que Toni Negri (1994, p. 35) chamou de *poder constituinte*, pelo qual o povo teria a “capacidade de construir novas instituições, que podem não ser contra as que existem, mas não necessariamente submissas a essas”. Um imbróglio insustentável.

A pequena empresa, como a grande, está sujeita às determinações do mercado, só que com bem menor capacidade de escapar às sanções impostas. Ao transformar trabalhadores em empresa, teórica e praticamente quem se beneficia é o capital. A pequena empresa é a forma encontrada pelo capital para se apropriar de todo o tempo do sujeito, pela via do convencimento. Sem que disso tenha consciência, ao criar, ele mesmo, a condição de empregabilidade, o trabalhador troca a proteção social por uma ideia de liberdade que, em última instância, retira de si a possibilidade de obter qualquer conquista/concessão do capital, pela sua relação direta com o mercado.

O empresário individual e a microempresa são, na maioria das vezes, assalariados por peça. As pequenas empresas, por sua vez, podem funcionar como departamentos da grande empresa. Esta deixa a cargo daquelas o constrangimento da relação direta com trabalhadores explorados e precarizados, pelo que se permite obscurecer o momento da produção, muito embora usufrua em condições vantajosas da distribuição da mais-valia extraída pelas primeiras. Enfim, o comando da produção permanece sob o capital.

Contudo, ironicamente, o empreendedor é chamado a experimentar a mesma lógica que move os capitalistas: ganhar dinheiro com o trabalho alheio. Dados os poucos recursos do empreendedor, é como se lhe fosse oferecida uma ínfima porção de uma poderosa droga que garante prazer imediato e, portanto, vicia, mas ele não dispõe de recursos para manter o vício. Ante a impossibilidade de consumir a droga na medida das sensações desejadas, o empreendedor, numa luta inglória, aplica toda a sua força de trabalho, contrai dívidas e, por vezes, ocupa os membros da família, na tentativa de alcançar o que lhe fora prometido. Contudo, na maioria dos casos, só consegue contribuir para a precarização do trabalho, o seu e o de outros trabalhadores.

Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRASIL é o primeiro em *ranking* de empreendedorismo. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/brasil-e-o-primeiro-em-ranking-de-empendedorismo>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- CARCANHOLO, R. A. Interpretações sobre o capitalismo atual e a crise econômica. In: VARELA, R. (Coord.). *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012.
- EAGLETON, T. *Why Marx was right*. New Haven; London: Yale University Press, 2011.
- GORZ, A. Por que a sociedade salarial tem necessidade de novos criados? In: MALAGUTI, M. et al. (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- MARX, K. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital*. Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NEGRI, T. *El poder constituyente: ensayo sobre las alternativas de la modernidad*. Madrid: Libertarias/Prodhuvi, 1994.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OIT. *Employment, incomes and equality: strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra: OIT, 1972.
- OLIVEIRA, M. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.
- ROCHA, R. O mundo do trabalho e o trabalho do luto. *Alternativa Sindical Socialista*, Minas Gerais, maio 1999.
- SEBRAE. *Perfil empreendedor*. [2018]. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- SOARES, M. A. T. *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Vitória da Conquista: Uesb, 2008.
- TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, M. A. Worker, the market is the worst boss. *Critique – Journal of Socialist Theory*, Chicago, v. 45, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03017605.2016.1270555>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

VALE et al. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. *RAE electron*, São Paulo, n. 1, v. 7, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482008000100008>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

VARELA, R. Ruptura e pacto social em Portugal: um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986). In: VARELA, R. (Coord.). *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012.

DOI: 10.12957/rep.2018.36687

Recebido em 18 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 30 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Questão agrária: capitalismo e proletarização rural no Brasil

Agrarian question: capitalism and rural proletarianization in Brazil

José Amilton de Almeida*

Cristina Simões Bezerra**

Resumo – O objeto desse estudo trata-se da questão agrária no Brasil. O objetivo principal consistiu em analisar as determinações agrárias que nos envolvem no quadro das transformações universais do capital, precisamente aquelas que dizem respeito ao processo de proletarização rural. Para isso, partimos da análise de Marx sobre a acumulação primitiva, com contribuições de Ellen Wood e de outras referências da tradição marxista, dentre as quais intérpretes da realidade nacional, tomadas como fios condutores à apreensão do papel que cumpre à questão agrária na estruturação do capitalismo brasileiro. A metodologia baseou-se, principalmente, em pesquisa bibliográfica e análise teórica, cujos resultados nos levam a considerar a economia capitalista agrária brasileira como uma das principais responsáveis pela difusão das desigualdades e dos conflitos sociais de nossos tempos.

Palavras-chave: acumulação primitiva; questão agrária; proletariado rural; capitalismo.

Abstract – The agrarian question in Brazil is the object of this study, whose main objective was to analyze the agrarian determinations that involve us in the framework of the universal transformations of capital, specifically those that concern the process of rural proletarianization. For this, we start with Marx's analysis of primitive accumulation, with contributions by Ellen Wood of other references of the Marxist tradition, among which interpreters of the national situation, taken as guiding principles to the understanding of the agrarian question in the structuring of Brazilian capitalism. The methodology was based mainly on bibliographical research and theoretical analysis, whose results led us to consider the Brazilian agrarian capitalist economy as one of the main responsible for the propagation of inequalities and social conflicts in our times.

Keywords: primitive accumulation; agrarian question; rural proletariat; capitalism.

* Assistente Social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da CAPES. *Correspondência:* Rua João Krolman Sobrinho, 152, apto 302, B. São Pedro – Juiz de Fora – MG. CEP: 36037-500. Email: <j.amilton.servsocial@gmail.com>.

** Doutora em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação da mesma unidade de ensino. Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, desenvolvido pela parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes. *Correspondência:* Rua Olegário Maciel, 795/101, Santa Helena – Juiz de Fora – MG. CEP: 36015-350. Email: <cristina.bezerra31@gmail.com>.

O presente artigo teve como objeto de estudo a questão agrária no Brasil. Voltado para problematizar o processo de proletarianização rural no país, o objetivo principal consistiu em apreender algumas mediações entre o movimento clássico do processo de expropriação camponesa, partindo do capitalismo inglês estudado por Marx (1985), e as particularidades que demarcam a constituição do proletariado rural brasileiro no quadro universal de transformações movidas desde aquele núcleo.

A metodologia adotada foi de caráter substancialmente qualitativo, estruturada, sobretudo, por meio de pesquisa bibliográfica e análise teórica, cujas referências principais se basearam em Marx (2008, 1985) e Ellen Wood (1998), além de intérpretes brasileiros, como Florestan Fernandes (1975), Otávio Ianni (2004, 2005), Jacob Gorender (2005), Caio Prado Jr. (2014), Ruy Mauro Marini (2005), João Pedro Stédile (2005), dentre outros, assim escolhidos por fornecerem contribuição fundamental na construção do problema agrário como uma das chaves para desvendar o capitalismo e a luta de classes.

Nessa direção, o problema a ser, em seguida, explorado pode ser formulado da seguinte maneira: considerando que a separação entre o trabalhador, de um lado, e a propriedade dos meios de produção e de subsistência, de outro, estrutura-se como pressuposto do modo de produção capitalista, de que forma esta separação se operou entre o trabalhador e a terra nas origens clássicas do capitalismo? E como ela se deu em relação ao proletariado rural brasileiro?

Para abordar o assunto, organizamos a discussão em duas partes: na primeira, com base na *Assim chamada acumulação primitiva*, de Marx (1985), e em *As origens agrárias do capitalismo*, de Ellen Wood (1998), trataremos da acumulação primitiva propriamente dita, assunto da maior relevância por elucidar os impulsos fundamentais que convergiram para a gênese e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este processo se liga, na dinâmica da acumulação, à monopolização do mais importante meio de produção e de vida que é a terra, como condição prévia à existência do proletariado como tal.

Na segunda parte, nosso olhar se volta para o âmbito da formação sócio-histórica brasileira, cuja relação com aquele conjunto de transformações difundidas desde o centro europeu dá-se nos marcos da dependência (FERNANDES, 1975). Esta é uma circunstância sob a qual se formou a categoria do proletariado rural brasileiro, com todas as particularidades que o denota numa sociedade marcada pela subordinação externa, colonização e escravidão. Condição a que foi aprisionada, aliás, toda a América Latina e que remonta uma “linha mestra” (PRADO JR., 2014b) do modo como se perpetua a nossa integração subalterna e dependente ao desenvolvimento capitalista mundial (FERNANDES, 1975; MARINI, 2005).

A assim chamada acumulação primitiva e As origens agrárias do capitalismo

Como totalidade que é *A assim chamada acumulação primitiva* – título dado por Marx (1985) ao capítulo XXIV de *O Capital* –, ela nos conta uma história bastante abrangente: a história dos processos por quais se deu a violenta expropriação das massas de trabalhadores do campo como um pressuposto do capitalismo. Trata-se da história da separação entre os produtores diretos e os seus meios de produção, dentre eles, e fundamentalmente, a terra, transformando o trabalhador em proletário – ou em escravo, como no caso das colonizações em que nos inserimos – e os seus meios de produção e de subsistência em capital.

Com isso, Marx (1985) revela uma acumulação que não se originou dos mecanismos endógenos da economia capitalista, mas como suportes dela, baseados no roubo, sem os quais, provavelmente, o motor econômico por excelência do capitalismo – capital x trabalho assalariado – muito dificilmente seria posto em rotação e autonomia. Para isso ocorrer, antes, o trabalhador teve que ser despojado, revelando, para Marx (1985, p. 261), o “pecado original” da economia política, expressão que utiliza ao traçar uma analogia entre a acumulação primitiva e os contos teológicos que jogaram para sempre a humanidade no pecado. Conforme ironiza ele,

A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto, a história do pecado original econômico, no entanto nos revela porque há gente que não tem necessidade disso. (MARX, 1985, p. 261).

Dessa forma, a transformação de dinheiro e de mercadorias, assim como dos meios de produção e dos meios de subsistência do produtor direto em capital, só pode ocorrer nas circunstâncias em que haja trabalhadores livres:

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos, e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a acumulação capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente [...] um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1985, p. 262).

O mercado torna-se o centro de tudo. Para o proletariado, a quem não resta nada mais além da força de trabalho como valor-de-troca, a sua

esfera de mercado será, portanto, o mercado de trabalho, ao qual, “livre como pássaro” (MARX, 1985, p. 275), se verá obrigado a recorrer em troca de um salário para viver.

Em *As origens agrárias do capitalismo*, Ellen Wood (1998, p. 14) demonstra:

O mercado no capitalismo tem uma função distinta e sem precedente. [...] assim como os trabalhadores dependem do mercado para vender a sua força de trabalho como uma mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e também os meios de produção, e para realizarem os seus lucros vendendo bens e serviços produzidos pelos trabalhadores.

As determinações da acumulação primitiva, no exemplo inglês, exigiram dos trabalhadores sua liberação da terra e sua separação dos meios de produção como pressupostos da acumulação. Numa comparação, essas mesmas determinações exigiram de nossos remanescentes indígenas e africanos o seu aprisionamento à terra e aos meios de produção como escravos, movimento que se produzia e reproduzia a partir da expansão, intensificação e dominação da produção e do mercado europeu. Estes elementos expressavam, sem dúvida, desde já, as leis irrefreáveis do capitalismo, que terminariam por envolver todo o globo à sua dominação. Tal processo, de acordo com Caio Prado Jr. (2014b, p. 17),

[...] acabaria por integrar o universo todo em uma ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos esses acontecimentos são correlatados, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.

De volta à Inglaterra, os métodos da *Chamada acumulação primitiva*, segundo Marx (1985, p. 275), ajudaram a conquistar “o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaro”. Tal fenômeno constrói uma ponte que interessa à relação entre questão agrária e “questão social”, demarcada pelo pauperismo que aparece mediante a expropriação massiva daquela base fundiária inglesa, numa velocidade incapaz de ser acompanhada pela absorção da indústria urbana manufatureira que se desenvolvia na dissolução do regime feudal. Essas massas, explica Marx (1985, p. 275),

[...] se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram ime-

diatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia da sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam.

Está nascendo, com isso, aquilo que Marx (1985), ao abordar a *lei geral da acumulação capitalista*, denomina de *superpopulação relativa*, na qual os camponeses foram categorizados como *superpopulação relativa latente*. Em suma, esta categoria assim aparece explicada:

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou a medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de produção trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão como na indústria não agrícola, seja complementada com maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, sempre na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de condições favoráveis a essa transferência. Essa fonte de superpopulação relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para às cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é por isso, rebaixado para o mínimo dos salários e está com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 1985, p. 207-208).

Com efeito, no polo oposto, ou seja, no polo da acumulação de capital, se desenvolve uma classe capitalista agrária de muito poder econômico, o arrendatário capitalista:

Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é o *bailiff*, ele mesmo um servo. [...] Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário a quem o *landlord* fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Torna-se logo *metayer* [meeiro], meio arrendatário. Ele aplica uma parte do capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos dividem o produto global em proporção contratualmente determinada. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra, para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, o qual valoriza seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-produto em dinheiro ou *in natura*, ao *landlord* como renda da terra. (MARX, 1985, p. 280-281 – grifos no original).

Este amplo movimento, de acordo com Ellen Wood (1998), foi acompanhado de um revolucionamento, na agricultura, de seus métodos e técnicas de cultivo e organização do trabalho, tornando-a mais produtiva, capitalizada; ademais, foi onde liberou a força de trabalho, os meios de produção e a terra para o capital. Mas mais do que isso, pressupôs também, e como consequência direta daquela expropriação, a penetração do mercado

“no ingrediente básico mais necessário, o alimento” (WOOD, 1998, p. 14). E tal como Marx (1985, p. 282) já havia chamado atenção:

[...] com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados. Eles [os alimentos] se transformam agora em elemento material do capital variável. O camponês despojado tem de adquirir o valor deles de seu novo senhor, o capitalista industrial, sob a forma de salário. Assim como os meios de subsistência, foram afetadas também as matérias-primas agrícolas nacionais da indústria. Transformaram-se em elemento do capital constante.

Assim, ao expropriar a base fundiária, transformar a sua força de trabalho em mercadoria, como o fizera com os instrumentos de trabalho e de subsistência do trabalhador, este movimento cria também um mercado interno e uma massa consumidora para estas mercadorias: “o grande arrendatário as vende e na manufatura encontra o seu mercado”, constata Marx (1985, p. 283).

Nesta mesma direção, para Ellen Wood (1998), a importância do mercado particulariza-se no capitalismo devido ao fato de que o produtor passa a depender dele não apenas para a venda dos seus produtos, mas também como único meio de acesso à terra e aos meios de produção agrícolas. Há, assim, um mercado fundiário muito lucrativo à custa da pilhagem sobre os camponeses, de um lado, em detrimento de uma classe de arrendatários capitalistas e outra proprietária territorial senhores de terras, de outro. Aí se encontra o camponês vivendo da economia de subsistência e do salário, na melhor das hipóteses; o arrendatário capitalista, do lucro capitalista; e a classe senhorial latifundiária, da renda da terra. Estas últimas sobre a exploração dos trabalhadores, evidentemente.

As bases da transformação das relações de propriedade em termos capitalistas estavam solidamente estabelecidas no campo inglês no século XVII, de acordo com Ellen Wood (1998). Dessa maneira, para ela, as transformações do comércio e da indústria inglesa foram mais resultados do que causas dos revolucionamentos capitalistas, haja vista que, no campo, o capitalismo já havia se estabelecido e liberava os elementos essenciais sobre os quais repousariam a manufatura e a própria revolução industrial ao polarizar cada vez mais proprietários expropriadores, de um lado, e expropriados proletários, de outro. Segundo argumenta,

[...] sem um setor agrícola produtivo que pudesse sustentar uma importante força de trabalho não agrícola, o primeiro capitalismo industrial do mundo provavelmente não teria aparecido. Sem o capitalismo agrário inglês, não teria havido uma massa de expropriados obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola expropriada, não teria havido um mercado de consumo de massa para os bens de consumo diário – como alimentos e têxteis – que lideram o processo de industrialização na Inglaterra. (WOOD, 1998, p. 26-27).

Como se pode ver, é notável o enfoque dado à questão agrária, de maneira que, para ela, “*o capitalismo, como todo seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo*” (WOOD, 1998, p. 2 – *grifos nossos*).

Por outro lado, estabelecidas e consolidadas as bases da indústria, a nova divisão do trabalho incidirá sobre uma divisão mundial do trabalho, na qual a algumas nações caberá o papel da produção industrializada, enquanto a outras, o de matérias-primas. Foi assim que, de acordo com Marx (1985, p. 63-64),

[...] a Índia foi obrigada a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha. A constante ‘transformação em excedentes’ dos trabalhadores dos países da grande indústria promove de maneira artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformam em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem, como, por exemplo, a Austrália tornou-se um local de produção de lã. Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial.

Caio Prado Jr. ajuda a completar este quadro ao revelar o nosso papel preferencialmente agrícola e subordinado na divisão internacional do trabalho de que trata Marx (1985). Esta característica é uma “linha mestra” do tipo de desenvolvimento que aqui se instalou e a partir da qual se define, para Caio Prado Jr. (2014b, p. 29), *o sentido da colonização*:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão e, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso [...] tudo se disporá naquele sentido. Virá o branco europeu primeiro para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígena ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.

Contudo, ele próprio adverte que esta relação não é unilateral. Demonstra, pois, como, a partir da exigência do mercado europeu, se forma “algo de novo” em nossa sociedade, “um organismo social completo e distinto” (PRADO JR., 2014b, p. 9). Esse organismo evolui até uma consciência coletiva, que não é nem o simples resultado das pretensões do colonizador europeu ou a extensão unívoca da sua civilização, de um lado, nem algo autônomo à sua difusão, que sem dúvida era dominadora, de outro¹.

¹ Estas características singulares de nossa constituição histórico-social são retratadas em obras como as de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes (IANNI, 2004). R. Schwarz também traz uma leitura original sobre a contradição aplicação das ideias liberais numa sociedade de escravidão e favor: “as ideias fora do lugar” (RICUPERO, 2008).

Com base em alguns desses elementos próprios e distintos de nossa formação econômica e sócio-histórica, nos esforçaremos, no item a seguir, para identificar os traços que sobressaem ao caracterizar a gênese, desenvolvimento, e constituição do proletariado rural brasileiro. Isto, nos marcos da acumulação capitalista, é o que nos conduz à nossa relação intrínseca com a fase primitiva de que tratou Marx (1985), bem como da nossa condição subalterna e dependente no quadro universal do capitalismo de que trataram os intérpretes nacionais que tomaremos como referência.

A acumulação capitalista no Brasil e a proletarização rural

No Brasil, esse processo global da acumulação do capital desde a sua fase originária elucida o papel agrário como a primeira mediação importante da nossa inserção – inclusive do ponto de vista latino-americano – ao processo de acumulação de capital, com raízes na *Assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 1985). Esta, por sua vez, vem constituir e servir-se, entre nós, da escravidão, organizando todo um modo de produção baseado na apropriação privada não apenas dos meios de produção e da terra pela Metrópole Portuguesa, como também a dos próprios trabalhadores. Esses foram arregimentados entre os nativos brasileiros, mas principalmente mediante a “caça comercial às peles negras” na África (MARX, 1985, p. 285)².

E assim nasce o modo de produção escravista brasileiro, regido dos pés à cabeça pelos imperativos do mercantilismo. Os métodos da *chamada acumulação primitiva* foram aplicados, desde o início, com êxito. Recorria-se aos meios artificiais – e nada inéditos – de acumulação de riqueza e de formação de capital, pautados no roubo, na invasão, na subjugação e no genocídio, adquirindo ainda características étnicas e raciais, que acompanharam os processos de colonizações e que nos acompanham até hoje. Para Marx (2008, p. 253),

quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas também é preciso que a produção do país para o qual tenha sido roubado se encontre organizada de maneira que admita o trabalho de escravos ou ainda (como na América do Sul etc.), é necessário que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão.

Nesses termos, Gorender (2005, p. 147) aprofunda a análise da economia escravista no Brasil, denominando-a de “modo de produção escravista colonial”, cuja dinâmica interna movia-se em razão das requisições

² Importante mencionar que houve também a escravização indígena no Brasil, mas essa se defrontou com a resistência quase intransponível desses povos. Consequentemente, os efeitos da acumulação primitiva recairão sobre eles como a mais brutal violência, massacre e aniquilamento.

do mercado mundial. No Brasil, a empresa colonizadora estruturou-se, segundo a sua visão, por meio da economia de “plantagem”. Tal regime, para ele, a despeito das teses feudais, organizara-se sob a égide do capitalismo mercantil com base nos seguintes princípios: “a) especialização na produção de gêneros comerciais destinados ao mercado mundial”; “b) trabalho por equipes sob o comando unificado”; “c) conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto”; e “d) divisão do trabalho qualitativa e quantitativa” (GORENDER, 2005, p. 147).

Quanto ao trabalho livre ou assalariado no Brasil, a sua liberação ocorre em oposição ao aprisionamento da terra ao estatuto burguês da propriedade privada, pois, com a Lei de Terras de 1850³ e a Lei Áurea em 1888, os trabalhadores que à terra se encontravam até então vinculados como escravos são dela alijados. Isso também ocorreu em relação aos demais meios de produção já aprisionados pela classe dominante agrária, e nos difere em grau e gênero das origens agrárias da formação do clássico proletariado europeu, cuja metamorfose consistiu na passagem do servo à condição salarial, e não da transformação de homens livres em escravos, e depois em lavradores e proletários.

Numa observação, José de Souza Martins (2010, p. 28), sobre esta diferenciação, diz:

O trabalho livre que veio substituir o escravo dele não se diferencia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferencia, na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra.

Para Florestan Fernandes (1975, p. 19), a luta antiescravista no Brasil, assumida e levada a cabo por aqueles movimentos populares liberais que não mantinham compromisso com os interesses das oligarquias escravistas e os senhores de engenho – fato que também sintetiza um momento importante da constituição da Revolução Burguesa no país –, significou a consolidação da “revolução dos brancos”, do “etnocentrismo” e da economia “heteronômica”, cujas bases foram preparadas pela colonização escravista:

Foi nas cidades de algumas densidades e nas quais os círculos ‘burgueses’ possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das ‘desumanidades’ dos senhores ou de seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e,

³ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Grosso modo, ela foi a expressão jurídica da transformação da terra em mercadoria no país, incorporando a compra e a venda como pressupostos “legais” ao seu acesso.

mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases *morais* da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’: combatia-se assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado.

Daí ter surgido um regime de classe marcado pela classificação racial. Pois as massas a quem se dirigiu a Lei Áurea foram impedidas de se tornarem proprietárias de terras, muitas das quais se viram obrigadas a migrar para as cidades e, assim, tornaram-se também as pioneiras na direção dos problemas urbanos modernos. Em razão da única e mesma lei de terras, na cidade, estes expulsos do campo

[...] foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construírem suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras. (STÉDILE, 2005, p. 24).

O campesinato brasileiro se define nesse processo, segundo o autor, com origem em duas vertentes distintas. A primeira refere-se à absorção da força de trabalho que a revolução industrial nos países centrais tornava *supérflua*, fazendo penetrar no país o imigrante (mais de 1,6 milhão na passagem do século XIX ao XX), que veio para “trabalhar e habitar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o Sul” (STÉDILE, 2005, p. 27). A segunda vertente do campesinato brasileiro, conforme expõe Stédile (2005, p. 27):

Teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. [...] essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam a exportação. [...] Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva [...].

Tal fenômeno explica a origem social e o drama histórico vivido pelos chamados “posseiros” no Brasil. A sua existência vem conflitar antagonicamente com os interesses da propriedade privada da terra e a concentração fundiária capitalista. Este sujeito histórico, associado às circunstâncias já mencionadas, tem se tornado o objeto da expropriação rural no país, do

violento e contínuo processo de alijamento do homem da terra como condição para a consolidação da “ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975).

O ano de 1930 é, declarada e reconhecidamente, um marco político, econômico e social na história brasileira, e da inversão do poder – embora com elementos de conciliação – entre os setores dominantes agrários e alguns setores dominantes urbano-industriais. Com estas transformações, ocorre o aprofundamento e a potencialização das leis capitalistas que conduzem à emergência da “questão social” como algo ineliminável a elas. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001, p. 187), “a lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis”.

Aos que no campo resistiram, couberam papéis bem definidos. Alguns deles foram listados por Stédile (2005, p. 29-30) ao considerar a concentração fundiária e o papel das classes camponesas no capitalismo.

a) O camponês cumpriria o papel de fornecer mão-de-obra para a nascente indústria [...] b) o êxodo contínuo de mão-de-obra camponesa cumpriria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria [...] c) Os camponeses cumpririam a função de produzirem, a preços baixos, alimento para a cidade, em especial, para a nascente classe operária [...] d) os camponeses foram induzidos a produzirem matérias-primas agrícolas para o setor industrial. Surgiu e se desenvolveu, então, o fornecimento de matéria-prima para energia, carvão, celulose, lenha etc.

Para Octávio Ianni (2005, p.127), há três momentos que caracterizam a formação do proletariado rural no Brasil, os quais passam pelo escravo; pelo lavrador; e pelo proletariado. O estágio que culmina na efetiva formação deste último, segundo ele, se dá num longo processo, que vai desde a Lei do “Ventre Livre”, de 1871, ao Estatuto do Trabalhador Rural de 1963⁴.

O proletariado rural, nesse sentido, apenas viria a consolidar-se após as transformações econômicas e políticas desencadeadas a partir da crise de 1930, cujos efeitos e rearranjos internos iriam redefinir as relações de trabalho na agricultura e conduzir à cabal separação entre trabalhadores rurais e meios de produção agrícola. Um processo que, como ele próprio assinala, não ocorre “rápida nem repentinamente, nem é um fenômeno igual ou generalizado em toda a sociedade agrária. É um processo às vezes lento, e com muitas contradições” (IANNI, 2005, p. 132). Com isso, de

⁴ Lei 4.214, de 2 de março de 1963. “Dispõe sobre o Estatuto do trabalhador Rural”. Esta lei previa a extensão de alguns direitos trabalhistas ao trabalhador rural, já regulamentada há vinte anos para o proletariado urbano na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 (IANNI, 2005).

acordo com ele, a emergência do proletariado, isto é, “como categoria política fundamental da sociedade brasileira, ocorreu na época em que se verificou a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder no país” (IANNI, 2005, p. 128).

Não obstante, o fundamento de tal proletarianização afetou as relações de trabalho em que ainda havia certa identidade entre o trabalhador, a terra e os meios de produção agrícola, como, por exemplo, nas relações de aforamento, de parceria, de meia, de terça ou similares. Relações que, mesmo regidas por forças econômicas do capital e, portanto, de exploração e autoexploração do trabalhador rural com vista ao lucro, ainda assim, muitas delas e em muitas regiões do país, expressavam uma condição superior de trabalho e de vida em relação a de trabalhadores puramente assalariados, como já demonstrado por Caio Prado Jr. (2014a) ao analisar *A questão agrária no Brasil* na década de 1960. Num exemplo, ele diz:

[...] os processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira de São Paulo no regime de meação são superiores aos empregados nas velhas fazendas cafeeiras do estado sob regime salarial; como também são do ponto de vista do trabalhador, que é muito mais beneficiado. O seu ganho é maior, e suas condições de vida são em geral superiores. (PRADO JR., 2014a, p. 343-344).

Entretanto, o aprofundamento do capitalismo no Brasil vem minando estas relações intermediárias, reduzindo o trabalhador cada vez à pura condição de assalariado, sendo ele, o trabalhador rural, no longo percurso histórico, do escravo ao proletário, o pilar fundamental sobre o qual se sustentou, e se sustenta ainda, todo um sistema econômico fundado na produção agroexportadora e na superexploração da força de trabalho no campo. Superexploração que se funda, segundo a teoria da dependência, com base em Florestan Fernandes (1975) e Ruy Mauro Marini (2005), da debilidade de capitais e do mercado interno no capitalismo dependente e, em consequência, da submissão das suas burguesias, agrárias e urbano-industriais, ao capital estrangeiro para o qual se mantém um fluxo contínuo de transferência de renda a drenar nossas riquezas nacionais. Este processo se perpetua subtraindo ao trabalhador parte do trabalho necessário, ou seja, de parcelas do seu salário.

Relacionado a isso, outro aspecto importante que demarca o regime de classe no país, apontado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), é a característica rentista da acumulação capitalista. Diferentemente do que fora no desenvolvimento clássico do capitalismo inglês, onde o capitalista industrial se personificava no arrendatário e o monopólio territorial era personificado pelo proprietário fundiário, no capitalismo brasileiro, salvo exceções, ambos se unificam historicamente na mesma pessoa, nas mãos de quem retém, de início, tanto o lucro quanto a renda da terra – ainda que

estes valores se repartam posteriormente entre os demais segmentos da classe dominante, nacional e internacional, pela mediação do mercado e das sanções políticas.

O trabalhador rural, diante disso,

se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante do mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental. (IANNI, 2005, p. 131).

Faltou mencionar todo o sistema financeiro internacional monopolista que domina a agricultura no país e submete as relações sociais no campo atualmente, cuja divisão social de tudo que se produz reserva ao trabalhador a mais ínfima parte com que tem de subsistir, num movimento que conjuga lucros extraordinários com elevadas taxas de pauperização, expulsão rural, inchamento das periferias urbanas e uma crise ambiental como nunca vista antes.

Conclusões

Ainda que não tenha sido o foco da discussão aqui realizada, persiste um impasse no debate acerca da proletarianização rural no país, e que não temos a pretensão (nem condições) de resolver, embora não possamos ignorar. Trata-se daquela localização intermediária do regime de trabalho no campo, no qual o trabalhador não pode ser considerado nem puramente assalariado nem puramente camponês, como no caso do meeiro, foreiro, arrendatário, parceiro e afins. Primeiro porque eles contam com a disposição da terra e certos meios de produção agrícolas a seu favor, ainda que os mesmos não lhes pertençam como propriedade; segundo porque, embora eles possam contar com essas circunstâncias, tais condições de produção apenas são postas em suas mãos como meios de valorização do capital.

Somam-se aí outras relações de produção agrícolas, como nos casos dos pequenos agricultores ou os chamados agricultores familiares, comunidades tradicionais, assentados e posseiros. Relações nas quais é o próprio trabalhador o proprietário da terra e também dos meios de produção, mas de autonomia bastante relativa, uma vez que todas as condições de sua produção e reprodução como classe social, assim como ao meeiro e seus pares, são ditadas pelo mercado, sendo por ele integrados e mediante

o qual são explorados junto com os seus minifúndios e o próprio trabalho. Essa é uma condição da qual não podem escapar, exceto por raras ascensões individuais ou por uma revolução social completa.

Tal impasse, tomado em conjunto, tem se tornado um campo polêmico, cujo desdobramento tem consistido, para muitos, em responder se há ou não uma classe social que possa ser considerada campesinato no Brasil. No centro dessa discussão, se situam analistas como José de Souza Martins (2010) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001). Suas análises dissolvem o embate acerca do campesinato, partindo da perspectiva de que o capitalismo, ao aprofundar sua dinâmica e contradições internas, produz também o movimento camponês como expressão de resistência ao processo de proletarianização. O capitalismo, segundo a hipótese, ao se reproduzir, contraditoriamente, “cria e recria relações não capitalistas de produção no campo, dentre elas relações camponesas” (FIORAVANTI, 2016, p. 18).

Não nos compete entrar no mérito da polêmica. Apenas demarcar que, no centro da divergência, se põe o fato, amplamente reconhecido, de o processo de concentração fundiária no país e a tendência à proletarianização ter se realizado não sem resistência, a qual vem colocando a luta pela reforma agrária no centro dos conflitos, não apenas históricos, como também no centro dos conflitos contemporâneos, protagonizados – importante destacar – por movimentos sociais do campo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conhecido como um dos maiores movimentos sociais contemporâneos do mundo.

Tais fatos devem demonstrar o grau e a profundidade dos nossos problemas agrários, responsáveis, por outro lado, por coroar o Brasil com um dos maiores índices de concentração de terra e de renda do planeta. Diante disso, a questão de que o “camponês” brasileiro seja ou uma categoria econômica ou uma identidade de natureza política pode ser tomada como divergência de ordem secundária, desde que entendida a materialidade dos sujeitos que se encontram em cena e o caráter concreto do adversário que enfrentam, ou seja, o capital.

Este conjunto de determinações nos leva a considerar que a questão agrária não é assunto que se deva relegar ao passado, tampouco entregá-la aos “anacronismos” da retórica conservadora que repugna até mesmo as reformas sociais básicas, como se elas fossem a consolidação do comunismo entre nós. Por meios autocráticos – e mesmo através da manipulação da chamada democracia liberal –, as burguesias têm transformado o Estado, no capitalismo dependente, em instrumento político a serviço de seus interesses particulares e guardião de seus privilégios, movendo-se no espaço/tempo como um obstáculo à consolidação de reformas sociais e até mesmo a de bandeiras cidadãs, duramente combatidas como algo subversivo. E mesmo quando parte das reivindicações dos trabalhadores é incorporada como algo legítimo, isto se dá num ambiente sociocultural elitista de mínimos

políticos e sociais, controlados a partir “de cima” contra “os de baixo”, como tão bem expressou Florestan Fernandes (1975).

Engendrar mudanças sociais significativas num cenário como este, dentre as quais se situa a reforma agrária, requer negar o papel histórico que nos fora imposto pelo capital e pelas elites que o personificam. O desafio é enorme, uma vez que a principal advertência a ser extraída dos pensadores com que dialogamos é que, em última instância, romper com os laços de dependência requer romper com o próprio capitalismo.

Referências

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIORAVANTI, L. M. A questão agrária e o “poder do atraso”: uma discussão a partir da obra de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Geografia em Questão*, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/13980/11248>>. Acesso em: 3 de jul. 2018.

GOENDER, J. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil 2: o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil 2: o debate na Esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINE, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmVuc2l2YXNvY2lhbGlzdGFjdHxneDo0YTnkMzhkNTdjOThmMGRI>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. Livro I, vol. 1, tomo II. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, n. 15, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

RICUPERO, B. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 73, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a03.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. *Monthli Review*, v. 50, n. 3, jul./ago. 1998 Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/critica-marxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

DOI: 10.12957/rep.2018.36688

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 18 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos

Poverty and social inequality: social and historical foundations

Luciene Ferreira Mendes de Carvalho*

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo a análise da pobreza e desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea, demonstrando os seus aspectos estruturais, considerados a partir da lógica de reprodução do capital. Apresenta uma análise crítica e histórica acerca da pobreza e da desigualdade social, fundamentada no método materialista dialético elaborado por Karl Marx. Nesse sentido, compreende os processos históricos a partir dos modos de produção social, ou seja, da forma como os homens se organizam para produzir os bens necessários à satisfação de suas necessidades, sendo, portanto, o trabalho humano uma categoria central. Inicialmente, apresentam-se as formas de organização societária pré-capitalistas, determinadas pelo primitivismo, escravismo e feudalismo, a fim de evidenciar que a pobreza e a desigualdade social são construções sociais e históricas e nesse sentido, compreender os percursos trilhados para se chegar ao momento atual. Em seguida, evidencia-se o modo de produção capitalista, demonstrando que a pobreza e a desigualdade social são inerentes à lógica da acumulação, portanto são geradas e não dadas naturalmente.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade Social; Trabalho; Capitalismo.

Abstract – The present work has the objective of analyzing poverty and social inequality in contemporary capitalist society, demonstrating its structural aspects, considered from the logic of reproduction of capital. It presents a critical and historical analysis of poverty and social inequality, based on the dialectical materialist method elaborated by Karl Marx. In this sense, it understands historical processes from the modes of social production, that is, from the way men organize themselves to produce the goods necessary to satisfy their needs, and therefore, human work is a central category. Initially, the pre-capitalist forms of societal organization, determined by primitivism, slavery and feudalism, are presented in order to show that poverty and social inequality are social and historical constructions and, in this sense, to understand the current moment. Next, the capitalist mode of production is shown, demonstrating that poverty and social inequality are inherent in the logic of accumulation, so they are generated and not given naturally.

Keywords: Poverty; Social inequality; Work; Capitalism.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e docente da pós-graduação em Família e Políticas Públicas. *Correspondência:* Avenida Prof. Valter Alencar, n. 665 – Bairro São Pedro – Teresina /Piauí – CEP: 64019-625. Email: <lufmcarvalho@hotmail.com>.

Introdução

O referido artigo possui como objetivo analisar a pobreza e a desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea, partindo das questões fundantes que demarcam estruturalmente as características deste modo de produção. O trabalho é resultado de uma revisão de literatura e está estruturado da seguinte forma: introdução, dois itens intitulados: *a pobreza nos modos de produção pré-capitalistas* e *a pobreza no modo de produção capitalista*, além das considerações finais.

A relevância e atualidade da temática estão em promover uma reflexão a partir de uma perspectiva crítica e histórica, ancorada no método materialista dialético de Karl Marx, que contribui para a desmistificação da pobreza e da desigualdade enquanto fenômenos naturais, compreendendo assim, os limites existentes nas suas formas de enfrentamento. Nesse sentido, proporciona uma análise diferenciada acerca da atual realidade social e estimula as ações necessárias à sua transformação.

A pobreza nos modos de produção pré-capitalistas

Ao iniciar tratando da pobreza nos modos de produção pré-capitalistas, pretende-se evidenciar os antagonismos e as contradições sociais existentes já a partir dos processos fundantes da sociedade capitalista, destacando o modo violento como esta sociedade se estrutura por meio da apropriação do trabalho, de forma a possibilitar uma compreensão histórica do fenômeno da pobreza.

Não é possível afirmar exatamente o período de surgimento da pobreza no mundo. Contudo, está evidente que esse fenômeno acompanha o ser humano desde suas origens. Segundo Mandel (1982, p.16), a história representa uma pequena parte da vida humana na Terra. Ela foi precedida pela pré-história:

Durante a maior parte da sua existência pré-histórica, o homem viveu em condições de extrema pobreza. Os homens só podiam encontrar a alimentação necessária à sua subsistência pela caça, a pesca e a colheita de frutos. A humanidade viveu como parasita da natureza, visto que não aumentava os recursos naturais que se encontravam na base da sua subsistência. Não tinham qualquer controle sobre estes recursos.

As comunidades primitivas subsistiram muitos anos. Como dito anteriormente, por conta da escassez proveniente do parco desenvolvimento das forças produtivas, os homens se organizaram a partir da disponibilidade dos bens necessários na natureza. Nessa forma de organização social predominava a coleta de alimentos a partir do que estava disponível nas florestas. Quando se esgotavam as possibilidades naturais em determinado local, os

grupos partiam em busca da sobrevivência em outros campos. Segundo Bizzerra (2016), nas antigas relações comunais não existiam diferenças sociais internas, propriedade privada, classes sociais e nenhum vestígio de dominação econômica e política.

Nas comunidades primitivas sem classes, as funções administrativas eram desenvolvidas pelos cidadãos coletivamente. Cada membro participava das assembleias e tomava suas decisões sobre a vida coletiva e às relações comunitárias, bem como decidiam acerca de conflitos internos (MANDEL, 1982), ou seja, a sociedade por meio de seus conhecimentos e possibilidades limitadas exercia o poder de governabilidade sobre si mesma. Destaca-se, durante essa fase da história, a vivência da sociedade em coletividades e a total inexistência da instância do Estado.

Tinha-se, de fato, uma sociedade fundada em um ambiente primitivo onde a divisão do trabalho era apenas espontânea, revelando-se como uma extensão da divisão que ocorria no interior da família, e se realizava para possibilitar a produção necessária às tribos. Nela, cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa no ato de trabalho - os homens possuem as armas e os materiais para a caça e para a pesca; as mulheres são donas dos utensílios caseiros - e a divisão das tarefas não anula a autonomia dos indivíduos. Todos trabalhavam, logo também usufruíam igualmente, sob um regime de distribuição direta dos produtos, dos frutos do trabalho. Viviam - seja na África, na Ásia ou nas Américas - uma vida comunitária. Predominando a colaboração e a união dos esforços, tudo era realizado de maneira coletiva. (BIZERRA, 2016, p.37).

Aqui merece destaque o fato de que o baixo desenvolvimento das forças produtivas vinculado à condição de escassez colocava os homens em condição de extrema pobreza, dificultando muito a sua sobrevivência. Visando enfrentar tal adversidade, na comunidade primitiva todos trabalhavam e todos usufruíam do produto desse trabalho.

A situação de escassez só passa a ser modificada a partir do surgimento de técnicas de utilização do solo e de criação dos animais. Ou seja, no momento que o homem passa a criar seus próprios instrumentos de trabalho e controlar minimamente a produção dos seus meios de subsistência. Assim, movidos por sua capacidade teleológica, desfrutando de mais conhecimento e amparados pelas ferramentas de trabalho produzidas até então, os homens passam a exercer um maior controle sobre a natureza e avançam consideravelmente rumo a transformá-la.

Desta feita, ao tempo em que o ser humano consegue melhorar a sua capacidade de produção, também consegue promover o acúmulo de bens necessários à sobrevivência e com isso altera as relações sociais estabelecidas entre os homens. O excedente da produção surge a partir da potencialização da capacidade humana pelo trabalho e ao mesmo tempo gera uma nova riqueza social. Para Mandel (1982, p.17),

O aparecimento de um largo excedente permanente de víveres transformou as condições da organização social. Enquanto este excedente foi relativamente pequeno e disseminado pelas aldeias, não modificou a estrutura igualitária da comunidade aldeã [...]. Mas quando estes excedentes são concentrados em grandes espaços pelos chefes militares ou religiosos, ou quando se tornam mais abundantes na aldeia graças à melhoria dos métodos de cultura, podem então criar as condições para o aparecimento de uma desigualdade social.

Nesse sentido, a partir do momento que surge o excedente da produção surge também uma parte da população que não precisa produzir para se manter. Dá-se assim, uma divisão social e econômica do trabalho. Nestes termos, apenas alguns terão que trabalhar para garantir a sobrevivência de todos e quando esse excedente produzido é apropriado por um determinado grupo de pessoas diz-se que surgem as classes.

Dessa forma, a partir do surgimento do excedente ocorre uma redução da condição de escassez da população, entretanto, o acúmulo desse excedente inaugura a possibilidade para que haja a exploração dos homens entre si. Isto é, surgem aqueles que produzem riqueza e aqueles que apenas a acumulam. Dessa maneira, evidencia-se que a partir da capacidade de produção do excedente econômico instaura-se a lógica da exploração dos homens, uns pelos outros. Diferentemente das comunidades primitivas, nas quais os indivíduos possuíam como objetivo comum a sobrevivência coletiva, o surgimento da exploração do homem pelo homem institui as contradições e antagonismos sociais que fundam a desigualdade social. Torna-se, assim, compensador escravizar seu semelhante.

Nos dizeres de Marx (1996), o momento da acumulação primitiva representa na Economia Política um papel semelhante ao pecado original na Teologia. Ou seja, Deus advertiu Adão e Eva de que não deveriam comer do fruto proibido do Jardim do Éden, sob pena de perecerem. Contudo, eles desobedeceram às ordens e, como castigo, dentre outros, foram condenados a obter seu sustento a partir, somente, do seu próprio suor. O sustento deveria ser obtido por meio de trabalho penoso e fatigante. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até os dias atuais, só possui a possibilidade de vender sua capacidade de trabalho, garantindo a riqueza de poucos, que há muito tempo pararam de trabalhar.

Segundo Lessa; Tonet (2011, p.53), “as primeiras sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem foram as escravistas e as asiáticas”. O modo de produção asiático era uma forma primitiva de exploração do homem pelo homem. A classe dominante (a casta dominante na Índia, os mandarins na China, etc.) por meio da cobrança forçada de impostos, apoderava-se das riquezas produzidas nas aldeias (LESSA; TONET, 2011).

Consoante Netto; Braz (2012), o surgimento do excedente econômico e a sua apropriação por aqueles que passaram a explorar os pro-

dutores diretos conduziram à extinção da comunidade primitiva e ao surgimento do modo de produção escravista. Para Bizerra (2016, p.41),

As sociedades escravistas pertencentes ao Mundo Antigo foram marcadas pela existência de duas classes sociais com interesses diametralmente opostos: os senhores de escravos e os escravos. Nessas sociedades o aumento da produtividade não era de interesse destes últimos porque não recebiam a mais pelo seu acrescentamento, chegando, inclusive, a praticarem a sabotagem. Trabalhando com os instrumentos do seu patrão, tinham acesso à apenas uma parcela mínima do produto total de seu trabalho destinada a garantir, de algum modo, sua existência física. Produzindo sob coerção explícita e tendo o excedente do seu trabalho apropriado de forma violenta, os escravos foram explorados pelos seus senhores.

Assim, ao tempo que ocorre o aumento da produtividade do trabalho, acontece também a alteração das relações sociais de produção rumo à posse privada dos meios de produção. Essa propriedade privada divide os membros da sociedade em dois grupos antagônicos e dessa forma funda a sociedade de classes. O surgimento das classes sociais origina o Estado, que constitui-se na principal instituição de manutenção das condições sociais dadas, isto é, legitimador da desigualdade social (MANDEL,1982).

Evidencia-se que no modo de produção escravista, o trabalho era realizado sob coerção e o excedente produzido pelo escravo lhe era extorquido através da força e da violência. Assim, delineiam-se as primeiras formas de poder político, sintetizadas posteriormente, no que será definido como Estado. Afirma-se que o surgimento do Estado se constitui em resultado de um duplo movimento:primeiro, ele é o reflexo do excedente permanente, que desobriga uma parte da sociedade de ter que trabalhar para garantir sua subsistência;depois, promove a exclusão dos membros da coletividade ao restringir a participação de todos nas funções políticas.

Em outros termos é possível ressaltar que o Estado não existiu desde sempre, aliás, as comunidades primitivas não têm ideia nenhuma de Estado. As normas sociais e morais de convivência eram definidas coletivamente. Nos dizeres de Lessa; Tonet (2011, p.54),

Na comunidade primitiva, também existia a autoridade, mas não existia o Estado. Nela, a autoridade, baseada na idade, na sabedoria, na experiência de vida, nos dotes físicos, etc. não estavam a serviço da exploração do homem pelo homem, ao contrário das sociedades de classes, nas quais a autoridade tem por função social o domínio de uma parte da sociedade sobre outra.

Como se nota, é somente a partir de um determinado nível de desenvolvimento econômico que o Estado passa a ser uma necessidade, oriundo da divisão da sociedade em classes. Ou seja, o Estado erige-se no centro do conflito de classes para mediar seus contrastes, exercendo a su-

jeição de uma parte da sociedade sob a outra. O Estado firma-se então enquanto expressão da dominação de uma classe.

Nesse sentido, para garantir essa exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes foi necessária a criação tanto do Estado quanto do Direito, ambos funcionando como instrumentos de dominação de classe, pois diante de uma sociedade com interesses antagônicos, faziam-se fundamentais forças regulamentadoras das relações sociais a fim de garantir a ordem social estabelecida (LESSA; TONET, 2011).

A crise do escravismo conduziu ao surgimento do feudalismo que, por meio de um processo de transição lento, só se estruturou plenamente na Europa por volta do século XI. No sistema feudal, a estrutura de classe era polarizada pela classe dominante: senhores feudais de um lado e, de outro, os servos. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social.

No feudalismo a sociedade era dividida em três grupos sociais: o clero (membros da Igreja católica), a nobreza (senhores feudais) e os servos (camponeses). Como, neste período, o feudo constituía-se na base econômica, somente quem detinha a terra possuía poder. Assim, o servo ficava subjugado ao senhor feudal e a ele devia obediência, fidelidade além do pagamento de taxas e impostos pelo usufruto da terra e dos instrumentos fornecidos para o trabalho.

Nesse modelo de organização social não existia a possibilidade de ascensão para outra classe, pois a posição do indivíduo era definida pelo nascimento. Nesse sentido, a sociedade feudal era fortemente marcada pela desigualdade social.

Importa destacar, ainda, que a Igreja Católica foi a maior proprietária de terras no período feudal. Em decorrência de uma época religiosa e de um grande prestígio espiritual, a Igreja foi beneficiada com muitas doações de terras, especialmente daqueles homens que buscavam a salvação divina. Pelo fato de realizar obras de assistência aos doentes e pobres, a Igreja também recebeu muitas doações de terras para auxílio nessas causas. Até mesmo nobres e reis, habituaram-se em doar parte das terras conquistadas em batalhas à Igreja. Assim, cerca de um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental eram de propriedade da Igreja Católica nessa época feudal (HUBERMAN, 2014). Em síntese, nos termos de Singer (1994, p.17):

O modo de produção feudal baseava-se na servidão: os trabalhadores, em sua maioria camponeses vivendo em aldeias, tinham a posse dos meios de produção – terra, gado e instrumentos de trabalho -, mas estavam obrigados a entregar aos senhores uma parte dessa produção, *in natura*, e a trabalhar gratuitamente certo número de dias nas terras senhoriais, cujo produto era apropriado integralmente pela classe dominante, constituída pela nobreza laica e pelo alto clero. A aristocracia estava organizada hierarquicamente: cada senhor tinha vassalos e era por sua vez vassalo de um outro, seu suserano. Em tese, o vassalo devia obediência e lealdade

ao suserano, que lhe dispensava proteção. O suserano supremo em cada país era o monarca (rei ou imperador). Nesse sistema, todas as posições eram hereditárias. Era, portanto, um sistema fechado: nele só se entrava pelo nascimento, e dele só se saía pela morte. Os servos não podiam abandonar os domínios, a não ser com o consentimento do senhor. Qualquer pessoa nascida de servos estava condenada a viver na mesma aldeia e na mesma condição social de seus pais.

Nestes termos, o clero e a nobreza constituíam as classes governantes, detentoras de poder. Enquanto que os servos eram obrigados a trabalhar para a manutenção de todos. No início da sociedade feudal, tudo que a sociedade necessitava era obtido no feudo, da alimentação ao vestuário. Ou seja, inicialmente, o sistema feudal fabricava conforme suas necessidades e consumia seus produtos. No entanto, importa considerar que sempre ocorreu uma troca de mercadorias entre as pessoas, pois, eventualmente, alguém carecia de produtos que há outros sobrava. Nesse sentido, o incentivo à produção de excedentes pelos servos ou artesãos ganhou novo impulso a partir do desenvolvimento do comércio.

Desta feita, como consequência da produção do excedente, as trocas foram intensificadas e o comércio floresceu. Com o tempo ocorreu o maior desenvolvimento do comércio, especialmente estimulado pelo consumo de mercadorias por parte da nobreza, tendo como moeda de troca o dinheiro, originando uma inovadora forma de riqueza, aquela baseada na acumulação. Além disso, a atividade comercial foi fomentada pelas relações mercantis estabelecidas entre regiões distantes, o que acabou estimulando o surgimento das cidades. Conforme Lessa; Tonet (2011, p.63) “com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses”. Delineia-se assim, as bases do modo de produção capitalista.

Como observado até aqui, ao tratar da pobreza e da desigualdade, faz-se fundamental compreendê-las a partir dos seus fundamentos socio-históricos, pois é apenas por meio desse percurso que é possível desnaturalizar a condição de sua existência e analisar criticamente as formas de seu enfrentamento. O exposto no referido item oportuniza a percepção do vínculo intrínseco entre as determinações econômicas e a pobreza e a desigualdade nos primórdios do capitalismo e evidencia a exploração como elemento central desse modo de produção.

A pobreza no modo de produção capitalista

O surgimento do modo de produção capitalista, por sua complexidade como categoria histórica, social e econômica, não pode ser explicado linearmente, muito menos datado historicamente de maneira precisa. Contudo, afirma Marx (1996, p. 341) que “ainda que os primórdios da produção

capitalista já se nos apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI”. De maneira geral, convém considerar como início do período capitalista aquele em que se expressam de forma estável as características que o marcam. Segundo Martinelli (2009, p.31):

Dentre elas, é fundamental localizar aquela que represente o elemento definidor do capitalismo, seu traço distintivo essencial: a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não os detêm. Esta separação entre meios de produção e produtor e a consequente subordinação direta deste ao dono do capital permitem que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação primitiva.

Conforme Marx (1996), a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Assim, a acumulação primitiva é o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Destaca-se que a estrutura econômica da sociedade capitalista originou-se da estrutura econômica da sociedade feudal e nesse sentido, foi marcada, inicialmente, pela expulsão dos camponeses de suas terras, punindo, violentamente, aqueles que expressassem resistência. A expulsão dos trabalhadores do campo teve como consequência a obrigatoriedade da venda da sua força de trabalho para o capitalista. A sua submissão à condição de assalariamento era a única forma de garantir a sobrevivência. Consoante Singer (1994, p.26),

A solução encontrada pelos governos da época para essa situação foi naturalmente usar a força para induzir o proletariado recém-constituído a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Nesse sentido, numerosas leis foram feitas, na Inglaterra, na França e em outros países, do século XVI ao século XVIII, estabelecendo punições exemplares – que iam desde o trabalho forçado até o açoitamento, o corte de metade da orelha, a marcação a ferro em brasa, a escravização e o enforcamento – para qualquer pessoa válida que, sem possuir meios próprios de vida, fosse encontrada sem emprego regular. O trabalho assalariado nasce, portanto, nos albos do capitalismo como trabalho forçado, isto é, não livre.

A partir do exposto, fica evidente que para proteger a propriedade privada e a consolidação do sistema capitalista de produção, o Estado cria diversos dispositivos jurídico-legais de coerção dos trabalhadores. Nesse sentido, evidencia-se sua fundamental importância na constituição do sistema. Nos dizeres de Engels, o Estado é, exclusivamente, o Estado da classe dominante e, nesse sentido, possui como essência a repressão da classe explorada (ENGELS, 2002).

Assim, é possível compreender que no modo de produção capitalista ocorre uma forma peculiar de relações sociais entre os homens: as

relações ancoradas na propriedade privada dos meios de produção. Essas relações acarretam uma contradição essencial do sistema, qual seja: a produção é social, enquanto a riqueza é apropriada privadamente. Nesse sistema, estrutura-se uma nova ordem social, na qual uma minoria das pessoas detém os meios de produção, enquanto a grande maioria possui apenas sua própria força de trabalho.

Conforme Netto (2004), nas sociedades que antecederam a ordem burguesa, as desigualdades e as privações ocorriam em razão do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Já na ordem burguesa, as carências são produzidas socialmente, elas são resultado da contradição existente entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza social. Ou seja, é o resultado da acumulação privada de capital, a partir da extração da mais-valia, que ocorre por meio da exploração da força de trabalho por parte dos proprietários dos meios de produção. Para Marx (1996, p. 251):

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital.

Dessa forma, evidencia-se que o próprio desenvolvimento do sistema capitalista gera a desigualdade e a pobreza e quanto mais ele se amplia mais profundas são as marcas da exploração. Portanto, é a acumulação que fabrica a pauperização. Nos dizeres de Marx (2006, p.11):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Nesse sentido, é possível identificar a contradição estrutural existente no modo de produção capitalista, qual seja, seu crescimento se faz às custas da exploração da classe trabalhadora e esta vivencia um processo de pauperização na mesma proporção em que se concentra a riqueza nas mãos da burguesia. Em síntese, afirma-se que o modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho. Essa exploração ocorre por parte da classe detentora da propriedade ou dos meios de produção, que é a burguesia. Ao proletariado, produtor direto, cabe apenas à venda da sua força de

trabalho, como mercadoria, para ter acesso aos bens materiais necessários a sua sobrevivência. Para Marx (1996, p. 165),

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece com uma 'imensa coleção de mercadorias' e a mercadoria individual como sua forma elementar. [...]. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Com base no supracitado é possível reconhecer a mercadoria como peça fundamental na lógica capitalista. Esse é o sentido geral para gerar riqueza e acumulação em tal modo de produção. A riqueza se constitui na medida em que se acumulam mercadorias. Contudo, convém destacar que para que a mercadoria se realize, é necessário o trabalhador e o processo de trabalho.

Na medida em que o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores, ele realiza o pagamento de um salário que é correspondente ao valor da sua reprodução. Todavia, a força de trabalho possui uma qualidade ímpar, que a diferencia de todas as outras mercadorias: ela é a única capaz de criar valor, ou seja, é a única mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Nesse sentido, a força de trabalho humano, ao ser utilizada, produz mais valor que o necessário para reproduzi-la gerando um sobrevalor. Esse valor excedente chama-se mais-valia e é apropriado pelo capitalista (NETTO; BRAZ; 2012). Observa-se, assim, que por meio do pagamento do salário o capitalista adquire o direito de utilizar a força de trabalho do operário por um determinado tempo. Contudo, no processo produtivo, o trabalhador produz mais valor que aquele necessário a sua reprodução e gera o lucro.

Desta maneira, evidencia-se que a força de trabalho dura mais tempo que o necessário, pois se não houvesse possibilidade de ganho o capitalista não investiria na compra da força de trabalho. A produção do excedente é que garante o atingimento da finalidade do modo de produção capitalista: obtenção de lucro.

Ainda no que se refere ao processo de exploração do trabalho, é possível dizer que o trabalho assalariado dissimula a exploração, diferenciando-se do trabalho servil e do escravo que a evidenciavam imediatamente. Percebe-se que existe uma tentativa de convencer os trabalhadores que o salário é a remuneração justa pela mão de obra do operariado, entretanto, o que realmente importa para o capitalista é o excedente produzido e para alcançá-lo utiliza-se tanto da extensão da jornada de trabalho quanto da intensificação do processo produtivo por meio das inovações tecnológicas (NETTO; BRAZ, 2012).

Conforme Martinelli (2009), no final do século XVIII e o início do XIX, durante o período da Revolução Industrial, o capitalismo consolidou-se plenamente e as invenções tecnológicas, como a máquina a vapor e o tear mecânico estabeleceram uma nova dinâmica à produção, estimulados pelo amplo desenvolvimento das indústrias. Durante o período da Revolução Industrial deu-se um crescente aumento na produção em decorrência do próprio processo de industrialização, contudo, simultaneamente elevavam-se as disparidades sociais e o antagonismo entre as classes, evidenciando claramente a exploração intensiva posta aos trabalhadores.

As condições de trabalho que caracterizam o período da revolução industrial foram assustadoras. Os operários possuíam jornadas de trabalho diárias entre 12 e 18 horas, enfrentavam muitas doenças em decorrência da insalubridade ao qual estavam expostos, também estavam submetidos ao risco permanente de acidentes de trabalho, pois lidavam com máquinas de grande porte que promoviam mutilações e até mesmo a morte. O salário dos aprendizes, mulheres e crianças eram deprimentes, bastante inferiores ao que era pago aos operários.

À medida que as máquinas eram inseridas na produção industrial, vai tornando-se desnecessária a força física e exigindo-se, cada vez mais, uma mão-de-obra dotada de maior flexibilidade corporal. Nesse sentido, tornava-se apropriado a utilização de mulheres e crianças nas fábricas. Para Marx (1996, p. 28), “O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico [...]”. As condições de trabalho as quais as crianças estavam submetidas eram desumanas e degradantes. O recrutamento de crianças para o trabalho representava uma alternativa muito rentável ao capitalista por tratar-se de mão-de-obra barata e muito obediente, adequando-se facilmente ao exigido. Ainda no que diz respeito à utilização de crianças no trabalho, salienta-se que mesmo em ambientes que elas não eram tão maltratadas fisicamente, a própria natureza do trabalho já era suficiente para lhes causar danos irreparáveis.

As características do referido sistema produtivo exibem a brutalidade da lógica capitalista com a classe trabalhadora, no período da Revolução Industrial. Considerando ainda, que toda essa barbaridade era direcionada às crianças, os agravantes são bem maiores. Nesse período, a despeito da evolução tecnológica e do crescimento econômico, ocorreram transformações substanciais no modo de exploração da classe trabalhadora e no modo de vida desses sujeitos.

Os trabalhadores eram obrigados a se submeter a extensas jornadas de trabalho e a péssimas condições de vida. Toda a crueldade tem uma razão de ser: a produção de mais-valia. Sem a apropriação dessa energia corpórea liberada no ato da produção de mercadoria, quer mediada pelas máquinas, ou não, a economia capitalista não se efetiva.

A partir da compreensão da exploração da classe trabalhadora percebe-se o quanto é injusta a lógica desse modo de produção. Essencialmente, manifesta-se a contradição do capitalismo e faz-se notório que a desigualdade é um elemento indispensável a esse sistema. O modo de produção capitalista possui a desigualdade como fundamento no sentido de garantir sua expansão.

A forma típica da reprodução no modo de produção capitalista é a reprodução ampliada. Nesse formato, o capitalista usa apenas uma parte da mais-valia para sanar gastos; outro montante é convertido novamente em capital, ou seja, é direcionado para a ampliação de sua produção. “Essa conversão de mais-valia em capital caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a *acumulação de capital*. [...] A acumulação é vital para o modo de produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2012, p.139 – grifos no original).

Essa acumulação de capital promove um impacto considerável sobre a classe trabalhadora, qual seja: a existência de um grande contingente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho, os ditos sobrantes ou desempregados. O que Engels definiu como exército industrial de reserva. Assim, à medida que se dava a acumulação a maior quantidade de capital era aplicado na compra dos meios de produção, enquanto um percentual bem menor era direcionado para a procura da força de trabalho. Desta forma, erigiu-se uma massa de indivíduos que dificilmente eram absorvidos para o trabalho, favorecendo o ciclo de ampliação do capital e contribuindo para a manutenção da exploração e dos baixos salários aos que se encontravam ativos.

Acumular capital significava acumular o proletariado. A superpopulação é fundamental ao capitalista, pois contribui diretamente para o seu desenvolvimento, já que a existência de uma massa de indivíduos sempre disponíveis serve para as necessidades variáveis de expansão de seu capital e alimenta a concorrência entre os trabalhadores. Esses operários excedentes funcionam como arrefecedor das reivindicações e ainda promovem a contenção dos salários (MARTINELLI, 2009).

Em concordância com essa discussão Iamamoto; Carvalho (2012) destacam que o interesse do capital é ampliar a exploração da força de trabalho, e assim absorver um valor a mais do que investiu nessa mercadoria no início da produção, sendo assim a existência dessa superpopulação, que se apresenta através de diversas categorias, tais como, flutuante, latente, intermitente e o lumpemproletariado, possibilita ao capitalista alargar as suas taxas de lucratividade.

Diante da discussão em torno do pauperismo e da formação de uma superpopulação em paralelo ao crescimento econômico, Marx; Engels (1998, p.264-265), compreendem que:

O pauperismo é a consequência fatal do sistema capitalista. A sua produção está compreendida na do excesso relativo da produção [...]. Quanto

mais aumenta a reserva, comparativamente ao exército do trabalho, mais aumenta também o pauperismo oficial [...]. A condição do trabalhador deve piorar à medida que o capital se acumula; de tal sorte que, acumulação de riqueza por um lado, significa acumulação igual de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação física e moral, e de escravidão por outro, ou seja, do lado da classe que produz o próprio capital.

Reforça-se o entendimento de que a propagação de uma massa de trabalhadores excluído do mercado de trabalho é resultado da própria dinâmica de reprodução do capital. Cabe destacar, que essa superpopulação é acrescida na medida em que o processo de acumulação se desenvolve, ou seja, forma-se em paralelo ao crescimento econômico. À proporção em que cresce essa camada excedente, aumenta o pauperismo, visto que, o acesso aos bens materiais necessários à manutenção da vida é restrito. A produção por mais que seja socialmente produzida é apropriada de forma desigual pelos detentores do capital. Por um lado, ocorre uma intensa concentração de riqueza nas mãos de poucos, por outro, a concentração da pobreza em grande parte da sociedade, conforme Marx; Engels (1998).

Diante dessa discussão, Martinelli (2009, p.18-19), salienta que o progresso capitalista, “se fizera à custa da exploração da classe trabalhadora, cujo processo de pauperização caminhará com a mesma intensidade em que se dera a concentração da riqueza nas mãos da burguesia”. À medida que o processo de acumulação do capital expande produz-se em paralelo a situação de extrema pobreza.

Assim, está posto o fundamento do desenvolvimento capitalista, qual seja: a existência de um vínculo essencial entre a produção de riqueza e a produção de pobreza. Compreende-se que a reprodução da pobreza é fundamental para o avanço do sistema, pois quanto maior for a quantidade de riqueza socialmente produzida, maior será o nível de acumulação para um pequeno percentual de detentores do capital, consequentemente, aumenta-se também o número de pauperizados que não usufruem da riqueza socialmente produzida. Em uma sociedade de classes, tal qual a capitalista, o trabalho contrai aspectos de contrariedade e, através das relações de exploração, o mesmo trabalho que cria riqueza, também produz pobreza e desigualdade social.

Considerações Finais

O exposto no referido artigo evidencia os vínculos intrínsecos existentes entre as determinações econômicas e a pobreza e a desigualdade desde os primórdios do capitalismo, destacando a exploração da classe trabalhadora como aspecto basilar desse modo de produção. Apresenta ainda,

o Estado como instrumento imprescindível à consolidação da lógica dominante.

Nestes termos, a presente discussão contribui com a compreensão acerca dos limites ante o enfrentamento da problemática analisada, na realidade contemporânea. Infere-se que o Estado, enquanto promotor das políticas públicas, pode minimizar os efeitos da precária condição de vida da população, todavia, afirma-se que a pobreza e a desigualdade social não podem ser extintas sem que sejam alterados seus aspectos geradores. Desta feita, faz-se fundamental a substituição do sistema capitalista por um modo de produção ancorado em valores tais quais os da justiça social e da igualdade.

Referências

BIZERRA, F. de A. *Estado e capital: uma coexistência necessária*. 1. ed. Macaé: Coletivo Veredas, 2016.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI*. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2012

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MANDEL, E. *Introdução ao marxismo*. 4.ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Coleção obra prima de cada autor. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NETTO, J. P. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Temporalis, n.3, 2 ed. Brasília, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012

SINGER, P. *A Formação da Classe Operária*. 14^a. Ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 1994.

DOI:10.12957/rep.2018.36689

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 11 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social

Theory polemics in the Marxian analysis of labor in social work

Raquel Raichelis Degeszajn*

Resumo – O objetivo deste texto é problematizar algumas polêmicas presentes no debate sobre o trabalho no Serviço Social, a partir da perspectiva marxiana da teoria do valor trabalho. Para enfrentar essas questões, o ponto de partida é o tensionamento entre projeto profissional e trabalho assalariado, que coloca para assistentes sociais os dilemas da alienação, uma vez que sua atividade é submetida ao poder dos empregadores, em grande parte o Estado, mas também organizações não governamentais e empresariais. O desafio consiste em apreender as formas pelas quais o trabalho de assistentes sociais ingressa (ou não) no reino do valor, no âmbito da sua inserção como trabalhadores assalariados do setor de serviços, que, com a mundialização e financeirização do capital, vem sendo sofrendo grande expansão e tornando-se fonte de novas formas de extração do valor.

Palavras-chave: Serviço Social; divisão social e técnica do trabalho; valor; trabalho em serviços.

Abstract – This text's objective is to problematize some controversies in the debate about labor in the area of social work, from the Marxian perspective of the labor theory of value. In order to address these issues, the starting point is the tension between professional project and paid work, which places social workers in the dilemmas of alienation, since their activity is submitted to the power of employers, largely the state, but also non-governmental organizations and business sectors. The challenge is to understand the ways in which the work of social workers enters (or not) the realm of value, within the framework of their insertion as salaried employees of the service sector, who, with the globalization and financialization of capital, have been experiencing great expansion and becoming a source of new forms of value extraction.

Keywords: social work; social and technical division of labor; value; work in services.

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona/UAB. Professora assistente da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do PEPG em Serviço Social da PUC-SP. Pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE-PUC-SP) e bolsista produtividade do CNPQ. *Correspondência:* Rua Monte Alegre, 984, Perdizes – São Paulo – SP. CEP: 05014-901. Email: <raichelis@uol.com.br>.

Introdução: os termos do debate

Analisar o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, bem como as polêmicas em torno do trabalho, requer apreendê-lo na dinâmica socio-histórica que configura o campo em que se desenvolve o trabalho profissional, no marco das relações entre o Estado e a sociedade capitalista. Esses marcos, longe de serem lineares, expressam mútuas implicações e contradições resultantes das lutas de classe e dos projetos políticos em disputa pela hegemonia.

O pressuposto é de que a construção de projetos profissionais não se autonomiza das forças sociais e políticas que protagonizam distintos projetos societários, o que abre a possibilidade à categoria profissional de assistentes sociais de estabelecer estratégias políticas que se aliem aos interesses das classes e grupos subalternos, sujeitos da intervenção profissional.

Nesses termos, o projeto profissional, que denominamos *projeto ético-político*, é expressão da construção coletiva do Serviço Social brasileiro nas últimas três décadas, forjado nas lutas dos movimentos sociais contra a ditadura no Brasil e articulado a um projeto societário anticapitalista. Esse se associa à luta mais geral da classe trabalhadora por uma nova ordem societária, igualitária e emancipada.

A partir desse contexto, o Serviço Social brasileiro elaborou um modo de interpretação da profissão na sociedade de classes, na esteira das contribuições de seus mais destacados intelectuais, entre os quais Iamamoto (1982, 2007) e Netto (1992). O ponto de partida dessa análise situa o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, partícipe dos processos de produção e reprodução social por meio das respostas que o Estado e as classes dominantes constroem frente à “questão social”, como expressão das lutas de classes contra a exploração do trabalho e pela apropriação de bens e serviços frutos do trabalho coletivo. Estabelecendo uma ruptura com as atividades voluntárias precedentes e não exercendo sua atividade como profissionais liberais, os trabalhadores assistentes sociais¹ se inserem numa relação de compra e venda de sua força de trabalho em troca de um salário, cujo valor é estabelecido como qualquer outra mercadoria no reino mercantil, na dupla dimensão de valor de uso e valor de troca.

Foi intenso o impacto dessa contribuição para a ruptura do Serviço Social com o legado conservador de sua origem, a partir da qual a análise do significado social da profissão ganha novos patamares, por meio da ampla interlocução com a teoria social marxiana e marxista. As contribuições que decorrem desta aproximação abrem novas e fecundas perspectivas, que passam a direcionar seus valores éticos, as diretrizes curriculares da formação acadêmica, o trabalho profissional, a organização política, bem como

¹ Ao longo do texto adotamos essa redação no sentido de gênero humano e não apenas como gênero masculino.

fundamentar a pesquisa e a produção teórica, impulsionadas pela expansão dos programas de pós-graduação no país e pelo reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento. As implicações desse processo são profundas e incidem na (relativa) autonomia técnica e política deste profissional, subordinado às requisições institucionais para o desenvolvimento do *trabalho socialmente necessário*², combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada.

Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho social coletivo, o que supõe a análise articulada do trabalho de assistentes sociais em sua dupla dimensão: de um lado, como trabalho concreto, é expressão do valor de uso³ dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, cujo exercício profissional passa a ser mediado pelo mercado, dentro de uma crescente divisão do trabalho social. De outro lado, como trabalho abstrato – expressão do valor de troca abstraído de sua qualidade –, representa uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força humana de trabalho. Nesses processos, quantidade e qualidade aparecem como determinações indissociáveis da mercantilização dessa força de trabalho.

Tal concepção de Serviço Social foi objeto de ampla acolhida do meio profissional desde a publicação, em 1982, do livro de Iamamoto e Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, sendo incorporada nas diretrizes curriculares da formação acadêmica e referência do projeto profissional brasileiro. Contudo, precisa ser objeto de contínuo aprofundamento crítico face à dinâmica da reprodução ampliada do capital e das respostas que constrói frente às suas crises cíclicas e estruturais.

Iamamoto (2007), em sua última obra de grande envergadura, *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, enfrenta este enorme desafio retomando as premissas centrais da análise de 1982, de modo a avançar nas reflexões da profissão sob os influxos do desenvolvimento capitalista nos marcos da financeirização do capital. Porém, a autora nos adverte que, apesar da ampla disseminação dessa tese na formação acadêmica, na pesquisa e no trabalho profissional, os fundamentos teórico-metodológicos que lhe servem de base não foram apreendidos em toda sua complexidade pelo coletivo profissional.

Além disso, cabe destacar que Cardoso et al. (1997), em texto publicado no *Caderno Abess* n. 7, sistematizaram o rico debate dos consultores

² Na perspectiva marxiana, dispêndio de força de trabalho humana determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção de valores de uso. Na palavra de Marx (1968, p. 46): “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

³ “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar [a forma capitalista], os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX, 1968, p. 42-43).

da entidade com a apresentação de novos subsídios teóricos para a implementação das diretrizes curriculares aprovadas em 1996. Ademais, eles já alertavam para o fato de que

a consideração do trabalho do assistente social articulado ao processo de valorização não se encontra suficientemente analisada na literatura profissional. Logo um conjunto de questões abre-se ao debate e à investigação sobre as particularidades e mediações necessárias para o trato da relação entre trabalho produtivo e improdutivo, no Serviço Social. (CARDOSO et al., 1997, p. 34).

No caso da literatura e do debate no Serviço Social, observa-se com frequência a ênfase na qualidade e na diferencialidade do trabalho exercido por assistentes sociais em relação a outras profissões. Entretanto, há omissão sobre sua unidade enquanto parte do trabalho social médio comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que participam do circuito da produção ou distribuição do valor e/ou da mais-valia.

Na esteira da elaboração de Iamamoto (2007), considero que problematizar o trabalho de assistentes sociais na sociedade capitalista contemporânea supõe pensá-lo como parte do trabalho coletivo submetido, portanto, às determinações e constrangimentos semelhantes àqueles que subordinam o conjunto dos trabalhadores assalariados. Isso supõe ultrapassar a visão que reduz a prática de assistentes sociais a uma relação dual e face a face entre profissionais e sujeitos a quem presta serviços (RAICHELIS, 2011).

A ausência de problematização sobre a dupla dimensão do trabalho – como trabalho concreto e abstrato “ levou a que a reflexão sobre o trabalho do assistente social, no processo de produção e reprodução social, não tenha sido objeto dos desdobramentos teóricos relacionados às específicas condições em que se dá a mercantilização desta força de trabalho, pelo seu assalariamento e pelas formas através das quais ingressa (ou não) no reino do valor e da valorização do capital.

Contrariando essa tendência, no texto de Cardoso et al. (1997) encontra-se uma densa análise do estatuto profissional do Serviço Social como uma especialização do trabalho, bem como do assistente social como trabalhador assalariado, dotado de força de trabalho especializada, que, como qualquer outra mercadoria, dispõe de um valor de uso e um valor de troca. Com base nas categorias centrais da teoria do valor trabalho de Marx, os autores contribuíram para o aprofundamento das mediações teóricas fundantes do novo currículo, priorizando o núcleo de fundamentação do trabalho profissional e suas articulações com os demais núcleos que compõem o novo projeto de formação acadêmico-profissional.

Porém, permaneceu no debate do Serviço Social uma visão reducionista do trabalho como valor de uso, “esvaziado da sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 31). Além disso, é preciso considerar que a pers-

pectiva que apreende o trabalho como fundante da atividade profissional na sociedade capitalista madura, apesar de hegemônica no Serviço Social, está longe de ser consensual⁴. A meu juízo, isso remete à própria concepção de trabalho e seus desdobramentos na análise das metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos no Serviço Social.

Nesse aspecto, há outras mediações a serem construídas, como as novas formas de extração do valor nas diferentes modalidades de trabalho, em sua morfologia atual, e a natureza do trabalho no “setor” de serviços. Assim também analisa Antunes (1999), chamando atenção para a interpenetração entre produção de mercadorias e produção de serviços, entre o trabalho material e imaterial, entre trabalho produtivo e improdutivo – questões que serão tratadas mais adiante.

1 Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social

Em minha interpretação, Marx (1968, 1975) expõe em sua obra uma concepção ampliada do trabalho – ontológica e histórica – como intercâmbio do homem com a natureza, em um movimento que desencadeia a dupla transformação da natureza e do próprio gênero humano. O autor considera o trabalho como dispêndio de energia humana física e intelectual, cujo resultado é a produção de bens (mercadorias) materiais e simbólicos que visam satisfazer “necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1968, p. 41).

Ao longo do cap. V de *O Capital*, Marx (1968) desenvolve densas elaborações sobre o processo de trabalho, considerando seus elementos simples e abstratos, como atividade voltada à criação de valores de uso necessários à satisfação de necessidades humanas. É entendido, portanto, “como condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1968, p. 208).

Sendo a dimensão teleológica ineliminável do processo de trabalho, esse intercâmbio do homem com a natureza, cujo produto são bens materiais e simbólicos, é mediado por relações sociais de produção, que são históricas. Assim, nesse mesmo processo de criação de coisas úteis e de meios de subsistência, esse metabolismo do homem com a natureza cria ao mesmo tempo uma dada forma de sociabilidade que também se transforma historicamente com o desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho: a *estranhada* e a *fetichizada*.

⁴ É conhecida a polêmica existente no meio acadêmico e na literatura do Serviço Social que questiona a atividade profissional de assistentes sociais como trabalho, a partir de distintas interpretações da obra de Marx. Entre outras, refiro-me aqui, especialmente, às reflexões de Lessa (2007) e Costa (2011).

Em relação ao estranhamento como atividade vital, Marx (2004) destaca:

1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza com um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa. (2004, p. 83 – grifos no original).

Em consequência dos dois anteriores, o terceiro aspecto do estranhamento é o

do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*. (MARX, 2004, p. 85 – grifos no original).

Com relação ao fato de ser fetichizada:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do próprio trabalho. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] chamo a isto fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1968, p. 81).

Essas formas de sociabilidade precisam ser desvendadas, assim como também os novos modos de extração do valor e as interrelações que se desenvolvem entre os diferentes setores produtivos, o que remete à discussão dos serviços, algo que nos interessa diretamente.

Ora, se ao problematizar o processo de trabalho na sociedade capitalista o desconectamos da forma histórica que assumem as relações sociais de produção, corre-se o risco de “desistoricizar” a análise e subtrair a dimensão propriamente social do trabalho. Portanto, o desafio é considerar a totalidade do processo de produção e reprodução social, no sentido de apreender

a historicidade que o trabalho assume na sociedade burguesa enquanto trabalho concreto e abstrato. Se assim não for, estaremos “elidindo [...] suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais valia, como se a forma-valor fosse um mero cerimonial” (IAMAMOTO, 2008, p. 31).

Contudo, identifico na literatura do Serviço Social visões reducionistas da concepção de trabalho, conforme observado por Iamamoto (2007, p. 54-55), que valem ser retomadas, ainda que em linhas gerais, pois expressam tendências presentes no debate marxista, com importantes consequências teóricas e políticas.

Uma *primeira tendência* é aquela que enfatiza a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização deste na sociedade capitalista. Por essa razão, é desconectada do trabalho no universo do valor e da valorização do capital. Ora, dada a relação de indissociabilidade entre trabalho concreto e abstrato, como já observado, e sendo o valor de uso mediação para o valor de troca (MARX, 1968, 1975), considero um equívoco tratar apenas um dos polos dessa totalidade, anulando a dialética de positividade e negatividade inerentes à realização do trabalho no capitalismo

Uma *segunda tendência* é aquela que concebe o trabalho na sociedade capitalista reduzido ao trabalho material, resultando daí que só é considerada trabalho a atividade de transformação direta da natureza, que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material. Contudo, o trabalho, para Marx (1975), não se reduz à sua dimensão material. Em relação a esse aspecto, o próprio autor chega a chamar de “mania” a definição de trabalho em função de seu conteúdo material, identificando aí uma concepção fetichista da materialidade do trabalho, que apenas considera produtivo aquele que é decorrente da qualidade inerente aos “depositários materiais dessas determinações formais ou categorias” (MARX, 1975, p. 101). Nos termos do autor:

A mania que há de definir o *trabalho produtivo* e o *trabalho improdutivo* em função do seu conteúdo *material* provém de três fontes: 1) Da concepção fetichista, que é peculiar do modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo, segundo a qual há determinações econômicas formais, como, por exemplo, *mercadoria*, *trabalho produtivo*, etc., que constituem uma qualidade inerente em si e para si aos depositários materiais destas determinações formais ou categorias; 2) Do facto de que, se se considerar o processo de trabalho enquanto tal, só é *produtivo* o trabalho que desemboca num *produto* (produto material, já que aqui se trata apenas da riqueza material); 3) Que no processo *real* da reprodução – considerando os seus - com respeito à formação, etc. da riqueza, existe uma grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que se manifesta em meros artigos sumptuários [*luxuries*. Ing.]. (MARX, 1975, p. 101) – grifos no original).

Além disso, acrescenta-se que a produção imaterial também recebeu de Marx (1968; 1975) um tratamento específico, e não consta que ele não a considere trabalho, seja nas formas sociais (materiais e não materiais) envolvidas em sua produção, seja nos produtos criados pelos processos de trabalho, que podem ou não assumir uma configuração material. Ao contrário, como observa Santos (2013), suas afirmações caminham na direção de considerar o trabalho imaterial (intelectual) como parte componente da produção social de valor e/ou de mais-valia, a depender da sua participação direta e/ou socialmente combinada nesse processo.

A *terceira tendência* é aquela que aprisiona a produção ao espaço fabril e reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho. Aqui é necessário pontuar, a exemplo de Yamamoto (1982), que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução dos meios de produção, ou seja, força de trabalho e meios materiais de produção. Mais precisamente, as relações sociais de produção que ocorrem no *chão da fábrica* organizam não apenas a produção material, mas todas as dimensões da vida social.

Apoiando-me na análise gramsciana, a organização fabril atua como fator organizativo da sociedade, sendo assim matriz geradora não apenas da produção material, como também do senso comum, dos valores, da ideologia, das formas de consciência social. Nesses termos, a produção social não trata apenas da produção de objetos materiais, mas da relação social entre indivíduos, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas. Nesses termos, a produção não pode ser aprisionada ao espaço fabril nem restringida à reprodução da força de trabalho, pois se assim for estaremos incorrendo numa forma de “espacialização” e confinamento do movimento de produção e reprodução social às relações estritamente fabris.

Ademais, é importante observar, como faz Santos (2013, p. 114 – grifos no original), que “[...] na teoria marxiana os termos *fábrica* [Fabrik] e *indústria* [Industrie] não são sinônimos: seu conceito de indústria é muito mais amplo que os limites restritos da fábrica”. O autor segue afirmando que:

O termo *indústria*, em Marx, diz respeito a qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista. Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. A indústria tem existência para além da fábrica e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção. (SANTOS, 2013, p. 122 – grifo no original).

Essa noção ampliada de indústria na obra de Marx ganha maior relevância para a problematização do *trabalho nos serviços*, campo no qual se materializa o trabalho profissional, pois fornece indicações heurísticas para a compreensão da produção do valor para além do *chão da fábrica*.

2 O trabalho nos serviços e as profissões no capitalismo contemporâneo

A ampliação e diversificação do “setor” de serviços e do contingente de trabalhadores e trabalhadoras assalariados é um traço típico do capitalismo monopolista, sendo este o espaço por excelência ocupado pelas profissões, como o Serviço Social. Tal dinâmica se reconfigura e se complexifica com a introdução de novas formas de organização do trabalho, particularmente com a incorporação da ciência e da inovação tecnológica nos processos de produção, organização, gestão e controle do trabalho, no contexto em que a mundialização financeira expande as fronteiras do capital e destrava todos os limites para a sua reprodução ampliada.

O crescimento significativo do trabalho nesse amplo campo dos serviços, decorrente do movimento de reestruturação capitalista no contexto da hegemonia neoliberal, e a consequente redução do número de trabalhadores na indústria, têm desencadeado um intenso debate que busca explicitar *o que são serviços* e qual é a natureza desse tipo de atividade, que cresce veloz e significativamente em todo o mundo, tanto nos países centrais quanto na periferia capitalista.

No âmbito das Ciências Sociais, e no debate marxista em particular, as teses sobre o fim do trabalho e a suposta centralidade assumida pelo *trabalho imaterial* pretenderam colocar em xeque a potência explicativa da teoria do valor trabalho de Marx (1968) face às transformações dos processos produtivos no capitalismo monopolista, sob os determinantes da mundialização financeira. Esse cenário fez emergir a polêmica sobre os serviços e a natureza deste trabalho, interpelando também esquemas analíticos sobre o assim denominado “terciário” e implodindo a clássica tripartição dos departamentos econômicos com a divisão do trabalho em atividades primárias, secundárias e terciárias⁵.

Uma síntese do pensamento de vários autores sobre a noção de *trabalho imaterial* pode ser encontrada em Amorim (2014, p. 34), para quem

o trabalho imaterial é apresentado como um trabalho sem substância física e que tem sua fonte predominante em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, à administração, à gerência e ao controle dos processos de trabalho, ou mesmo a atividades produtivas que têm como fundamento o conhecimento e a informação utilizados dentro dos processos de trabalho. A informação e o conhecimento são, assim, considerados o núcleo duro do trabalho imaterial.

Interessa trazer as contribuições de analistas que enfrentam essa discussão a partir dos fundamentos da teoria social de Marx e do debate marxista, evidenciando a atualidade dessa contribuição, sem pretender que

⁵ Uma crítica a esse esquematismo pode ser encontrada em Oliveira (1979).

suas formulações possam abranger as múltiplas e novas dimensões postas pelo capitalismo do século XXI, sob a hegemonia neoliberal. Refiro-me ao conjunto de complexas questões relacionadas às novas formas de extração do valor nas diferentes modalidades de trabalho em sua morfologia atual, considerando as fronteiras cada vez mais tênues entre produção de mercadorias e *produção* de serviços, para “satisfazer necessidades do estômago ou da fantasia”, citando a conhecida expressão de Marx (1968).

Ainda nesse contexto, é necessário um esforço adicional para decifrar a dinâmica daquelas profissões, que, como o Serviço Social, atuam no espaço ocupacional da prestação de serviços sociais públicos, notadamente daqueles que se operacionalizam no âmbito das políticas sociais estatais, principal mediação, embora não exclusiva, do trabalho de assistentes sociais (RAICHELIS, 2013). Essa questão coloca em discussão o fundo público e a natureza dos serviços prestados pelo Estado, que *em tese* não têm o objetivo de produzir mercadorias e/ou extrair valor nem mais-valia, a não ser quando estes serviços são organizados sob a lógica da indústria capitalista, como é o caso das empresas estatais. Nas palavras de Iamamoto (2007, p. 430):

Na órbita do Estado, a alienação, enraizada na divisão do trabalho, manifesta-se sob formas particulares, como o já indicado, impregnando as atividades dos servidores públicos. Também nos ramos da divisão do trabalho em que o capital assume as formas de mercadoria e de dinheiro – no comércio e nas atividades financeiras –, o trabalho, a ele submetido, interfere no tempo de circulação do capital, acelerando a sua rotação, mas não atua na criação da mais-valia, ainda que o trabalho aí realizado esteja inscrito no universo do valor.

Nogueira (2005, p. 79), em sua análise sobre o sindicalismo no setor público brasileiro, aponta que as especificidades das relações de trabalho no setor público devem ser consideradas, na medida em que “são relações entre não-proprietários de meios de produção entre si (funcionários e governos ou governantes e dirigentes), em vez de relações diretamente capitalistas”. Isso implica considerar, nos termos discutidos por Marx (1975) no Capítulo VI, Inédito, que não há, nas atividades do Estado de administração, controle e prestação de serviços públicos, a produção direta de valor, sendo o trabalho assalariado, nesse âmbito, improdutivo, ainda que inscrito no circuito do valor de troca.

Contudo, se essa argumentação aparentemente consensual parece encerrar a polêmica, novas questões instigam o debate. Além disso, também revelam os nexos do fundo público e das políticas sociais com os circuitos do valor e da reprodução ampliada do capital em múltiplas dimensões, como observa Behring (2010, p. 20), atuando tanto na reprodução do capital como na reprodução da força de trabalho, a exemplo do que ocorre na implementação de políticas sociais. A autora aponta que:

Sobre a política social, como aplicação do fundo público, ela [política social] participa do processo de incremento da rotação do capital e, portanto, do circuito do valor. Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome [...]. A política social, inclusive, transfere recursos para os bancos para a gestão dos programas de transferência de renda. (BEHRING 2010, p. 178).

Ainda que não haja produção direta de mais-valia no trabalho do setor público estatal, isto não significa que não haja exploração do trabalho pelo Estado (NOGUEIRA, 2005), tese também controversa neste debate. Nesses termos, sendo as políticas sociais e os serviços sociais públicos e matéria por excelência do trabalho profissional, novas controvérsias surgem no que respeita às relações e organização do trabalho no Estado e às formas de subsunção do trabalhão assalariado ao empregador estatal (governos ou dirigentes).

Em relação ao trabalho nas políticas sociais, assistentes sociais são convocados a participar de processos de *trabalho coletivo, combinado e cooperado* em diferentes áreas e em diversos níveis, seja na formulação e execução direta de serviços sociais a parcelas da classe trabalhadora; seja, ainda, em atividades de planejamento, informação e gestão, trocando *trabalho socialmente necessário* por salário (MARX, 1968). Assume-se, nesses termos, essa relação comum e característica ao assalariamento em todo mercado de trabalho capitalista, inclusive com a presença de um exército de desempregados que exercem pressão para o rebaixamento dos níveis salariais.

Esse conjunto de elementos torna a análise do *trabalho nos serviços* mais complexa nessa quadra do capitalismo monopolista, com prevalência da financeirização e da hegemonia neoliberal, impondo cautelas para evitar transposições mecânicas, principalmente quando se trata dos serviços no espaço estatal. Esse é o desafio maior, ainda mais considerando a exiguidade de pesquisas e estudos voltados para decifrar o *processamento do trabalho* como expressão do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2007), bem como a atividade exercida por assistentes sociais. Essa atividade é apreendida como uma especialização do trabalho social na sociedade do capital, nas específicas condições em que se insere na divisão social, *sexual* e técnica do trabalho.

Com essa formulação incorporamos a elaboração de Hirata e Kergoat (2007, p. 599), para quem:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das

funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Com o advento do capitalismo, muitas atividades que antes eram exercidas gratuitamente ou remuneradas de forma indireta, como as realizadas por “profissionais liberais”, foram se transformando em trabalho assalariado, embora não produzissem necessariamente mais-valia, a não ser quando se realizassem diretamente para o capitalista, tornando seus partícipes trabalhadores produtivos (MARX, 1968, 1975).

Os serviços, para Marx (1975), são, em princípio, improdutivos, em função de serem trabalhos trocados por renda e não por capital, permanecendo, portanto, no nível de valores de uso. Contudo, muitas dessas atividades, como a Medicina, a Engenharia, o Direito, e, acrescento o Serviço Social, em muitos casos, foram proletarizadas, passando a ser exercidas por empresas organizadas na forma capitalista e que buscam ampliar a valorização do capital.

Há que se considerar, entretanto, que, no contexto da sociedade capitalista inglesa do século XIX, os serviços constituíam magnitudes insignificantes se comparadas ao volume da produção capitalista. Ora, não é o que acontece hoje, quando o trabalho no “setor” de serviços compreende a maior parte dos empregos das economias centrais e periféricas, sendo difícil concebê-lo invariavelmente “como expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que esse não é útil como coisa mas como atividade” (MARX, 1975, p. 102 – grifos do autor). Da mesma forma, também não é possível concebê-lo como formas históricas em transição (MARX, 1968, 1975).

Para Braverman (1981), o crescimento dos serviços e do pessoal empregado nesse âmbito se deve à penetração cada vez mais intensa do capital nos diversos setores da vida, transformando antigas formas de cooperação mútua, social, familiar e comunitária em atividades comercializáveis no mercado, especialmente a partir do capitalismo monopolista. Em suas reflexões, o autor vai revelando a tendência do capitalismo monopolista à degradação do trabalho, no sentido do declínio das qualificações e da simplificação, ampliando o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação entre atividades de concepção e de execução.

Por outro lado, ao analisar a nova composição da *classe que vive da venda de sua força de trabalho*, Braverman (1981) observa que, diferentemente da pequena burguesia pré-monopolista e das massas de classe média já desaparecidas, o capitalismo monopolista gerou outra massa de emprego não desprezível, que corresponde cada vez mais à definição de classe trabalhadora proletarizada. Essas novas ocupações devem ser entendidas como atividades da classe trabalhadora, mesmo aquelas de natureza não material, como no trabalho com a tecnologia de ponta nas centrais de teleatividade, nas atividades de serviços em geral e no trabalho nos escritórios.

Cabe ressaltar que Oliveira (1988), em finais da década de 1980, já se referia à “revolução dos serviços” com a instalação dos escritórios de computação e processamento de dados, laboratórios de pesquisa, escritórios de publicidade em que o progresso da divisão social do trabalho borra as fronteiras entre as mercadorias e os serviços. Essa situação o leva a indagar, por exemplo, se o processamento de dados seria uma mercadoria ou um serviço.

Na mesma direção, Antunes (1999), com base em evidências teóricas e empíricas da dinâmica de reestruturações e inovações que têm atingido o capitalismo em seu metabolismo com o capital, elaborou a noção ampliada sobre as novas formas de ser da *classe-que-vive-do-trabalho*. O autor esclarece, contudo, que não se trata de um novo conceito de classe, mas de um esforço analítico para atualizar a compreensão marxista de classe social e apreender a complexificação e diversificação do proletariado, notadamente com a expansão significativa do trabalho nos serviços nas últimas décadas. Em sua composição heterogênea e compósita, além dos trabalhadores assalariados produtivos dos distintos ramos, para o autor, a *classe-que-vive-do-trabalho* é composta pelo imenso contingente de trabalhadores improdutivos localizados no setor de serviços (bancos, comércio, turismo, telemarketing, serviços públicos etc.), até os trabalhadores que realizam atividades nas fábricas e escritórios, mas não criam diretamente valor, além do exército de trabalhadores precarizados, terceirizados e desempregados urbanos e rurais.

Antunes (1999), em suas pesquisas sobre a nova composição da classe trabalhadora, desde os anos de 1990, observa que a expansão das empresas de *call centers* e *telemarketing* e das empresas de tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital, acabou por incentivar a expansão do trabalho nos serviços e uma massa de novos trabalhadores e trabalhadoras – o *novo proletariado de serviços*. O autor conclui afirmando que vem ocorrendo no mundo contemporâneo

uma crescente interação, inter-relação e interpenetração entre atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo do capital e de seu sistema produtivo. (ANTUNES, 1999, p. 134).

Por sua vez, Dal Rosso (2014, p. 76), em sua reflexão sobre a teoria do valor e do trabalho produtivo no setor de serviços, observa também o seu significativo crescimento como empregador de força de trabalho e a grande abrangência que vem assumido nas últimas décadas em todo mundo, compreendendo um conjunto muito amplo de ações que possibilitam a circulação e o consumo de mercadorias, além de diversas atividades agregadas.

Nota final

Nessa nota que chamamos final, o que não quer dizer conclusiva, em função da complexidade das questões tratadas, importa destacar, como faz Dal Rosso (2014, p. 78), que “não cabem dúvidas de que serviço é trabalho” e deve ser analisado a partir desta angulação.

Questão de outra natureza, como adverte o autor, é a discussão sobre o caráter produtivo ou improdutivo desse trabalho, assim como as distintas formas de subsunção desta atividade ao capital, considerando os aportes de Marx e da teoria do valor trabalho. É certo, porém, que as características do trabalho assalariado e socialmente necessário à acumulação capitalista independem de sua natureza produtiva ou improdutiva na geração de valor para o capital, especialmente se considerarmos a ótica do trabalho coletivo, combinado e cooperado.⁶

Assim, o trabalho no campo dos serviços como *trabalho em processo* não se autonomiza do labor desenvolvido pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras assalariados, na subsunção formal ou real do trabalho ao capital, ainda que com particularidades, dependendo da forma que este assume nas distintas áreas e nas diferentes relações concretas em que se insere.

Na esteira das análises de Marx (1968, 1975), o resultado de um serviço pode ser uma mercadoria vendida ao consumidor ou a prestação de um serviço de saúde, por exemplo: pode se separar ou não de seu produtor; pode assumir forma material ou imaterial, tendo realidade corpórea ou não; pode ser produtor direto de mais-valia ou não; e pode envolver diferentes conteúdos em sua realização. Esse conjunto de dimensões que pode assumir o trabalho no “setor” de serviços simplesmente ilustra o princípio de que, para o capitalismo, o que importa não é o conteúdo ou a materialidade do trabalho, mas sua *forma social*, historicamente situada, e a capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista. Esse estágio tende a suprimir as diferenças entre formas de trabalho para submetê-las todas ao domínio do trabalho abstrato (BRAVERMAN, 1981, p. 308).

Demarcam-se, assim, as profundas transformações que advêm do processo de aprofundamento e complexificação da divisão social, *sexual* e técnica do trabalho, “sendo absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual directo” (MARX, 1975, p. 94). É nesse circuito que o trabalho, no âmbito do Serviço Social, foi problematizado à luz da teoria do valor trabalho. Por esse caminho analítico, não há como separar ou dicotomizar *trabalho e profissão*, tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho, bem como o

⁶ Para aprofundamento, ver: Marx (1975) e Dal Rosso (2014).

sujeito vivo dessas relações como trabalhador assalariado, no âmbito das determinações e relações sociais da qual é partícipe.

A reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que reconfigura as relações, condições e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, atinge também o Serviço Social e seus trabalhadores e trabalhadoras nos serviços implementados pelas políticas sociais, onde exercem funções de execução, elaboração e gestão, atuando na mediação do acesso a direitos sociais da classe trabalhadora, principalmente das camadas mais subalternizadas.

Tais situações evidenciam plenamente a condição do assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um salário, enquanto sujeito que participa, através de complexas mediações, do circuito do valor e/ou da valorização do capital, subsumido a mecanismos próprios do trabalho abstrato.

Ainda que as relações de trabalho, na esfera do Estado, não se estabeleçam entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, elas estão referidas à totalidade das relações de produção capitalistas, das quais emergem as fontes dos conflitos do trabalho no setor público. Significa, portanto, que estão presentes entre empregadores públicos e trabalhadores assalariados relações de exploração, subordinação e alienação que envolvem disputas em relação à apropriação do tempo de trabalho socialmente necessário e seu pagamento, consubstanciados no contrato, na definição da jornada e do valor dos salários, além da luta pelos meios e instrumentos de trabalho disponibilizados para a realização do trabalho complexo e socialmente referenciado – nos termos definidos pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

Tais questões continuam a desafiar a análise e o debate coletivo sobre o trabalho no Serviço Social, e demandam a continuidade de pesquisas sobre as relações sociais concretas que circunscrevem o trabalho de assistentes sociais. Ainda que seja consenso reconhecer o fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado e, portanto, compartilhando situações comuns a todos os demais (intensificação, precarização, flexibilização, baixos salários, perda de direitos etc.), é preciso avançar na *pesquisa concreta de situações concretas*. Além disso, também se faz necessário enfrentar os desafios teóricos implicados na reflexão sobre a dupla natureza do trabalho do assistente social no campo da prestação de serviços à classe trabalhadora; portanto, no âmbito da produção e reprodução social como processos inseparáveis.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Capitalismo em crise* – política social e direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista* – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO, I. C. da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 7, 1997.

COSTA, G. M. da. *Serviço Social em debate*. Ser social, trabalho e ideologia. Maceió: Edufal, 2011.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, jan./abr., 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche* – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1, vol. 1, vol. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Capítulo inédito de *O Capital* – resultados do processo de produção imediato. Portugal: Publicações Escorpião, 1975.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

NOGUEIRA, A. J. F. M. *A liberdade desfigurada* – a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do anti-valor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 22, out., 1988.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social e Sociedade* – Edição Especial: Proteção Social, São Paulo, n. 116, out./dez., 2013.

SANTOS, V. O. *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DOI: 10.12957/rep.2018.36691

Recebido em 04 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 11 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982)*

Revisiting the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work (1960-1982)

Silmai Lazaro Neves Dutra**

Resumo – O presente artigo investiga a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista no período compreendido entre 1960 e 1982. Desse modo, ao buscarmos compreender o movimento da profissão no seio do próprio movimento histórico, identificamos os principais momentos da referida aproximação. A investigação sugere que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avança no tempo efetivando saltos qualitativos, donde a produção de Marilda Villela lamamoto demarca um importante momento de inflexão para a categoria dos assistentes sociais.

Palavras-Chave: Serviço Social brasileiro; tradição marxista; Marilda Villela lamamoto.

Abstract – This article investigates the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work in the period between 1960 and 1982. In this way, as we seek to understand the movement of the profession within the historical movement itself, we identify the main moments of this approximation. Research suggests that the interlocution between social work and the Marxist tradition advances in time, making qualitative leaps, in which the production of Marilda Villela lamamoto marks an important moment of inflection for the category of social workers.

Keywords: Brazilian social work; Marxist tradition; Marilda Villela lamamoto.

* O presente estudo é parte dos resultados da pesquisa *Tradição marxista e os problemas da dialética no Serviço Social brasileiro (1960-1982)*, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UJFJ). O objetivo geral foi demonstrar como se efetivou o movimento de aproximação (e interlocução) entre o Serviço Social e a tradição marxista entre 1960 e 1982, identificando possíveis problemas.

** Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua como assistente social na UFJF. *Correspondência:* Rua Pedro Gerhein, nº 69, São Pedro, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-620. *Email:* <silmai.dutra@hotmail.com>.

1 Serviço Social e tradição marxista: ingerências externas e particularidade brasileira

Numa análise diacrônica, o próprio movimento real do Serviço Social brasileiro nos demonstra como a profissão buscou legitimar sua prática profissional e sua compreensão de mundo a partir de distintas concepções ecléticas e conservadoras (IAMAMOTO, 2008, 2012, 2013; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010; NETTO, 2011a, 2011b).

Do ponto de vista da herança intelectual – do modo de ler e conceber a sociedade e, nela, a profissão –, o Serviço Social cresce no universo cultural do *pensamento humanista-cristão* e, mais tarde, vai se secularizar e se modernizar nos quadros do *pensamento conservador europeu* – do anticapitalismo romântico, que tende a ler a sociedade como uma grande comunidade, em que as classes sociais desaparecem da análise – privilegiando-se a ótica da harmonia, da solidariedade no ordenamento das relações sociais. Mais tarde, incorporamos a herança das ciências humanas e sociais, especialmente na *sua vertente empiricista norte-americana*. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, no auge do movimento de reconceitualização, o *estruturalismo haurido em Althusser*, entre outros, e também o *marxismo vulgar*, que vêm temperar uma análise de cunho marcadamente positivista e empiricista da sociedade, mas acalentada por um discurso marxista, aparentemente progressista e radical. (IAMAMOTO, 2013, p. 205 – grifos nossos).

Munido de concepções conservadoras e tradicionais, o Serviço Social, inicialmente, ancora-se em distintas e variadas referências teóricas, ideológicas e culturais; caminha desde as bases mais doutrinárias e religiosas (com destaque para a Doutrina Social da Igreja Católica) até a recepção, frequentemente acrítica, de produtos e subprodutos da corrente positivista derivada de Auguste Comte e Émile Durkheim (NETTO, 2011b). No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o Serviço Social passa por importantes transmutações.

Sabe-se que o processo *renovador do Serviço Social* emerge nos anos 1960, relacionado a inúmeras ingerências extrínsecas à profissão e influências de um quadro societário (político, ideocultural e econômico) singular. Têm-se as “reformas de base”, a “crise e colapso do populismo”, a “reordenação das posições dos países imperialistas com relação aos dependentes” etc. (QUIROGA, 1991, p. 87). Dentre os distintos processos que ocorrem na própria dinâmica do capital, Netto (2011a, p. 144) sinaliza três vetores que, convergidos, atingem (não sem as devidas mediações) a reprodução da categoria profissional: a revisão crítica nas Ciências Sociais, “o deslocamento sociopolítico” das instituições que mantinham ligações históricas com o Serviço Social (como a Igreja Católica, por exemplo), e, por fim, um conjunto de contestações do movimento estudantil,

Além disso, sabe-se também que, a partir da referida década, o sistema capitalista enfrenta o fim paulatino das conhecidas *décadas de ouro* (NETTO; BRAZ, 2010), ao mesmo tempo em que determinados países da América Latina passam por assombrosos processos ditatoriais (Brasil, Argentina e Peru, dentre outros). Desse modo, no interior da realidade latino-americana – e por suposto brasileira – o Serviço Social se desenvolve num ambiente que é marcado pela “crise do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, pelo agravamento das desigualdades e pelo acirramento das lutas sociais e de mobilização das classes subalternas” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 38-39).

Nesta conjuntura, o ambiente é “favorável” às mobilizações dos subalternos em prol de pautas *mais imediatas*. Desse modo, juntamente com as demandas econômicas, outras reivindicações – sociais, culturais e étnicas, dentre outras, de numerosos movimentos sociais – jovens, mulheres, negros etc. – são notáveis. É nesse clima de efervescência que as ingerências mundiais imbricadas ao quadro de efervescência social e de agitação política na América Latina (além de outras especificidades nacionais) também impactam a profissão e impulsionam um cenário de *questionamentos* do Serviço Social tradicional (NETTO, 2011a).

O lapso temporal que abriga tais *questionamentos* no contexto latino-americano compreende aproximadamente 10 anos (1965-1975) (IAMAMOTO, 2008, p. 205), desenvolvendo-se em distintos países da região, tendo suas vertentes mais progressistas, num primeiro momento, refreadas pelas ditaduras implantadas com o apoio imperialista estadunidense. De acordo com Faleiros (1987, p. 51), “[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”.

Por Reconceituação entende-se todo um processo de questionamento da profissão do assistente social, que se estendeu pela América Latina e que, iniciado nos anos 60, tem repercussões e desdobramentos até os dias de hoje. Esse movimento reuniu diferentes correntes de pensamento, que tinham entre si um ponto de convergência inicial: o fato de serem contestárias de um Serviço Social marcado pelo seu posicionamento mantenedor do *status quo*. (QUIROGA, 1991, p. 86-87).

Observe-se que o debate latino-americano em torno da Reconceituação – além de pautar a questão da *superação do subdesenvolvimento* e possibilitar uma “*grande união*” (NETTO, 2011a, p. 146) entre profissionais, que abriu as vias para a dita *renovação* (vide o Seminário de Porto Alegre em 1965) –, reúne profissionais de vários países, como Herman Kruse, Natálio Kisnerman, Seno Cornely, Ezequiel Ander-Egg, dentre outros da chamada “Geração 65”. Todavia, novos profissionais também foram inseridos neste movimento: Leila Lima Santos, Vicente de Paula Faleiros, Boris Lima etc.

De acordo com Iamamoto (2015), a “unidade desses novos interlocutores, apesar de suas diferenças internas, é a busca por fundamentos para a análise profissional no campo dos ‘marxismos’” (IAMAMOTO, 2015, p. 236). Note-se que o “desenvolvimento das ideias de Marx, pós-Marx, foi extremamente diversificado, o que leva a que não se possa falar de Marxismo e, sim, de marxismos, implicando diferentes compreensões e incompreensões de sua obra, com seus matizes variados” (QUIROGA, 1991, p. 93). Neste sentido, inicialmente o Serviço Social se aproximou de determinadas correntes da tradição marxista, como o maoísmo, o neopositivismo estruturalista, o marxismo derivado da II¹ e III Internacionais² etc.

Em contrapartida, inserida de modo particular no bojo do *movimento reconceptualizador* latino-americano (1965/1975), a realidade brasileira passa igualmente por inúmeras agitações sociais, culturais, políticas e econômicas. É neste contexto que podemos encontrar e situar o ponto de partida da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. Este encontro tardio em parte pode ser justificado pelo “profundo conservadorismo que dominava os meios profissionais” (NETTO, 1991, p. 85) desde sua origem (e, “ainda, à ausência de uma definida *preocupação teórica* entre os assistentes sociais” – NETTO, 1991, p. 85 – grifos no original). Entretanto, não prescinde da análise da própria realidade macrosocial na qual a profissão se insere e, logo, da própria compreensão da inserção da tradição marxista no Brasil. Neste último caso, até 1950, o acúmulo do pensamento marxista esteve diretamente ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Quando há a quebra *deste monopólio* a partir de 1955 e o rebatimento da tradição marxista em pensadores sem vínculos partidários (como Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto), o processo de amadurecimento de uma tradição marxista no país é interrompido pelo regime de abril e sua *política cultural*. Abriu-se um ambiente propício para a emergência do “*marxismo acadêmico*” e de “agrupamentos revolucionários” (NETTO, 2011a).

Um dado factual a destacar é que, inserida no lapso temporal de vigência do Movimento de Reconceitualização, nas primeiras colisões com a referida tradição, a descrita aproximação se processa frequentemente junto a distintos *intérpretes* de Marx, muitas vezes através de materiais de qualidade bastante discutível, sobretudo por meio de manuais de divulgação (NETTO, 1991, p. 86). Para Netto (2011a, p. 148-149):

É no marco da reconceptualização (ou reconceitualização) que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da

¹ O “marxismo vulgar” da II Internacional compreende a obra marxiana como uma “sociologia científica que desvenda o mecanismo da evolução social a partir da análise econômica” (NETTO, 1991, p. 82). Nele, predomina a inevitável transformação socialista como corolário evolucionista.

² A III Internacional, marcada pelo neopositivismo e transformada em instrumento do Partido Russo, promove o famoso “marxismo-leninismo” (“ideologia oficial do Estado stalinista” (NETTO, 2006, p. 50-51)); o marxismo institucionalizado que se afirma como a única interpretação correta de Marx (NETTO, 1981).

tradição marxista – e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto [...] o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade.

Segundo Quiroga (1991, p. 88), também é preciso compreender que o Movimento de Reconceitualização – que não foi homogêneo nem linear (IAMAMOTO, 2008) – não conseguiu romper radicalmente com o legado conservador que predominou na história do Serviço Social; “a Reconceitualização levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora” (QUIROGA, 1991, p. 88).

Segundo as análises de Netto (1991), para melhor entender a relação do Serviço Social com a tradição marxista no cenário brasileiro, é preciso considerá-la inserida no *período de renovação do Serviço Social* no país entre 1960 e 1980. Imerso no quadro de emergência e ocaso da ditadura civil-militar (1964-1985), o Serviço Social sofre profundas transformações. Dentre outros impactos, tem-se a ampliação dos *lôcus* ocupacionais; a sua efetiva *inserção no âmbito universitário* e, logo, o seu processo de *laicização*. Processos impulsionados pelas exigências da “*modernização conservadora*”, levada a cabo pelo quadro autocrático burguês (NETTO, 1991, p. 86). Este quadro, contraditoriamente, *impulsiona* o “amadurecimento intelectual” da categoria, embora por vias incertas.

Em linhas gerais, de acordo com Netto (2011a), as *principais* tendências renovadoras do Serviço Social em relação ao tradicionalismo profissional foram: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. Sinopticamente, a primeira foi estimulada pelo regime autocrático burguês e respondeu favoravelmente àquele quadro, tendo seu ponto alto na sistematização de Araxá-MG (1967) e de Teresópolis-RJ (1970). Como característica principal, essa vertente buscou *contribuir para o “desenvolvimento”* através de seu *modus operandi* arrimado nas ditas Ciências Sociais de cariz neopositivista (estrutural-funcionalista). Por fim, juntamente com a derrocada do regime autocrático burguês, tal perspectiva experimenta seu ocaso.

A partir do segundo lustro da década de 1970, a vertente de *reatualização do conservadorismo* emerge como *alternativa* à perspectiva modernizadora, “recusando” essencialmente o seu caráter neopositivista. Esta nova vertente, com efeito, reivindica-se atrelada à *fenomenologia*, porém mantém e/ou busca recuperar os lastros católicos tradicionais da profissão. Tal perspectiva trava um duplo combate: posiciona-se *contra* o positivismo e também repele tacitamente as ingerências marxistas e de segmentos da Igreja Católica de ala mais progressista, isto é, aquela vinculada à *Teologia da Libertação*. Além de resgatar os traços mais tradicionais do Serviço Social brasileiro, seus objetivos centrais podem ser sintetizados na ampliação das referências teóricas para subsidiar as intervenções profissionais de “microescala” (NETTO, 1991, p. 87). Realizando uma aproximação parca e rasa à fenomenologia, isto é, distanciada das fontes originais – talvez com a exceção da obra de Merleau Ponty –, cabe afirmar que, de acordo com a linha interpretativa de Netto (2011a), esta vertente não obteve expressão de monta no interior da categoria profissional.

Por fim, em 1970 surge a perspectiva que objetiva a ruptura com o tradicionalismo na profissão. No quadro de agitações sociais do início da década de 1960, através do movimento estudantil e das demais forças progressistas da época – além de setores da Igreja Católica afirmando-se politicamente contrários à ditadura –, os precursores desta vertente buscam expressar os interesses dos dominados. Porém, a sua afirmação no debate da categoria profissional realmente só emerge entre 1972-1975, ficando, entretanto, “insulada” na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) devido ao quadro repressivo imposto pela autocracia burguesa – e também às próprias resistências a suas ideias no meio profissional. Na transição da década de 1970 para a década de 1980, no período de “*abertura democrática*” e com a expansão das lutas sociais, tal vertente se amplia no espaço acadêmico, espalhando-se para outras universidades (NETTO, 1991, p. 88). No decorrer da década de 1980, atesta sua maturidade através da publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982).

2 Os principais momentos de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista

No intento de resgatar o movimento real de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista, a pesquisa buscou rastreá-la a partir de 1960. Desse modo, pôde-se concluir que existiram três momentos centrais da referida aproximação. O “*primeiro momento*”, portanto, efetiva-se pela via da militância política no bojo de movimentos político-organizativos, como o movimento estudantil, e movimentos de camadas médias urbanas, entre 1964-1968. Este processamento, é obvio, padece das constrições (im)postas pelo regime autocrático burguês, de modo que se instaura

um ambiente pouco propício para a emersão e desenvolvimento desta “*primeira*” aproximação à tradição marxista. Para Netto (2011a, p. 268):

Todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela igreja, situados *fora* do leito histórico do PCB). Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc.

Nas conclusões de sua tese de doutoramento, Silva (1991, p. 433) afirma que não existiram grupos “organizados com a intenção explícita de introduzir o pensamento marxista no Serviço Social”. Para a autora, “existem evidências de que esta aproximação se processou basicamente, pela ação de militantes da chamada esquerda católica, estudantes e/ou profissionais de Serviço Social [...]”; protagonistas “[...] que na conjuntura dos anos sessenta e setenta, se aproximaram – individual ou coletivamente – do pensamento marxista” (SILVA, 1991, p. 434). A autora confirma que:

[...] Basicamente, a primeira aproximação do Serviço Social à tradição marxista ocorreu pela ação de leigos católicos (e alguns religiosos) que descolando-se da clássica posição da Igreja Católica frente ao marxismo – porém sem aderir ao comunismo – abriram-se à discussão e crítica das interpretações religiosas sobre a chamada ‘questão social’ e os métodos da ‘Ação Social’. (SILVA, 1991, p. 434).

Segundo Silva (1991), grande parte dos docentes por ela entrevistados afirmou ter conhecido escritos *althusserianos* por indução da Ação Popular (AP) e/ou da Juventude Universitária Católica (JUC) no fim dos anos 1960. Por meio da AP, o grupo católico também se aproximou do pensamento *maoista*. Já a menor parcela do grupo entrevistado, vinculada ao PCB, aproximou-se de insumos marxistas através do próprio partido.

A pesquisa de Quiroga (1991, p. 102) também demonstra que – no caso dos docentes por ela entrevistados nos anos 1980 – a “aproximação aos ‘marxismos’, deu-se, em muitos casos, através da militância político-partidária e, só tardiamente, sua discussão foi incorporada ao debate profissional”. Ao cabo de sua pesquisa, a autora descobre que na maioria dos casos “a tomada de contato com as ideias marxistas ou marxianas se deu, fundamentalmente, na juventude, por meio da participação nos movimentos sociais, ou pela vinculação à Universidade nos anos mais recentes” (QUI-ROGA, 1991, p. 103). A autora conclui que ambas as vias de acesso a Marx “se mostraram precárias, repassando um marxismo cristalizado e limitado” (QUIROGA, 1991, p. 104).

Abramides (2016) relata uma experiência de professores e alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que ilustra este momento. Segundo a autora:

[...] em 1968, os estudantes da escola de Serviço Social da PUC-SP paralisaram as aulas por três meses juntamente com os professores e debateram um novo projeto de formação profissional. Alguns professores, ao voltarem do Encontro de Teresópolis, apresentaram a metodologia baseada em ‘variáveis e funções’, denominadas ‘situações sociais problemas’. A vanguarda do movimento estudantil, por influência da corrente marxista na militância política, criticou a vertente funcionalista e tecnicista, debateu a importância dos campos de estágios junto à população trabalhadora, incorporou o método Paulo Freire na pedagogia da ação e defendeu a participação paritária nas instâncias colegiadas entre professores, estudantes e funcionários. (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

A “primeira aproximação” nos anos 1960 também consta nas argumentações de Iamamoto (2008, p. 210); segundo a autora, o “encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do *filtro da prática político-partidária*. Por meio dela muitas inquietudes foram *transferidas da militância política para a prática profissional*”. Contudo, verifica-se, seguindo as pegadas deixadas por Netto (2011a), que, como não há sistematização expressiva a respeito desta “primeira aproximação” – própria da década de 1960 –, *o primeiro momento real, efetivo e expressivo de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista pode ser creditado ao processamento do chamado “Método-Belo Horizonte” (Método-BH) na década de 1970*³. Neste sentido, o referido autor observa:

Quando se repõe no marco profissional [e aqui claramente se trata da experiência de Belo Horizonte], ela [a aproximação à tradição marxista] é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma cancelaram as deformações próprias dessa instrumentalização. Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se ancora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre ‘idealismo’, ‘materialismo’, ‘ciência’ e ‘ideologia’, ‘teoria e prática’, ‘prática teórica’ etc. (NETTO, 2011a, p. 268).

Se a experiência belo-horizontina é efetivamente o primeiro momento, *num segundo momento* (aquele “de consolidação acadêmica” da perspectiva de *intenção de ruptura*) predomina o chamado *marxismo acadêmico*, que, somente no marco da transição “democrática”, consegue subsi-

³ Em 1972, Vicente de Paula Faleiros publica, em Buenos Aires, *Trabajo social: ideología y método*. Ele realiza uma peculiar e crítica interlocução com a tradição marxista, porém não o incluímos aqui. Apesar da importância dessa obra, sua exclusão deveu-se porque não encontramos o livro de 1972; o material original é de difícil acesso. Além disso, as versões mais recentes sofreram alterações consideráveis, obstando nossa análise.

diar suas análises através de elaborações originais, inclusive, recuperando autores “clássicos”. Todavia, Netto (2011a) divide esta segunda aproximação em dois patamares: o primeiro, no “*pós-Método-BH*” – que se situa ao cabo de 1970 e início de 1980 –, e o segundo, que é demarcado pela produção de Iamamoto (1982), parcialmente publicada em Iamamoto e Carvalho (2010). Nas palavras de Netto (2011a), no primeiro “patamar desse momento”, temos que:

[...] insulada e neutralizada a universidade, a referência à tradição marxista, ainda com fortes traços de redução epistemologista, funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática – no entanto, obedecendo a exigências intelectuais rigorosas. (NETTO, 2011a, p. 269).

No segundo momento,

[...] prolongam-se as incidências do ‘marxismo acadêmico’, mas o quadro da transição democrática repõe política e história como objetos práticos inelimináveis e possíveis da reflexão – e a elaboração passa socorrer-se das fontes originais, com recurso a ‘clássicos’ que, à diferença do marxismo estruturalizado, contemplam a historicidade. (NETTO, 2011a, p. 269).

Outra reconhecida autora do Serviço Social brasileiro, Santos (2007, p. 73), aponta que o primeiro momento de aproximação à tradição marxista ocorre no bojo do “Movimento de Reconceituação”. Tal apropriação, segundo a autora, efetiva-se por meio da “militância política”, traduzindo-se, contudo, numa “apropriação ideológica do Marxismo”.

Muito próxima à linha argumentativa de Netto (2011a), porém não aprofundando a reflexão, Santos (2007) certifica que é na década de 1980 que se situa o segundo momento de aproximação do Serviço Social à tradição marxista. A autora não explicita a mesma distinção cronológica que Netto (2011a) realiza neste segundo momento, porém concorda em outro ponto: para a ela, a despeito de um nascente movimento de interlocução com os escritos marxianos – e aqui Santos (2007) reconhece o pioneirismo de Iamamoto [no texto de 1982] – e marxistas de maior rigor analítico, neste momento ainda se tem uma apropriação predominantemente marcada pelo “epistemologismo”. Todavia, a denúncia de Santos (2007) somente confirma parte das proposições de Netto (2011a), não acrescentando novidades ao debate.

Quem também contribui pouco à discussão – dadas as limitações cronológicas de sua pesquisa – é Silva (1991). Segundo a autora, após a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte (1972-1975), outras “tentativas de implementar o Serviço Social – teórica e praticamente – a partir das vertentes do pensamento marxista, só

ocorreram posteriormente a 1975” (SILVA, 1991, p. 437). Nestas, Silva (1991) ainda destaca que a aproximação de alguns narradores (por ela entrevistados) à tradição marxista ocorreu nos cursos de pós-graduação – no Brasil e no exterior –, principalmente nos programas de Ciências Sociais. Por estas trilhas, os profissionais de Serviço Social foram vinculando-se aos “docentes desses programas” (SILVA, 1991, p. 438).

Outra autora, Simionatto (1999), seguindo as pistas deixadas por Netto (2011a) e Silva (1991), também sustenta que aquela “primeira aproximação” à tradição marxista nasce nos anos 1960:

[...] ocorreu através da militância política mediante a articulação com a esquerda católica especialmente através da Juventude Estudantil Católica-JEC, Juventude Universitária Católica-JUC, Juventude Operária Católica-JOC e, posteriormente, através do Movimento de Educação de Base-MEB e Ação Popular-AP. (SIMIONATTO, 1999, p. 182).

A autora igualmente afirma que esse movimento é interrompido pela conjuntura (im)posta pela ditadura civil-militar, sendo retomada com mais afinco somente na década de 1970 – especialmente no segundo lustro da referida década (SIMIONATTO, 1999, p. 182) –, posto o período de “redemocratização”.

No que se refere aos momentos mais importantes (não os únicos) da vertente de *intenção de ruptura*, Simionatto (1999) concorda com as análises de Netto (2011a). Isso é perceptível na medida em que a autora destaca o “Método-BH” e a produção de Iamamoto (1982) como importantes momentos da referida perspectiva. No primeiro caso, Simionatto (1999) simplesmente repete a tese amplamente difundida no meio profissional de que a base teórica das proposições dos formuladores do “Método-BH” “é constituída essencialmente pelas teses maoistas e althusserianas, enquanto o segundo centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências a Gramsci de ‘Americanismo e Fordismo’ e, mais especificamente, à questão dos intelectuais” (SIMIONATTO, 1999, p. 184).

Estes dois momentos podem ser destacados como formas de explicitar a vertente mais progressista em contraposição ao tradicionalismo na profissão e evidenciar também o seu amadurecimento. Para Netto (2011a, p. 275), estes dois ápices demarcam profundamente a vertente renovadora de *intenção de ruptura*. Na emergência desta, um primeiro movimento é levado a efeito com as elaborações documentadas, entre 1972-1975, pelo grupo da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Tal experiência, então, efetiva-se através da constituição de um grupo de jovens – composto majoritariamente por profissionais recém-formados após o Golpe de 1964 – liderado por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. A despeito das problemáticas que cercaram a sua aproximação a determinadas vertentes da tradição marxista, tal grupo define uma nova e importante linha renovadora para o Serviço Social brasileiro, pois defende uma proposta de ruptura com

o tradicionalismo nos planos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Contudo, de acordo com Netto (2011a), somente com a produção de Iamamoto (1982) é que se chega à “maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura”.

Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte ‘clássica’ da tradição marxista para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil. (NETTO, 2011a, p. 276).

Na mesma linha reflexiva de Netto (2011a), Iamamoto (2012, p. 252) afirma que é com o texto publicado em 1982 que se tem, pela primeira vez dentro da categoria profissional, “uma abordagem histórico-sistemática sobre a produção e reprodução das relações sociais com base em um tratamento da teoria marxiana, apoiada no conjunto de sua obra – *O Capital* – até então ausente da produção acadêmica da área no País”.

[...] é a partir da publicação, em 1982, do seu ensaio mais conhecido que se pode identificar a aproximação do Serviço Social, no Brasil, às fontes clássicas do pensamento socialista revolucionário. Sem qualquer dúvida, entre nós foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica original de Marx. É possível dizer, sem o risco do exagero, que Marilda inaugurou no Brasil, a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx. [...] aquele trabalho de Marilda, rigorosamente acadêmico, não tem nada a ver com certa produção intelectual que se nutriu dos modismos em voga. (NETTO, 2013, p. 12).

Contudo, Simionatto (1999) compreende que a produção intelectual que faz referência ao pensamento marxista extrapola os dois momentos explicitados por Netto (2011a). Presente no final de 1970 e início de 1980, segundo a autora, tal acervo (sobretudo o segmento conectado ao “aporte teórico gramsciano”, alvo da tese de Simionatto) não foi analisado pelo autor de *Ditadura e Serviço Social*.

Observe-se que, no trabalho de Netto (2011a), não havia a intenção de analisar toda a bibliografia que pudesse ser inserida na vertente de *intenção de ruptura*, mas sim *signalizar os momentos mais importantes*. Em suas palavras: “À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas na linha de ruptura, estamos nos atendo somente àquela explicitação que foi efetivamente representativa e decisiva” (NETTO, 2011a, p. 263). Em rodapé, Netto (2011a, p. 252 – grifos nossos) também sinaliza:

Sabe-se que *pequenos grupos de profissionais*, desvinculados da academia, esforçaram-se, ao longo do período ditatorial, por desenvolver práticas alternativas ao tradicionalismo e às exigências sociopolíticas

da autocracia. *Esses esforços e seus resultados ainda guardam pesquisa acurada – mas é certo que sua gravitação nas representações do Serviço Social foi débil.*

Em outra nota (nº 310), o autor citado assinala:

Não afirmamos nem que a formulação belo-horizontina foi a única, nem que a ela não se seguiram intentos na perspectiva da intenção de ruptura (por exemplo, a experiência realizada por assistentes sociais vinculados à Universidade Federal do Maranhão, na *comunidade do Boqueirão*, no final da década de 70). (NETTO, 2011a, p. 263).

Ademais, em sua análise, Simionatto (1999) conclui que, após a avalanche althusseriana, as recorrências a Antônio Gramsci, então, tornam-se mais significativas no Serviço Social brasileiro, extrapolando também para as décadas de 1980 e 1990 (SIMIONATTO, 1999, p. 185).

Segundo a autora, Gramsci chega ao Brasil efetivamente na década de 1960. Ela identifica que, apesar das constrições ditatoriais – que se ampliam com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1968 –, a partir de 1966 parte da obra gramsciana começa a ser traduzida por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo. Assim, o pensamento do autor *sardo* de fato começa a transitar no debate partidário e acadêmico.

Além dos corolários do AI-5 para o mundo da cultura, outro obstáculo à introdução do pensamento gramsciano no Brasil, para Simionatto (1999), foi a hegemonia de uma esquerda profundamente marcada pelas ingerências do chamado “marxismo da Terceira Internacional” ou do “marxismo-leninismo”. Apesar da presença do referencial gramsciano nas Aca-demias na década de 1970, sua sistematização adquire maior relevo na transição para 1980, posto o ocaso do *Regime de Abril*.

Nas escolas de Serviço Social da PUC-SP, por exemplo, existiram disciplinas que tratavam do pensamento gramsciano: em 1977, na pós-graduação, na disciplina de “Política Social”, e em 1979, na graduação, com a disciplina “Teoria do Serviço Social”. Na PUC-RJ, a aproximação do Serviço Social com o pensamento gramsciano emerge em finais de 1970, principalmente por meio de divulgadores de outras áreas acadêmicas. Tal aproximação também é visualizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em finais de 1970, através da interlocução com as Ciências Sociais e com a Filosofia. Porém, é na década de 1980 que Gramsci aparece com mais força no Serviço Social brasileiro, com papel destacado nas produções e aulas de Carlos Nelson Coutinho.

No entanto, Simionatto (1999, p. 233) conclui que Alba Maria Pinho de Carvalho “é [autora d]o primeiro trabalho no âmbito do Serviço Social brasileiro a buscar apreender o pensamento gramsciano a partir das suas raízes; ele se coloca no debate profissional com uma nova proposta de reflexão no eixo da tradição marxista”. Segundo Simionatto (1999, p. 201),

trata-se “da primeira reconstrução cuidadosa e abrangente do pensamento de Gramsci que recorre às fontes originais”. No fim da década de 1970, o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão era um importante polo de estudos do pensamento gramsciano. Deste grupo faziam parte, além de Alba M. P. de Carvalho, nomes como: Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes, Marina Maciel, dentre outros.

Em sua análise, Netto (2011a) também sinaliza para um *terceiro momento da perspectiva de intensão de ruptura* (a partir de 1985). Neste, o autor afirma que a profissão buscou recuperar as análises da tradição marxista dos momentos anteriores, com o objetivo de subsidiar sua atualidade profissional: “[...] da problemática da formação a campos de intervenção e espaços e políticas de prática” (NETTO, 2011a, p. 269).

Este processamento, não é difícil imaginá-lo, foi atravessado por contrafações que não podem passar sem alusão – em boa medida decorrentes da própria natureza da aproximação incipiente à tradição marxista. A mais evidente delas é o lastro eclético que percorre as formulações significativas desta vertente renovadora: marca presença no empirismo da elaboração belo-horizontina, é flagrável no primeiro patamar do momento de consolidação acadêmica e, consolidada a perspectiva, permanece dando o tom em formulações nas quais a ele se acresce o novo irracionalismo [...]. (NETTO, 2011a, p. 269-270).

Até o presente momento, as asserções de Netto (2011a) são as mais avançadas no que diz respeito à relação entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista. Todo material por nós pesquisado (IAMAMOTO, 1982, 2008, 2012, 2013; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010; SANTOS, 2007; SIMIONATTO, 1999; SILVA, 1991; QUIROGA, 1991, entre outros) confirmou total ou parcialmente as ponderações do referido autor. Entretanto, mesmo sendo uma referência indispensável aos estudos da relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, o livro de Netto (2011a) carece de maior aprofundamento analítico, uma vez que o foco de sua pesquisa era outro.

Numa avaliação *a posteriori*, nossa pesquisa indicou que ainda há lacunas a serem colmatadas. Dentre elas, podemos citar a inexistência de *estudos aprofundados* acerca das ingerências do estruturalismo althusseriano e/ou do maoísmo no Serviço Social e, de modo particular, sobre o “Metodo-BH”; também carecemos de estudos que recuperem as ingerências da tradição marxista na produção de autores como, por exemplo, Vicente de Paula Faleiros. Além disso, observa-se a ausência de estudos sobre a trajetória intelectual de muitos autores do Serviço Social e também sobre a qualidade da retenção que estes detiveram da dialética, dentre outras lacunas. Recuperar a relação entre o Serviço Social e a tradição dialética supõe revisar o movimento real da profissão na história recente do país, mas também trazer à baila as ações e os papéis dos sujeitos que também contribuíram para a construção do Serviço Social brasileiro.

Considerações finais

Sinteticamente, observamos que o Serviço Social brasileiro se aproxima de “insumos” da tradição marxista nos anos 1960. Esse movimento se efetiva pela vinculação de estudantes, profissionais e docentes que de algum modo se conectaram à militância político-partidária, principalmente de origem católica (JUC, JOC, MEB, AP etc), e, mais tarde e em menor medida, junto ao PCB. Contudo, é somente com a emergência da perspectiva de *intenção de ruptura* com o tradicionalismo profissional, no chamado “Método-BH” (de 1972-1975 na UCMG), que se tem uma aproximação *efetiva, sistemática e expressiva* à tradição marxista, o que não passou sem problemas de fundo.

A despeito dos importantíssimos avanços da experiência de BH para o Serviço Social brasileiro, “Não se pode omitir [...] as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional naquele momento” (IAMAMOTO, 2015, p. 238).

Dentre estas, podem ser destacadas: a atualização de marcas messiânicas – ainda que travestidas de uma roupagem politizada de ‘esquerda’ – no trato dos objetivos-fins profissionais; ‘a transformação do homem e da sociedade’ mediada pelos processos de capacitação, conscientização e organização, e inspirados na perspectiva de Paulo Freire, a pedagogia do oprimido. Decorre daí uma visão polarizadora da sociedade dividida entre opressores e oprimidos, alimentada por ingredientes teóricos extraídos do arsenal da vulgarização marxista. (IAMAMOTO, 2015, p. 238).

Nesta experiência, também encontramos “o neopositivismo althusseriano com vieses maoistas, valendo-se mesmo de impositações próprias da dogmática do marxismo-leninismo” (NETTO, 2005, p. 89). A dialética é retida como modelo que se *aplica à realidade* tendo em mira a obtenção da verdade (mas também, e aí sob a forma do *método profissional*, com vistas à própria “transformação social”). Neste passo, os formuladores de BH não percebem que “a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação” (CHASIN, 2009, p. 236).

Como se sabe, o *projeto de ruptura* com o conservadorismo (obstruído em 1975 por vários condicionantes como, por exemplo, o próprio regime autocrático burguês) é recuperado em finais de 1970 sob a lente de inúmeros profissionais, especialmente os ligados à universidade. A partir desta década, vale observar, vários protagonistas da profissão conhecem a produção marxiana/marxista através dos cursos de pós-graduação – dentro e/ou “fora” do Serviço Social.

No entanto, uma pertinente elaboração teórica é divulgada na literatura profissional em 1982. Se a experiência belo-horizontina havia demarcado alguma “*evolução*” frente às parcas aproximações (aos “marxismos”) da década de 1960, e se a recuperação do “seu” *projeto* se punha ao cabo de 1970, diga-se, ainda marcada pelo epistemologismo, um ponto

de corte entre tudo o que existia de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, de fato, efetiva-se com a produção de 1982 de Marilda Villela Iamamoto.

Iamamoto se destaca na categoria profissional dos assistentes sociais efetivamente a partir da publicação da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que contou com a coautoria de Raul de Carvalho. A primeira parte desta produção é constituída por dois dos quatro capítulos da dissertação de mestrado *Legitimidade e crise do Serviço Social*. Nela, a autora analisa “a instituição Serviço Social” como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no quadro maior da produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Na obra supracitada, a produção capitalista é compreendida como produção e reprodução de relações sociais, e não meramente como produção e reprodução de mercadorias. Nas palavras da autora: “Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução espiritual” (IAMAMOTO, 1982, p. 90). A questão central para ela é compreender o Serviço Social inserido no processo de reprodução das relações sociais, além do modo como contribui para a continuidade dessas próprias relações (IAMAMOTO, 1982; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). Para tanto, a autora se ancora em diversos textos de Marx (e de alguns marxistas como Antônio Gramsci e Henri Lefebvre), para pensar a gênese, as funções, o desenvolvimento e as “atualizações” do Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO, 1982). Nesta análise, a autora efetivamente estabelece uma interlocução *cuidadosa* com a literatura marxiana e marxista, de tal modo que esta referência “Constituiu-se em um clássico para a profissão, e a partir dessa obra ampliou-se a literatura do Serviço Social nessa orientação teórico-metodológica” (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de ética do/a assistente social comentado*. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- FALEIROS, V. C. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 24, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. *Legitimidade e crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão*. Piracicaba: USP, 1982.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. In CARDOSO, I. C. C.; MÔNICA, M. J. *Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista*. *Revista Em Pauta*, n.35, v.13, p. 225-247. Rio de Janeiro, UERJ. 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 2010.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 4, 1991.
- _____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, 2005.
- _____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Apresentação. In: IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo, pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. M. M. R. *Aproximação do Serviço Social à tradução marxista: caminhos e descaminhos*. Tese (Doutorado) – São Paulo, PUC-SP, 1991.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

DOI: 10.12957/rep.2018.36694

Recebido em 31 de agosto de 2017.

Aceito para publicação em 26 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Os Direitos Humanos em *Sobre a questão judaica* de Karl Marx

Human rights in Karl Marx's "On the Jewish Question"

Leonardo Moreira dos Santos*

Resumo – O presente artigo busca apresentar brevemente a análise marxiana acerca do papel dos direitos em geral e dos Direitos Humanos em particular, para, a partir daí, elucidar qual o lugar das reflexões contidas na obra *Sobre a questão judaica* (1844), relacionando-as com o conjunto das ideias do autor sobre o referido tema. Por último, faz uma breve análise das possibilidades e limites de interação entre marxismo e Direitos Humanos, além de apontar a atualidade desses temas. A metodologia adotada é a revisão de literatura com base em pesquisa sobre a temática. **Palavras-chave:** Direitos Humanos; Sobre a Questão Judaica; Karl Marx.

Abstract: This article aims to present briefly the Marxian analysis of the role of rights in general, and of human rights in particular, to then elucidate the place of reflections contained in the essay "On the Jewish Question" (1844), relating them to the set of the author's ideas on the subject. Finally, it analyses in passing the possibilities and limits of interaction between Marxism and human rights, besides pointing out the relevance of these themes. The methodology used is literature review based on research on the theme.

Keywords: human rights; On the Jewish Question; Karl Marx.

* Assistente Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. *Correspondência:* Rua Coronel Antônio Eufrasio, 165, Centro – Ipueiras – CE. CEP: 62230-000. Email: <leonardo.ms@hotmail.com>.

Introdução

Existe, ao longo da obra dos “clássicos do marxismo” – Karl Marx e Friedrich Engels –, uma profunda crítica aos Direitos Humanos. Contudo, é importante observar que, para esses autores,

[...] a crítica do pensamento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos*, e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. (NETTO, 2011, p. 18 – grifos no original).

Ora, tal definição de crítica é bastante precisa para exemplificar o trato de Marx e Engels ao tema em questão. Segundo Trindade (2010), há entre o marxismo e a concepção de Direitos Humanos – calcada no pensamento liberal – contradições filosóficas insuperáveis; entretanto, é notória a relação estreita entre a tradição inaugurada por Marx e diversas pautas que foram e são identificadas dos Direitos Humanos. Então, em que consiste a crítica do marxismo aos Direitos Humanos?

O presente artigo busca “por meio de revisão de literatura, tendo por base pesquisa bibliográfica sobre a temática” elucidar tal questionamento. Em geral, tem-se por referência o ensaio *Sobre a questão judaica* para aludir a respeito da temática dos Direitos Humanos em Marx. Por isso, pretende-se avaliar o lugar desse ensaio na ampla obra marxiana, focando no tema em questão.

1 Os princípios liberais que embasam os Direitos Humanos

O liberalismo tem seu surgimento na Europa, em meados do século XVII, e seu apogeu no século XIX. Seus pressupostos até os dias atuais são o sustentáculo ideológico do capitalismo. Do liberalismo derivaram várias correntes distintas, seja por conta de divergências adjetivas entre os autores, seja para dar respostas às particularidades sociais, políticas, econômicas e históricas.

Há certo consenso entre os estudiosos da temática de que a ideia de indivíduo, da forma como a conhecemos na atualidade, é algo recente na história da humanidade. O pensamento iluminista – a retomada do antropocentrismo, do historicismo, do humanismo e da racionalidade – teve papel fundamental nesse processo, que supressumiu o pensamento feudal, marcado pela influência religiosa.

Não se trata de uma coincidência o fato de que até os dias atuais os herdeiros do liberalismo sustentam que esse pensamento é a defesa dos direitos individuais contra as ditas “tirantias coletivistas”. Partindo dessa concepção, “O indivíduo e seu bem-estar constituem o ponto de partida de

todas as deliberações e o objetivo de toda política. A partir desse ponto pode-se empreender a construção do Estado e da sociedade” (KUHN, 1979, p. 253).

Os principais autores do período iluminista pensavam as grandes questões de seu tempo com uma necessidade imperiosa de apoiar suas teorias em pressupostos sobre a natureza humana. “O credo psicológico dos ideólogos do liberalismo clássico baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é *egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista*” (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 63-64 “grifos nossos).

Para alguns dos autores iluministas, o homem é naturalmente *egoísta*; para outros, torna-se *egoísta* no convívio em sociedade. O caso é que a organização racional da sociedade por parte do Estado e a importância das trocas mercantis através do mercado se encaixam muito bem nessa visão de mundo.

A razão humana tem espaço privilegiado entre os pensadores iluministas. Por mais que se atribuisse ao ser humano características variadas – como o egoísmo acima exemplificado –, o uso da razão nas suas ações têm caráter privilegiado nessas análises. “Lembre-se que ser ‘liberal’, no aspecto intelectual, não significava de modo algum ‘mostrar-se tolerante frente a todas as convicções, mas, pelo contrário, mostrar-se intolerante frente a todo juízo não baseado na razão’” (KUHN, 1979, p. 251). Daí deriva a constatação de que os homens tomam as decisões mais importantes da vida em sociedade de forma *fria e calculista*, buscando ao máximo o prazer e fugindo sempre da dor.

Referindo-se à ideia de que os homens buscam sempre o prazer e fogem da dor, as teorias iluministas têm como ponto de apoio a constatação de que os homens são *essencialmente inertes*. Isso porque são a busca pelo prazer e a fuga da dor que os fazem se movimentar. “A consequência prática dessa doutrina (ou a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos” (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 65).

O quarto aspecto apontado, o *atomismo*, é facilmente perceptível na perspectiva iluminista. A sociedade – que no feudalismo se sobrepunha como uma força natural aos indivíduos – passa a ser colocada em segundo plano, como criação dos indivíduos, por conta da necessidade de sobrevivência, e não como algo natural.

O interesse do conjunto resulta logicamente da soma dos interesses particulares. Assim, a sociedade é apenas um produto secundário, e o Estado só tem razão de existir enquanto protege a liberdade do indivíduo. (KUHN, 1979, p. 254).

2 A crítica aos Direitos Humanos e ao seu caráter liberal nas obras de Marx

Tem-se no método desenvolvido por Marx e Engels, por ser materialista e histórico, uma negação dos pressupostos liberais que embasam a formulação dos Direitos Humanos, tanto a ideia do ser humano individual como fundante da sociedade, que Marx (2013a) designou como “robisonadas” – referência à obra literária *Robison Crusoe*, de Defoe –, quanto a ideia dos “direitos naturais”, da existência de direitos inatos ao homem, de forma a-histórica.

Assim, não há conciliação possível entre, por um lado, conceber o homem como um ser em auto-construção interminável, auto-construção condicionada social historicamente, inserido numa sociedade cortada por interesses antagônicos, cuja marca é a exploração dos trabalhadores; e, por outro lado, conceber o homem como um ser abstrato e individualmente considerado, conformado por uma natureza invariável e portador, desde sempre, de ‘direitos’ inatos e não-históricos. Como não há conciliação possível entre a perspectiva da transformação social em direção a uma sociedade sem classes e, ao mesmo tempo, contemporizar com a apropriação privada capitalista dos meios sociais de produção. Portanto, seja por seus pressupostos filosóficos, seja por seus propósitos sociais e históricos, direitos humanos e marxismo nasceram de costas um ao outro. (TRINDADE, 2010, p. 220).

Porém, a crítica marxiana aos Direitos Humanos não para numa disputa puramente teórica ou escolástica; ela tem desdobramentos que vão até o entendimento do que são o Estado e os direitos. Para Marx, na sucinta explicação de Tonet (s/d, p. 5).

A desigualdade social é, portanto, o solo matrizador do direito. Vale dizer, o direito regula a atividade social no interior de uma sociabilidade fundada na desigualdade social sem, em nenhum momento, atingir a raiz dessa desigualdade. Assim como a política, o direito é expressão e condição de reprodução da desigualdade social.

Esse entendimento leva Marx à elaboração de um programa político revolucionário e consequentemente à negação do reformismo e de saídas utópicas para as desigualdades sociais, bem como do pauperismo reinante em seu tempo. A partir da sua crítica à economia política – demonstrada de forma mais completa na principal obra, *O Capital* –, Marx estabelece o estudo sobre o surgimento, o desenvolvimento, a estrutura e os limites do modo de produção capitalista, tendo por objeto de análise a forma de produção e reprodução da vida em sociedade. Afinal, “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e *intelectual*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p. 47 “grifo nosso).

A partir dessas considerações, Marx (2008) critica a ideia liberal de que as leis fundam a sociedade, tão cara aos liberais iluministas e ainda mais usada pela burguesia, já como classe dominante, na sua decadência ideológica. Na sua demonstração de como funciona a sociedade capitalista, Marx (2013a) chega ao fundamento do direito, qual seja: uma das peculiaridades do modo de produção capitalista é a necessidade da liberdade e igualdade *de mercado*.

[...] a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mutua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. (MARX, 2013a, p. 242).

Trata-se de liberdade de trocas mercantis, mas, para o trabalhador, essa liberdade tem um duplo sentido.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2013a, p. 244).

É da hegemonia do mercado no capitalismo mercantilista que surge a possibilidade e a necessidade do direito. O direito em geral se funda no direito à liberdade, igualdade e propriedade no âmbito da circulação de mercadorias e, sobretudo, no âmbito da compra e venda da força de trabalho. Essa é única mercadoria que possibilita a criação de valor na produção, e que, portanto, é condição *sine qua non* do desenvolvimento do capital, valor que se autovaloriza. Ou seja, o direito privado é fundante do direito, e esse é contemporâneo ao modo de produção capitalista.

O direito de compra e venda, como forma seminal de direito, inaugura também uma contradição que vai se estender a outras áreas do direito. Na compra da única mercadoria que pode gerar mais-valia, a força de trabalho, o capitalista também tem que pagar o valor dessa mercadoria, que é a quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua reprodução. Ora, mas qual é o valor dessa reprodução da força de trabalho? Esse valor é determinado socialmente, a partir das determinações socioespaciais, históricas e das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. Essa luta vai se expressar também na conquista de direitos.

[...] a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado. (MARX, 2013a, p. 244).

Marx (2013a), nessa reflexão sobre a força de trabalho como mercadoria, descobre o fundamento do direito capitalista e chega à análise da contradição inerente a esse direito, que, no âmbito da circulação, concretiza os Direitos Humanos fundamentais. Porém, no âmbito privado – oculto, como denomina Marx (2013a) –, efetiva a exploração inerente a esse modo de produção.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujo limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade [...] Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiança e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfola. (MARX, 2013a, p. 250-251).

É da formalidade das trocas mercantis que surge a visão de igualdade, liberdade e propriedade que a burguesia consolida nas suas declarações políticas do século XVIII. Contudo, como demonstra Marx (2013a) na citação acima, a sociedade burguesa vai muito além das formalidades das trocas mercantis e as conquistas marcadas nas leis não se espalham para todos os âmbitos da sociedade, como nem poderiam, numa sociedade dividida em classes antagônicas.

Malgrado todo o antagonismo entre a concepção liberal que funda os Direitos Humanos e o pensamento de Marx, observa-se que o marxismo, na célebre frase de Lenin, é a análise concreta de situações concretas. Assim, observando as pautas políticas e sociais dos defensores dos Direitos Humanos na atualidade, é de saltar aos olhos a semelhança ou mesmo interseção com pautas de agrupamentos de esquerda que têm alguma referência marxista. Não se trata de uma contradição de Marx ou de seus seguidores; as

pautas dos Direitos Humanos, ao longo dos últimos séculos, foram na sua grande maioria largadas pela burguesia e apropriadas pelos trabalhadores, que em muitos casos alargaram as demandas originais da burguesia revolucionária oitocentista (sufrágio universal e feminino; salários iguais para as mulheres; abolicionismo e anticolonialismo; redução da jornada de trabalho; dentre tantos outros exemplos possíveis de pautas que perpassam os Direitos Humanos hoje e que foram defendidas não pela burguesia liberal, mas pelos movimentos de trabalhadores contra a burguesia decadente).

Qualquer tentativa de atribuir, *a priori*, ao direito a função exclusiva de atendimento dos interesses das classes dominantes redundará numa visão economicista e determinista. Da mesma forma, a crença no ideário de que está exclusivamente no campo do direito a solução dos conflitos sociais e das formas de exploração e de opressão, além de um equívoco teórico-prático, resulta numa concepção politicista que autonomiza a política e o direito das determinações societárias. (SANTOS, 2014, p. 86).

Fica nítido, pelo exposto até aqui, que não há na teoria e na perspectiva política fundada por Marx uma negação absoluta das pautas ligadas aos Direitos Humanos. Contudo, há o apontamento de limites e, sobretudo, dos interesses de classe da linha política e teórica que o baliza, a saber, o liberalismo.

3 A questão judaica

Para o objetivo do presente texto faz-se necessário evidenciar que a trajetória teórica de Marx chegou à maturidade como auge de uma caminhada longa e rica, que se inicia com o interesse do autor por questões sociopolíticas concernentes ao Direito e ao Estado. Muitas hipóteses e afirmações foram deixadas de lado, negadas ou modificadas. A tarefa do presente trabalho é localizar, no bojo da obra marxiana, que lugar cabe ao texto *Sobre a questão judaica* (1844) nas reflexões acerca dos Direitos Humanos.

3.1 Contextualização histórica

O artigo *Sobre a questão judaica*, de Karl Marx (2010), foi publicado no ano de 1844, numa revista de edição única, intitulada *Anais Franco-Alemães*. Essa revista contou com várias outras colaborações de autores diversos, dentre eles Friedrich Engels, com quem Marx logo em seguida se encontrou, e a partir daí formou uma parceria que durou por toda sua vida.

Os *Anais Franco-Alemães* (assim intitulados com o objetivo de burlar a censura prussiana) estamparam dois ensaios de Marx: ‘Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução’ e ‘Sobre a questão judaica’. Ambos

marcam a virada de perspectiva, que constituiu na transição do liberalismo burguês ao comunismo. (GORENDER, 2013, p. 18).

Em relação a esta obra, não estamos ainda tratando de Karl Marx de *O Capital*, ou mesmo daquele que, em parceria com Engels, escreveu o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) (1864-1876). Falamos de um jovem autor de 25 anos, saído há poucos anos da universidade, onde não pôde seguir carreira acadêmica por fazer parte de um grupo de jovens filósofos que tecia críticas ao governo prussiano absolutista.

Dois anos antes do lançamento dos *Anais*, Marx começa a trabalhar no jornal *Gazeta Renana*, periódico da fraca burguesia de Colônia, e em pouco tempo vira redator. Nesse período, aprofunda suas inquietações teóricas e políticas quando, a partir do seu trabalho, entra em contato com a luta dos camponeses que começam a perder direitos consuetudinários e se posiciona a favor desses. O jornal é fechado em 1843 pelo Estado Prussiano, e Marx então deixa a Alemanha. Sobre a Alemanha desse período, nas palavras de Celso Frederico (2010, p. 9),

[...] permanecia estagnada no feudalismo e sofrendo o despotismo de uma monarquia que impunha uma feroz censura à imprensa e proibia o debate político. A burguesia era uma classe frágil, incapaz de realizar a sua revolução, e o proletariado, uma classe incipiente, ensaiava seus primeiros movimentos.

Esse caráter anacrônico da sociedade alemã teve como resultado paradoxal o espantoso desenvolvimento da filosofia. Impedidos de fazer política, de agir, os intelectuais refugiaram-se na especulação filosófica.

Marx então parte para a França, onde terá contato mais próximo com o movimento operário, as ideias socialistas e a economia política. Daí percebemos a importância desse momento para a inflexão teórica deste autor. Esse período da produção marxiana (1843-1844) Celso Frederico (2009) denomina de “as origens da ontologia do ser social”.

3.2 Contextualização teórica

Marx (2011, p. 25), no início de *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1852), nos diz que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob a qual ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”. Tal afirmação “cai como uma luva” para iniciar a contextualização teórica de *Sobre a questão judaica*. O jovem autor estava inquieto com questões políticas de seu país e de seu tempo; ao mesmo tempo, era herdeiro de uma longa e rica tradição filosófica. Foi desses instrumentos filosóficos, transmitidos pelo passado, que Marx primeiro se valeu para analisar as questões de seu tempo, questões essas que lhe serviram de

base para também realizar a crítica desses instrumentos filosóficos que herdou.

O fio vermelho que atravessa a trajetória de Marx nesses dois anos decisivos de sua vida intelectual [1843 e 1844] conduz a um emaranhado teórico composto de uma mescla de continuidade e ruptura com relação ao pensamento de Hegel e Feuerbach, bem como de tentativas do autor de desembaraçar-se dessas influências e propor o esboço de uma teoria nova e absolutamente original. (FREDERICO, 2009, p. 11).

O autor por nós estudado insere-se num conturbado momento da filosofia alemã, no qual ainda permanece imponente o peso da obra de Hegel. A nova geração se divide entre os hegelianos de direita e de esquerda. Os primeiros valorizam o *sistema* de Hegel para justificar a realidade como ela é: o Estado absolutista prussiano, afinal, *o real é racional*. Já os jovens hegelianos de esquerda apegam-se ao método dialético para explicar a necessidade de superação do atual estado das coisas, ou seja, superação da natureza irracional das coisas como estavam dadas. Afirmavam, assim, que *o racional é real* e que, portanto, o movimento da *Ideia* precisa superar o presente na busca pela plena racionalidade.

No prefácio da [...] Filosofia do Direito [de Hegel], encontra-se também a famosa e controversa frase: ‘o racional é real; o real é racional’. Tal formulação, obscura e enigmática, tornou-se logo um dos pontos-chaves da polêmica entre os herdeiros da filosofia hegeliana interessados em estabelecer, de uma vez por todas, o seu verdadeiro significado.

A direita hegeliana priorizou o segundo momento da frase [...]. Os jovens contestadores, por sua vez, preferiram enfatizar o racional para contrapor-lo às mazelas da realidade. (FREDERICO, 2009, p. 21).

Marx encontra-se entre a pluralidade de intelectuais desse segundo grupo. É esse grupo que advoga a superação da realidade dada, mas também é nítido que essa superação se dá no campo da *Ideia*, da verdadeira filosofia. Ainda não se trata daquele Marx que viria a afirmar que a luta de classes é o motor da história, mas com certeza aquele não se faria sem o caminhar que teve início nos anos de 1843-1844.

Dentre os jovens hegelianos de esquerda, tem-se outro autor que irá influenciar significativamente este período da obra marxiana, Feuerbach. A teoria da alienação de Ludwig Feuerbach será a chave heurística de leitura da realidade para Karl Marx em 1843, ano em que escreve a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (também conhecido como *Manuscritos de Kreuznach*) e *Sobre a questão judaica*. Nesse mesmo período (início de 1844), Marx ainda escreve *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, que também é publicado nos *Anais Fancro-Alemães* e, como o próprio nome diz, deveria ser a introdução de *Manuscritos de Kreuznach*, feitos no ano anterior e que seriam transformados em livro, projeto nunca concluído.

Marx (2013b), nesse momento, critica as categorias de Ideia e Estado em Hegel, tratando as duas como uma unidade e classificando-as como a essência alienada da sociedade civil. Por sua vez, Feuerbach utiliza a categoria *alienação* para analisar única e exclusivamente a religião; porém, nosso jovem autor está então alargando os horizontes da teoria da alienação em Feuerbach. Segundo Gorender (2013, p. 19),

[...] o procedimento analítico e a formulação literária dessas ideias mostravam que o autor ainda não adquirira ferramentas discursivas e linguagem expositiva próprias, tomando-as de Hegel e de Feuerbach. Do primeiro, os giros dialéticos e a concepção teleológica da história humana. Do segundo, o humanismo naturalista. A novidade residia na introdução de um terceiro componente, que seria o fator mais dinâmico da evolução do pensamento do autor: a ideia do comunismo e do papel do proletariado na luta de classes.

Nesse período, o mais exemplar da essência do pensamento de Marx e do seu avanço em relação aos demais filósofos da esquerda hegeliana, inclusive Feuerbach, é a sua convicção de que as condições de vida e os problemas encontrados na sociedade alemã – mas não só nela – devem ser explicados a partir da organização da própria sociedade, e não no âmbito da religião ou da filosofia, que apenas seriam expressão desses problemas.

Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica. [...] A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião. [...] A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política. (MARX, 2013b, p. 151-152).

É importante constatar que a crítica do idealismo e a busca de uma filosofia materialista – que nesse momento ainda se confunde com o empirismo, não conseguindo fugir de todo do idealismo –, iniciadas nessas obras, vão continuar nos avanços do jovem alemão. A necessidade de transformar a crítica do céu na crítica da terra permaneceria.

Em *Manuscritos de Kreuznach* e em *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx (2013b) rompe com dois aspectos centrais do idealismo reinante na filosofia alemã de sua época: por um lado, deixa de lado a ideia de que todas as grandes questões são derivações da alienação religiosa; por outro, já aponta o proletariado como sujeito histórico das grandes mudanças necessárias.

Há elementos de continuidade nos textos dos *Anais* em relação às obras posteriores de Marx: a defesa da transformação revolucionária da sociedade; o entendimento do proletariado como sujeito histórico dessa re-

volução; os limites do Estado burguês; e a necessidade da emancipação humana, mesmo nos países que, naquele período, já haviam conquistado os direitos oriundos das revoluções burguesas. Por fim, a análise do papel da teoria na luta pela transformação da sociedade ganha, nesses textos, um caráter extremamente original e profundo, análise essa que em sua essência permanecerá nos escritos maduros do autor.

Arma da crítica e crítica das armas, força material e teoria radical convertida em força material – esta inovadora interação entre luta teórica e combate prático avançava na completa contramão do idealismo, para o qual bastaria contrapor ideia a ideia. (TRINDADE, 2010, p. 49).

Mas é no ensaio *Sobre a questão judaica* que há uma análise mais detalhada sobre os direitos. Por conta disso, nos deteremos um pouco mais nesse texto.

3.3 Sobre a questão judaica e os Direitos Humanos

Sobre a questão judaica parte de uma questão política objetiva daquele período, qual seja: a luta do povo judeu para que o Estado alemão, oficialmente cristão, reconhecesse seus direitos políticos. O jovem Marx, nessa obra, trava um diálogo crítico com alguns trabalhos de outro filósofo alemão, chamado Bruno Bauer. Bauer vinha defendendo em suas críticas filosóficas à religião – tema fortemente tratado pela filosofia alemã de sua época – a urgente necessidade dos homens de se livrarem do jugo da religião para, assim, alcançarem a emancipação humana. Disso o jovem Bruno Bauer derivava que a luta dos judeus por direitos frente ao Estado Alemão era infrutífera, visto que ao fim a necessidade de emancipação dizia respeito à luta contra um estado cristão e, como humanos, à luta contra a religião como um todo. Marx (2010) se contrapôs veementemente a essa posição, apontando na primeira parte de seu artigo a necessidade de remover esse debate do âmbito da teologia para o da política.

Sua argumentação explorará a diferença crucial entre emancipação política e emancipação humana. Para ele,

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de uma emancipação real, de emancipação prática. (MARX, 2010, p. 41).

Ou seja, diferente de Bauer, Marx (2010) acredita que a conquista política dos judeus não só era possível, como também era “um grande progresso”, assim como a separação entre Estado e religião, ou, nos termos atuais, a conquista da laicidade do Estado.

Desenvolvendo seu argumento de que há diferenciação entre emancipação política e humana, Marx (2010) demonstra o abismo entre o *homme*, inserido na sociedade burguesa, e o *citoyen*, que é esse homem frente ao Estado, como cidadão de direitos. Observe-se que os Direitos Humanos, nesse período, restringiam-se aos direitos civis e políticos, e mesmo esses eram bastante restritos, comparando-se com as conquistas das lutas dos trabalhadores nos últimos 170 anos.

Nosso autor utiliza-se da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791 – a mais avançada das declarações promulgadas durante a Revolução Francesa (1789-1799) –, para comprovar que consignas como liberdade, igualdade e segurança, na prática, tornam-se o direito à propriedade privada dentro da sociedade burguesa. Ou seja, quando o Estado declara todos os *citoyen* iguais perante a lei, ele na verdade legitima e fortalece as diferenças existentes no interior da sociedade burguesa.

O estado anula a sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, 2010, p. 40).

Ora, ao mesmo tempo em que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão aponta uma divisão real existente na realidade (o *homme* e o *citoyen*), ela opera no sentido de reafirmar que as desigualdades sociais do âmbito privado não são danosas à ideia de igualdade trazidas pelo capitalismo. Marx (2010) desmistifica, nessa obra, o caráter a-histórico que até então reinava na avaliação dos Direitos Humanos, apesar de ainda faltarem muitos elementos da sua crítica da economia política.

Na segunda parte de *Sobre a questão judaica*, nosso autor demonstra o porquê de o judaísmo ter sobrevivido durante séculos, apesar da perseguição do cristianismo e dos Estados nacionais legalmente cristãos. Marx (2010) encontrará, na cultura de comércio dos judeus, a explicação para que o judaísmo persistisse. Em suas próprias palavras: “O judaísmo não se conservou apesar da história, e sim através da história. É das suas próprias entranhas que a sociedade burguesa gera continuamente o judeu” (MARX, 2010, p. 56).

Marx (2010) começa, nesse momento, a superar a crítica filosófica à religião dos seus compatriotas e a iniciar a crítica da sociedade burguesa, ainda que com as limitações apontadas acima. O autor afirma que a emancipação humana não passa apenas pela emancipação da religião, mas

também pela emancipação do egoísmo da sociedade burguesa. “A emancipação em relação ao negócio e ao dinheiro, portanto, em relação ao judaísmo prático, real, seria a autoemancipação da nossa época” (MARX, 2010, p. 56).

Citações como essa têm levado a deturpações grosseiras das ideias de Marx, chegando a classificá-lo como antissemita ou precursor do antissemitismo. Contudo, o termo judaísmo significando a prática do comércio e da usura era amplamente usado pelos contemporâneos de Marx. Além disso, uma leitura honesta e historicamente situada dessa obra levam à conclusão de que Marx, diferente de Bruno Bauer e de outros filósofos do período, colocava-se entusiasticamente favorável às demandas dos judeus por direitos políticos frente ao Estado.

Os demais instrumentos teóricos que possibilitaram a compreensão da raiz dessa questão, sobretudo da economia política e da perspectiva da revolução socialista, ainda não estavam à sua disposição quando artigo referido foi redigido.

[...] apesar desses tantos passos à frente, e das janelas que abre para avanços teóricos posteriores, a crítica levada a cabo nesse texto ainda não apreende uma específica correlação, que mais tarde Marx reconheceria como necessária, qual seja, entre os direitos humanos e as formas concretas assumidas pelas relações econômicas no capitalismo. Mas o caminho até chegar a isso já não seria mais tão longo. (TRINDADE, 2010, p. 57).

Contudo, já nessa obra há passos importantes na compreensão das potencialidades e dos limites de ordem prática dos direitos conquistados na revolução burguesa.

Marx desvela a insuficiência da emancipação política e de tais direitos, por necessariamente limitarem-se às fronteiras dos interesses burgueses, ou melhor, por serem apropriados à conservação desses interesses na sociedade civil (os direitos humanos) e, por decorrência, no Estado (a emancipação política). A emancipação ‘humana’, mais do que mera negação, aponta para a superação dialética, tanto da sociedade civil, porque fundada no interesse privado e na desigualdade real, quanto do Estado, seu correlato político/público entronizador de uma igualdade meramente imaginária. (TRINDADE, 2010, p. 56-57).

4 A atualidade da luta pela emancipação humana

Contudo, qual interesse pode guardar esta obra, lançada há mais de 170 anos, além do estudo da história ou da bibliografia do seu autor? A temática de fundo continua extremamente atual e sua leitura ainda é de grande auxílio para a compreensão das possibilidades e limites da conquista de direitos na sociedade capitalista.

O tempo nos mostra, sobretudo, que o Estado próprio da revolução burguesa não é uma conquista intocável. Temos visto, ao longo do desenvolvimento e das mutações do capitalismo, vários direitos oriundos do ideário ilustrado sendo distorcidos ou mesmo retirados – peguemos aqui a implantação de ditaduras, rompendo com o tão aclamado “Estado democrático de direito” sempre que necessário para a burguesia, só pra usar um exemplo mais explícito desse processo –, de acordo com os interesses do capital na sua busca incessante por valorização ampliada.

Outra lição da história, que confirma, inclusive, uma das principais afirmações de Marx, é sobre a impossibilidade de conciliação entre capital e trabalho. Na atualidade, estamos acompanhando os países que durante o século XX conquistaram um “Estado de Bem-Estar social” – através, dentre outros fatores, da adesão reformista da maioria das entidades dos trabalhadores desses países – agora tendo políticas estatais de retirada de direitos e austeridade fiscal. Nos demais países, temos a intensificação da exploração e da expropriação. São medidas que buscam atenuar a crise estrutural do capital e transferir seus ônus para os “ombros” dos trabalhadores.

Tornou-se anacrônico o tempo da inocência sobre o intenso processo de mercantilização e desvalorização da vida que o capitalismo tem submetido a humanidade. Não é mais possível ignorar as determinações que emanam da sociabilidade do capital, de seu modo sem limites de expansão e acumulação que acarreta, dentre outras situações, desemprego, violência, fome, destruição socioambiental, negação e/ou insuficiência no atendimento das necessidades humanas em relação ao acesso à saúde, previdência e assistência social, educação, cultura, transporte e lazer. E também é necessário destacar que essas determinações atingem a dimensão subjetiva dos indivíduos com a reprodução de desvalores que tornam os ambientes de trabalho, formação profissional e militância, bem como as relações afetivo-sexuais, familiares e de amizade profundamente permeadas por individualismo, competitividade e violência. (SANTOS, 2014, p. 97-98).

Aqueles que lutam pela emancipação humana (superação revolucionária do capitalismo ou socialismo/comunismo) não podem ficar presos à luta por emancipação política. Elas não são sinônimas e nem a última leva necessariamente à primeira. Ou, pior, a crise capitalista faz com que o Estado burguês retire direitos que determinam essa emancipação política.

O marxismo e os militantes e organizações voltadas para a superação do capitalismo precisam dialogar, inserir no seu programa e nas suas formulações táticas quase todas as pautas que hoje constituem os chamados Direitos Humanos. Isso porque são pautas que se colocam na contramão da barbárie à qual a crise estrutural do capital nos leva.

Contudo, é inerente à perspectiva de Direitos Humanos a defesa da inviolabilidade da propriedade privada e o horizonte do capitalismo como a última forma possível de organização da vida humana.

[...] é necessário reconhecer que, apesar da sua relevância, os DH [direitos humanos] não conseguem controlar o capital na sua sede implacável de expansão e fúria por acumulação. O horizonte teórico-ético-político que orienta a luta de resistência é o da conquista da igualdade substantiva na vida real. O ordenamento jurídico-político, não tendo condições de garantir a igualdade substantiva, entra em contradição com a universalização e efetivação dos direitos na vida concreta da sociedade. É necessário, portanto, ir além dos DH e é nesse sentido que se constituem necessidade e limite na sociedade capitalista. (SANTOS, 2014, p. 100).

Dessa forma, a superação dialética, a supressão desses Direitos Humanos e a necessidade da afirmação do marxismo e da revolução social ainda permanecem atuais e imprescindíveis. É através desse referencial teórico que encontramos a necessidade de formulação de um programa que vise à superação da sociabilidade do capital, e é só nessa perspectiva de atuação que a conquista das pautas dos Direitos Humanos, da igualdade substantiva, se torna viável.

Referências

FREDERICO, C. *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Nas trilhas da emancipação. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes, 2013.

KUHNH, R. O modelo liberal de exercício do poder, em F. H. Cardoso e C. E. Martins (Org.). *Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, 1979.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, S. M. de M. dos. Direitos humanos: necessidade e limites na sociabilidade do capital. In: PAIVA, I. L. de. *Direitos humanos e práxis: experiências do CRDH-RN*. Natal: EDUFRN, 2014.

TONET, I. *Para além dos direitos humanos*. s/d. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Para_alem_dos_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

TRINDADE, J. D. de L. *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

DOI: 10.12957/rep.2018.36697

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 11 de maio de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Marx, Engels et les écrivains romantiques*

Marx, Engels e os escritores românticos
Marx, Engels and romantic writers

Robert Sayre**

Michael Löwy***

Résumé – Cet essai est idéal pour certains dialogues entre la pensée de Marx et Engels avec le romantisme et certains auteurs romantiques.

Mots clés: Littérature romantique à Marx et Engels; Romantisme; critique marxiste.

Resumo – Este ensaio sugere alguns diálogos entre o pensamento de Marx e Engels com o romantismo e alguns escritores românticos.

Palavras-chave: Literatura romântica em Marx e Engels; Romantismo; crítica marxista.

Abstract – This essay is ideal for some dialogues between the thought of Marx and Engels with romanticism and some romantic writers.

Keywords: Romantic literature in Marx and Engels; Romanticism; Marxist criticism.

* Artigo publicado originalmente na revista EM TESE, Belo Horizonte, v.19, n.2, p.11-24, ago./out. 2013. Informamos aos leitores que optamos por manter o texto e a normalização originais. Por este motivo o presente artigo não obedece às Normas estabelecidas pela Revista Em Pauta.

**Professor de Literaturas Anglófonas na Université Paris-Est Marne-la-Vallée.

***Diretor de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

Marx et Engels contre le romantisme?

Il existe toute une littérature, notamment d'inspiration stalinienne, qui tend à présenter les auteurs du *Manifeste du parti communiste* comme des adversaires du romantisme, rejetant en bloc ce courant culturel en tant que "réactionnaire". Un exemple typique est l'ouvrage publié en 1936 par Jean Fréville aux Editions Sociales Internationales, qui reste jusqu'aujourd'hui le seul recueil en langue française de textes par Marx et Engels concernant la littérature et l'art.¹ Dans son introduction, Fréville, qui cite avec entrain la définition des écrivains par Staline comme "les ingénieurs de l'âme", reconnaît tout de même que le romantisme n'est pas une simple réaction contre l'art classique, mais "la protestation désespérée qu'élèvent, contre le capitalisme, à la fois la noblesse dépossédée et la petite bourgeoisie radicale".² Cependant, le chapitre consacré au romantisme dans ce recueil de citations est simplement intitulé "Contre le romantisme"! En fait, plusieurs des textes cités – par exemple ceux d'Engels sur Carlyle – sont loin de tomber dans un rejet aussi simpliste. Un autre, intitulé par Fréville "Les méfaits du romantisme", ne concerne ni la littérature ni l'art, mais certains députés conservateurs de la Diète Rhénane. Un passage dans un article par Engels critique les "enragés mangeurs de français", mais le mot "romantisme" est absent. Enfin, le passage qui reçoit de Fréville le titre "Le romantisme réactionnaire" est celui d'une lettre de Marx à Engels que nous allons analyser plus bas, où le mot "réactionnaire" ne figure pas: il est simplement question de deux "réactions" aux Lumières, la romantique et la socialiste.

En réalité, la position de Marx et Engels au sujet du romantisme est beaucoup plus nuancée et, surtout, plus *dialectique* que cette version caricaturale, sans doute inspirée par l'idéologie du progrès d'origine positiviste, qui a laissé son empreinte sur de larges pans de la culture de gauche en France.

Qu'est-ce que le romantisme?

Avant d'aborder la question de l'attitude de Marx et Engels envers le romantisme, et, dans un deuxième temps, envers les écrivains romantiques, il est important de définir ce que nous entendons par le terme même. Nous prendrons comme point de référence ici une conception substantive du phénomène romantique, qui part de certaines suggestions de Marx et Engels sans nécessairement adopter leur terminologie pour décrire tel ou tel auteur.

¹ K. Marx, F. Engels, *Sur la littérature et l'art* éd. Jean Fréville, Paris, ESI, 1936. Un recueil en anglais, d'inspiration très différente, a paru plus récemment: *Marx and Engels on Literature and Art*, eds. L. Baxandall et S. Morawski, St. Louis et Milwaukee, Telos Press, 1973.

² K. Marx, F. Engels, *Sur la littérature et l'art*, Introduction, p. 10.

Selon cette conception – que nous avons tenté d’élaborer et d’illustrer ailleurs³ – le romantisme ne se limite ni à des mouvements littéraires et artistiques, ni à la période du début du XIXe siècle qui est souvent considérée comme “l’époque romantique”, pendant laquelle se développaient des courants et écoles communément appelés romantiques. À notre sens, ces mouvements s’insèrent dans une tendance culturelle bien plus vaste qui est liée à une mutation socio-historique fondamentale de grande envergure: l’avènement – progressivement au niveau mondial – d’une société régie de fond en comble par le marché, et dans laquelle les diverses valeurs qualitatives des sociétés “traditionnelles” qui l’avaient précédée sont remplacées par la seule valeur quantitative de l’argent.

C’est cette société capitaliste – d’un type sans précédent – qui va susciter des réactions de protestation ou de refus, exprimées dans de très divers domaines culturels – la philosophie politique, le droit, l’histoire, etc., aussi bien que la littérature et l’art – *au nom des valeurs qualitatives perdues du passé*. C’est cette révolte culturelle et multiforme – empreinte de nostalgie pour certains idéaux du passé, sans nécessairement vouloir restaurer des formations sociales révolues – qui constitue pour nous le romantisme. Née vers le milieu du XVIIIe siècle en même temps que le capitalisme se construit et s’impose en Angleterre et en Europe, elle perdure jusqu’à nos jours, puisque, malgré d’importantes transformations de ses modalités, le système socio-économique contre lequel elle s’élève persiste et fait sentir ses conséquences de plus en plus universellement.

Pendant cette longue durée de la modernité capitaliste, tous les intellectuels, artistes et écrivains ne sont pas “romantiques” selon cette conception, loin s’en faut. Il y a, d’une part, ceux qui acceptent globalement le *statu quo* de la société moderne; mais aussi, parmi ceux qui contestent l’ordre capitaliste, certains le font au nom de la modernité elle-même, ou de certaines valeurs – la raison, la science, l’individu – devenues hégémoniques dans la modernité. Pour que l’on puisse parler de vision ou de perspective romantique, il faut que la critique anti-capitaliste se fasse en s’inspirant d’une certaine idée du passé, au nom de ce qu’incarnait un certain passé, même si on ne souhaite pas sa reconstitution tel quel.

Marx, Engels et le romantisme

Certes, Marx et Engels, héritiers critiques des Lumières, n’étaient pas des romantiques à part entière selon cette définition. Cependant, la critique romantique de la civilisation capitaliste – développée par des penseurs politi-

³ Voir notamment notre *Révolte et mélancolie: le romantisme à contre-courant de la modernité*, Paris, Payot, 1992, ainsi que le numéro de la revue *Europe* consacré au “Romantisme révolutionnaire”. (Publicado no Brasil, em 2015, pela Boitempo Editora, sob o título “Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade” [N. E. Revista Em Pauta]).

ques, des économistes, des anthropologues, des socialistes – n'en est pas moins une source extrêmement importante, et généralement négligée, de leur réflexion. Quelques textes-clé permettent de rendre compte de leur attitude générale envers la perspective romantique telle que nous la définissons.

Dans le *Manifeste du parti communiste* (1848), Marx et Engels se réfèrent au “socialisme féodal” – probablement une référence au mouvement “Jeune Angleterre” (Disraeli, Carlyle) et à certains légitimistes français – comme un courant où se mélangent “écho du passé” et “menace de l’avenir”; malgré leur “complète incapacité à comprendre la marche de l’histoire moderne”, ces penseurs ont eu le mérite de “frapper la bourgeoisie en plein cœur par une critique amère et spirituellement mordante”. Plus important à leurs yeux est le “socialisme petit-bourgeois” de Sismondi – le plus éminent des économistes que l’on pourrait qualifier de romantiques au XIX^e siècle – dont ils soulignent les apports: “Il analysa, avec la plus grande sagacité, les contradictions inhérentes aux rapports de production modernes. Il a démasqué les enjolivements fallacieux des économistes”.⁴

Un des textes les plus significatifs de Marx par rapport au romantisme est un passage des *Grundrisse*, les *Fondements de la critique de l'économie politique* (1857-58): “Dans les périodes antérieures de l'évolution, l'individu jouit d'une plénitude plus grande justement parce que la plénitude de ses conditions matérielles n'est pas encore dégagée, en lui faisant face comme autant de puissances et de rapports sociaux indépendants de lui. Il est aussi ridicule d'aspirer à cette plénitude du passé que de vouloir en rester au total dénuement d'aujourd'hui. La conception bourgeoise n'a jamais réussi à aller au-delà d'une opposition contre le point de vue romantique (*Über den Gegensatz gegen jene romantische Ansicht ist die bürgerliche nie Herausgekommen*), et par conséquent celui-ci l'accompagnera comme sa légitime antithèse (*berechtigeter Gegensatz*) jusqu'à la fin bienheureuse de la bourgeoisie”.⁵ Ce passage est intéressant à plusieurs égards: dans un premier moment, il reprend l'argument romantique sur la “plénitude” du passé pré-capitaliste; dans un deuxième temps, il renvoie dos-à-dos l'illusion romantique du retour au passé et l'apologie bourgeoise du présent. Finalement, il considère la critique romantique du monde bourgeois comme légitime et comme une sorte de contrepoint négatif de celui-ci, qui l'accompagnera jusqu'au bout, c'est-à-dire tant qu'existera la société bourgeoise. Selon les éditeurs des *Grundrisse*, les romantiques auxquels se réfère ce passage sont Adam Müller, l'économiste conservateur, et Thomas Carlyle, sur qui nous reviendrons plus loin.

⁴ K. Marx, F. Engels, *Manifeste du parti communiste*, Paris, Flammarion, trad. Emile Bottigelli, revue par Gerard Raulet, pp. 103-106, et pour les notes des traducteurs, pp. 174-175.

⁵ K. Marx, *Fondements de la critique de l'économie politique*, Paris, Anthropos, 1967, trad. Roger Dangeville, p.99. Nous avons corrigé la traduction française, imprécise, en la confrontant avec l'original allemand, *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 80.

Il serait faux de limiter l'intérêt positif manifesté par Marx et Engels envers le romantisme à leurs années de jeunesse, quand ils ont été les plus proches de cette sensibilité culturelle (nous y reviendrons). Car c'est dans leurs écrits tardifs qu'on trouve une très grande attention portée aux travaux des anthropologues et historiens d'inspiration romantique, au sujet des communautés dites "primitives": Maurer, Niebuhr, Morgan, Bachofen. La motivation de cet intérêt est directement politique, comme l'affirme Marx dans une lettre concernant l'historien allemand Georg Ludwig Maurer, adressée à Engels le 25 mars 1868 – un document hautement significatif qui dessine à la fois une affinité et une distance envers le romantisme: "La première réaction contre la Révolution française et l'idéologie des Lumières qui lui était liée a été naturellement de voir tout sous l'angle moyenâgeux, romantique, et même des gens comme Grimm n'en sont pas exempts. La deuxième réaction – et elle correspond à l'orientation socialiste [...] consiste à plonger par-dessus le Moyen Age dans l'époque primitive de chaque peuple. Et les gens sont tout surpris de trouver dans le plus ancien le plus moderne, et même des égalitaires à un degré qui ferait frissonner Proudhon".⁶ Ce que Marx ne semble pas prendre en compte, c'est que le romantisme n'est pas nécessairement attaché à l' "angle moyenâgeux": la référence à un passé "primitif" égalitaire est aussi une des formes que peut prendre la critique romantique de la civilisation, depuis Rousseau et son *Discours sur les origines de l'inégalité* jusqu'aux anthropologues dont il est question ici.

L'auteur romantique fasciné par le Moyen-Age que Marx cite dans cette lettre est Jacob Grimm, qui avait publié, en collaboration avec son frère Wilhelm ainsi qu'avec Arnim et Brentano, un célèbre recueil de contes populaires germaniques. Mais Grimm était aussi un philologue et historien du droit, et c'est probablement dans ce contexte que Marx va se référer une deuxième fois à lui, dans la continuation de cette même lettre à Engels: "D'ailleurs même Grimm, etcetera, trouvent déjà chez César que les allemands s'installaient toujours par des communautés familiales et non comme des individus: 'gentibus cognationibusque, qui uno coiereant'".⁷ En d'autres termes: chez le même Grimm, censé incarner les illusions médiévalistes du romantisme, on trouve, au même titre que chez Maurer, l'intérêt pour les formes communautaires "primitives" de la Germanie antique, telles que Jules César les avait décrites.

D'une manière générale, on retrouve dans les écrits de Marx et Engels de nombreux thèmes inspirés par la critique romantique de la civilisation capitaliste. C'est le cas, notamment, de la dénonciation du caractère brutalement *quantificateur* de l'*ethos* bourgeois, la dissolution de toutes les valeurs qualitatives – culturelles, sociales ou morales – par la seule valeur

⁶ K.Marx, Lettre à Engels du 25 mars 1858, in Marx, Engels, *Ausgewählte Briefe*, Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 231. (la traduction par J.Fréville, *op.cit.* p.126, est très défectueuse). Marx n'utilise pas le terme *Aufklärung* (Lumières), mais *Aufklärertum*, une expression plus péjorative, que nous avons traduit par "idéologie des Lumières" (Fréville avait traduit par "progrès").

⁷ Marx, *Ausgewählte Briefe*, p. 234.

quantitative, mesurée par l'argent. C'est une problématique largement développée dans les *Manuscrits de 1844*, mais on la retrouve aussi dans un étonnant passage de *Misère de la Philosophie* (1847): "C'est le temps où les choses qui jusqu'alors étaient [...] données mais jamais vendues, acquises mais jamais achetées – vertu, amour, opinion, science, conscience, etc. – où tout enfin passa dans le commerce. C'est le temps de la corruption générale, de la vénalité universelle [...]"⁸ Ou encore dans les célèbres lignes du *Manifeste du parti communiste* qui dénoncent une société envahie par les "eaux glacées du calcul égoïste", où le seul lien entre les êtres humains qui subsiste est le "paiement comptant", le *cash nexus*, bref, une société dont la classe dominante, la bourgeoisie "a dissous la dignité personnelle dans la valeur d'échange".⁹ Ce qui caractérise ces critiques comme romantiques, c'est la comparaison – implicite ou explicite – avec un passé pré-capitaliste, où cette corruption des rapports sociaux n'avait pas encore eu lieu.

Il est clair que certains thèmes d'origine romantique reviennent souvent dans les écrits de Marx et Engels, aussi bien dans leur jeunesse qu'à l'époque de la "maturité", et notamment: 1) la dégradation du travail humain par les méfaits du machinisme et de la division du travail; 2) la perte, dans le processus de civilisation, des qualités humaines des communautés dites "primitives", depuis les sociétés gentiles du passé jusqu'aux tribus iroquoises, ou les communautés rurales russes, perçues comme des sociétés libres, égalitaires, communautaires. Si ces éléments thématiques ne sont qu'une facette de la pensée des fondateurs du marxisme, et ne constituent pas une perspective globale, il n'en est pas moins vrai que cette *dimension* romantique est cruciale en même temps que méconnue.

Marx et Engels sur les écrivains romantiques

Contrairement à une image communément partagée à leur égard, pour Marx et Engels la littérature d'imagination a toujours revêtu une importance fondamentale. Dans sa jeunesse Marx avait lui-même écrit des textes littéraires – principalement des poésies –, et avait même songé à devenir écrivain. Par la suite, tout au long de leur collaboration Marx et Engels s'intéressaient intensément à la littérature tant classique que moderne, lisaient très largement dans ces littératures et émaillaient leurs écrits – y compris leur correspondance – de références littéraires.¹⁰ En outre, loin d'être un simple "violon d'Ingrès" leur intérêt pour les œuvres esthétiques, qui implique une certaine manière de concevoir l'art, est intégralement lié à leur vision

⁸ K. Marx, *Misère de la Philosophie*, Paris, Ed. Sociales, 1947, p.33.

⁹ Marx, Engels, *Manifeste du parti communiste*, p. 76.

¹⁰ L'étendue de la culture littéraire de Marx est démontrée, et son utilisation dans les écrits de celui-ci magistralement analysée, dans S. S. Praver, *Karl Marx and World Literature*, Oxford, Oxford U P, 1976.

d'ensemble.¹¹ Cependant, malgré cette importance de la littérature et de l'art pour les fondateurs du marxisme, il existe relativement peu de textes où ils développent leurs idées sur les mouvements, les auteurs et les textes en quelque détail. Dans beaucoup de cas, il s'agit de remarques fragmentaires, souvent mélangées avec des commentaires sur des questions politiques, historiques, etc. En abordant des questions concernant Marx, Engels et les œuvres littéraires on peut néanmoins faire appel à une autre source d'information, assez riche: les témoignages de personnes les ayant connu dans leur entourage familial. Comme avec tous les souvenirs personnels – souvent racontés longtemps après les faits et parfois peu fiables –, cette ressource est à utiliser avec précaution. Ceci étant dit, en recoupant les différents textes et témoignages il est possible de dégager un certain nombre de points de vue avec assez de certitude, ou, dans d'autres cas, d'étayer des hypothèses plausibles.

Comme nous l'avons déjà dit, en explorant l'approche de Marx et Engels des écrivains et des œuvres romantiques, nous ne nous limiterons pas à ceux qu'ils ont eux-mêmes désigné comme tels. Dans le cas de certains auteurs "réalistes" – tels que Balzac et Dickens – il n'est pas sûr qu'ils les auraient reconnus comme étant des romantiques. Il n'en est pas moins vrai que leurs commentaires sur eux cadrent bien avec la conception du romantisme que nous avons indiquée plus haut – une conception qui n'est pas si éloignée de celle que Marx lui-même suggère dans les *Grundrisse*. Quant à leurs propres notions, ils se référaient au départ surtout à "l'école romantique" de l'époque. Comme l'affirme Stefan Morawski, "Marx et Engels commencèrent tous deux, indépendamment, comme partisans de ce mouvement, mais le rejetèrent sous l'influence de Hegel [...]. Dans le contexte des courants intellectuels de la première moitié des années 1840, ils étaient sans doute antiromantiques. Cependant, dans un sens plus large Marx et Engels furent bercés par le romantisme [...]".¹² Par la suite, s'ils ont continué dans l'ensemble à être hostile à l'école et son idéologie, telles qu'ils les concevaient, et si Marx a fustigé à plusieurs endroits les romantiques français Chateaubriand et Lamartine,¹³ ils ont manifesté leur admiration envers un nombre considérable d'écrivains qui font partie de la mouvance romantique au sens que nous l'entendons. Dans ce qui suit, nous aborderons les principaux de ces auteurs, après avoir traité des lectures, goûts et productions romantiques de Marx dans sa jeunesse, et de leur suite dans le milieu familial plus tard dans sa vie.

¹¹ Comme Terry Eagleton le note dans sa préface à la traduction anglaise, l'un des principaux apports de l'étude de Mikhail Lifshitz, *La philosophie de l'art de Karl Marx* (édition russe: 1933) est "d'analyser les jugements esthétiques de Marx comme un élément à l'intérieur de son développement théorique général" et de montrer, chez Marx, "le dialogue soutenu et constant avec les productions de l'imagination": Mikhail Lifshitz, *The Philosophy of Art of Karl Marx*, trad. R. B. Winn, Londres, Pluto P, 1973, p. 7.

¹² *Marx and Engels on Literature and Art*, introduction, p. 44.

¹³ Dans le cas de Lamartine, les attaques de Marx sont uniquement dirigées contre son rôle politique. Sur l'attitude de Marx envers ces deux auteurs, voir Prawer, *Karl Marx and World Literature*, pp. 162-64, 165, 169, 205-06, 257, 271, 420.

Époque de jeunesse de Marx

Pendant la période de ses études universitaires (1835-41), d'abord à Bonn et ensuite à Berlin, Marx était proche des courants romantiques allemands et a commencé par écrire lui-même des œuvres littéraires à caractère romantique, pour ensuite devenir de plus en plus critique à l'égard de ces courants et de ses propres créations dans le genre. A Bonn en 1835 Marx a suivi les cours d'A. W. Schlegel, l'un des fondateurs du mouvement allemand, et à Berlin il a connu personnellement Bettina von Arnim, qui était un membre important du cercle romantique de l'époque.¹⁴ Les nombreuses poésies, le premier acte d'un drame, et les premiers chapitres d'un roman satirique, rédigés par Marx dans les premières années de ses études, recèlent des caractéristiques romantiques marquées. L'ébauche romanesque est dans la veine fantastique et comique d'E. T. A. Hoffmann, et les poèmes expriment non seulement une imagerie typique de l'école romantique allemande – harpes et bateaux enchantés, chant des sirènes, rêveries nocturnes, etc.¹⁵ – mais aussi certains thèmes essentiels du romantisme: le sens de déshumanisation éprouvé par le poète dans la grande ville moderne, le manque de grandeur de la réalité présente, la nostalgie d'un véritable foyer (*Sehnsucht*). Dans un poème, le monde bourgeois actuel est comparé à un "théâtre de singe" qui évacue les émotions et la fantaisie, réduisant l'existence aux "formules mathématiques" et au purement corporel.¹⁶

Dans ces premiers écrits, le seul remède aux maux du présent est de rester à l'écart dans l'univers poétique, et c'est ce refus de s'engager dans le monde, perçu comme le trait qui définit l'école romantique, que Marx finira par rejeter. Cette persistance d'aspects du romantisme est d'ailleurs suggérée dans la fameuse lettre que Marx écrit à son père en 1837, pour signaler l'avènement d'un nouveau point de vue chez lui, en prise avec le réel, annoncé dans ses poèmes les plus récents: "[...] ces derniers poèmes sont les seuls qui m'aient fait entrevoir soudain, comme par l'effet d'une baguette magique [...], le royaume de la vraie poésie, pareil à quelque lointain palais féerique, et toute mes créations tombèrent en poussière".¹⁷ Ici le jeune Marx décrit son retour au réel par des métaphores de fantaisie – la "baguette magique" et le "palais féerique". En effet, il ne perdra pas, dans sa "maturité", son goût pour le fantastique – le jeu libre de l'imagination –, et pour certains écrivains romantiques qui le cultivent.

¹⁴ Voir *ibid.*, p. 9.

¹⁵ Voir Werner Blumenberg, *Portrait of Marx*, trad. D. Scott, New York, Herder and Herder, 1972 (première édition allemande: 1962), p. 22.

¹⁶ Lifshitz, *The Philosophy of Art of Karl Marx*, p. 16.

¹⁷ Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, p. 113.

Marx en famille

C'est dans l'intimité du cercle familial (qui comprenait de nombreux amis, dont Engels au premier chef) que l'on voit le mieux cette continuité. Car si Marx n'a pas continué à écrire des œuvres littéraires à partir des années 1840, selon de multiples témoignages il a exercé son imagination – à forte coloration romantique – oralement dans des contes à l'intention de ses filles. Selon Paul Lafargue, plus tard le mari d'une de ces filles, Laura, "lorsqu'[elles] étaient encore petites, il leur raccourcissait la promenade, en leur racontant des contes de fées qui n'en finissaient jamais, contes qu'il inventait en marchant et qu'il allongeait selon la longueur de la route...". Or, Eleanor, la cadette des filles, donne des détails plus précis sur un de ces contes en particulier: "Quant à moi, de toutes ces innombrables et merveilleuses histoires que me racontait Mohr, j'aimais le plus l'histoire de Hans Röckle. Elle durait des mois et des mois; elle se composait de toute une série d'histoires [...] Hans Röckle était un magicien à la Hoffmann, avec une boutique de jouets et jamais d'argent dans sa poche. Dans sa boutique on trouvait les objets les plus extraordinaires: des hommes et des femmes en bois, des géants et des nains, des rois et des reines, des maîtres et des compagnons [...] Bien qu'il fût un magicien, Hans ne pouvait jamais payer ses dettes [...], aussi devait-il contre son gré vendre au diable toutes ses belles choses".¹⁸

L'inspiration que Marx pouvait trouver chez E. T. A. Hoffmann est attestée ailleurs. A la fin des années 1860 Marx envoya un exemplaire d'un des contes de celui-ci – "Petit Zaches" (*Klein Zaches genannt Zinnober*) – non seulement à des amis de la famille (les Kugelmann) mais aussi à Engels. Or, comme le remarque pertinemment S. S. Prawer, "on ne trouve pas, dans la littérature mondiale, un symbole plus juste de l'aliénation que [ce] conte au sujet d'un nain déformé à qui on attribue, à cause d'un puissant sortilège, tout ce qui est bon et louable, exprimé et accompli par d'autres".¹⁹

Marx était donc un lecteur qui appréciait le fantastique romantique d'Hoffmann. Selon Paul Lafargue, il goûtait énormément aussi la poésie – qui puise dans les légendes et le folklore de son pays – du romantique écossais Robert Burns, dont il écoutait avec plaisir ses filles réciter les vers à haute voix.²⁰ Plus généralement, dans la famille on lisait des œuvres littéraires à haute voix autant qu'on les discutait. Or, dans ces discussions et lectures familiales, une place importante était réservée à certains des auteurs romantiques que nous allons maintenant examiner de plus près, par référence à Marx et Engels tous deux, dans leurs écrits comme dans les témoignages personnels.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 179, 181-82.

¹⁹ Prawer, *Karl Marx and World Literature*, p. 373.

²⁰ Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, p. 176

Thomas Carlyle

Essayiste politique, correspondant de Goethe, à mi-chemin entre philosophie et littérature, Thomas Carlyle est un des écrivains romantiques les plus appréciés par Marx et Engels. C'est à son essai sur le Chartisme (1843), attentivement lu et annoté par Marx en 1845 et abondamment cité dans le livre d'Engels sur la situation de la classe laborieuse en Angleterre (1845), qu'ils vont emprunter la critique du "*cash nexus*" dans le *Manifeste du parti communiste*. L'auteur de cette expression n'est pas mentionné en 1848, mais Marx y fait référence, en citant un paragraphe de son essai, dans les *Grundrisse*. Quant à Engels, il publie en 1844 un compte rendu chaleureux de *Past and Present* (1843) de Carlyle, dont il cite, avec approbation, les virulentes philippiques contre le "Mammonisme", la religion du dieu de l'argent. Certes, reconnaît-il, "Thomas Carlyle est à l'origine un tory", mais cette option conservatrice n'est pas sans avoir un lien avec les qualités de son livre: "Il est sûr qu'un whig n'aurait jamais pu écrire un livre qui fut à moitié aussi humain que *Past and Present*".²¹ Quelques années plus tard Engels revient à la charge dans un article sur Carlyle publié en 1850. Tout en critiquant sévèrement le tournant réactionnaire de cet auteur après la révolution de 1848, il garde toute son estime pour ses essais antérieurs: "Thomas Carlyle a le mérite de s'être dressé, par ses écrits, contre la bourgeoisie, à une époque où les conceptions, goûts et idées de celle-ci dominaient entièrement la littérature anglaise officielle, et cela d'une façon qui parfois était même *révolutionnaire*. [...] Mais dans tous ses écrits, la critique du présent est *étroitement liée* à une apothéose extraordinairement peu historique du Moyen Age, qui est aussi très fréquente chez les *révolutionnaires* anglais, par exemple Cobbett et une partie des chartistes".²² Ce passage est très important pour saisir la compréhension, éminemment dialectique, du romantisme par Engels. D'une part, il se rend compte que la critique romantique du présent est "*étroitement liée*" à sa nostalgie – et souvent son idéalisation – du passé; d'autre part, il prend acte du fait que cette critique peut parfois prendre une dimension véritablement révolutionnaire.

Balzac

Pour Jean Fréville, comme pour beaucoup de critiques littéraires classiques, Balzac n'est pas romantique puisqu'il est réaliste. Or il existe plusieurs auteurs marxistes – parmi lesquels J. O. Fischer, Pierre Barbéris et, dans certains écrits, Georges Lukacs – qui se rendent parfaitement compte que l'auteur de la *Comédie Humaine* était à la fois romantique et réaliste.

²¹ F. Engels, "Die Lage Englands", 1844, in Marx, Engels, *Werke*, Berlin, Dietz Verlag, 1961, vol. 1, pp. 538, 542. Le parti tory était celui des conservateurs, et le whig celui des libéraux bourgeois.

²² F. Engels, "Thomas Carlyle", 1850, in *ibid.*, vol.7, p.255, (souligné par nous).

Si le romantisme est, comme Marx le reconnaît dans les *Grundrisse*, la critique de la société bourgeoise au nom d'une plénitude passée, Balzac est bel et bien un romantique.

Marx avait une véritable vénération pour Balzac. *Le Capital* est rempli de références aux intuitions profondes du romancier, ainsi que la correspondance avec Engels. Nous avons à ce sujet un témoignage révélateur de Paul Lafargue: "Ses romanciers préférés étaient Cervantès et Balzac. [...] Il avait une telle admiration pour Balzac qu'il se proposait d'écrire un ouvrage critique sur la *Comédie Humaine*, dès qu'il aurait terminé son œuvre économique".²³ Cette passion était partagée par Engels, qui propose, dans une célèbre lettre à une écrivaine anglaise, Miss Harkness, en avril 1888, l'analyse suivante: "Balzac, que j'estime être un maître du réalisme infiniment plus grand que tous les Zolas, passés, présents et à venir, nous donne dans sa *Comédie humaine* l'histoire la plus merveilleusement réaliste de la société française, en décrivant [...] la pression de plus en plus grande que la bourgeoisie ascendante a exercé sur la noblesse qui s'était reconstitué après 1815 [...]. Il décrit comment les derniers restes de cette société, exemplaire pour lui, ont peu à peu succombé devant l'intrusion du parvenu vulgaire de la finance ou furent corrompus par lui [...]. J'ai plus appris [chez Balzac], même en ce qui concerne les détails économiques (par exemple la redistribution de la propriété réelle et personnelle après la révolution), que dans tous les livres des historiens, économistes, statisticiens professionnels de l'époque, pris ensemble. Sans doute, en politique, Balzac était légitimiste; sa grande œuvre est une élogie perpétuelle qui déplore la décomposition irrémédiable de la haute société; ses sympathies sont du côté de la classe condamnée à mourir. Mais malgré tout cela, sa satire n'est jamais plus tranchante, son ironie plus amère que quand il fait agir ces aristocrates [...]". Engels attribue la lucidité de Balzac à ce qu'il appelle le "triomphe du réalisme" sur ses "préjugés politiques", mais on peut se demander si, comme dans le cas de Carlyle, cette lucidité n'est pas "étroitement associée" à sa nostalgie du passé. Son ironie amère concernant l'aristocratie de son époque n'est-elle pas inspirée précisément par le constat de sa corruption par l'argent de la bourgeoisie?²⁴

Charles Dickens

Marx admirait aussi les écrivains réalistes anglais, dont certains sont, comme Balzac, en même temps des romantiques. Dans un article sur la bourgeoisie anglaise d'août 1854, il écrit ceci:

La brillante école moderne des romanciers anglais, dont les pages démonstratives et éloquentes ont révélé au monde plus de vérités que tous

²³ Paul Lafargue, "Les goûts littéraires de Marx", in Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, p.177.

²⁴ F. Engels, "Lettre à Miss Harkness", avril 1888, in *ibid.*, pp. 148-149.

les politiciens professionnels, publicistes et moralistes pris ensemble, a décrit toutes les couches de la classe moyenne, depuis le rentier ‘hautement respectable’, détenteur de valeurs d’Etat, qui considère avec dédain toutes les affaires, jusqu’au petit boutiquier et au clerc d’avoué. Et comment Dickens et Thackeray, Miss Brontë et Mistress Gaskell les ont-ils dépeints? Pleins de vanité, d’affectation, de tyrannie mesquine et d’ignorance; et le monde civilisé a confirmé leur jugement par une épigramme qui les flagelle et qu’il a attachée à cette classe en disant ‘qu’elle était servile à l’égard des ses supérieurs et tyrannique à l’égard de ses inférieurs’.²⁵

Ce passage – dont l’argument allait être repris par Engels dans une formulation semblable à propos de Balzac, dans le passage cité plus haut,²⁶ – révèle la formidable source de connaissance que signifie pour Marx un certain type de littérature réaliste, dont la critique à la fois sociale et morale, souvent d’inspiration romantique, est lucide et impitoyable. Le terme anglais “*middle class*” signifie plutôt “bourgeoisie” que “classe moyenne”. Sans être un légitimiste comme Balzac, Dickens n’était pas moins un écrivain romantique, profondément influencé par Carlyle, dont il reprend de nombreux thèmes – notamment la critique du machinisme et de la quantification marchande – dans ses romans. À quelles œuvres de Dickens se réfère Marx ici? Il connaissait bien *Oliver Twist*, dont le premier chapitre présente un tableau inoubliable de la souffrance des enfants pauvres internés dans un orphelinat et victimes de la cruelle “philanthropie” bourgeoise. Marx en cite un passage dans *Le Capital*, à propos de l’usage capitaliste des machines, mais il s’agit d’une phrase du bandit Bill Sikes, sur l’impossibilité de critiquer l’usage du couteau pour égorger ses victimes sans abolir cet instrument précieux et revenir à la barbarie.²⁷ Le plus probable, c’est que la phrase de l’article de 1854 concerne *Temps Difficiles* (*Hard Times*), qui venait d’être publié en forme de feuilleton (à partir d’avril 1854), et qui dénonçait, avec une ironie cinglante, la “tyrannie mesquine” des bourgeois, leur esprit froid et quantificateur, leur utilitarisme borné, et les conséquences néfastes du machinisme industriel.

Les sœurs Brontë

Dans l’énumération des romanciers anglais ci-dessus se trouve également “Miss Brontë”. Il n’est pas précisé laquelle des trois sœurs – Emily, Charlotte, Anne –, toutes romancières, est désignée ainsi. Un témoin du

²⁵ K. Marx, “La classe moyenne anglaise”, *New York Tribune*, 1 août 1954, in *ibid.*, p. 134.

²⁶ S. S. Praver signale (*op. cit.*, p. 237) que selon les éditeurs des *Œuvres complètes* de Marx et Engels (MEW), l’article que nous venons de citer aurait pu être révisé considérablement par les rédacteurs du journal. Mais la similarité de formulation entre notre citation et la précédente, d’Engels, serait un indice, entre autres, que le texte final de l’article ne trahit pas essentiellement la pensée de Marx (et d’Engels).

²⁷ K. Marx, *Das Kapital*, vol. 4, p. 465, cité dans Marx, Engels, *Über Kunst und Literatur*, Berlin, Verlag Bruno Henschel und Sohn, 1948, p. 59.

milieu familial atteste que les deux premières au moins étaient connues et admirées de la famille Marx. L'écrivaine Marian Comyn, amie d'enfance d'Eleanor Marx, se rappelle d'avoir été impressionnée par le nombre d'ouvrages de littérature anglaise dans la bibliothèque du père de celle-ci, mais raconte plus particulièrement "une discussion au déjeuner sur des auteurs victoriens, et l'admiration exprimée par toute la famille pour Charlotte et Emily Brontë, toutes les deux placées loin au-dessus de George Eliot".²⁸

L'allusion faite par Marx dans l'article de journal en 1854 aurait pu se référer à l'unique – mais aussi très grand – roman d'Emily Brontë, *Wuthering Heights* (Hauts de Hurlevent), publié en 1847. Cet ouvrage, qui dépeint une passion amoureuse tourmentée, associée à la nature sauvage de l'extrême nord de l'Angleterre et à son folklore "primitif", met en scène aussi, dans une représentation à la fois subtile et violente, la déshumanisation et la réification des liens humains dans les rapports de classe modernes.²⁹ Mais, comme le remarque S. S. Prawer, on ne trouve aucune référence explicite à Emily Brontë ou à son roman dans l'œuvre écrite de Marx.³⁰ Prawer signale, par contre, une allusion significative à Charlotte, dans une lettre de Marx à sa fille, Jenny, en 1869, lors d'une visite dans le Yorkshire, la région où vécurent les sœurs Brontë. Dans un passage, il décrit un paysage "d'arbres magnifiques et [d'un] groupe de montagnes en amphithéâtre, les unes surmontant les autres, entourées de ce voile bleu qui enchante tellement Currer Bell [pseudonyme de Charlotte Brontë]".³¹ Bien qu'il ne soit pas nommé, le roman dans lequel paraît ce "voile bleu" enchanteur est, non pas *Jane Eyre* mais *Shirley* (1849). Or ce "roman industriel" met en scène le conflit de classe qui oppose des ouvriers de textile mis au chômage par l'introduction de nouvelles machines, et le patron – arrogant, tyrannique et insensible à tout sauf ses profits – de leur usine. Comme dans certains autres textes romantiques du même type, c'est par l'agence d'une femme que celui-ci est amené à une prise de conscience (partielle) de ses torts. Il n'est pas impossible, donc, que Marx pensait tout particulièrement à *Shirley* lorsqu'il incluait "Miss Brontë" dans sa liste de la "brillante école" anglaise.³²

Shelley et Byron

C'est une illustration frappante de la nature tendancieuse et trompeuse de la présentation faite par J. Fréville des vues de Marx et Engels,

²⁸ Marian Comyn, "My Recollections of Karl Marx", *The Nineteenth Century and After*, Vol 91, janvier 1922. Ce mémoire a été mis en ligne: <http://www.marxists.org/subject/women/authors/comyn/marx.htm>. Voir pp. 6-7.

²⁹ Pour une excellente analyse marxiste de ce roman, voir le chapitre consacré à lui dans Terry Eagleton, *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës*, Londres, Macmillan, 1975.

³⁰ Prawer, *Karl Marx and World Literature*, p. 396.

³¹ *Ibid.*, p. 377.

³² Pour une analyse du conflit de classe dans *Shirley*, voir Patricia Ingham, *The Brontës*, Oxford, Oxford U P, 2006, pp. 110-121.

que l'inclusion par lui, dans la section "pour une littérature révolutionnaire", d'un commentaire très laudatif d'Engels sur ces deux poètes archi-romantiques: "Shelley, le génial et prophétique Shelley, et Byron, avec son ardeur sensuelle et son amère satire de la société existante trouvent la plupart de leurs lecteurs parmi les ouvriers; les bourgeois n'en possèdent que des éditions expurgées, *family editions*, qui sont accommodées au goût de la morale hypocrite du jour [...]".³³ En effet, il aurait été difficile de mettre cette citation dans la section intitulée "contre le romantisme"!

La seule autre mention de Shelley et de Byron dans le recueil de Fréville concerne un distinguo entre les deux poètes, censé avoir été fait par Marx, mais rapporté seulement par autrui. En l'occurrence il s'agit d'un passage dans le pamphlet "Shelley socialiste", publié en 1888 par Edward Aveling, avec la collaboration d'Eleanor Marx, sa malheureuse compagne³⁴: "Marx [...] aimait à répéter: 'La véritable différence entre Byron et Shelley réside en ceci: ceux qui les comprennent et les aiment considèrent comme un bonheur que Byron soit mort à trente-six ans, car il serait devenu un bourgeois réactionnaire s'il avait vécu plus longtemps; ils regretteront, par contre, que Shelley soit mort à vingt-neuf ans, car il était entièrement révolutionnaire et aurait appartenu toujours à l'avant-garde du socialisme'".³⁵ Pour S. S. Praver, cependant, cette déclaration est un cas caractérisé de témoignage non fiable. Car, insiste-t-il, lorsque Marx fait allusion à Byron dans ses écrits, c'est toujours "avec une approbation évidente. [...] Ce que nous savons de la sensibilité littéraire et de la perspicacité politique de Marx ne suggère pas qu'il était assez obtus pour voir un 'réactionnaire bourgeois' potentiel dans l'auteur de *Don Juan*. Nous en savons beaucoup, par contre, sur la 'propension à falsifier les faits' d'Edward Aveling".³⁶ A la différence de Fréville, qui a tendance à vouloir distribuer de bons et de mauvais points idéologiques, Praver reconnaît la capacité de Marx à passer outre à ce genre de jugement, ce qui permet souvent à ce dernier de reconnaître les qualités des auteurs romantiques qui ne se conforment pas entièrement à sa propre perspective. Il nous semble plus probable, donc, que Marx, tout comme Engels, appréciait sans distinctions l'apport littéraire de ces deux écrivains.

³³ Engels, "La situation de la classe laborieuse en Angleterre", *Œuvres*, t. IV; cité dans Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, pp. 159-60.

³⁴ L'histoire de leur relation est bien connue: vivant en ménage conjugal avec Eleanor Marx pendant des années, Aveling mena de multiples liaisons amoureuses et finit par la quitter pour une jeune actrice; mais, atteint d'une maladie grave il revint se faire soigner par Eleanor; partiellement remis il lui confia qu'il avait secrètement épousé l'actrice et comptait la rejoindre. Si ces comportements ne furent pas sans doute l'unique cause du suicide d'Eleanor Marx, survenu peu après, il ne fait pas de doute qu'ils y ont grandement contribué.

³⁵ Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, p. 180.

³⁶ Praver, *Karl Marx and World Literature*, p. 397. La phrase citée est d'Yvonne Kapp, la biographe d'Eleanor

Walter Scott

C'est aussi dans des témoignages personnels – mais qui sont, en l'occurrence, considérablement plus fiables – que nous apprenons la grande estime qu'avait Marx pour le romancier historique, Walter Scott. Paul Lafargue, qui s'est entretenu quotidiennement avec lui pendant des années sur les sujets les plus divers, affirme dans son mémoire que Marx "était, comme Darwin, grand liseur de romans. [...] Les auteurs modernes qui le tentèrent le plus étaient Paul de Kock, Charles Lever, Alexandre Dumas père, et Walter Scott. Il considérait *Old Mortality*, de ce dernier auteur, comme une œuvre magistrale". En outre, dans les souvenirs d'enfance d'Eleanor Marx, que nous avons déjà mentionnés, celle-ci atteste que parmi les lectures favorites que faisait Marx à ses filles, figurait Scott. Elle parle de "l'exaltation pour Walter Scott" qu'elle partageait avec son père pendant ses lectures, et indique, de façon plus générale: "Je dois ajouter que Marx relisait sans cesse Walter Scott; il l'admirait et le connaissait presque aussi bien que Balzac ou que Fielding".³⁷

On peut se demander ce qui attirait et fascinait le plus Marx dans l'œuvre de cet auteur écossais, conservateur tory passionné par le passé de son pays et plus particulièrement par les communautés primitives des clans dans les régions les plus reculées et sauvages. Peut-être prisait-il dans les fictions de Scott, comme Lukacs dans *Le roman historique*, la représentation extraordinairement vivante – et nouvelle à l'époque – du procès historique lui-même. Mais, nous fondant sur ce que nous savons de l'intérêt manifesté par Marx, comme Engels, pour les sociétés gentiles précapitalistes et les études de ces sociétés par les anthropologues, il nous semble plausible qu'une part de l'attraction se portait sur ces sociétés et les valeurs qu'elles pouvaient incarner. Une attraction, en d'autres termes, dont les racines seraient dans la dimension *romantique* de la sensibilité de Marx.³⁸

En conclusion, il est clair que Marx et Engels, malgré leur antipathie pour certains auteurs romantiques, étaient loin d'un rejet intégral de la vision romantique, et au contraire s'en inspiraient en appréciant l'apport précieux de certains écrivains d'envergure. Quant à l'attraction qu'ils pouvaient ressentir pour certaines facettes de la littérature romantique qui la caractérisent particulièrement – le fantastique et l'onirique, le sentiment de la nature, la mise en valeur des grandeurs du passé – elle existe mais se lit seulement en filigrane, à travers les souvenirs des proches. Dans leurs propres écrits de la "maturité", ce que louent Marx et Engels, ce sont plutôt les œuvres réalistes, dont la critique féroce de la civilisation bourgeoise, d'inspiration romantique, leur semble riche d'enseignements. Ils ont appris

³⁷ Marx, Engels, *Sur la littérature et l'art*, pp. 177, 182-83.

³⁸ Il faut noter que dans *Le roman historique*, Lukacs, en employant une définition plus limitée du romantisme, et dans son optique anti-romantique au moment de la rédaction de l'ouvrage, ne considère pas Walter Scott comme un écrivain romantique. Voir *Le roman historique*, Paris, Payot, 1965, chapitre premier.

avec ces romans, selon leur propre témoignage, plus que dans tous les écrits des historiens, économistes, statisticiens, politiciens et publicistes contemporains, pris ensemble: ce n'est pas peu! Il faut donc considérer ces écrivains comme une des sources majeures de leur œuvre, ou, si l'on veut, des matériaux avec lesquels ils ont construit leur propre diagnostic de la *facies hippocratica* du monde capitaliste.

DOI: 10.12957/rep.2018.36698

Recebido em 7 de maio de 2018.

Aceito para publicação em 27 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Marcuse e a nova esquerda em três atos: lições de ontem e hoje

Marcuse and the New Left in three acts: lessons from yesterday and today

Marco Aurélio Santana*
Igor Peres**

Resumo – O artigo analisa as formulações de Herbert Marcuse acerca das mobilizações e dos movimentos sociais nos anos 1960. Após uma breve apresentação de sua biografia político-intelectual, que cruza aspectos institucionais e militantes naqueles anos, nos concentramos em três possíveis entradas à sua obra, enfatizando elementos contidos em três de seus escritos mais relevantes no período: *O homem unidimensional*, *Um ensaio sobre a libertação* e *Contra-revolução e revolta*. Do primeiro escrito, destacaremos o diagnóstico pessimista de Marcuse sobre a supremacia da “racionalidade tecnológica” como “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado; do segundo, as novas forças subjetivas de “oposição” surgidas a partir da mudança nos ritmos e formas das mobilizações sociais internacionais nos anos 1960 e, por fim, no terceiro, uma análise das forças de reação que se impuseram a estes movimentos.

Palavras-Chave: Marcuse; capitalismo avançado; nova esquerda; juventude.

Abstract – The article analyzes Herbert Marcuse’s formulations on mobilizations and social movements in the 1960s. After a brief presentation of his political-intellectual biography, relating it to institutional and militant aspects in those years, we focus on three possible entries to his work, emphasizing elements contained in three of his most relevant writings in the period: *The One-Dimensional Man*, *An Essay on Liberation*, and *Counter-Revolution and Rebellion*. From the first writing, we will highlight Marcuse’s pessimistic diagnosis of the supremacy of “technological rationality” as the hegemonic “ideology” of advanced capitalism; of the second, the new subjective forces of “opposition” arising from the change in the rhythms and forms of international social mobilizations in the 1960s; and finally, in the third, an analysis of the forces of reaction that have been imposed on these movements.

Keywords: Herbert Marcuse; advanced capitalism; new left; youth.

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Correspondência:* UFRJ/IFCS: Largo São Francisco de Paula, 1, Centro – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20051-070. Email: <marcosilvasantana@gmail.com>.

** Doutorando em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua da Matriz 82, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22260-100. Email: <igorperesjeronimo@gmail.com>.

E, em toda parte, ainda há aqueles que protestam, que se rebelam, que combatem. Até mesmo na sociedade da superabundância eles estão aí: os jovens, que ainda não desaprenderam a ver, a ouvir e a pensar, que ainda não abdicaram, e aqueles que ainda são as vítimas da superabundância e que dolorosamente estão apenas começando a aprender a ver, ouvir e pensar.

(Marcuse)

Introdução

A intervenção de Herbert Marcuse no âmbito da teoria marxista, em específico e, em sentido mais amplo, da teoria crítica, é vasta e intensa. Qualquer aproximação mais sintética à sua obra, que, grosso modo, se estende com variações internas importantes e derivações não negligenciáveis, dos anos 1930 até o fim dos anos 1970, logo se depara com um desafio posto pela ampla gama de temas ali tratados.

Neste artigo, depois de uma breve apresentação de sua biografia político-intelectual, que cruza aspectos institucionais e militantes, nos turbulentos anos 1960, nos concentramos em três possíveis entradas à sua obra, enfatizando elementos contidos em três de seus escritos mais relevantes: *O homem unidimensional* (primeira edição, 1964), *Um ensaio sobre a libertação* (primeira edição, 1969) e *Contra-revolução e revolta* (primeira edição, 1972).¹ Daquele primeiro escrito, destacaremos o diagnóstico algo pessimista de Marcuse sobre a supremacia da “racionalidade tecnológica” como “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado; do segundo, as novas forças subjetivas de “oposição” surgidas a partir da mudança nos ritmos e formas das mobilizações sociais internacionais nos anos 1960 e, por fim, precedendo nossas considerações finais, uma análise das forças de reação que se impuseram a estes movimentos.

Uma das contribuições mais instigantes da obra de Marcuse esteve, sem dúvida, em sua sensibilidade aos fatores subjetivos implicados no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Não que a obra de Marx e Engels, tomada de forma ampla, e a de seus sucessores e epígonos marxistas a tivessem negligenciado totalmente, bastando recordar, a título de exemplo, os decisivos debates sobre a relação entre a consciência de classe e a organização no interior tanto da Primeira quanto da Segunda Internacional.

Sua inovação esteve, antes, relacionada à forma pela qual este tema passou a ser pensado a partir de seus escritos e intervenções. Passava a ter cada vez menos preponderância em suas reflexões, em particular naquelas levadas a cabo entre a segunda metade da década de 1950 e o último quarto da década de 1970, nos quais nos baseamos aqui, um esquema geral que enxergava o componente subjetivo como um mero *reflexo* das condições reais de existência. Como se a transformação de um levasse inevitavelmente à mudança no outro, numa relação de estrita e necessária *homologia*.

¹ A University of California at Berkeley garantiu a Marco Santana o acesso à grande parte da literatura referida neste artigo, principalmente via JSTOR. Isso foi possível graças ao Estágio Sênior da CAPES, realizado em 2017-2018, junto a esta instituição.

Naturalmente, dita mudança respondia à alteração num certo espírito do tempo, marcado por profundas transformações no capitalismo posterior à segunda guerra mundial, que Marcuse nomeará mediante distintos sintagmas: “capitalismo avançado”, “capitalismo das corporações”, “sociedade industrial avançada”, “sociedade da abundância”, “sociedade do consumo”, entre outros. Mais que induzir reparos secundários à forma de entender a produção de subjetividades no capitalismo tal como pensada pelo, digamos assim, marxismo estrito, Marcuse entendia que aquelas impunham com urgência não só uma reformulação de seus pressupostos e premissas, mas também e sobretudo uma abertura do marxismo a outras tradições teóricas. Como ele sempre susteve, o marxismo era mais que um conjunto petrificado de ideias e fórmulas.

Entre estas tradições, a psicanálise recebeu um papel de destaque. Deste campo, interessava a Marcuse, antes de mais nada, seu esforço por atribuir estatuto de objeto de estudo pleno ao aparelho psíquico e aos *sentidos* e formas das produções inconscientes, em geral, e pulsionais, em sentido estrito. Na verdade, a incursão pelos labirintos do inconsciente respondia a um desafio fático mais amplo e muito similar àquele enfrentado por outros integrantes da chamada Escola de Frankfurt depois da experiência do III Reich que, dentre outras coisas, levou Marcuse ao exílio nos EUA, a saber: o bloqueio da revolução e a adesão de massas ao nazismo.

A questão do bloqueio da subjetividade revolucionária continuava informando suas reflexões, mas a partir da década de 1960 ganharia contornos novos. Agora, passavam a estar em jogo as numerosas e crescentes mudanças na esfera de produção do capitalismo avançado e nas formações desejantes da massa de trabalhadores a ela vinculada. Ao incremento das forças produtivas capitalísticas, principalmente no que se refere ao incremento tecnológico, somava-se uma vertiginosa alteração da composição de classe nos ambientes fabris.

Sobre as mudanças na composição da classe trabalhadora, Marcuse ressaltaria principalmente o aumento no número daqueles trabalhadores vinculados às tarefas mais qualificadas, incluídos cargos de gestão, em detrimento de trabalhadores ligados majoritariamente a tarefas especializadas. Aos seus olhos, esta modificação estimulava também, com rapidez, uma mudança na elaboração de seus interesses, e nosso autor chegará a falar inclusive da formação de uma “nova aristocracia operária”.

Já com relação à subjetividade produzida pela mudança estrutural do capitalismo avançado, chamava-se em especial a atenção para um tipo preciso de racionalidade, a “tecnológica”, cujo principal insumo baseava-se na ideia de “eficácia” e “produtividade”, capaz de “mobilizar”, “incorporar” e “administrar” as “forças de oposição” imanentes, que o próprio capitalismo havia se encarregado de gestar ao longo de sua história em sua “revolução” contra o mundo “tradicional”. O “aumento no padrão de vida” propiciado pelo modo de regulação fordista e a ideologia a ele ligada lograva,

como sustenta Marcuse, hegemonizar-se como principal objeto do desejo de massas.

Tudo somado, a dita combinação, ao que interessa à discussão dos aspectos propriamente políticos de seus trabalhos, produzia, para Marcuse, um duplo efeito dialético: por um lado, e como diagnóstico, a constatação de um cenário cada vez mais desalentador de intensa e vampírica integração das forças e energias opositoras ao “aparato produtivo”, em sua face pública e privada, do “capitalismo avançado” – aí incluídos os organismos de representação da classe trabalhadora. Mas, por outro, uma viva convicção de que, dado o aprofundamento e sofisticação dos mecanismos de dominação próprios desta fase do capitalismo, apenas o surgimento de uma subjetividade irruptiva, dotada de uma “nova sensibilidade”, poderia ser capaz de impugná-los.

É justamente esta aposta que levará Marcuse a interessar-se fortemente pela novidade representada pelos novos movimentos sociais, dentre os quais figurava o movimento estudantil, mas não só. Identificando-os com a chamada nova esquerda, Marcuse (1979) busca definir o que ela seria, dando colorações mais amplas do que aquela existente nos Estados Unidos². Segundo ele,

O que distingue e caracteriza essencialmente esse movimento é o fato de que ele redefiniu o conceito de revolução, agregando a ele as novas possibilidades para liberdade e os novos potenciais para o desenvolvimento do socialismo que foram criados (e imediatamente contra-arrestados) pelo capitalismo avançado. Como resultado destes desenvolvimentos, novas dimensões de mudança social emergiram. Mudança não é mais definida simplesmente como uma disrupção econômica e política, com o estabelecimento de um modo de produção diferente e novas instituições, mas também, e acima de tudo, como uma revolução na estrutura prevalente de necessidades e possibilidades de sua satisfação³. (MARCUSE, 1979, p. 13).

É este trajeto de pensamento, sintético, mas exemplar, que principia como a seleção de alguns traços de sua biografia político-intelectual nos turbulentos anos 1960, que passa por seu diagnóstico pessimista acerca da “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado e pela constatação da novidade dos movimentos sociais dessa década, findando com um balanço sóbrio dos avanços e limites dos mesmos, que propomos percorrer no que segue.

² No caso dos Estados Unidos esta nova esquerda teve, em seu nascedouro, influência importante de nomes como Wright Mills e Howard Zinn. Para o caso do movimento estudantil, o documento Port Huron Statement, de 1962, lança, com centro no chamamento à democracia participativa, as bases programáticas dos estudantes por uma Sociedade Democrática em sua primeira convenção, que se tornaria uma agenda para aquela geração.

³ As traduções de todas as passagens citadas ao longo do artigo foram realizadas pelos autores.

A turbulenta aventura californiana de Marcuse

Quando Herbert Marcuse trocou a Universidade de Brandeis, em Waltham/Boston, Massachusetts, onde lecionara de 1954 a 1965, pela Universidade da Califórnia (UCSD), em San Diego, talvez não imaginasse que seu nome estaria indelevelmente ligado aos intensos movimentos que atravessaram a sociedade estadunidense, principalmente na segunda metade de 1960. Não que ele fosse um completo desconhecido dos movimentos, pois mesmo em Brandeis sempre participou de seminários e debates envolvendo os estudantes. Mas nada se compararia à dimensão que assumiria na ensolarada Califórnia.

Segundo confidenciara a amigos, Marcuse escolhera San Diego por conta de seu zoológico, aficionado que era por hipopótamos. A trajetória de Marcuse na UCSD será das mais intensas, marcada por famosos seminários, participação em reuniões, debates e movimentos. Na verdade, segundo a lembrança de muitos de seus alunos, Marcuse, frente aos movimentos na Universidade, era geralmente um fator de calma, sempre cauteloso em termos de incitamento à ação. Essas memórias também traçam o perfil de um Marcuse como professor exemplar, muito cuidadoso, extremamente lúcido, que não referenciava seus próprios livros nas aulas e desenvolvia uma forma de ensinar sem dogmatismo (MALINOVICH, 1978, p. 364). A pacata cidade de San Diego tinha um lastro conservador marcado, com o qual, muitas vezes, a presença da universidade se chocava. E, por óbvio, a presença de Marcuse não passaria despercebida.

Para San Diego, ele trouxe na bagagem o recém-publicado, na saída de Brandeis, *O homem unidimensional* (1965), e naquela cidade publicará, entre outros textos importantes, dois que fechariam o que pode ser considerado uma “trilogia” em termos de sua trajetória naqueles tempos: *Um ensaio sobre a libertação* (1969) e *Contra-revolução e revolta* (1972).

O homem unidimensional pode ser tomado como o manifesto dos movimentos da época, escrito previamente a eles, trazendo uma forte e profunda crítica da sociedade capitalista de então, em particular da sociedade estadunidense. *Um ensaio sobre a libertação*, já no bojo dos movimentos, apresentava e valorizava seu desenvolvimento e importância para a necessária mudança social. Já no fechamento da longa década de 1960, *Contra revolução e revolta* viria na baixa e nos refluxos dos movimentos, analisando a efetividade das forças conservadoras no sentido de contra-arrestar, desviar e sufocar aqueles movimentos de tão intenso potencial.

Dado o desenvolvimento de sua relação com os movimentos sociais daquele período, Marcuse receberá o epíteto de “pai da nova esquerda”, com o que ele troçava dizendo que, no limite, poderia ser o “avô”, lugar que sempre negou ocupar. A intensidade desta relação, que de resto não se deu apenas nos Estados Unidos, mas também em outros quadrantes, como com a nova esquerda europeia, por exemplo, fez com que Marcuse fosse

rapidamente ungido pelos setores conservadores como um dos responsáveis pela insurgência daqueles dias e fosse transformado em alvo.

Por esse motivo, em fins da década, a Legião Americana, junto a outros setores da direita estadunidense, ofereceu-se à UCSD para “comprar” o seu contrato de professor, de modo que ele parasse de dar aulas. Isso, obviamente, não foi aceito pela Direção da UCSD. Além disso, e pior, Marcuse receberá em sua sala na universidade uma correspondência assinada pela Klu Klux Klan, ameaçando sua vida se ele não deixasse o país em 72 horas. No mesmo contexto, certa manhã, um boneco aparecerá enforcado em um dos mastros da UCSD, com um cartaz trazendo a inscrição “Marxista Marcuse”. A radicalização do processo faz com a UCSD tente uma saída para a presença do renomado, mas “problemático”, filósofo. Assim, tentaram pressioná-lo por uma aposentadoria, o que ele não aceitou. Ainda que isso tenha sido sempre negado pela UCSD, chega-se a mudar as regras para renovação de contratos de professores, o que, à época, atingia Marcuse em cheio.

Interessante notar que até hoje algumas publicações de corte conservador continuam lembrando do “efeito Marcuse” e o responsabilizam pelo que seria a radicalização e a intolerância que veem presentes e atuantes nos campi americanos. Na memória viva de muitos e na memória compartilhada, Marcuse continua o grande mestre da contestação.

O engajamento e a identificação com os movimentos sociais, por certo, trouxeram-lhe reconhecimento pessoal e à sua obra, sendo chamado constantemente naquele contexto para falar nos campi pelo mundo. Porém, o preço, acadêmico e pessoal, por ele pago não foi dos menores, inclusive no que se refere às suas amizades ancestrais, como quando do estremecimento de sua relação com Theodor Adorno por conta de desacordos quanto ao movimento estudantil alemão (LESLIE, 1999; CUTRONE, 2011; MBEMBE, 2016). A correspondência por eles trocada no período traz a forte tensão contida e o claro desacordo diante das formas e conteúdos daqueles movimentos.

Tudo isso foi precipitado pelo famoso episódio em que os estudantes alemães ocuparam o prédio do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt enquanto Adorno era diretor. Adorno considerava que o movimento criara o fato apenas para ser reprimido e gerar novas repercussões. Com o acirramento do processo, a polícia foi chamada para lidar com as ações estudantis de ocupação. A responsabilidade direta pela presença da polícia caiu sobre Adorno, rendendo-lhe fortes ataques dos movimentos, aos quais ele revidara qualificando-os de “fascismo de esquerda”.

Quando convidado pelos estudantes para uma palestra na universidade, Marcuse aceitou. Entretanto, informou a Adorno e lhe pediu uma carta-convite oficial para sua liberação pela UCSD. Adorno considerou aquilo um apoio ao movimento estudantil e um endosso às críticas que vinha sofrendo. Na correspondência, temos as visões diferentes e conflitivas

sobre aqueles movimentos, o papel dos intelectuais no processo e acerca do perfil da universidade.

Ao fim, Marcuse não realizaria a viagem. Adorno, que viveria momentos de depressão em meio ao quadro, teria de cancelar cursos por conta da pressão e dos sucessivos “escrachos” feitos pelo setor mais à esquerda do movimento estudantil. A relação entre Marcuse e o instituto azeda ainda mais quando se veem na mídia as críticas que Max Horkheimer teria feito ao seu trabalho e às vinculações com os movimentos sociais. Nas cartas, Marcuse indica a Adorno que terá de responder à altura; porém, Adorno corre para responder por telegrama que as falas foram retiradas do contexto.

Deve-se dizer que a tensão entre Marcuse e seus companheiros de longa data de instituto já vinha de algum tempo. Desde a Guerra Fria, nos anos 1950, Marcuse nutria a visão de que eles acabavam por abraçar um certo anticomunismo. Agora, desaguava no debate acerca do que seria a (des)politização da teoria crítica.

A tensão com relação à Marcuse não se deu apenas, digamos, à direita e com seus amigos. Ele trabalhou, nos anos 1940, para o serviço de inteligência americano, o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês) – um antepassado da CIA –, analisando o quadro da Alemanha nazista para os americanos, bem como outros intelectuais e cientistas alemães refugiados nos Estados Unidos e críticos do nazismo. Este posto seria trazido à tona, possivelmente, pelas vias do próprio serviço secreto americano ou pelo do soviético, já que ambos estavam preocupados com a penetração das ideias de Marcuse nos meios estudantis e de esquerda e tinham interesse em deslegitimá-lo. O jornal estadunidense de orientação maoísta, *Progressive labor*, em 1969, chamou Marcuse explicitamente de “marxista da CIA”.

Até Daniel Cohn-Bendit manteve com ele uma relação tensa. Desse modo, em uma entrevista⁴ a *Le Magazine Littéraire*, de maio de 1968, Cohn-Bendit (1968, p.5) indica que

Fala-se muito da influência de Marcuse sobre o SDS⁵ na Alemanha. E nós temos contato com o SDS. Mas, dentro do movimento, não há dez pessoas que leram Marcuse, pode ser até que tenham lido *Eros e Civilização*. Marcuse em sua crítica da sociedade capitalista e em sua recusa da sociedade socialista, nos serve de ponto de apoio. Sobre tudo por três teses. Ele mostra que é a natureza mesma da sociedade que é repressiva e que não se trata de formas de repressão exteriores, como a polícia. Ele mostra a unidimensionalidade do homem, quer dizer, de fato, que nossa sociedade forma exatamente seu tipo de homem. Por fim, ele mostra que a crítica e a destruição são um começo da construção. Quando nós criticamos radicalmente uma coisa, nós construímos.

⁴ Republicada pela *Le Nouveau Magazine Littéraire* em 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/daniel-cohn-bendit-quand-on-critique-radicalement-on-construit>>.

⁵ Referência à União dos Estudantes Socialistas Alemães.

Em junho do mesmo ano, com a informação trazida ao público, em meio a todo tipo de teoria da conspiração com relação a Marcuse, seu trabalho para a “CIA” e sua participação nos movimentos, Cohn-Bendit teria sido protagonista de um incidente que interromperia a viagem que Marcuse fazia para uma série de palestras pela Itália – o que ele negaria posteriormente. No dia 17 de junho, “Danny, Le Rouge”, segundo Leslie (1999, p. 122), “interrompeu a palestra de Marcuse no Teatro Eliseo, em Roma, com algumas questões: ‘Marcuse, por que você veio ao teatro da burguesia? Herbert, fala para a gente por que a CIA te paga?’ Jornais da época relataram que Marcuse teve de deixar o teatro”.

Assim, com uma legião de seguidores e muitos detratores, dentro e fora da Academia e do movimento social, Marcuse atravessou a última metade da década de 1960 como um dos pensadores mais influentes do período. Mas, quais as ideias deste senhor de setenta anos que conseguiu ser aceito e respeitado, como poucos, por movimentos marcados por uma visão quase mítica de juventude, de “luta contra o velho mundo” e os “velhos ensinamentos”, bem como pela máxima “não confiamos em ninguém com mais de trinta anos”⁶? Até que ponto elas poderiam ser mobilizadas hoje para darmos conta da sociedade capitalista atual e das formas de resistência que estão postas a ela? Quais os limites e possibilidades das articulações entre política e desejo ontem e hoje?

O capitalismo avançado e a racionalidade tecnológica

A avaliação crítica do capitalismo avançado de Marcuse principiará com a constatação de um impasse fundamental presente no cerne da dialética histórica entre dominação e emancipação, tal como concebida classicamente pelo marxismo. Os elementos de negação imanente gerados pelo próprio sistema mostravam-se claramente incapacitados para cumprir sua “missão histórica”. Além disso, passavam a vigorar, cada vez com mais força, mecanismos de neutralização do que nosso autor chamava de “forças de oposição”. A parte negativa da dialética histórica era ela mesma negada e afirmava-se uma positividade monolítica que não podia representar mais que uma tranquila apologia do presente.

Este movimento de “integração das forças sociais outrora negadoras e transcendentais”, além de dificultar a contestação política do capitalismo como modo de vida hegemônico, denotava toda “uma nova estrutura social” a ser analisada e compreendida (MARCUSE, 2002, p. 148). Isso é uma forma de dizer que o desafio à teoria crítica não vinha de um elemento

⁶ Frase de J. Weinberg no Free Speech Movement, da Universidade da Califórnia, no ano letivo de 1964-1965. Por força da mídia ganhou o mundo e vida própria como uma legenda para as relações entre aquela geração e a anterior. Weinberg disse que usou a expressão para se livrar de jornalistas que o aborreciam insinuando que o movimento estava sendo manipulado pelos comunistas. Ver: BERKELEY DAILY PLANET, 2000.

externo à sua própria elucubração intelectual, mas trabalhava internamente, e o postulado da “negação imanente e determinada” projetado sobre a figura das classes integradas diretamente ao “aparato produtivo” tonava-se cada vez mais problemático.

As transformações que impunham o modo de regulação fordista e o capitalismo dito “organizado” implicavam também novas “formas de controle” social, fortemente amparadas em uma racionalidade que Marcuse chamará de “técnica” ou “instrumental”.

Neste universo, a tecnologia também produz a grande racionalização da dominação humana [...] efetivando a impossibilidade de adestrar a própria vida. A racionalidade tecnológica protege, ao invés de pôr em xeque, a legitimidade da dominação e o horizonte instrumentalista da razão. (MARCUSE, 2002, p. 162).

Tomando a passagem “A racionalidade tecnológica protege ao invés de pôr em xeque a dominação” (MARCUSE, 2002, p. 162), vemos que não está em jogo apenas as denúncias das promessas não cumpridas pelo progresso, isto é, aquilo que lhe faltou efetivar enquanto ideologia basilar do horizonte civilizatório moderno. Antes, tratava-se, principalmente e acima de tudo, de dar conta do que este havia produzido *efetivamente*; neste preciso sentido, é de suma importância a ideia de racionalidade tecnológica.

Com o termo “racionalidade tecnológica” o autor de *O homem unidimensional* não desejava destacar exclusivamente a face organizacional deste tipo de arranjo social. Importava principalmente chamar a atenção para o tipo de subjetividade produzido por esta nova configuração do capitalismo, baseada num tenaz acoplamento entre as modulações libidinais dos indivíduos a ele submetidos e os padrões de vida, consumo e produtividade por ele propalados. Em sua visão, “Sob as condições de um padrão de vida ascendente, a desconformidade com o próprio sistema parece ser socialmente prescindível, e isso sobretudo quando esta envolve desvantagens econômicas e políticas tangíveis” (MARCUSE, 2002, p. 4).

A conformação desta variação do típico *homo economicus*, para Marcuse, incidirá particularmente sobre uma operação de deslocamento da libido, a sublimação, mitigando a capacidade de crítica comportamental à crescente colonização da psique pela proliferação dos objetos de desejo ofertados pelo “capitalismo tardio”.

Ali, justamente onde o mecanismo de sublimação era capaz de manter a percepção daquilo que através de sua operação de deslocamento era renunciado, reinará a repressão, funcional e eficazmente prazerosa, seguida da pura e simples negação daquilo de que padece o sujeito. Para Marcuse (MARCUSE, 2002, p. 79), “Ao contrário dos prazeres da dessublimação ajustada, na sublimação persevera a consciência das renúncias infligidas pela sociedade repressiva sobre o indivíduo e preserva-se assim a vontade de liberação”.

A esta perversão do mecanismo de sublimação, que possibilitava a visibilização dos processos que eram justamente objetos da crítica, ele dará o nome de “dessublimação repressiva”. Frente a este quadro acachapante, que Marcuse não hesitará em chamar de “totalitário”, serão impostas algumas questões decisivas. Como pensar ou repensar a crítica? Como renovar a imaginação política? Quem seriam seus portadores sociais, isto é, seus protagonistas?

A precipitação de uma série de eventos políticos de grande transcendência internacional no fim dos anos 1960 – dentre os quais figuravam as lutas de liberação nacional, as guerrilhas dos países do “terceiro mundo” e, principalmente, os movimentos estudantis na Europa e nos Estados Unidos – parecerá, aos olhos de Marcuse, uma espécie de luz no fim do túnel ou um ponto de fuga daquele labirinto sem saída no qual se havia convertido o mundo hegemonizado pelo capitalismo avançado. Esta nova constelação histórica, que parecia abrir-se a partir destes eventos, levará Marcuse a pensá-los como imagens do que poderiam vir a ser renovadas alternativas emancipatórias.

As novas forças subjetivas

De fato, o interesse crescente de Marcuse por esta nova constelação política respondia a uma transformação conjuntural notável, mas não apenas. Era preciso também combinar a guinada fática por ela proporcionada com os seus próprios achados teóricos, expostos especialmente em *O homem unidimensional*.

Sob condições de integração, a nova consciência política da necessidade vital de uma mudança radical emerge entre grupos sociais que, em termos objetivos, estão (relativamente) livres dos interesses e aspirações integradoras, conservadoras, livres da radical transvaloração dos valores. (MARCUSE, 2000, p. 54-55).

Frente ao fechamento total, e mesmo “totalitário”, do capitalismo avançado, era quase logicamente necessário que as alternativas opositoras tivessem que vir de fora do sistema, e não apenas deste último, entendido como sistema produtivo. Não tinha sido por outro motivo que ele fechara *O homem unidimensional* com o trecho de Walter Benjamin, de que apenas em nome dos desesperançados nos era dada esperança (MARCUSE, 2000). Além disso, os organismos tradicionais de representação dos interesses da classe operária, em específico, e da sociedade replicavam para ele a mesmíssima lógica de administração das dissidências ao modelo. Isto é, por um lado, já não podiam servir de tradutores destas energias emancipatórias o modelo sindical mais tradicional e, por outro, tampouco o sistema de representação política de corte parlamentarista.

Dialéticas da democracia: se a democracia significa autogoverno do povo livre, com justiça para todos, então a realização da democracia deveria pressupor a abolição da pseudo democracia existente. Na dinâmica do capitalismo corporativo, a luta pela democracia tende então a assumir formas anti-democráticas, e na medida em que as decisões democráticas tornam-se ‘parlamentárias’ em todos os níveis, a oposição tenderá a ser extra-parlamentar. (MARCUSE, 2000, p. 65-66).

A maneira então de manter vivos os fundamentos mais profundos da democracia – “autogoverno do povo livre, com justiça para todos” – implicava um movimento que problematizasse sua captura pelo “capitalismo das corporações” e sua forma política correspondente, a democracia parlamentar (MARCUSE, 2000).

O fato de os grupos que protagonizaram mais ou menos diretamente os eventos da conjuntura sobre a qual voltava sua atenção pertencerem a setores não diretamente vinculados a grupos de interesses tradicionalmente representáveis significava, aos olhos de Marcuse, um dado não menor. Isso fazia deles os portadores potenciais capazes de levar adiante a tarefa de expandir a pulsão democrática para além de sua forma burocratizada e, em última instância, mistificada.

O que aparece como uma superfície do fenômeno é indicativo de tendências básicas que sugerem não apenas diferentes perspectivas de mudanças, mas a profundidade e extensão de uma mudança que vai muito além da teoria socialista tradicional. Sob este aspecto, o deslocamento das forças negativas de sua base tradicional entre a população tradicional, ao contrário de ser um sinal de fraqueza da oposição contra o poder integrador do capitalismo avançado, pode perfeitamente ser a lenta formação de uma nova base, capaz de trazer à tona o novo sujeito histórico da transformação. (MARCUSE, 2000, p. 52).

Ocorre que esta “lenta formação de uma nova base” infensa à teorização “socialista tradicional” não dava ainda conta do caráter inovador destes novos protagonismos (MARCUSE, 2000, p. 52). Que sua composição social fosse o resultado de uma aglutinação de jovens de classe média, de estratos pauperizados, de zonas guetificadas das grandes cidades e de membros pertencentes a uma *intelligentsia* insatisfeita com o *establishment* representava apenas uma de suas faces surpreendentes.

Marcuse prestará também a atenção à modulação e ao sentido de suas demandas. Em especial à ideia de uma recusa radical frente aos mecanismos de repressão aos modos de vida alternativos à mercantilização do desejo, a qual ele chamará de “a grande recusa”.

O advento de uma sociedade livre se caracterizaria pelo fato de que o crescimento do bem-estar volta-se essencialmente a uma nova qualidade de vida. Esta mudança qualitativa deve passar pelas necessidades, pela infraestrutura do homem (ele próprio uma infraestrutura da sociedade):

a nova direção, as novas instituições e relações de produção, devem expressar necessidades e satisfações muito distintas e mesmo antagônicas àquelas prevalentes nas sociedades de exploração. (MARCUSE, 2000, p. 4).

Neste sentido, o surgimento de uma “sociedade livre” passava agora necessariamente a ir de par com uma revolução na infraestrutura humana – expressão sugestiva de Marcuse para referir-se à necessidade de modificação desta segunda natureza produzida pela colonização libidinal capitalista e ao correlato acoplamento das “necessidades” e “aspirações” à forma-mercadoria.

Observando o que se passava pelo mundo (e se inspirando nisso) enquanto escrevia o *Ensaio*, Marcuse (2000) colocará forte esperança – sem, contudo, deixar de ver também algumas de suas limitações – nas mobilizações que atravessavam o globo. O potencial para uma transformação revolucionária de monta estaria presente naquela conjuntura, em termos materiais e subjetivos.

A esquerda sob a contrarrevolução preventiva

Apesar de sua enorme radicalidade e pujança, dadas as ações de contrainformação e repressão dos órgãos do Estado, bem como por suas próprias limitações internas, os movimentos sociais vão experimentar uma dura realidade na viragem das décadas de 1960 e 1970. A sua ofensiva dos anos anteriores seria contra-arrestada por um forte processo de contrarrevolução. Este quadro não passaria despercebido por Marcuse. Ele lançou seu olhar analítico sobre esse novo momento, articulando-o aos tempos de desenvolvimento do sistema capitalista.

Em termos gerais, segundo Marcuse (1972, p. 1-2), naquela conjuntura,

O mundo ocidental atingiu um novo estágio de desenvolvimento: agora, a defesa do sistema capitalista requer a organização da contra-revolução em casa e no exterior. [...] Em grande medida a contra-revolução é preventiva e, no mundo ocidental, totalmente preventiva. Aqui, não há nenhuma recente revolução a ser desfeita, e nem no horizonte próximo. E, ainda assim, o medo da revolução, que cria interesses comuns, articula os vários estágios e formas da contra-revolução. Isso percorre todo o espectro que vai desde a democracia parlamentar, via o estado policial, até a ditadura aberta. O capitalismo se auto-reorganiza para enfrentar a ameaça da revolução, aquela que seria a mais radical de todas as revoluções históricas. Essa seria verdadeiramente a primeira revolução histórica mundial.

Marcuse vai identificar o desenvolvimento de forças proto-fascistas por dentro mesmo do chamado regime democrático. Ainda que centrando

sua análise nos Estados Unidos, constantemente no texto ele se pergunta se os elementos constitutivos desse quadro de contrarrevolução não seriam semelhantes em outros países. Assim, ele chama atenção para o fato de que

A administração Nixon reforçou a organização contrarrevolucionária da sociedade em todas as direções. As forças de *lei e ordem* tem feito uma força acima da lei. O equipamento normal da polícia em muitas cidades se assemelham aqueles da SS nazista – a brutalidade de sua ação é familiar. (MARCUSE, 1972, p. 24)

O centro de ação estratégica da contrarrevolução visaria atacar dois dos principais pilares da revolta na sociedade, a saber, a universidade e os militantes dos movimentos negros e latinos, buscando reduzir ao máximo sua capacidade de ação, senão mesmo eliminar seus movimentos. Solapando os movimentos e atacando seus locais de atuação, o sistema buscaria cortar na raiz suas possibilidades de intervenção e florescimento.

A atividade nos *campi* é sufocada. Os Panteras Negras foram sistematicamente atacados antes de que seus conflitos internos desintegrassem seu movimento. Um vasto exército de agentes infiltrados se espalharam por todas as partes do país e por todos os setores da sociedade. O congresso foi emasculado (ou, melhor dizendo, se auto-emasculou) frente ao poder executivo o qual, por sua vez, depende de seu vasto *establishment* militar. (MARCUSE, 1972, p. 24).

Mirando todo esse cenário, Marcuse apresenta também uma análise “interna” das forças da rebelião, avaliando seu potencial até aquele momento e considerando os possíveis caminhos a serem seguidos em termos de estratégia política de organização e ação frente ao estabelecimento da contrarrevolução. Neste sentido, Marcuse percebe a difícil situação dos movimentos nesse contexto, dadas as questões externas e internas. Além disso, busca discutir criticamente alguns de seus fundamentos e práticas, apresentando o que seria um conjunto de ideias que poderia formar a vertebração de uma estratégia política para os movimentos não só enfrentarem os tempos de contrarrevolução, como também caminharem no sentido da transformação radical da sociedade.

Apesar da dureza do momento, Marcuse (1972) busca verificar dialeticamente os seus potenciais. Para ele,

O que é imposto à rebelião pela repressão e concentração das forças destrutivas nas mãos das estruturas de poder deve se tornar o solo para o reagrupamento e o reexame. Deve-se desenvolver estratégias que sejam adaptadas para o combate à contra-revolução. O resultado dependerá, em grande medida, da habilidade da jovem geração, de nem ‘pular fora’, nem se acomodar, mas aprender a como reagrupar após a derrota, como desenvolver, com uma nova sensibilidade, uma nova racionalidade, para sustentar um longo processo de educação, pré-requisito indispensável

para a transição à ação política de larga escala. Porque a próxima revolução será preocupação de gerações, e a ‘crise final do capitalismo’ pode muito bem demorar um século. (MARCUSE, 1972, p. 133-134).

Diante da derrota dos movimentos, Marcuse busca saídas e, como sempre o fez, não se importa, apesar de suas simpatias, em criticar elementos que, segundo ele, estariam nos horizontes de ação do movimentos, parecendo radicais e revolucionários. Porém, frente a uma análise mais profunda, esses elementos demonstrariam suas faces de infantilidade e ações de *clown*, algumas delas, inclusive, servindo de atração e justificação para o uso da violência repressiva.

Entre uma dessas ideias que animavam setores destes movimentos estaria um certo anti-intelectualismo. Na sua visão, paradoxalmente, esse seria um “movimento de intelectuais anti-intelectuais”. Marcuse chama atenção para os exageros dessa posição e sua proximidade perigosa e problemática com o discurso do *establishment*. Nesse sentido, ele se contrapõe fortemente à confusão feita por esses setores entre “mudar a universidade” e “destruir a universidade”, entre criar uma “nova racionalidade”, a partir da crítica à racionalidade capitalista, e a “abolição de toda a racionalidade”.

Apesar de suas duras e constantes críticas ao sistema universitário, seus eixos de estruturação, condução, financiamento etc., Marcuse não perde de vista os possíveis papéis da universidade para o desenvolvimento desta nova estratégia. Ele assinala: “tenho reforçado o papel-chave que as universidades jogam neste novo período: elas podem ainda funcionar como instituições para a formação de contra-quadros” (MARCUSE, 1972, p. 56). Esse processo de formação e educação cumpriria uma tarefa central na “longa marcha por dentro das instituições”, um caminho a ser percorrido neste novo contexto.

O fundamento da formulação de Marcuse (1972) se encontraria nas possibilidades de articulação entre a classe trabalhadora e a nova esquerda. Dada a derrota dos movimentos, Marcuse (1972) identifica a forte componente do isolamento desses movimentos, em seus pequenos grupos, da grande massa. Aqui, permanecem a crítica e a visão pessimista que sempre endereçou à classe trabalhadora e às suas organizações, em termos de sua integração no capitalismo avançado, mas como base para uma possível articulação que galvanizasse esses setores. Há uma clara indicação da necessidade da construção de uma frente política entre a classe trabalhadora e a nova esquerda. Uma potencializando a outra. Para ele,

A junção destas duas forças é uma pré-condição para a mudança. [...] Isso não será conseguido ‘indo se juntar aos trabalhadores’, participando de seus piquetes, esposando suas ‘casas’ etc. etc. A junção pode apenas tomar vida no processo de mudança social, no qual os dois grupos ajam cada um em suas próprias bases e em termos de sua própria consciência, queixas e metas. (MARCUSE, 1972, p. 40).

Assim, esse processo se basearia em uma divisão de funções, de caráter temporário, na qual se deveria evitar ao máximo qualquer tipo de ar de superioridade, arrogância e reações negativas automáticas. Com isso, se promoveria a unidade entre as forças, num dado nível, que “os diferentes interesses específicos de cada grupo experimentado e articulado em seus próprios termos e situação (na fábrica, loja, escritório, vizinhança), encontrem bases e estratégias comuns” (MARCUSE, 1972, p. 40). Há, diante do quadro de contrarrevolução, a proposta da formação, como estratégia mínima, de uma frente única, estruturada a partir da cooperação de estudantes, militantes operários e liberais de esquerda. Essa frente seria responsável pela tarefa de organizar protestos contra os atos do sistema.

A partir de sua análise acerca do momento vivido pelas forças da rebelião, ele identifica as possibilidades organizativas que lhe poderiam servir de plataforma. Sinalizando para o que seria a obsolescência da forma partido de massas centralizado, Marcuse vai identificar, ainda que indicando também algumas de suas limitações, a democracia direta e a organização de conselhos como alternativas mais adequadas.

Este processo seria muito diferente dos modelos históricos de ação anteriores, baseados no desenvolvimento da consciência de classe a partir de fora. Neste sentido, os “grupos minoritários sob os quais cairá a tarefa organizativa serão muito diferentes da vanguarda leninista” (MARCUSE, 1972, p. 41). Marcuse (1972) se aproximaria, assim, da experiência dos “conselhos de base”, presentes, aliás, em sua própria experiência durante a revolução alemã dos inícios do século XX. Eles seriam um espaço importante para a construção da unidade das forças, da prática da democracia participativa direta e da construção da nova sociedade.

Um pouco mais à frente na conjuntura, em uma fala na Universidade da Califórnia, em Irvine, em abril de 1975, Marcuse (1979) analisa quais foram os fatores responsáveis pelo que seria a “falha” da nova esquerda. Segundo ele, para que se entenda esse processo, é preciso observar diferentes níveis.

Em parte, o movimento foi cooptado ou abertamente suprimido pelo *establishment*; em parte ele se autodestruíu ao falhar no desenvolvimento de formas organizacionais adequadas e por ter permitido crescentes divisões internas que se espalharam, em um fenômeno vinculado ao anti-intelectualismo, ao anarquismo politicamente incapaz e à arrogância narcísica. (MARCUSE, 1979, p. 5).

Apesar do pesado esforço do sistema para quebrar as mobilizações, vemos que, segundo Marcuse (1979), é preciso dar atenção aos fatores internos aos movimentos. Mesmo com todo o seu potencial, a revolta não teria logrado êxito, ou se “autodestruído”, quando trocou seu potencial político por saídas relacionadas às formas de libertação privada, de paraísos artificiais. Na visão de Marcuse (1979, p. 5), tais formas privadas estariam baseadas na “cultura da droga, em seitas e gurus esotéricos, e na ritualização

e fetichização do marxismo”. Elas representariam “a desilusão prematura e a resignação”, que redundariam em retirada e recolhimento.

De todo modo, para Marcuse (1979), os anos 1960 teriam marcado um ponto de viragem no desenvolvimento capitalista, tendo a nova esquerda representado uma proposta ampla e inclusiva de mudança social, que nela incorporava pontos esquecidos e/ou mesmo negados. A nova esquerda teria apontado para o fato de que a revolução no século XX tinha de ser uma revolução específica de seu tempo, relacionada ao capitalismo tardio, distinguindo-se de todas as revoluções anteriores. Essa revolução “acharia seu ímpeto e origem não tanto na miséria econômica, mas na revolta contra necessidades e prazeres impostos, revolta contra a miséria e a insanidade da sociedade afluyente” (MARCUSE, 1979, p. 8). Nesse sentido, ela seria mais do que uma revolução econômica e política, sendo, acima de tudo, uma revolução cultural. Uma revolução que teria na sua base uma classe operária expandida, transformada, em termos de existência social, e portadora de uma consciência diferente, que incorporaria setores das outrora independentes classes média e *intelligentsia*. Em seu processo, ela mobilizaria também “grupos marginalizados” e setores que ainda não se politizaram até aquele momento. Neste novo tipo de revolução, seria fundamental revolucionar os valores que estariam na base da sociedade de classes.

Marcuse assinala ainda que o movimento de libertação das mulheres poderia se tornar uma “terceira força” desta revolução. Esse movimento seria um passo importantíssimo nesta direção, na medida em que lutasse também pelo socialismo e não se reduzisse a um nível que, na prática, poderia resultar apenas na conquista da “igualdade de dominação”.

Considerações finais

Nos anos 1960, Herbert Marcuse se tornou um dos mais conhecidos pensadores ao redor do mundo. Para alguns dos críticos, suas ideias estavam estreitamente vinculadas àquele contexto e com ele saíram de cena. Como um intelectual público, que mantinha relações próximas, ainda que tensas, com os movimentos sociais, Marcuse ganhou muita publicidade no período, o que transcendeu, em muito, o próprio conteúdo de seu trabalho. Assim como outras pessoas, ideias, práticas e eventos, ele também acabou por se tornar uma espécie de ícone dos anos 1960. Não foi por acaso que seu nome apareceu em faixas, cartazes e muros na famosa junção dos três Ms: “Marx, Mao e Marcuse”.

Porém, considerar suas reflexões como pura e simplesmente presas a uma determinada conjuntura, ainda que respondessem a ela, seria reduzir muito as suas possibilidades. Sem dúvida alguma, isto que poderíamos chamar de *encontro* entre Marcuse e a conjuntura política dos anos 1960-1970 produziu questionamentos e problematizações que seguem interpelando-nos nos dias que correm (KELLNER, 2003 e 2005).

As formulações de Marcuse sobre a cisão entre os fatores objetivos e subjetivos da revolução habilitaram uma série de incursões tanto pelos mecanismos de elaboração e reelaboração do problema da “servidão voluntária”, quanto pelas aberturas políticas possibilitadas, e mesmo estimuladas, por uma concepção mais plástica e social dos circuitos libidinais. Aos seus olhos, os novos protagonismos surgidos nestes turbulentos anos desafiavam as velhas matrizes de entendimento do mundo – fossem elas propriamente intelectuais ou estritamente políticas –, não apenas no sentido de opor algo a outro, distinto daquilo que vigorava hegemonicamente. O questionamento aí se estendia desde a ordem dominante até as formas petrificadas de entendimento da obra de Marx, passando pelas formas de organização e mobilização da conflitividade social.

Em realidade, a enorme capacidade de sedução destes movimentos para Marcuse estava em seu caráter extraordinário (no sentido mais estrito que este termo pode encerrar). Aliás, não haverá de ter sido mero acaso a recuperação por parte de nosso autor justamente de algumas ideias contidas na estética kantiana do sublime⁷, em especial aquilo que esta representava em termos de desafios ao esquematismo do entendimento, exposto na terceira de suas críticas por ocasião da escritura do *Essay*. Afinal, pensar a (e na) conjuntura exigia uma imaginação teórica capaz de estar à altura daqueles eventos; não obstante o fato de os desafios daqueles anos não passarem exclusivamente pela teoria.

Outra questão de suma importância, e de escandalosa atualidade, referia-se justamente à capacidade de esses movimentos, em suas expressões mais inovadoras e extraordinárias, inscreverem-se no tempo e na duração; que de alguma maneira a excepcionalidade destes acontecimentos pudessem rotinizar-se sem perder sua criatividade. Que, enfim, esta excepcionalidade, característica de toda revolução digna deste nome, pudesse não apenas questionar instituições, mas construí-las de uma forma renovada, aí incluídas, naturalmente, as instituições ditas democráticas e seus avatares. De alguma maneira, é novamente a política que, acelerando os tempos, volta a aproximar-se, extemporaneamente, de Marcuse e de sua intervenção na conjuntura. Uma dupla menção bastará...

Como nas conjunturas analisadas por Marcuse, aqui em tela, percebe-se a insurgência de práticas de democracia participativa nos mais diversos quadrantes, as quais, em geral, mais que propor modelos acabados de manifestação de vontades políticas intensas e dissidentes, afirmaram um profundo mal-estar com os mecanismos de tradução política das diversas, plurais e disformes modulações da soberania popular. Pode-se dizer que, desde aquele período, salvo experiências importantes, mas pontuais, tais práticas viveram um certo rescaldo dos anos 1960. Só para ficarmos em

⁷ Ver, por exemplo, Marcuse (2000, pp. 27 e 37). Giles Deleuze (2015) e Jean-François Lyotard (1994) voltarão, na mesma época, ao filósofo de Königsberg com fito similar. Coube a Jacques Rancière (1995) na conjuntura contemporânea recuperar esta ideia.

alguns exemplos mais recentes, movimentos multifacetados como o Occupy, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe – entre outros –, na Tunísia e no Egito, Taksim Gezi Park, na Turquia, e as rebeliões de junho e das ocupações de escola pelos secundaristas no Brasil, ainda que com contradições e limites, de marcado lastro na juventude, produziram um ciclo de contestação de monta, entre outras coisas, recolocando no cenário a importância (e a necessidade) da organização de base e da democracia participativa. A experiência concreta e a construção de sentido sobre elas transcenderam em muito a duração desses movimentos.

Mas, quando se observa a conjuntura internacional atual, o capitalismo vai sendo gerido por uma nova dieta neoliberal – que muitos acreditaram finda durante a crise de 2008, agora robustecida – e pelo surgimento de governos que recrudescem o autoritarismo, a autocracia e as tendências totalitárias, com o proto-fascismo grassando no tecido social, alastrando racismo, machismo, LGBTQfobia e xenofobia. Tudo isso crescendo por dentro da democracia e contra ela. Globaliza-se a judicialização, a criminalização e a repressão às formas de revolta, aos movimentos sociais, bem como contra qualquer potencial disruptivo.

O sistema sofisticava suas formas de dominação sutil no cotidiano e mostra sua verdadeira face dura quando se tenta questioná-las – fenômenos que, aliás, segundo alguns autores contemporâneos, mesmo que excessivamente centrados ainda no solo empírico europeu, mereceriam o epíteto de pós-democráticos⁸.

Mais uma vez, a contrarrevolução preventiva sucede à revolta? Depois de tantos, ainda que limitados avanços, estaríamos diante do retorno do recalcado unidimensional? Qual o papel e as tarefas das esquerdas neste contexto? Que programas e quais estratégias? Como conjugar formas de organização e mobilização horizontais e verticais? Como percorrer os caminhos necessários de articulação entre revoluções “moleculares” e “molares” (GUATTARI, 1981). Todas as formas de afirmar, mediante formulações preocupadas, mas profundamente candentes, que não é certo que das derivas dos desejos políticos ou, dito de outra forma, daquilo que há de profundamente afetivo na própria política, devamos esperar um único e mesmo sentido. Ao contrário, é justamente seu caráter plástico, que Marcuse soube marcar com notória perspicácia, que o torna alvo de disputa e, por via de consequência, uma matéria ou elemento politizável.

Seja como for, parece que vivemos definitivamente um “novo tempo do mundo”, e as questões levantadas por Marcuse, em seu momento e contexto precisos, são capazes, talvez, de projetar novas luzes sobre esta conjuntura difícil. Dessa maneira, deixam ver, de alguma maneira, que o pensamento de Marcuse tenha ainda uma potência para nos auxiliar, como intelectuais públicos, em nosso complexo trabalho de elucidação, proposição e ação.

⁸ Ver a respeito, por exemplo, Colin Crouch. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2005.

Referências

- BERKELEY DAILY PLANET. Título. 2000. Disponível em: <<http://berkeleydailyplanet.com/issue/2000-04-06/article/759>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.
- CROUCH, C. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2005
- CUTRONE, C. *Adorno and Marcuse in 1969: the separation of theory and pra-ctice*. In: CRITICAL REFUSALS: THE 4TH BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL MARCUSE SOCIETY, University of Pennsylvania, Philadelphia, 27 out., 2011.
- DELEUZE, G. *La philosophie critique de Kant*. Paris: PUF, 2015.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HAHN, P. Daniel Cohn-Bendit: «Quand On Critique Radicalement, On Construit». *Le Nouveau Magazine Littéraire*, 2018. Disponível em: <<https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/daniel-cohn-bendit-quand-on-critique-radicalement-on-construit>>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- KELLNER, D. Marcuse and the quest for the radical subjectivity. *Counterpoints*, v. 168, 2003.
- _____. *The new left and the 1960s – Collected papers of Herbert Marcuse*. Vol III. London and York: Routledge, 2005.
- LESLIE, E. Introduction to Adorno/Marcuse correspondence on the german student movement. *New Left Review*, v. 1. n. 233. 1999.
- LYOTARD, J.-F. *Lessons on the analytic of the sublime*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- MARCUSE, H. *Counterrevolution and revolt*. Boston: Beacon Press, 1972.
- _____. The failure of the new left? *New German Critique*, Duke, n. 18, 1979.
- MALINOVICH, M. Herbert Marcuse in 1978: an interview. *Social Research*, New York, v. 48. n. 2, 1981.
- MARCUSE, H. *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press, 2000.
- _____. *One-Dimensional man*. Studies in the ideology of advanced industrial society. London/New York: Routledge, 2002.
- _____. *Prólogo ao 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. 2016. Theodor Adorno vs Herbert Marcuse on student protests, violence and democracy. *Daily Maverick*, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dailymaverick.co.za/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

RANCIÈRE, J. *La mésentente*: politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995.

DOI: 10.12957/rep.2018.36699

Recebido em 03 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 15 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista

Some considerations on labor and its precariousness in the capitalist context

Dayana Valério Coimbra de Macêdo*

Resumo – Este artigo realizará breve exposição sobre o processo de trabalho na sociedade capitalista segundo os estudos de Karl Marx, para ajudar na reflexão sobre as ameaças às condições trabalhistas na atualidade. Inicialmente, será realizada análise sobre o funcionamento do processo de trabalho anterior à sociedade capitalista, seguida da análise desse funcionamento no contexto capitalista. Na sequência, será trabalhada a “lei geral da acumulação capitalista” e, por fim, será estudada a precarização do trabalho no cenário atual.

Palavras-chave: Karl Marx; capitalismo; classe trabalhadora; precarização do trabalho.

Abstract – This article will give a brief exposition on the labor process in capitalist society according to the studies of Karl Marx, to help reflect on threats to labor conditions today. Initially an analysis will be carried out on the functioning of the labor process prior to capitalist society, followed by its analysis in the capitalist context. Next, the “general law of capitalist accumulation” will be worked out, and finally precarious work in the present scenario will be analyzed.

Keywords: Karl Marx; capitalism; working class; precarious work.

* Mestranda em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Assistente Social da UERJ, lotada na Policlínica Piquet Carneiro. Correspondência: Rua Borja Reis, número 97/ apto 204, Engenho de Dentro – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20730-470. Email: <dayanacoimbra2012@gmail.com>.

Introdução

Diante do atual contexto de acirramento da exploração sobre a classe trabalhadora e da incessante ameaça à retirada de seus direitos, faz-se necessária a reflexão crítica devidamente fundamentada sobre o tema. Dessa forma, este artigo se propõe a apresentar, na parte inicial, algumas reflexões do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883). No século XIX, ele se dedicou a estudar a economia política de forma crítica, tendo a sociedade burguesa como seu objeto de estudo, e elaborou sua teoria social e o método crítico-dialético. Apesar de terem sido realizados em outro momento do capitalismo, seus estudos mantêm-se atuais para leitura da sociedade capitalista contemporânea.

Na sequência, serão expostas algumas práticas renovadas do capitalismo de elevar a acumulação de capital e acirrar a exploração sobre a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Diante dessa exposição, pretende-se, com este artigo, possibilitar o entendimento crítico dos ataques realizados à classe trabalhadora no atual contexto.

Processo de trabalho, extração de mais-valia e constituição da mercadoria

Segundo a análise marxista, o trabalho concreto é ontológico ao homem, faz parte de sua essência. De acordo com Marx (2004), o trabalho constitui-se em um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem coloca em movimento suas forças naturais e utiliza a matéria natural de forma útil para sua vida; assim, subordina a matéria natural à realização de seus objetivos. É válido ressaltar que, nesse processo, o homem modifica não somente a natureza, mas também a si próprio.

Se tratado no sentido do trabalho em geral, o processo de trabalho tem uma essência criativa; o homem cria de forma racional, de acordo com suas próprias necessidades e para seu uso, além de dominar todos os processos da produção, não sendo o resultado de seu trabalho estranho a ele. Conforme Marx (2004), assim como o homem, o animal também produz, todavia não há consciência em seu ato. O animal produz para atender a uma necessidade imediata sua ou de sua cria, e especificamente para sua espécie. O que diferencia o homem de uma abelha, por exemplo, que constrói o favo de suas colmeias, é o fato de esse animal não ter a capacidade de planejar. No processo de trabalho, o homem previamente idealiza um resultado; sua vontade é orientada a um fim, o que se denomina teleologia. Dessa forma, ressalta-se a centralidade do trabalho como ontológico ao homem, algo eminentemente humano, em função de seu caráter racional.

Na análise marxista, o processo de trabalho é composto por três elementos: o próprio trabalho; a matéria sobre a qual o trabalho se aplica; e os meios para realização do trabalho, que são os instrumentos necessários que intermedeiam a ação. Esses instrumentos que se situam entre o trabalhador e a matéria são denominados ferramentas, criadas e utilizadas especificamente pelos homens, sendo este um processo também especificamente humano (MARX, 2004).

Segundo Marx (2004), por meio de estudos realizados em restos de meios de trabalho encontrados, é possível desvendar formações socioeconômicas distintas, pois o que diferencia épocas econômicas não é o que se faz, mas sim como se faz e os meios de trabalho utilizados. A descoberta desses meios de trabalho também possibilita compreender o grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, assim como as condições sociais em que se trabalhava. Com base nisso, apreende-se que o processo de trabalho independe da forma social, estando presente em todas as formas de organização da sociedade e sendo inerente ao homem. Entretanto, ele assume formas peculiares em cada momento histórico, com marcas específicas. Assim, neste artigo, serão abordadas as especificidades do processo de trabalho no capitalismo, contexto em que o trabalho se torna sofrimento e alienação.

Em seus estudos, Marx (2004) aponta que, no capitalismo, a sociedade está dividida em duas classes – a dos capitalistas, detentores dos meios de produção e compradores da força de trabalho, e a dos proletários, trabalhadores que apenas dispõem de sua força de trabalho e a vendem ao capitalista pelo valor necessário para sua reprodução.

Assim, é possível afirmar que o capitalismo trouxe mudanças para o setor produtivo e também para as relações e condições de trabalho. Anteriormente, o homem tinha sua força de trabalho, a matéria sobre a qual o trabalho se realizava e os meios de trabalho. Já no capitalismo, o homem dispõe apenas de sua força de trabalho – os meios e a matéria são propriedades do capitalista – e o que ele produz não lhe pertence; cabe a ele apenas o salário, que é calculado com base no estritamente necessário para sua reprodução e subsistência.

Dessa forma, conforme Marx (2004), para o processo de produção, o capitalista adquire no mercado os fatores necessários, que são os fatores objetivos (meios de produção) e os fatores pessoais (força de trabalho). Observa-se, portanto, que, nesse processo, a força de trabalho torna-se uma mercadoria nas mãos do capitalista.

De acordo com Marx (2004), o processo de trabalho no contexto capitalista é marcado por dois fenômenos peculiares. O primeiro constitui-se no fato de que o trabalhador exerce sua atividade sob o rigoroso controle do capitalista, que espera que os meios de produção e os instrumentos sejam utilizados de forma a atender às necessidades do processo de valorização e acumulação do capital. O segundo fator é que, apesar de o trabalhador ser

o produtor direto de seu produto, este não lhe pertence, sendo propriedade do capitalista. O que o trabalhador receberá é o valor referente aos dias de uso de sua força de trabalho. Consta-se que a força de trabalho é vendida como qualquer outra mercadoria e “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2004, p. 48).

Assim, verifica-se que, no capitalismo, o homem não mais produz segundo sua individualidade e necessidade interna; o trabalho não mais pertence à sua essência como uma livre manifestação da vida. Ele não tem mais o domínio sobre todo o processo e o produto de seu trabalho não lhe pertence, constituindo o trabalho alienado.

No que tange à mercadoria, Marx (2008) a define como algo que atende às necessidades humanas, independentemente de quais sejam essas necessidades, e as satisfaz de forma direta, para consumo individual, ou de maneira indireta, como meio de produção. Na sociedade capitalista, a riqueza é medida de acordo com a acumulação de mercadorias, e seu valor é determinado segundo a quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Segundo Marx (2004), o desejo do capitalista é produzir mais-valia (lucro) e, para obtê-la por meio da produção, é necessário que o valor da mercadoria produzida seja mais elevado que o valor das mercadorias utilizadas em sua produção (meios de produção e força de trabalho). Ciente disso, o capitalista utiliza como estratégia aumentar a jornada de trabalho do proletário e, assim, as horas trabalhadas não pagas ao trabalhador representam componente importante do lucro do capitalista. Netto e Braz (2007, p. 108) destacam que o lucro obtido por meio da “extensão da jornada de trabalho sem alteração do salário” é denominado de mais-valia absoluta.

Apreende-se, portanto, que a mais-valia é extraída no momento da produção e não no da venda, apesar de somente se realizar no momento da circulação. O dinheiro transforma-se em capital nesse processo de produção de mais-valia e “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2009, p. 721).

É notório que todo esse processo é marcado pela desigualdade, disfarçada pela ideia da justiça de o trabalhador receber o valor referente a seu trabalho – a exploração marca o contexto capitalista, todavia, de forma encoberta, velada. Esse fato denomina-se fetichismo da mercadoria, pois o processo encobre as relações sociais contraditórias que estão por trás da fabricação de mercadorias. Nota-se a desumanização das relações no âmbito capitalista; relações sociais tornam-se relações entre coisas.

Como já foi explicitado, o valor de uma mercadoria é determinado de acordo com a quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção, e essa quantidade de trabalho se mede por seu tempo de duração. Logo, o que produz valor é a força de trabalho, e o tempo é a medida de valor. Marx (2008) dá o exemplo do diamante, que tem elevado valor em

função da dificuldade de ser encontrado, o que exige o dispêndio de muito tempo de trabalho.

Entretanto, o tempo de trabalho socialmente necessário pode ser reduzido de acordo com a produtividade, que é determinada por fatores como “a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2008, p. 62).

Neste momento, é válido apresentar o conceito de mais-valia relativa, que se constitui no aumento do tempo de trabalho excedente sem elevar a jornada de trabalho, por meio da introdução de inovações tecnológicas (NETTO; BRAZ, 2007). Assim, como o objetivo principal do capitalista é a produção de mais-valia, ele irá investir continuamente no aumento de produtividade do trabalho, desenvolvendo estratégias que se aprimorarão, com vistas à crescente acumulação de capitais às custas da exploração sobre a classe trabalhadora. Isso será explorado nos itens a seguir.

“A lei geral da acumulação capitalista”

O título deste item constitui-se a partir do capítulo XXIII do livro *O Capital*, de Karl Marx (2009), momento em que ele analisa a sociedade capitalista plenamente constituída. Nela, o capitalista detém os meios e instrumentos de produção, e o trabalhador apenas sua força de trabalho, a qual vende como mercadoria, em troca do mínimo necessário para sua subsistência.

Nesse capítulo de sua obra, Marx (2009) analisa a composição do capital e a influência que seu aumento tem sobre a classe trabalhadora, assim como as modificações de sua composição ao longo do processo de acumulação.

Segundo Marx (2009), do ponto de vista do valor, o capital é composto pelo capital constante, que se constitui no valor dos meios de produção, e pelo capital variável, que é o valor da força de trabalho. É importante destacar a relação existente entre ambos, pois determinados meios de produção precisam de determinada quantidade de trabalho para serem empregados. Dito de outra forma, o capital constante, para funcionar, necessita do capital variável.

Quando ocorre o aumento do lucro do capitalista (acréscimo do capital), há também aumento no investimento do capital variável (investimento na força de trabalho). Logo, o aumento do número de capitalistas implica, necessariamente, o aumento de assalariados. Dessa forma, para garantir sua reprodução, o trabalhador terá sempre de vender sua força de trabalho ao capitalista, alterando, no máximo, o capitalista ao qual escolhe vender-se. Assim, a reprodução do trabalhador se constitui, na verdade, na

reprodução do próprio capital, pois “acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado” (MARX, 2009, p. 717). Com base nisso, apreende-se que, quanto mais trabalhadores, maior será a riqueza gerada, pois é o trabalho que produz a riqueza. É oportuna, neste ponto do estudo, a seguinte reflexão: se a riqueza é fruto do trabalho, por qual motivo pode viver o trabalhador (que a produz) em condição de miséria? Simplesmente porque o produto de seu trabalho não lhe pertence; a riqueza gerada pelo trabalhador pertence ao capitalista.

Como explicitado no item anterior, no capitalismo o trabalho que o homem realiza não é mais de livre vontade e criação. Ele não mais produz de acordo com suas necessidades, mas sim para atender a necessidades externas a ele, cabendo-lhe apenas o recebimento do indispensável para sua reprodução (salário). O trabalho lhe é imposto como meio para manutenção de sua sobrevivência.

Assim, o que leva um homem a vender sua força de trabalho é a necessidade de receber o valor necessário para sua manutenção. Segundo Marx (2009), o valor do salário pode variar segundo a lei da oferta e da procura. Logo, quando a procura de trabalhadores for maior que a oferta, haverá a elevação dos salários, ao passo que, no momento em que a oferta de emprego for inferior ao número de trabalhadores, haverá sua redução.

O valor da força de trabalho também pode aumentar de acordo com o aumento da acumulação do capital.

O salário, conforme vimos, pressupõe sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não-pago por parte do trabalhador. Pondo-se de lado a elevação de salário associada a menor preço de trabalho etc., um acréscimo salarial significa, na melhor hipótese, apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. (MARX, 2009, p. 722).

Observa-se que é possível que o capitalista aumente o valor da remuneração do trabalhador e o faz até mesmo como estratégia para minimizar o descontentamento dele com suas condições miseráveis, evitando, assim, reivindicações, questionamentos e possível organização política. Todavia, e obviamente, esse aumento jamais ocorrerá de forma a alterar a estrutura ou prejudicar a expansão capitalista, pois seu principal objetivo é o lucro e nunca a melhoria na qualidade de vida da classe explorada ou a socialização da riqueza.

Essa lei da acumulação capitalista nunca permitirá a redução da exploração sobre o trabalhador ou o aumento de seu salário de maneira a comprometer a reprodução capitalista. Dessa forma, se antes do capitalismo o trabalhador produzia materiais que visavam ao atendimento de suas necessidades, no âmbito desse modo de produção ocorre justamente o contrário: a existência do trabalhador é para atender às necessidades de expansão dos valores, para criar riqueza; ou seja, “[...] o trabalhador existe para as

necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 2009, p. 724).

Como introduzido no início deste item, o capital é composto por capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Anteriormente, quando abordado fora da dinâmica histórica de reprodução ampliada, com o crescimento do capital o capitalista adicionava ambos na mesma proporção. Entretanto, com o progresso da acumulação de capital, que ocorre especificamente no modo de produção capitalista (MPC), o capitalista observa que o emprego de máquinas potencializa a produtividade do trabalho (mais-valia relativa). Isso o leva a realizar mudança em sua composição técnica, aumentando o investimento no capital constante e reduzindo no capital variável.

Segundo Netto e Braz (2007), o objetivo principal no MPC é a acumulação de capital. Contudo, esse objetivo é da classe capitalista e também de cada capitalista individualmente, de modo que, no processo de acumulação, além de explorar a força de trabalho, eles também competem entre si. Essa concorrência entre capitalistas faz parte do MPC. Com vistas a reduzir o custo e elevar a acumulação, são realizadas inovações tecnológicas. Logo, “a inovação é um recurso do capitalista na concorrência com os seus pares” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 130). Assim, cada vez mais capital é necessário para a produção de mais-valia, o que culmina na tendência do capital de concentrar-se, denominada de concentração de capital, que “faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 130).

Entretanto, Netto e Braz (2007) apontam que, além da tendência de concentração de capital, a dinâmica capitalista revela também outro movimento, que se constitui na centralização de capital. Esta representa a fusão de vários capitais, que culmina no aumento de capital. Dessa forma, “a centralização do capital realiza-se pela união (mediante *cartéis*, *trustes* e a formação de *holdings*) de capitais já existentes” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 131).

Tais tendências de concentração e centralização do capital impulsionam a formação dos monopólios, reduzindo a concorrência tradicional, que é substituída pela concorrência entre um número reduzido de poderosos capitalistas. Ademais, esse processo repercute de forma negativa no mundo do trabalho, pois o aumento da acumulação gera alterações na composição técnica do capital.

Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante à custa da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. (MARX, 2009, p. 731).

Com o crescimento do capital global, a demanda por trabalhadores não cresce de forma proporcional, mas se reduz de forma progressiva. Logo, há, como efeito da centralização, o movimento de maior emprego de maquinaria e de matérias-primas associado à redução absoluta da necessidade de trabalhadores, culminando no crescente desemprego. Assim, tem-se a constituição do que Marx (2009) denominou de superpopulação relativa, supérflua, sobrando, que não terá inserção formal no mercado de trabalho e que é necessária ao modo de produção capitalista, que a produz de forma proposital.

Quando o número de desempregados é superior ao quantitativo de ofertas de trabalho, observa-se o movimento de redução dos salários (como já citado anteriormente). O elevado número de desocupados também gera concorrência entre os trabalhadores, dificultando a organização política e fragmentando a classe com a competitividade. Desse modo, é notório que esse exército industrial de reserva é de suma importância para o crescimento da riqueza no sistema capitalista.

Portanto, é importante para o capitalista ter sempre uma massa populacional desempregada: “toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”, pois “[...] a produção de uma população excedente em relação às necessidades médias de expansão do capital é condição vital para a indústria moderna” (MARX, 2009, p. 736-737).

Apreende-se, com base nisso, o quanto o capital é desumano com a classe trabalhadora, pois não basta a ele ter em quantidade suficiente trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho; é necessária também a existência de uma parcela da população que seja sobrando, que esteja disponível para compor esse exército de desempregados, que não será absorvido pelo sistema.

Com vistas a não alterar o número de trabalhadores empregados, ou até a reduzi-lo, e ao mesmo tempo elevar a produtividade, além de investir no aumento e na eficácia de maquinários, o capitalista descobre a possibilidade de intensificar a exploração sobre o trabalhador, extraindo dele mais trabalho e aumentando seu salário, embora o preço do trabalho permaneça o mesmo. Assim, “o acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados” (MARX, 2009, p. 739). Com essa estratégia, o capitalista economiza também no gasto com o capital constante, pois o maior número de trabalhadores implica maior dispêndio de meios de produção.

É notório que, com o progresso da acumulação, o capitalista eleva a produção não por meio de novas contratações, mas aumentando a exploração sobre quem já está empregado: “o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva” (MARX, 2009, p. 739-740). Assim, o capital força uma parte da população

à ociosidade, enquanto a outra parte é forçada ao trabalho excessivo. Marx (2009) ressalta que esta é também uma contradição do capitalismo, pois, enquanto muitos estão desempregados, os trabalhadores da grande indústria chegam a ter menor duração de vida em razão da excessiva exploração. A classe burguesa, que é privilegiada na dinâmica social, além de viver com mais qualidade, vive mais tempo.

É válido destacar que, se a existência de uma massa de desempregados representa algo positivo e funcional para o capital, para a classe trabalhadora suas consequências são negativas. O exército de excedentes realiza “forte pressão” sobre os empregados, por meio da concorrência, levando-os a se sujeitarem “às exigências do capital” e extraíndo-lhes as possibilidades de negociação em função da facilidade de serem substituídos, coagindo-os a aceitarem o aumento da exploração (MARX, 2009, p. 740).

Como já citado anteriormente, o quantitativo de pessoas desempregadas também tem influência direta sobre o valor dos salários, pois

em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada. (MARX, 2009, p. 741).

Em síntese, o capitalista eleva a exploração sobre os já empregados, reduzindo ou não alterando as contratações. Isso aumenta o exército industrial de reserva, ao passo que o aumento desse exército de sobrantes impacta o movimento geral dos salários, reduzindo-os.

Em sua análise, Marx (2009) demonstra o quanto o modo capitalista de produzir se assenta sobre a desigualdade. A classe trabalhadora, que é responsável pela produção da riqueza, vive, contraditoriamente, em meio à miséria, uma vez que a produção da riqueza implica, necessariamente, na reprodução contínua da pobreza. Todavia, importa ao capitalista que a classe trabalhadora não consiga desvelar essa realidade, que não tenha consciência. Assim, investe em mecanismos para fragmentá-la e aliená-la, pois “todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei” (MARX, 2009, p. 744).

Segundo Marx (2009, p. 744), essa superpopulação relativa, integrada por “todo trabalhador [...] durante o tempo em que está desocupado ou parcialmente empregado”, é fundamental para a elevação da acumulação capitalista e se apresenta de três formas: flutuante, latente e estagnada.

A superpopulação flutuante é composta pelos trabalhadores que estão aptos ao trabalho, mas, em função dos movimentos do mercado de

trabalho, “[...] ora são repelidos, ora extraídos em quantidade maior” (MARX, 2009, p. 744). Ou seja, são expulsos do mercado, mas podem retornar de acordo com a demanda dos centros empregadores.

Quando a produção capitalista avança para o campo, ocorrendo a entrada de maquinaria no meio rural, há a repulsão dos trabalhadores. Assim, reduz-se a demanda de trabalhadores no meio rural, culminando na formação de um excedente populacional que vai se deslocando para os centros urbanos. Esse movimento amplia a população relativa lá existente, formando a superpopulação latente.

A terceira categoria de superpopulação relativa é a denominada como estagnada. Constitui-se naqueles trabalhadores que estão em ação, porém de forma irregular, expostos a exaustivas jornadas de trabalho, com salários extremamente reduzidos e sem o mínimo de proteção social das leis trabalhistas. A principal maneira que se apresentam é sob o trabalho domiciliar. Marx (2009) ressalta que os trabalhadores dispensados das indústrias e da agricultura tendem a recorrer ao trabalho irregular como alternativa de obtenção de renda no momento de desemprego, compondo, assim, esse grupo de superpopulação estagnada.

Além dessas formas de existência da superpopulação relativa, Marx (2009) acrescenta outra forma, a qual denomina de pauperismo, e também a divide em três categorias. A primeira consiste naqueles indivíduos considerados aptos ao trabalho, cujo número varia de acordo com o movimento do mercado. A segunda é formada por órfãos e filhos de indigentes, os quais Marx (2009) considera candidatos a engrossar a estatística do exército industrial de reserva. A terceira categoria é composta pelos “[...] degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar”. Essa última categoria compõe-se, principalmente, de indivíduos considerados velhos para a atividade laborativa e também pelos que foram vítimas de acidentes de trabalho: “[...] os mutilados, enfermos, viúvas etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos etc.” (MARX, 2009, p. 747).

Na análise de Marx, a existência do exército industrial de reserva não é fruto da dinâmica populacional, pois está condicionada à expansão da riqueza social: “a força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital” (MARX, 2009, p. 748). Dito de outra forma, o exército industrial de reserva cresce proporcionalmente ao crescimento da riqueza produzida pelo trabalhador.

Assim, para Marx (2009), no modo capitalista de produção, a população trabalhadora sempre aumentará em proporções acima do quantitativo de emprego ofertado, sendo a existência dos desempregados e pauperizados praticamente uma lei na sociedade capitalista.

A busca do capitalista será, invariavelmente, pelo lucro e acumulação, e o aumento dessa acumulação gerada pelo trabalhador implica, necessariamente, no agravamento de suas condições. Em outras palavras, a acumulação de capital é proporcional à acumulação da miséria.

Ataques ao mundo do trabalho no atual contexto

Conforme já analisado, o trabalho como atividade vital faz parte da essência do homem e consiste na criação livre e consciente para o atendimento de suas necessidades; é uma livre manifestação da vida. Todavia, no contexto capitalista, o homem torna-se mercadoria, necessita vender sua força de trabalho como forma de obter o mínimo para sua reprodução. Logo, nesse modo de produção, o trabalho torna-se sofrimento, tormento e alienação.

Ao analisar o avanço do modo de produção capitalista, observa-se que ele está em constante transformação, sempre em busca de maximizar a extração de mais-valia no menor tempo possível e modernizar o padrão de acumulação, às custas do aumento da exploração sobre a classe trabalhadora.

Ao longo do século XX, o binômio taylorismo-fordismo foi o padrão de acumulação que predominou na organização do mundo da produção, e o que marca esse binômio é o proletariado tradicional, manual, estável e especializado. O taylorismo é um modo de produção marcado pela subdivisão das atividades realizadas entre os trabalhadores em tarefas repetitivas e pontuais, com elevado controle sobre a produção. Esse modo de produção constitui-se em um padrão de organização e gestão do trabalho que atende aos interesses do capitalismo. O taylorismo remete à alienação presente no capitalismo, pois, se anteriormente havia liberdade de criação, agora o homem produz para o atendimento de necessidades externas a ele, e o produto de seu trabalho não lhe pertence; além disso, observa-se também a divisão do trabalho como meio de potencializar a produção, o que faz com que o trabalhador não domine todo o processo, não se reconhecendo no produto de seu trabalho.

Já o fordismo tem como traço importante a introdução de máquinas automáticas no mundo da produção, reduzindo o trabalho vivo, fomentando maior produção de mais-valia relativa. Como já analisado, uma das estratégias do capitalista para elevar a produção e reduzir gastos constitui-se na mudança em sua composição técnica, na qual eleva o investimento em capital constante e o reduz no capital variável. Logo, a introdução de maquinaria no mundo da produção repercute de forma negativa para a classe trabalhadora, culminando na redução dos postos de trabalho e no aumento do desemprego.

No entanto, esse padrão de acumulação dá sinais de esgotamento, no cenário mundial no início da década de 1970, e no Brasil no início dos anos 1980, desencadeando a reestruturação produtiva. Assim, iniciam-se as transformações no processo produtivo, dentre as quais se destacam o toyotismo e a acumulação flexível. A partir desse momento, o mundo do trabalho é impactado por profundas e alarmantes mudanças, que elevarão substantivamente o lucro do capitalista em detrimento de crescente exploração e pauperização da classe trabalhadora.

Segundo Antunes e Druck (2014, p. 13), o que se observa na atualidade é uma “explosão de novas modalidades de trabalho” que visam elevar a extração de mais-valia no menor tempo possível e se constituem nos “diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização”. A terceirização pode ser definida como “[...] uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho em um ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira” que “exige total flexibilidade em todos os níveis; ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 16). O capitalista a defende com o argumento de que ela moderniza as empresas nesta era de globalização, cria empregos e garante direitos e salários aos trabalhadores.

Todavia, com olhar crítico, é possível compreender que essa forma de gestão visa, unicamente, ao atendimento dos interesses capitalistas. Ela é comandada segundo a lógica da acumulação, intentando explorar sem limites e reduzir os custos com o trabalho. O que o capitalista deseja, de fato, é retirar do Estado, definitivamente, qualquer possibilidade de regular ou limitar suas formas de explorar a força de trabalho. Identifica-se uma tentativa de extinguir as legislações sociais protetoras do trabalho, com o argumento central de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado, abrindo espaço para negociação entre patrão e trabalhador. Contudo, conforme Marx (2009) analisa, a relação entre ambos é desigual e assimétrica. Diante do extenso exército industrial de reserva, o trabalhador não se enxerga em condições de contra-argumentar as exigências impostas pelo patrão, pois tem ciência de que pode ser facilmente substituído. Assim, o que se denomina modernização, na verdade, representa retrocesso, desconstrução e precarização do mundo do trabalho; tentativa de legalizar a total exploração e retirar do trabalhador todos os seus direitos.

Segundo Antunes e Praun (2015), a flexibilização e suas expressões no mundo do trabalho sintetizam a precarização do trabalho. A precarização é um fenômeno que faz parte da sociedade capitalista e é intensificada nos momentos de crise estrutural. Assim, não há “limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 413).

Já o toyotismo é um modelo de produção que teve origem no Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Sua principal marca é o avanço tecnológico, que, com a “[...] introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços”, possibilita a “*liofilização organizativa* da ‘empresa enxuta’” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14). Assim, enquanto no modelo de fábrica fordista a produção era verticalizada, com significativa parcela da produção realizada em seu interior e com elevado número de operários, no toyotismo a empresa considerada exitosa é aquela que desconcentra sua produção e tem o menor número de trabalhadores associado com altos índices de produtividade.

Na análise de Marx (2009), o capitalista associa o investimento em capital constante com a elevação da exploração sobre o capital variável. Assim, a flexibilização das relações de trabalho propicia a elevação da mais-valia absoluta, ao passo que o toyotismo, com as inovações tecnológicas, proporciona a elevação da mais-valia relativa. Conforme reiteram Netto e Braz (2007, p. 110), “estas duas formas – a absoluta e a relativa – de incrementar a produção de mais-valia não se excluem” e, em ambos os casos, “o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho”. Assim, as consequências negativas desse padrão de acumulação para o mundo do trabalho são a redução dos postos de trabalho, o aumento do desemprego e a elevação do grau de exploração sobre o trabalhador.

Além das mudanças introduzidas na organização da empresa, observam-se também alterações no perfil do profissional exigido. Esse modelo de produção flexível passa a requerer um trabalhador que seja “‘polivalente’, ‘multifuncional’ e ‘qualificado’”, com capacidade de operar várias máquinas ao mesmo tempo, aumentando “[...] ritmo e velocidade da cadeia produtiva”. Além disso, deve ser também qualificado intelectualmente para operar o “maquinário automatizado, informatizado e digitalizado”, com vistas a elevar a produtividade no menor tempo possível (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14).

Como já especificado, o que produz valor é o tempo do trabalhador. O alvo do capitalista é elevar a produção no menor espaço de tempo possível. Antunes e Druck (2014) citam que um dos traços do toyotismo é o *just in time*, que estabelece que a “produção deve ser efetivada no menor tempo possível” – a finalidade do capitalista é a redução do tempo de trabalho despendido na produção de mercadoria (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 15). Além do *just in time* também são criados os círculos de controle de qualidade, que visam à melhoria da produtividade. Portanto, outro objetivo do capitalista é a eliminação do desperdício, seja de capital constante, seja de variável.

Nesse modelo toyotista e de empresa flexível, nota-se que há uma real tentativa de total flexibilização, em todos os âmbitos possíveis. Observa-se, de fato, o esforço de flexibilizar as relações de trabalho, os direitos trabalhistas, as formas e o tempo de contratação, as jornadas e até mesmo os salários, que passam a variar de acordo com o cumprimento de metas. Logo, os modelos de trabalho contratado e regulamentado do padrão taylorismo-fordismo têm sido substituídos por outros mecanismos que possibilitam extração de mais-valia em menor tempo e com menos gastos. É notória a tentativa de passar a informalidade de exceção à regra e fazer da precarização o centro do capitalismo flexível. Conforme pontuam Antunes e Praun (2015), o termo “flexibilizar” representa um eufemismo que busca o fim da consolidação das leis trabalhistas e a desconstrução dos direitos arduamente conquistados.

Toda essa alteração no mundo do trabalho compele a classe trabalhadora a se submeter a “sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo

das empresas, quando não na condição de desempregados” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 16). Essa forma precária de inserção no mercado de trabalho reafirma a classe como mercadoria.

No item anterior, foi citada a análise de Marx (2009) sobre a produção de riqueza, na qual não é ela que existe para atender à necessidade do operário, mas o operário que existe para atender à necessidade de criação da riqueza. Assim ocorre também no que tange às ofertas de trabalho que acontecem com tempo previamente determinado e flexível, de acordo com as “imprevisíveis oscilações do mercado” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 17): o trabalho não existe para atender às necessidades do trabalhador de se reproduzir, mas o trabalhador existe para estar à disposição do mercado de trabalho.

Essa nova política de gestão do trabalho influencia, ainda, o processo organizativo da classe trabalhadora. Antunes e Druck (2014) apontam, com base em pesquisas, que, dentro das empresas, há divisão entre os trabalhadores contratados diretamente e os terceirizados, que são discriminados e considerados inferiores. A discriminação chega ao ponto de, em alguns casos, terem acesso limitado às instalações da empresa.

Conforme já analisado, é de interesse do capital que a classe trabalhadora esteja fragmentada, sem consciência de classe, pois essa fragmentação inviabiliza a organização política. O objetivo é minar toda e qualquer potencial ação coletiva dos trabalhadores que possa obstar os mecanismos de extração de mais-valia. Um exemplo disso é a tentativa de cooptar o trabalhador, que passa a ser estrategicamente chamado de colaborador e/ou associado, aumentando seu envolvimento e dedicação com a empresa e, conseqüentemente, afastando as possibilidades de organizações políticas e reivindicatórias.

Ademais, reflete-se que os terceirizados recebem menos treinamento, o que os expõe a situações de risco, culminando, muitas vezes, em acidentes de trabalho e até no óbito. Também estão expostos a jornadas mais extensas, salários menores, maior intensificação do trabalho e rotatividade. Em função dessas precárias condições de trabalho, estão mais suscetíveis ao risco de adoecimento ocupacional. Contudo, a rotatividade desses trabalhadores é tão grande, que dificulta identificar qual ambiente de trabalho gerou o adoecimento.

Em suma, o contexto atual, de reestruturação produtiva, tem sido marcado por acirradas investidas do capital sobre a classe trabalhadora, criando novos modelos de gestão. Esses possibilitam aumento da exploração e extração de mais-valia, absoluta e relativa, em detrimento do agravamento de suas condições de vida.

Assim, na sociedade capitalista, além de o trabalho representar sofrimento e alienação, ele não existe em quantidade suficiente para todos, expondo parcela da classe trabalhadora ao desemprego e, conseqüentemente, à situação de pauperismo. Logo, a classe trabalhadora, que produz a riqueza, está condenada à miséria e à menor expectativa de vida.

Considerações finais

Com base nesta breve exposição, é possível inferir o quanto os estudos de Marx são elucidativos para a análise e a compreensão da sociedade capitalista. Apesar de não ter vivenciado as formas de expressão do capitalismo nos séculos XX e XXI, ele desvendou elementos de extrema importância, que possibilitam sua análise crítica na contemporaneidade.

Observa-se que o capitalismo está sempre em busca de renovar suas práticas de extração de sobretrabalho e de mais-valia. O toyotismo e a acumulação flexível têm instaurado, no Brasil, uma forma de gestão do trabalho de cunho conservador e de caráter regressivo, reafirmando o trabalhador como mercadoria e desconstruindo os direitos humanos e sociais, com vistas a atender à necessidade crescente de acumulação do capital.

Conclui-se, com base nesta breve exposição, que o capitalismo se expressa pela total subordinação dos valores e das necessidades humanas aos ditames da acumulação do capital e da ambição pelo lucro, que se realiza de forma associada à reprodução da desigualdade.

Referências

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13-24.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 123, 2015, p. 407-427.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 35-69.

_____. A mercadoria. In: _____. *O Capital*. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 57-105.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. *O Capital*. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 715-752.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

DOI: 10.12957/rep.2018.36700

Recebido em 24 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 23 de maio de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (PA)

Socioeconomic impact of families' resettlement by Promaben in Belém, Pará

Aricarla Batista de Oliveira*
Joana Valente Santana**

Resumo – Este estudo analisa os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), na cidade de Belém (PA). Com base no método dialético, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa de campo, a qual investigou 52 moradores reassentados para o referido residencial, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas. Os resultados da pesquisa apontam para a *desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores, expressas nas variáveis: aumento de taxas de energia e água, aumento do custo de vida e perda das atividades de trabalho*. O reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, pois apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não modifica sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora.

Palavras-chave: reassentamento de famílias; impactos socioeconômicos; desarticulação das estratégias de sobrevivência; Promaben.

Abstract – This study analyzes the socioeconomic impacts on the lives of families resettled at the Residencial Antônio Vinagre by the Estrada Nova River Basin Sanitation Program (Promaben), in the city of Belém, Pará. Based on the dialectical method, the research had a bibliographical and documentary survey, as well as field research, which investigated 52 residents resettled to the referred residential area, corresponding to 49.52% of the total resettled families. The results of the research point to the disarticulation in the survival strategies of the residents, expressed in the following variables: increase of power and water rates, increase in the cost of living, and loss of work activities. Resettlement did not change the status of subalternity of the working dweller, since only the change in the place of residence of workers does not modify their condition of survival as a working class.

Keywords: resettlement of families; socioeconomic impacts; disruption of survival strategies; Promaben.

* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Tucuruí (PA). *Correspondência:* Travessa Curuzu, Vila Santa Maria, n. 58, Fátima – Belém – PA. CEP: 66.085-500. Email: <aricarlaoliveira@gmail.com>.

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). *Correspondência:* Avenida Gentil Bittencourt, 1990/803, São Brás – Belém – PA. CEP: 66.063-018. Email: <joanavalente@ufpa.br>.

Introdução

O presente artigo buscou analisar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), na cidade de Belém (PA)¹.

Entende-se que o espaço urbano reflete a divisão social do trabalho sob a dinâmica capitalista, onde se concentram as condições de reprodução do capital e se materializam as lutas de classes (ENGELS, 2010; LOJKINE, 1997). Essa contradição entre capital/trabalho tende a configurar enormes rebatimentos para as frações da classe trabalhadora, entre elas a produção de moradias precárias, que, somadas à dinâmica de expansão das cidades e às limitadas ações estatais, no que se refere ao atendimento das condições de reprodução social, refletem a produção segregada e desigual do espaço urbano (ENGELS, 2015; LOJKINE, 1997; MARICATO, 2011).

A Prefeitura Municipal de Belém (PMB) implementou a intervenção urbanística denominada Portal da Amazônia, um programa de intervenção em andamento desde 2005, que abrange dois projetos: o Orla e o Promaben. Este programa tem como objetivos “contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova² (BHEN), no Estado do Pará” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009b, p. 1), mediante ações de saneamento nas áreas residenciais às margens dos cursos d’água. Isso inclui a melhoria das condições ambientais, de saúde e de moradia da população envolvida no programa, o que requer o reassentamento³ de cerca de 1.100 famílias e aproximadamente 150 microempresas familiares, a ser realizado em toda área de abrangência do Promaben⁴. Até o mês de junho de 2016, 105 famílias haviam sido reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre⁵ (BELÉM, 2016).

A pesquisa procurou verificar, na particularidade do processo de remoção ao Residencial Antônio Vinagre pelo Promaben, *as condições socioeconômicas das famílias reassentadas, especialmente quanto à questão do trabalho e da renda; situação de moradia; situação de serviços públicos;*

¹ O artigo é parte constitutiva dos resultados da Dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

² Segundo Cardoso (2009), a cidade de Belém possui 449 assentamentos precários, localizados em 48 bairros, com aproximadamente 165.400 moradias que se encontram em situação de precariedade habitacional, representando 52% das unidades habitacionais no município. A BHEN, área onde ocorre a intervenção do Promaben, apresenta 62 assentamentos precários nos nove bairros de influência direta e indireta da Bacia.

³ O reassentamento compreende a “remoção de pessoas para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção”, como é o caso das famílias objeto deste estudo, reassentadas no Residencial Antônio Vinagre (DENALDI, 2009, p. 116).

⁴ Os recursos do programa equivalem a US\$ 137.500.000,00, sendo metade financiada pelo BID (US\$ 68.750.000,00) e a outra metade pela Prefeitura de Belém (contrapartida do Município) (US\$ 68.750.000,00) (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2009a).

⁵ O Residencial Antônio Vinagre localiza-se no Bairro do Marco, a aproximadamente 7,5 km de distância do Bairro do Jurunas, de onde as famílias foram retiradas. Possui 126 unidades habitacionais, organizadas em 10 blocos de apartamentos. Segundo informações da Prefeitura de Belém, restam apenas 21 unidades vazias, que estão destinadas a famílias que ainda serão reassentadas da área de intervenção da Bhen (BELÉM, 2016).

*participação política e percepção do morador*⁶. O procedimento metodológico foi realizado a partir do levantamento bibliográfico, documental e de campo⁷ junto aos moradores reassentados⁸.

Os resultados da pesquisa serão apresentados a partir de duas seções: a primeira aborda a *Cidade capitalista e a Questão da habitação*, discutindo a produção do espaço urbano, a questão da habitação da classe trabalhadora e o direito à cidade. A segunda trata dos *Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)*, além das considerações finais.

1 Cidade capitalista e a questão da habitação

A formação do espaço urbano, enquanto produto das relações capitalistas, tem como pressuposto a moradia precária para além de sua insuficiência e/ou ausência, mas como expressão da questão social que abrange as condições de reprodução social, para a sociedade e, especialmente, para as frações da classe trabalhadora. Isso porque é no espaço urbano que se concentram as condições de reprodução do capital e se materializam as lutas de classes, expressando as maiores consequências e contradições entre capital/trabalho (LOJKINE, 1997).

Para Engels (2010, 2015), é na cidade onde ocorrem as extremas consequências da desigualdade econômica e social, produzidas pelas relações de produção capitalistas. Em outras palavras, o espaço urbano é, para o autor, o palco da guerra social, onde acontece a exploração em uma relação de hegemonia da propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma, a cidade em si – espaço e materialidade da relação social – torna-se criadora de pobreza, tanto pela lógica do modelo socioeconômico, como por sua estrutura física. Portanto, ela faz dos trabalhadores, em geral habitantes das periferias, pessoas ainda mais pobres. Logo, a pobreza reflete não apenas o modelo socioeconômico vigente, mas também o modelo espacial (SANTOS, 2008).

É através das relações sociais capitalistas, ou seja, da vida cotidiana, que se compreende a dinâmica da produção social do espaço. Logo,

⁶ A pesquisa orientou-se pelo método dialético marxiano, cuja relação entre sujeito/objeto é articulada a uma perspectiva de totalidade. Nesta perspectiva, o objeto só pode ser compreendido se relacionado com suas condições históricas e materiais (MARX, 2013).

⁷ Na pesquisa de campo, foram investigados 52 moradores reassentados para o Conjunto Habitacional Antônio Vinagre, o que corresponde a 49,52% do total de famílias removidas para esse residencial pelo Promaben. Os critérios de seleção foram: ter sido reassentado pelo programa; ser responsável pela negociação do processo de reassentamento ou ser o familiar mais próximo (cônjuge ou filho, por exemplo) maior de 18 anos.

⁸ A coleta de dados, realizada em setembro e outubro de 2016, contou com a aplicação de formulário de pesquisa, contendo espaço para registro de falas dos moradores e observações do pesquisador. O morador investigado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa *Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias no residencial Antônio Vinagre* foi registrada na Plataforma Brasil.

é no cotidiano que os “fluxos globais da divisão do trabalho e da acumulação e dominação capitalista se materializam, redefinem e embaralham os lugares e as fronteiras do espaço”, constituindo o que Cardoso (2012, p. 31) chama de: “cidade e campo; centro e periferia”. Algumas dessas áreas são chamadas, na Região Norte do país, de *baixadas*: espaços onde as famílias pobres constroem suas casas, conhecidas como *palafitas*⁹.

Engels (2015) já afirmava, no século XIX, que a nova estrutura urbana – voltada à infraestrutura – está relacionada ao novo papel que a cidade passou a assumir dentro da ordem capitalista, como local de produção e reprodução do capital. Nela, o Estado passou a promover intervenções urbanísticas para atender às necessidades das relações capitalistas. Para Lefebvre (2008), a cidade deve ser entendida, também, a partir da tendência de acumulação do capital, ou seja, como um lugar de produtores e consumidores, onde a urbanização é elemento essencial para a lógica da produção capitalista – diminuição dos tempos de produção e de circulação de mercadorias. Através dessa lógica, tudo se torna mercadoria, inclusive a terra:

Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. (LEFEBVRE, 2008, p. 83-84).

Assim, o solo urbano, que deveria ser um bem coletivo, passa a ser apropriado, não pelo seu valor de uso, mas pelo valor de troca, mesmo antes deste ser atribuído. Os valores dos serviços passam a ser medidos de acordo com a infraestrutura que o solo urbano possui (LOJKINE, 1997).

Diante das condições de reprodução da vida cotidiana, as frações da classe trabalhadora buscam, de diferentes maneiras, em diferentes espaços e épocas, iniciativas para satisfazer as necessidades de moradia. Em geral, ocupam espaços segregados e precários para a sua reprodução social, construindo suas casas individual ou coletivamente, ou, ainda, por meio de iniciativas estatais para construção de “casas populares” ou pelo processo de urbanização de assentamentos precários (RAMOS; SÁ, 2002, p. 151).

Segundo Denaldi (2009, p. 112 – grifos no original) os assentamentos precários são áreas que possuem uma ou mais das seguintes características:

irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infraestrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis

⁹ Para Abelém (1988), as baixadas são áreas alagadas ou alagáveis, que formam uma rede complexa de diversos tipos de relações (parentesco, amizade). Assim como as demais favelas do país, as baixadas são áreas de moradia da população pobre e, em geral, as casas são construídas com madeira, “suspensas por estacas (palafitas), pois é para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas” da cidade (ABELÉM, 1988, p. 38).

de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das moradias; enormes distâncias entre a moradia e o local de trabalho; sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma ‘ordem’ baseada em violência.¹⁰

A escassez de habitação¹¹, compreendida como uma das expressões da questão social, logo, da questão da habitação, é produto necessário das relações contraditórias entre o capital e o trabalho (ENGELS, 2015). Como afirma Fernandes (2005), no Brasil, a habitação se apresenta como expressão da questão social, seja pela falta ou pelas agudas necessidades habitacionais, produto de uma forma perversa de intervenção econômica, social e política para a classe trabalhadora, que não tem acesso à terra, à casa e, muito menos, ao trabalho e à renda, tampouco ao poder político, mesmo em sua representatividade.

Segundo Lefebvre (2001, p. 117), o direito à cidade não pode ser concebido como uma visita ou retorno às cidades tradicionais, mas sim “formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, o que implica, para Marx e Engels (1989), a superação das contradições de classes, ou seja, a superação da ordem burguesa. Por isso, deve-se manifestar como forma superior dos direitos: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134 – grifo no original).

As habitações construídas, seja frente à situação de explosão da cidade, como ressalta Lefebvre (2008), seja em decorrência da perpetuação de planos governistas, possuem historicamente características precárias. Devido ao baixo poder financeiro, os “pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem”, [...], “não conseguem se manter por muito tempo nos terrenos que adquirem ou lhes dão”, não conseguem arcar com os serviços e taxas acrescidos em seu cotidiano. Como, então, podem “conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas?” E o direito ao entorno? E aos espaços públicos? (SANTOS, 2012, p. 63).

Assim, considera-se o direito à cidade como um direito coletivo em que a humanidade encontrar-se-ia livre de todas as obrigações e pressões do que é o trabalho no modo de produção capitalista (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 1999). Isso implicaria também nos “interesses gerais da civilização

¹⁰ Nesse sentido, os moradores da área da Estrada Nova em Belém, objeto da pesquisa, residiam em um tipo de assentamento precário.

¹¹ A partir da lógica capitalista, entende-se que a escassez de moradia é fundamental para que esse modo de produção sobreviva (MARX, 2013; ENGELS, 2015).

e os interesses particulares de toda as camadas sociais de ‘habitantes’” (LEFEBVRE, 2001, p. 139 – grifo no original).

Isso pode até ser utopia, mas “a utopia encontra-se no desejo e na realidade”, logo, “significa que é um processo real de construção social”, como afirma Lefebvre (1999, p. 72-73). Em outras palavras, implica dizer que a cidade que queremos não pode estar desvinculada do tipo de pessoas que queremos ser e do tipo de relações que buscamos – entre as pessoas e com a natureza. Significa que o direito à cidade é muito mais do que um direito ao acesso aos recursos que a cidade oferece, mas um direito humano de transformar a cidade de acordo com os desejos mais profundos, “como um corpo político socialista”: onde não exista a pobreza e a desigualdade social; onde a emancipação humana seja alcançada em sua totalidade (HARVEY, 2014, p. 247).

2 Impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre: desarticulação das estratégias de sobrevivência

A pesquisa, ao investigar os impactos socioeconômicos na vida das famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Promaben, na cidade de Belém (PA), *identificou os seguintes resultados:*

Em relação às *condições de trabalho e renda*, a pesquisa demonstrou que um dos impactos mais significativos diz respeito aos moradores que desenvolviam atividades comerciais em sua antiga residência, pois antes do reassentamento essa atividade era desenvolvida por 38,5% dos moradores e, após o reassentamento, esse número diminuiu para 5,8%. Observou-se, durante a pesquisa de campo, que, apesar de o residencial possuir espaços que poderiam ser destinados ao trabalho dos moradores que trabalhavam em atividades comerciais/serviços em sua antiga moradia, as lojas encontravam-se fechadas. Segundo os moradores, desde o início do reassentamento as lojas permanecem fechadas. A justificativa dada pelo programa é de que não seria possível a realização de atividades comerciais/serviços, haja vista que muitas dessas atividades estavam relacionadas à venda de comidas e bebidas – inclusive alcóolicas –, o que provocaria o intenso fluxo de pessoas e possivelmente a insegurança no local, já que as lojas se encontram na parte interna do residencial, próximas ao portão de acesso aos apartamentos.

Esse dado revela a contradição entre as medidas previstas nos documentos do Promaben, que afirmavam: “as atividades econômicas afetadas terão apoios específicos, no PDR¹², no âmbito dos Programas de Restabelecimento de Atividades Econômicas, e no Programa de Apoio a Inclusão Social – PAI” (BELÉM, 2007, p. 220).

¹² Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas.

Além disso, a PMB determinou o pagamento de um valor equivalente a R\$ 450,00, chamado de auxílio-comércio, na tentativa de mitigar a perda da renda das famílias que possuíam comércio/serviços antes do reassentamento. Contudo, além de o valor ser considerado insuficiente para o atendimento das necessidades das famílias, dos 38,5% de moradores reassentados que afirmaram possuir comércio em sua antiga casa, apenas 15,4% (8 moradores) afirmaram ter recebido o auxílio.

Outros 15,4% de moradores não receberam o valor, pois, segundo os relatos dos pesquisados, o programa justificou que durante a avaliação técnica a atividade comercial não estava em funcionamento ou que a área não podia ser avaliada como comercial. Isso indica um enorme impacto para as famílias, haja vista que é comum moradores de assentamentos precários destinarem um espaço de sua moradia para desenvolver algum tipo de atividade comercial/serviço. Isso ocorre porque, em geral, são famílias pobres, que não tiveram reconhecidos o direito à cidade, à escola, à saúde e ao trabalho. Dessa maneira, o imprevisto se torna regra, para que possam atender às necessidades mais imediatas e conseguir sobreviver na cidade (BOLETIM INFORMATIVO..., 2009).

Vale registrar que a cidade de Belém vivenciou, tal como ocorreu em várias cidades do Brasil, diversas intervenções urbanísticas em assentamentos precários. Nesses assentamentos, o poder público adotou práticas de remoção de famílias que provocaram prejuízos ao cotidiano dos moradores, principalmente no que diz respeito às estratégias de trabalho e renda, bem como acesso a serviços urbanos, conforme estudos de Abelém (1988), Costa et al. (2006), Trindade Jr. (1997), Souza (2011), entre outros.

Em se tratando da *renda*, a pesquisa demonstrou que antes do reassentamento mais da metade dos moradores (53,8%) estava na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos (SM), não sendo alterada após o reassentamento. Contudo, houve uma queda de 5% de moradores com renda entre 2 e 3 SM; um aumento aproximado de 4% de moradores com renda menor que 1 SM e um aumento de 2% de moradores sem renda.

Os dados da pesquisa evidenciaram também que uma parcela considerável dos moradores (40%) desenvolve alguma estratégia de renda para arcar com o custo de vida no novo espaço de moradia. As estratégias apontadas foram: venda de produtos em catálogo; venda de confecções, calçados e cosméticos; venda de alimentos (“chopp”¹³ e salgados por encomenda) e prestação de serviços (costura).

Logo, o indicador *condições de trabalho e renda* se apresenta como um dos mais importantes da pesquisa, se não o maior, visto que os dados apontam que o Promaben *não atendeu as condições de renda, no sentido de proporcionar melhorias*, e ainda *desarticulou as estratégias de trabalho* das famílias, isto é, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço

¹³ Essa palavra é usada para denominar o suco de frutas congelado e vendido em uma embalagem plástica.

residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam nas baixadas. Esse indicador acerca da desarticulação das estratégias de trabalho foi identificado em outros estudos sobre os processos de remoções de famílias na cidade de Belém, conforme Ferreira Filho (2017)¹⁴, demonstrando a persistência de impactos socioeconômicos negativos na vida de famílias que são atingidas por projetos urbanísticos.

Dessa forma, compreende-se que seja imprescindível a participação da população nos projetos desde a sua concepção; a escolha do local do reassentamento deve se dar a partir das necessidades da população. Portanto, projetos urbanos habitacionais devem atender às particularidades da dinâmica local de trabalho dos moradores de assentamentos precários, buscando evitar “repetir erros clássicos, como por exemplo, a definição de formas de ocupação e de uso do espaço distanciada das necessidades e gostos característicos dos moradores em suas vidas cotidianas” (CARDOSO, 2010, p. 34).

Em relação às *condições de moradia*, os dados apontaram que houve melhorias habitacionais relacionadas especialmente a dois elementos: a) 28,8% dos moradores reassentados, que antes pagavam aluguel ou moravam em casas cedidas, passaram a ter acesso à casa mediante Registro do Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso para Fins de Moradia (CDRU); b) a parte física da residência (material de construção e área do residencial) foi aperfeiçoada, considerando que a área anterior de moradia era muito precária, sendo a maioria das casas construídas em madeira (46,2%) e cobertas com fibrocimento (40,4%), em áreas que sofriam com as constantes inundações (73,1%). Por sua vez, no residencial a construção é de alvenaria, os apartamentos são padronizados e todos possuem cinco cômodos (uma sala, uma cozinha – com uma pequena área de serviço – um banheiro e dois quartos), o que foi considerado positivo pelos moradores.

Contudo, apesar da melhora na residência, os moradores ressaltaram a insatisfação com a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção, além da verticalização da moradia, insuficiência no tamanho e no número de cômodos e falta de quintal e áreas para expandir a casa, o que era importante na residência anterior, posto que as famílias construíam novos cômodos para abrigar os membros da família.

Pode-se inferir que, embora os projetos de intervenção tragam como proposta a melhoria das condições de moradia, “esta não se constitui enquanto política habitacional, sendo entendida apenas como consequência da intervenção urbanística” (CRUZ, 2012, p. 290). Assim, intervenções como o Promaben, para atender à lógica da cidade formal, desconsideram as parti-

¹⁴ Ferreira Filho (2017) investigou 30 produções acadêmicas que analisaram os impactos socioeconômicos e culturais das intervenções urbanísticas na Região Metropolitana de Belém com reassentamento e remanejamento de famílias. O indicador *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias* foi identificado em 20 das 30 produções pesquisadas, sendo um impacto negativo na vida dessas famílias removidas.

cularidades regionais e familiares (SANTANA; PERDIGÃO, 2010), mas garantem as exigências do capital, que se baseiam na economia de custos na produção de moradia popular, através da padronização do tamanho e dos arranjos internos – impedindo, por exemplo, a ampliação das residências por autoconstrução e o desenvolvimento de atividades econômicas (ROLNIK, 2015; VOLOCHKO, 2015).

Quanto à *disponibilidade de serviços urbanos*, a pesquisa demonstrou que a mudança para o residencial trouxe melhoras no serviço de esgotamento sanitário, haja vista que, apesar de todas as antigas residências possuírem banheiros, 23,1% eram construídos na área externa da casa; 52% possuíam escoamento para fossas rudimentares (sem tratamento de esgoto); 25% com escoamento para o canal e 11,5% para a vala a céu aberto, o que provocava, além do odor, riscos à saúde. Registra-se que alguns moradores afirmaram que não possuíam privacidade, pois os banheiros eram compartilhados entre várias famílias.

Com relação ao serviço de abastecimento de água, os dados demonstram que houve aumento nos gastos com a taxa de água, pois, na antiga residência, a maioria dos moradores (26,9%) afirmou que a taxa era abaixo de R\$ 15,00, enquanto que, na nova residência, a maioria dos moradores (28,8%) respondeu pagar a taxa no intervalo entre R\$ 21,00 a R\$ 30,00.

Em relação aos gastos com o serviço de energia, os dados demonstram que, na antiga residência, a maioria das famílias (71%) tinham um custo abaixo de R\$ 100,00. Após o reassentamento, 75% das famílias afirmou pagar a taxa de energia elétrica acima de R\$ 100,00, demonstrando *aumento no gasto mensal com esse serviço*.

Outros estudos realizados por pesquisadores acerca da realidade de Belém identificaram que o aumento nos gastos com esses serviços (água e energia) é apontado como um dos impactos socioeconômicos mais negativos em consequência de intervenções urbanísticas que envolvem remoções de famílias. Como demonstrado nos estudos de Souza (2011) e Ferreira Filho (2017), as famílias, antes inseridas na lógica da cidade “informal”, possuem dificuldades de garantir o pagamento de taxas e serviços urbanos, pois a realidade da moradia em conjuntos habitacionais requer alguns gastos que não cabem no orçamento de famílias pobres. Conforme Santos (2008), o Estado remove famílias para espaços que as empobrecem ainda mais, diante da necessidade de pagarem mais caro pelos bens e serviços indispensáveis à reprodução social. Isso demonstra, seguindo as argumentações de Lojkin (1997), Lefebvre (2001) e Harvey (2005), que o direito de morar está distante da realidade das famílias reassentadas pelo Promabem.

Em relação aos *espaços de participação no programa e percepção do morador*, a investigação revelou que a maior parte dos moradores (76,9%) respondeu que participou do processo de Planejamento do Reassentamento, através de reuniões (63,5%) ou assembleias, audiências, cursos e oficinas

(11,4%), avaliando essa participação de forma positiva (44,2%). Por sua vez, mediante relatos, os moradores indicaram que sua participação foi *limitada e passiva* através de reuniões meramente informativas, nas quais os técnicos do programa apenas apresentavam as decisões do projeto: “Não deram ouvido!” (Morador C); “A Prefeitura apenas apresentava o projeto [...] já discutido entre eles e aprovado pelo Banco” (Morador D); “Projeto mal elaborado!” (Morador E); “A Prefeitura não deu outra opção!” (Morador F).

Esses dados confirmam que a participação dos moradores nos processos decisórios ainda é uma variável evidenciada como indicador de impactos negativos no processo de reassentamento, pois não há espaços efetivos de decisão. Isto é, a participação não acontece no sentido de construir e planejar, mas apenas no de ouvir decisões de um processo em andamento que afeta diversas vidas¹⁵. Portanto, o que se vê é um processo de minimização de direitos sociais e descaracterização da participação democrática, como assinalaram Moura, Santana e Sá (2010).

A pesquisa buscou averiguar alguns elementos da *percepção do morador* sobre impactos positivos e negativos do processo de reassentamento¹⁶, sistematizados no Quadro 1.

O Quadro 1 demonstra, em relação aos indicadores de impactos socioeconômicos, que: em condições de trabalho/renda; condições de moradia; disponibilidade de serviços urbanos sociais e sociabilidade, destacam-se as respostas dos moradores concernentes às variáveis negativas, com maior enfoque nas referentes às condições de trabalho e renda, sendo as mais expressivas o *aumento das taxas de energia e água, aumento do custo de vida e perda das atividades de trabalho*. Essas variáveis representam uma tendência de impactos socioeconômicos articulada a uma lógica de atendimento e defesa da ordem burguesa, haja vista que o Promaben, assim como outros programas de intervenção apoiados por agências internacionais de financiamento, como o BID, concebe a política urbana através da formulação e disseminação do modelo de gestão de cidades, que contribui na ampliação e negação do direito à cidade às frações de classe trabalhadora, como assinalou Santana (2012).

O *encarecimento da vida das famílias*, que dificulta o cotidiano dos moradores no pagamento de taxas e impostos, prejudica também a administração/organização do espaço de moradia, pois, como ressalta Volochnik (2015, p. 1110), ao ser reassentado para conjuntos habitacionais, o morador é visto como consumidor que precisa elevar seu padrão de vida, se enquadrando no *status* de consumidor próprio da lógica capitalista.

¹⁵ Alguns moradores destacaram também que sentiram dificuldade para se adaptar no conjunto habitacional e informaram que a Prefeitura realizou alguns encontros no residencial. Porém, esses encontros aconteceram apenas no início do processo de reassentamento e não tiveram êxito, pois, como relatado, as reuniões eram apenas para realizar registros fotográficos das pessoas e do espaço.

¹⁶ Ressalta-se que as respostas eram de múltipla escolha.

Quadro 1 – Sistematização dos indicadores de impactos

INDICADORES DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	VARIÁVEIS POSITIVAS	FREQ.	VARIÁVEIS NEGATIVAS	FREQ.
Condições de trabalho/renda	Conseguiu atividade de trabalho	5	Perda da atividade de trabalho	14
	Diminuição da taxa de energia	4	Aumento da taxa de energia	34
	Diminuição da taxa de água	3	Aumento da taxa de água	25
	Distância entre a moradia e o trabalho	3	Distância entre o trabalho e a nova moradia	13
	Diminuição do custo de vida	1	Aumento do custo de vida	32
	Recursos para modificar/melhorar a nova moradia	1	Falta de recursos para modificar os espaços	14
Condições de moradia	-	-	Outros	7
	Nº de cômodos suficiente	16	Nº de cômodos insuficiente	14
	Qualidade construtiva dos prédios	10	Qualidade construtiva dos prédios	21
	Tamanho dos cômodos	10	Tamanho dos cômodos	14
	Ventilação apropriada	10	Ventilação inapropriada	9
	Outros	15	Outros	2
Disponibilidade de serviços urbanos sociais	Segurança	15	Insegurança	23
	Acesso a escolas	15	Dificuldade de acesso a escolas e transportes	1
	Acesso a postos de saúde	13	Dificuldade de acesso a postos de saúde	4
	Acesso a lazer	12	Dificuldade de acesso ao lazer	9
Sociabilidade	Relação de vizinhança	7	Relação de vizinhança	19
	Relação familiar	5	Quebra de laços familiares	10

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Em síntese, os dados da pesquisa revelam que os principais impactos socioeconômicos do processo de reassentamento realizado pelo Promaben referem-se à *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*, expressa nas seguintes variáveis destacadas: queda nos trabalhos relacionados ao comércio e serviços (17,4%); remoção da atividade comercial/serviço desenvolvida na antiga residência (38,5%); perda da atividade de trabalho (27%); estabelecimentos comerciais/serviços não indenizados (15,4%); não continuidade do comércio/serviço na nova moradia (32,7%); e necessidade de realizar alguma estratégia de renda (23%). Essa realidade demonstra que a luta de classes se reproduz e se inscreve como uma particularidade no espaço urbano, sobretudo, pela afirmação pessoal de indivíduos, colocados à margem da vida econômica e política, o que revela a dimensão fundamental da expressão da questão social (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 2001).

Assim, a pesquisa sobre o reassentamento de famílias para o Conjunto Antônio Vinagre evidencia que a mudança residencial significou melhorias nas condições físicas da moradia, muito especialmente em relação ao acesso ao saneamento básico, mas *esta mudança não significou melhorias para as condições de trabalho e renda do morador; ao contrário, o reassentamento realizado pelo Promaben teve por consequência a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*.

Desse modo, *o reassentamento não alterou a condição de subalteridade do morador trabalhador*, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, *apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar. Além disso, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso, na baixada.*

Considerações finais

Na cidade capitalista, a habitação se torna mercadoria e seu acesso é determinado pelo potencial de compra do consumidor, o que influencia na produção seletiva e segregada das moradias, determinando sua precariedade, escassez e até mesmo inexistência para as frações da classe trabalhadora mais empobrecidas (LOJKINE, 1997; ENGELS, 2010, 2015; LEFEBVRE, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que o Estado, como mediador das relações sociais de produção, materializa, através de intervenções urbanas, práticas de segregação socioespaciais (LEFEBVRE, 2001; ENGELS, 2015). Isso porque ação estatal é “a forma mais elaborada e mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas” (LOJKINE 1997, p. 190-191).

Conforme os dados apresentados, o Promaben se constitui na mais recente intervenção urbana na capital paraense e segue as orientações do modelo de gestão de cidades – difundidas pelas agências multilaterais de crédito, nesse caso o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, que, para garantir a execução das obras de infraestrutura física, visando ao embelezamento da cidade e à atração do grande capital, adota a remoção de famílias.

De acordo com os dados apresentados, *o reassentamento de famílias para o Conjunto Residencial Antônio Vinagre, realizado pelo Promaben, provocou a desarticulação nas estratégias de sobrevivência dos moradores*, indicando que a relação entre o direito à moradia e o direito ao trabalho ainda reflete o papel desigual que desempenham as práticas de segregação socioespacial na conformação da vida urbana e nas condições de reprodução social da classe trabalhadora (CARDOSO, 2010; CRUZ, 2012). O reassentamento permitiu o acesso à casa, mas não às condições socioeconômicas de permanecer nela (SANTOS, 2012). Apesar da nova casa, “o morador segue sendo pobre em termos de conteúdo de apropriação dos direitos sociais e serviços urbanos”, ou seja, trata-se de uma reprodução das desigualdades socioespaciais em um novo local (VOLOCHKO, 2015, p. 122), uma nova precarização das condições de vida.

Como assinalou Santana (2012, p. 28), os profissionais envolvidos nos projetos urbanísticos, dentre eles os/as assistentes sociais, precisam encarar “a difícil tarefa de contribuir com a remoção dos pobres, mesmo tendo clareza que esse processo vai de encontro aos avanços referentes aos direitos de cidadania”. Assim, pesquisas dessa natureza se apresentam como um desafio para a formação e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais, especialmente os que atuam na política urbana habitacional, considerando a perspectiva de luta pela democratização das políticas públicas, bem como a construção do direito à cidade em nova ordem societária.

Contudo, é importante registrar que as relações sociais, sob dominação capitalista, destroem as possibilidades democráticas e civilizatórias do urbano, e, por outro lado, revelam seus limites e as novas possibilidades do pensamento e da ação (CARDOSO, 2012). Em vista disso, o direito à cidade só poderá ser alcançado quando houver superação da ordem capitalista. Para tanto, é necessária a superação da propriedade privada, da divisão do trabalho e das instituições políticas, ou seja, de todas as formas de alienação humana (MARX, 1989).

Por isso a importância da relação entre “conhecimento teórico e realidade empírica do universo urbano, social e institucional”, para que se redefinam técnicas, programas e instrumentos que possam constituir uma ação de resistência, pois, “o conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação” (MARICATO, 2002, p. 173-186) e transformação.

Referências

ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1988.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Brasil – Programa de Saneamiento de la Cuenca Estrada Nueva – Promaben (BR- L1065). *Propuesta de préstamo*. 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 6 maio 2011.

_____. *Anexo único* – Promaben. 2009b. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 6 maio 2011.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. *Relatório de impacto ambiental*. Tomo 1/2. 2007. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Subcoordenação Social. *Resposta ao Ofício nº 18/2016 (07 de junho de 2016)*. Belém, 2016.

BOLETIM INFORMATIVO Nova Cartografia Social da Amazônia. Nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia, ano 2, n. 3, agosto de 2009. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Coord.). *Projeto nova cartografia social da Amazônia*. Manaus: PPGAS/UFAM, 2009.

CARDOSO, I. C. da C. Trabalho e cidade em tempos de “exceção”: políticas de trabalho ou gestão da pobreza? In: GOMES, M. DF. C. M.; BARBOSA, M. J. S. (Org.). *Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

_____. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: SANTANA J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. do S. F. de (Org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

CARDOSO, W. S. *Adensamento socioespacial nos assentamentos precários em Belém/PA: indicadores socioespaciais urbanos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

COSTA, M. das G. F. et al. (Org.). *Impactos sócio-econômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres*. Belém: Editora Graphitte, 2006.

CRUZ, S. H. R. *Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus*. 2012. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). *Curso a distância: planos locais de habitação de interesse social*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, L. L. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Org.). *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERREIRA FILHO, S. L. C. *Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém – PA* evidenciados em estudos acadêmicos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cidades rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARX, K. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos, 1844). In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. História. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (extrato da Ideologia Alemã). In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. História. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, A.; SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA); entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos mo-

radores pelo uso do espaço infraestruturado. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 121, 2010.

RAMOS, M. H. R.; SÁ, M. E. R. A avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). *Meta-morfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./jun., 2012.

SANTANA, J. V.; PERDIGÃO, A. K de A. V. *Avaliação de práticas habitacionais pós-remanejamento: área CDP (Belém/PA) 10 anos depois*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (EN-PESS), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010. 1 CD-ROM.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, A. K. de. *Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

DOI: 10.12957/rep.2018.36701

Recebido em 31 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 04 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mulheres em movimento: milîtância investigativa na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Coletiva de Militância Investigativa
da Zona Oeste do Rio de Janeiro - MILITIVA*

É possível fazer pesquisa a partir dos saberes e dos conhecimentos que construímos dia a dia na lida com a terra, com a casa, com os nossos corpos, nossos territórios e na convivência com outras mulheres? Como sistematizamos os saberes e os conhecimentos de nosso dia a dia e os transformamos em instrumentos de leitura da realidade?

Essas questões foram se anunciando para nós à medida que nos encontramos motivadas a levar adiante uma pesquisa militante para mapear os conflitos socioambientais e as alternativas insurgentes desde nossos territórios na Zona Oeste do Rio de Janeiro, partindo das vivências, dos olhares e das práticas das mulheres.

Por toda América Latina, nossa Abya Yala, mulheres e feminismos diversos contestam a invisibilidade historicamente atribuída à nossa atuação política na resistência ao avanço de um modelo de desenvolvimento capitalista, patriarcal e racista que explora e esgota os bens naturais, nossos trabalhos, vidas e corpos.

Na Zona Oeste do Rio de Janeiro não é diferente. Multiplicam-se as ameaças e conflitos ambientais em decorrência de “grandes projetos de desenvolvimento” – empreendimentos econômicos e de especulação imobiliária – que tratam os territórios como espaços vazios e as populações que os habitamos como “obstáculos” ou “resíduos” a serem eliminados em nome do “progresso”. Diante disso, sentimos a necessidade de abordar, a partir de nossos olhares, essas realidades e suas implicações diretas em nossa vida cotidiana. Essa inquietação foi o ponto de partida para a construção de uma pesquisa militante que buscasse atender a tais reflexões.

A proposta de realização de uma pesquisa militante surgiu através do diálogo entre o *Instituto Políticas alternativas para o Cone Sul (Pacs)* e os movimentos sociais na Zona Oeste, destacando a atuação das mulheres

* Coletiva de mulheres de diversas idades, origens e profissões. Moradoras e militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro, território donde brotam muitas resistências em resposta às ameaças impostas pelo capital e pelo Estado em nome de um modelo de desenvolvimento que explora e esgota o bem comum e a nossos trabalhos, vidas e corpos.

auto-organizadas na *Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste* e a *Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana*, sem as quais esse projeto não seria possível.

No ano de 2015, nos reunimos entre mulheres das diversas organizações que compõem essas articulações para planejar a construção deste trabalho que seguiria por três anos. Partíamos do entendimento de que a construção compartilhada da pesquisa poderia fazer desta um instrumento que contribuísse para gerar visibilidade e projetar a vivência das mulheres. Além disso, a sistematização coletiva de experiências e olhares sobre situações de opressão vividas viria a fortalecer, simultaneamente, nossas redes e territórios de resistência, assim como a construção de alternativas para o Bem Viver.

Destacamos 4 aspectos importantes da construção da militância investigativa na Zona Oeste:

1. A construção coletiva de leituras de território avançando na compreensão da relação entre os conflitos ambientais e os impactos nas vidas das mulheres, incluindo nosso território-corpo, através de *caravanas territoriais, andanças, atos públicos, oficinas, rodas de conversa, escuta e acolhimento*;
2. A *construção coletiva de conceitos* sobre as temáticas trabalhadas a partir das vivências desde os territórios;
3. O aprofundamento do trabalho em *coletivas menores por território* no que poderíamos chamar de “trabalho investigativo” a partir das resistências cotidianas das mulheres;
4. A construção final de uma cartografia feminista para comunicar uma pauta política elaborada por essa coletividade.

Num primeiro momento, organizamos caravanas pelos territórios da Baía de Sepetiba e do Maciço da Pedra Branca, entre 2015 e 2016. Mobilizamos diversas oficinas de mapeamento e cartografia social, rodas de conversa, escuta e acolhimento dos nossos corpos-territórios. Além dessa movimentação mais direcionada para garantir a coletividade no processo de pesquisa militante, continuamos a fortalecer os atos políticos e a auto organização da militância popular de mulheres na região, reconhecendo que a ocupação política da Zona Oeste incide sobre a construção de metodologias críticas, engajadas e feministas frente aos desafios impostos a nós mulheres. Com essa forma de atuação, e diante de nossa diversidade no próprio grupo, aos poucos fomos nos dando conta que apesar de sua abordagem crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento, a pesquisa militante tampouco parecia adequada para nomear a prática investigativa que costurávamos coletivamente.

A organização de um espaço de formação política e afetiva da pesquisa durante o Seminário Resistências Feministas e Territórios em Dis-

puta¹ em Junho de 2016 nos deu a chave para virarmos essa história e afirmar que a “pesquisa” antecedendo a “militância” invertia os valores que afirmávamos desde nossa prática. Não partíamos da academia engajada para a produção de conhecimento, mas sim da afirmação que através de nossa militância vivida nas cozinhas, nos quintais, nas praças, feiras e outros espaços, a partir da cotidianidade da luta, construímos conhecimentos. Temos saberes, práticas e “técnicas” que orientam nossas construções, em diálogo e relativa autonomia frente aos modos engajados disputando importantes territórios na academia. No processo, subvertemos ideias comuns sobre pesquisa e produção de conhecimento e desenhemos o que pode ser chamado de metodologia, para nós, uma prática política investigativa que carinhosamente chamamos *Militiva: a militância investigativa*.

Garantir e alimentar nossa coletividade de mulheres em militância que pesquisa nos territórios da Zona Oeste fomentou a construção de uma metodologia própria e a elaboração de conceitos sobre as temáticas trabalhadas a partir de nossas práticas e realidades desde os territórios. Afirmando os saberes, passados de geração em geração, de movimento a movimento, expusemos nossa criatividade transformadora. No segundo semestre de 2016, esse processo foi sendo aprofundado através do trabalho político em coletivas menores, por território. Cada uma delas com sua forma de construir militância investigativa, formando frentes investigativas a partir das suas singularidades e compondo as resistências cotidianas das mulheres na Baía de Sepetiba e no Maciço da Pedra Branca.

Um ano depois, em 2017, dedicamos nossos esforços a construção final de uma cartografia feminista para comunicar uma pauta política elaborada por essa coletividade. Assim, a cartografia feminista “Enfrentamentos aos racismos pelos olhares das mulheres” é uma síntese possível desse processo mais amplo de investigação pela auto-organização. E mais urgente também. Ele evidência que os feminismos que construímos, em nossa diversidade, na Zona Oeste, são necessariamente anti racistas, numa cidade cada vez mais mercantilizada, segregada racialmente e militarizada, afirmamos que não é possível abordar os conflitos ambientais e as resistências protagonizadas pelas mulheres na Zona Oeste sem sua linha condutora: o racismo histórico, institucional, cotidiano, que sustenta o capitalismo patriarcal e ao qual resistimos e enfrentamos com auto-organização feminista periférica.

Não podemos pensar, por exemplo, a luta das marisqueiras e pescadoras nas áreas litorâneas sem entender que a maioria delas são mulheres negras. É preciso compreender quem são as mulheres nas periferias e sub-bairros. Quem são as meninas cotidianamente (des)cuidadas ou que sofrem abusos nos diferentes territórios? Que meninos estão sendo mortos ou estão

¹ Seminário que aconteceu na FEUC no bairro de Campo Grande - o seminário “Corpo, conhecimento e conflitos: resistências feministas e territórios em disputa”. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/2016/06/09/resistencia-feministas-e-territorios-em-disputa-e-tema-de-seminario-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro/>>.

em situação de vulnerabilidade? Que lugares são esses que as indústrias mais poluentes e mais agressivas escolhem para se instalar?

Vivemos os racismos todos os dias, suas raízes são históricas e estruturam as práticas institucionais que atingem as mulheres na Zona Oeste. Somos conscientes de que toda essa negação de direitos atinge, sobretudo, as vidas das mulheres negras e empobrecidas. A tais ameaças de genocídio cultural, marisqueiras, pescadoras, quilombolas, faveladas, agricultoras trazem sua milenar resistência. É com estas populações que aprendemos e avançamos em nossa auto-organização, protagonizada por mulheres negras, na construção de um feminismo periférico e antirracista.

Travamos a disputa com os mapas e representações oficiais, expondo a leitura política de nossa existência através de uma cartografia feminista, um mapa traçado por nós, mulheres moradoras, colaboradoras e militantes na Zona Oeste, construída coletivamente passo a passo no chão dos nossos territórios.

A mostra fotográfica que se segue apresenta alguns momentos desse processo de militância e reflexão coletiva. Nela apresentamos ícones e verbetes que integram a nossa cartografia feminista; e imagens que narram um pouco do percurso da militância investigativa ao longo dos três anos. Com essa mostra reafirmamos a potência das imagens e da arte enquanto ferramentas políticas de mobilização, comunicação popular e afirmação de saberes e conhecimentos próprios.

Ressaltamos que há ainda muito trabalho síntese, de organização das experiências e reflexão a ser feito por nós. Inclusive sobre a forma de construir auto-organização e conhecimentos, imaginada, sentida e vivida a partir da enorme criatividade e compromisso político que levamos na luta com a Militância Investigativa. Pois o trabalho de construção coletiva num coletivo diverso, que vivencia dissenso e consenso, tem tempos que não cabem nas lógicas de produção do tempo capitalista. Essa compreensão, que fez parte da inversão de prioridades entre “pesquisa” e “militância” também nos levou a encorpar a autoria coletiva enquanto aposta política. Ao compartilhar nossa experiência, buscamos contribuir para que novos debates e coletividades, dentro e fora da academia, possam afirmar a construção de conhecimento transformador em outros marcos.

Para conhecer melhor todo o processo vivenciado e construído entre na página www.militiva.org.br, onde estão os materiais (textos, vídeos, boletins) construídos por nós, além da cartografia completa.

DOI: 10.12957/rep.2018.36702



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Corpos em movimento na Baía de Sepetiba.



Feminismos são caminhos político-afetivos de construção do poder popular.



Caravana territorial no Maciço da Pedra Branca.



O avanço da especulação imobiliária visto do alto do Maciço da Pedra Branca.



Arte, cultura e nossas práticas libertadoras.



Qual o cheiro da sua infância? Resgatando saberes e memórias.



Lanche agroecológico e juventude auto-organizada.



Culinária de quilombo na defesa das culturas alimentares.



Ocupação feminista antirracista das ruas, praças e calçadões.



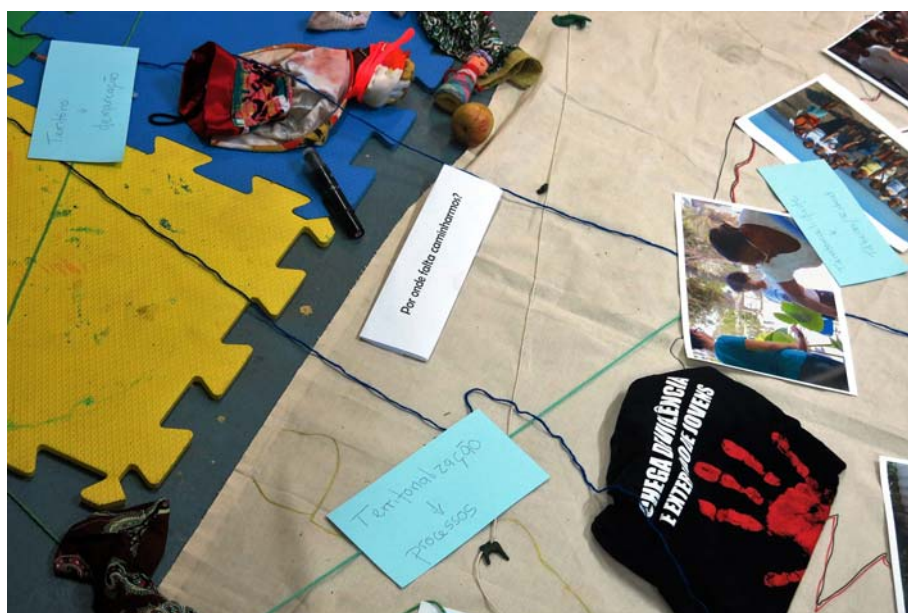
Mãos que cultivam alimentos e vínculos comunitários.



Mãos que cultivam lutas e resistências.



Assim é a construção de nosso conhecimento: um artesanato.



Construindo outros mapas com linha, tecido e agulha.



Construindo outros mapas desde nossos percursos, sentimentos e olhares.



Nossos corpos estão no mapa!



Escrita coletiva dos verbetes.



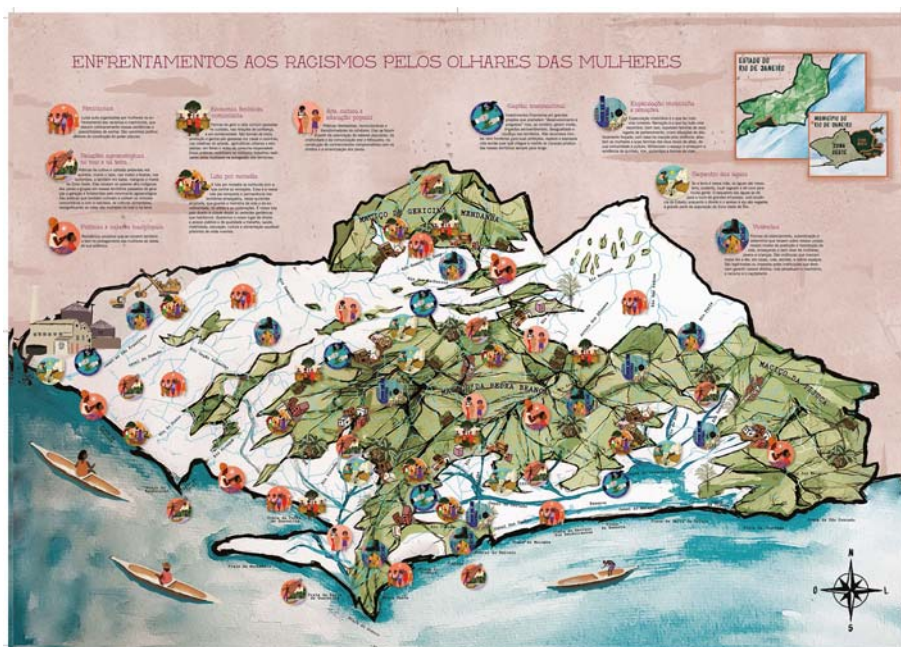
Dobradura impressa da cartografia feminista “Enfretamentos aos racismos pelos olhares das mulheres”.



Cartografia: trançando e entrelaçando conhecimentos.



Cartografia: resistências na terra e no mar.



Os verbetes e o mapa: maciços, rios e fluxos de resistência.

“Están atacando a las personas más importantes para la reproducción social y la acumulación del capital”*

Luisina Bolla**

Jules Falquet es Doctora en Sociología por la Universidad de la Sorbonne y, desde 2003, investigadora-docente de tiempo completo en la Université Paris Diderot, donde es corresponsable del Centro para la Documentación, la Investigación y los Estudios Feministas (CEDREF) y responsable de una especialidad de Maestría sobre género y cambio social. Es militante feminista y lesbiana. Su accionar científico y político se desarrolla entre Francia, América Latina y el Caribe.

Ha publicado numerosos libros y artículos en francés, español y portugués. En junio de 2017, estuvo en la Argentina en el marco de un convenio entre la UNLP y la Université Paris Diderot. Ello nos permitió conocer más sobre su perspectiva teórico-política, el feminismo materialista francófono, sus análisis del trabajo de las mujeres en el contexto del neoliberalismo global y las imbricaciones entre las relaciones sociales de sexo, clase y “raza”.

– Tus trabajos se inscriben y desarrollan una línea de trabajo a la que denominás feminismo materialista francófono. ¿En qué se distingue este enfoque de la perspectiva marxista?

– Pese a que hay muchas expresiones distintas, entiendo que existen dos grandes vertientes del feminismo marxista: una que intenta aplicar herramientas marxistas a la cuestión de las mujeres y otra que intenta agregar a la reflexión marxista sobre las clases explicaciones más bien culturales o ideológicas de lo que acontece con las mujeres. Una posición intermedia se

*Entrevista publicada originalmente nos CUADERNOS DE ECONOMÍA CRÍTICA. *La economía feminista en América Latina*, vol.4, n.7, p. 191-202, 2017. Disponible em: <<http://sociedadeconomiacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/122>>.

** CInIG, IdIHCS, UNLP/CONICET. Email: <luisinabolla@gmail.com>.

concentra en visibilizar y analizar lo que pasa en la esfera doméstica, en cuanto al trabajo que llaman “reproductivo”; pero al aplicar la lógica marxista respecto de aquello que considera como económico/productivo, le cuesta pensar como plenamente productivo lo que tiene que ver con las mujeres. En cambio, el feminismo materialista francófono, que constituye una corriente específica dentro del feminismo materialista, intenta pensar la totalidad social, poniendo en su centro el trabajo realizado por las mujeres o, más exactamente, lo que denomina “relaciones [rapports] sociales de sexo” que organicen la distribución de las mujeres y los hombres con respecto al trabajo. El feminismo materialista francófono pone en evidencia la existencia y la centralidad de estas “relaciones [rapports] sociales de sexo”, visibilizando la existencia de un modo de producción específico, digamos para simplificar, patriarcal. Se basa centralmente en el trabajo de Colette Guillaumin (2005) y su concepto de las relaciones estructurales de sexaje o apropiación de un grupo socialmente creado y naturalizado para este fin -la clase de las mujeres- por parte de la clase de los hombres. La apropiación se caracteriza por la posesión y el uso total y global de los “cuerpos-como-máquinas-de-fuerza-de-trabajo” (otro concepto de Guillaumin), sin medida alguna. Se diferencia así de la explotación, que implica la medición de una cosa llamada “fuerza de trabajo” separada del cuerpo de la persona. El feminismo materialista francófono comparte con el marxismo una perspectiva materialista, histórica y dialéctica, de allí que existan proximidades y posibles complicidades y alianzas, pero a la vez cuestiona radicalmente al marxismo, a diferencia de las feministas marxistas clásicas.

– No es sólo añadir la cuestión de las mujeres como algo que complementa la teoría, sino que es realmente plantear un problema que no existía en el marxismo tradicional...

– Es cambiar de fondo la perspectiva. La mayor parte del marxismo se preocupa por la gente que consigue separar de sí algo que es la fuerza de trabajo y postula que las relaciones sociales más importantes son las relaciones de clase entre la burguesía y el proletariado, que sobredeterminan todo lo demás. Así, el modo de producción capitalista habría englobado y trascendido los demás modos de producción. La perspectiva feminista materialista francófona, al igual que parte de las teorizaciones actuales sobre la raza (en especial, varias perspectivas decoloniales), insiste en decir que hay otras relaciones sociales de igual importancia y otros modos de producción dentro del capitalismo o junto a él, que deben ser analizados con el mismo nivel de profundidad teórica. En el caso de las relaciones de sexo, como en el caso de aquellas de raza, hay personas que no consiguen separar de sí una tal fuerza de trabajo, porque sus cuerpos son apropiados integralmente. Si bien Guillaumin no se extiende tanto sobre este concepto de “cuerpo-co-

momáquina-de-fuerza-de-trabajo”, en lo personal creo que es clave para ir profundizando en la reflexión. En especial, como lo he propuesto en mi último trabajo sobre “La combinatoria straight” (Falquet, 2017a), creo que debemos no solo desmenuzar el trabajo llamado reproductivo (por oposición a “productivo”), sino que tenemos que prestar una atención especial al trabajo de procreación. Propongo poner en el centro los cuerpos con úteros en estado funcional, ya que son los que pueden proveer todas las formas de trabajo: un trabajo inmediato (cosechar la milpa, contestar el teléfono o fabricar autos) o bien un trabajo de uso diferido (producir más máquinas-de-fuerza-de-trabajo). Estas actividades pueden ser ejercidas simultáneamente, pero a la vez son parcialmente contradictorias. Y pueden ser efectuadas tanto bajo un régimen de asalariamento (explotación) como gratuitamente, bajo la forma de apropiación, que hasta ahora ha sido la más frecuente.

– Otra característica distintiva del feminismo materialista francófono es que entiende el sexo como clase social. Ello permitió su desnaturalización ya en la década del ‘70, desde un marco muy distinto al que por esos años surgía en EEUU como “sistema sexo/género”...

– En realidad, la perspectiva sexo/género no desnaturaliza, sino que evidencia un nivel que es social, el género, pero no deja de considerar que este género social esta basado en algo natural, en una diferencia biológica. Además, no explica por qué sobre tal diferencia biológica supuestamente preexistente las sociedades construyen una desigualdad social. Parece que es una casualidad o un absurdo. La perspectiva feminista materialista francófona, en cambio, al poner en el centro la organización social del trabajo, nos permite entender el porqué de este aparente sinsentido: que unos viven mejor (los varones) gracias a que otras trabajan más y para ellos (las mujeres). Para los fines de esta organización del trabajo, las diferentes sociedades y épocas crean grupos (clases de sexo), personalidades y cuerpos adecuados para tal o cual posición en la división sexual del trabajo, fomentando, desde la más temprana edad, el don de mando o la paciencia para limpiar los baños, el asco al vómito de los bebés o el horror a disparar armas, las nalgas postizas o las piernas para andar en bicicleta por la calle. En esta perspectiva, nada es natural. En ningún momento se parte de que hay hembras y machos, sino que el análisis comienza al constatar una división del trabajo (hecho social) y de allí analiza cómo las sociedades consiguen ubicar a la gente en esta división del trabajo (otro hecho social). Lo hacen a través de leyes, de un montón de presiones materiales, marcando y moldeando los cuerpos, interviniendo sobre los genitales si lo consideran útil, o sobre los músculos, por medio de la alimentación, del ejercicio o de la inmovilización... Esta perspectiva de análisis, que explica algo social por algo también social, es verdaderamente sociológica. De hecho, el primer trabajo de Guillaumin fue pre-

cisamente un análisis de la naturalización de la raza, no del sexo. Analizó cómo históricamente, durante el modo de producción esclavista de plantación del siglo XVIII, se inventó un sistema de marcas físicas “raciales” para diferenciar un grupo con fines de apropiación. No agarraron a personas, porque eran negras, para esclavizarlas: esclavizaron personas, les pusieron una marca en el cuerpo, al hierro rojo, y luego se hizo una superposición entre esa marca y la gente africana, después entre la gente africana y una supuesta “negrura” de la piel, que pasó a simbolizar el estatus de cuerpo apropiado. Guillaumin pensó la raza fundamentalmente en una perspectiva estructural e histórica, ligada a un modo de organización del trabajo, a un modo de producción concreto. Y llegó a sugerir que el sexo era, en este sentido, una modalidad de la raza.

– En tus trabajos hablás de la imbricación de las relaciones sociales de “raza”, sexo y clase, y no de la interseccionalidad. ¿Cuál sería la diferencia?

– La imbricación habla de cómo se entrecruzan relaciones sociales estructurales. En cambio, la interseccionalidad, tal como la desarrolla sobre todo Kimberlé Crenshaw, viene de otra tradición. Su propuesta es muy interesante; pero a mí me parecen mejores las formulaciones en las que tanto la raza, como el sexo y la clase son nombradas claramente como efectos de relaciones sociales estructurales. Creo que la intersección tiende a colocar los problemas como personales, intrapsíquicos, de identidades en conflicto, en vez de remitir a las estructuras sociales. Prefiero perspectivas que, más allá de lo individual, muestren que las dificultades que enfrentamos no son a causa de que yo en lo personal soy una mujer o de que soy demasiado mujer o demasiado poco mujer, por ejemplo. No tengo que cambiar yo ni hacer trabajo sobre mí, sino que tengo que modificar la organización del trabajo que es la causa de mi situación. La perspectiva de las identidades también conlleva el problema de cómo adicionarlas para hacer un frente común. ¿Cómo vas a adicionar cosas que son tan diferentes y hasta opuestas, como la identidad de una negra, de una blanca y de una indígena? En cambio, si ves que parte de los problemas de las tres provienen de la misma organización del trabajo, en la que cada una está en un lugar diferente, obviamente, pero que a ninguna le conviene, creo que los motivos para unirse aparecen con mayor nitidez.

–También se evita pensar la unidad de las mujeres en base a esencias. Si una piensa en la organización del trabajo, el eje cambia...

– Por supuesto. Hay mucha incompreensión sobre el concepto de clase de las mujeres. Hay gente que piensa que es esencialista, pero no, todo lo

contrario. Desde el punto de vista materialista, las personas que llamamos (miembras de la clase de las) mujeres, o de los varones, son quienes objetivamente comparten elementos comunes de posicionamiento en la división sexual del trabajo. No quiere decir que comparten todo, ni que son idénticas, pero sí que comparten ciertas cosas en base a lógicas comunes relativas a la división sexual del trabajo. A la vez, obviamente, no están para nada en la misma posición cada una, porque simultáneamente, su posición depende de la división social y racial del trabajo. Con esto quiero decir que las mujeres, como clase, existen, pero esta clase de sexo está atravesada por antagonismos (sociales y de raza), de la misma manera que la clase social está atravesada por antagonismos de sexo y de raza, y la raza, por antagonismos de sexo y de clase.

– Quería preguntarte sobre tu análisis de los feminicidios. En Pax Neoliberalia (2017b), al analizar los casos de Ciudad Juárez, demostrás que no sólo se ataca a las mujeres en tanto mujeres, sino en tanto trabajadoras.

– Sí, creo que se las ataca en tanto trabajadoras, en el sentido más amplio de la palabra: trabajadoras de la maquila, “del sexo” o “prostitutas”, pero también trabajadoras de la casa, criadoras de nuevas generaciones, cocineras, planchadoras, líderes de los barrios y así sucesivamente. Me interesa que se entiendan dos cosas: que no atacan a las mujeres porque son débiles, sino porque juegan un papel económico y laboral muy importante. En vez de la visión victimista, según la cual son vulnerables y débiles, casi inútiles, hay que comprender por el contrario que están atacando a las personas más importantes para la reproducción social y la acumulación de capital. Atacan a la gente que más trabaja y menos cuesta en este mundo, porque hacen todo el trabajo en las casas, en las comunidades y en el sistema llamado productivo. En segundo lugar, creo que es necesario ver la violencia como algo eminentemente relacionado con cuestiones económicas. Lo entendemos cuando se habla de guerras: nadie dice en serio que Estados Unidos le hace la guerra a Irak porque odian a los iraquíes (aunque intenten instalar ese discurso como una justificación a posteriori). Todo el mundo sabe que le hacen la guerra a Irak por el petróleo. Está bien claro que la violencia del Estado tiene causas económicas, pues lo mismo ocurre en el caso de la violencia de los varones contra las mujeres. No podemos permanecer ciegos ante eso. Otro ejemplo: cuando lxs amxs blancxs violentaban o mataban a lxs esclavxs, no era porque les odiaban. Aunque luego había odio y pulsiones sexuales complejas, eso era un efecto y una consecuencia de la situación tan perversa de la esclavitud, pero no la causa de la violencia de lxs esclavistas. Les violentaban para ganarles la moral, para atemorizarlxs a fin de que trabajaran más.

– Entonces visibilizar el rol de las mujeres como trabajadoras no sólo las saca del lugar pasivo revictimizante, sino que permite comprender la economía política de los feminicidios...

– Claro, la economía política de los feminicidios y, más aún, de la violencia en general. Tal y como lo sabemos perfectamente respecto de la violencia estatal, la violencia no tiene que ver con pulsiones, sino con intereses materiales concretos. Por otro lado, la psicologización de la violencia impide entender sus causas. Invisibiliza los motivos de los varones y los hace pasar por bestias cuando, en realidad, son simplemente listos: aprovechan individual y colectivamente el trabajo de las mujeres. Ese es el centro de la cuestión: cómo los varones se las arreglan para vivir mejor a costa de las mujeres, así como la gente burguesa vive mejor a costa del proletariado y la gente blanca, a costa de la gente racializada.

– ¿De qué manera el neoliberalismo y la globalización afectan las formas de apropiación de la clase de las mujeres?

– El neoliberalismo modifica el sexaje, de forma compleja y diversa según las sociedades, los lugares y, desde luego, también en función de las lógicas de clase y de raza. Si quisiéramos hacer hipótesis globales, una de las preguntas podría ser: ¿existe una recomposición del equilibrio contradictorio entre la apropiación privada y la apropiación colectiva de las mujeres? La pregunta traza un paralelo con las relaciones de raza y la forma en que estas se han modificado, a partir del fin del sistema legal de la esclavitud y de la transformación de las relaciones coloniales (las independencias del siglo XIX y las más recientes, de los años '60). En términos de raza, ¿se ha pasado de una apropiación más privada en la esclavitud a una apropiación más colectiva, del proletariado migrante del fin del siglo XIX, y ahora del proletariado racializado indocumentado, creado por la criminalización migración postcolonial? Si eso fuera cierto, significaría que el modo de producción esclavista, que producía cierto tipo de razas, se transformó sin haber desaparecido del todo, pasando de formas de apropiación privadas, a formas de apropiación colectivas. Propongo explorar una hipótesis paralela en el caso del sexaje: ¿hay evoluciones entre una forma privada de apropiación y una forma colectiva? Aquí estaríamos al revés de la evolución analizada por Silvia Federici (2010), que muestra en Calibán y la bruja cómo el progresivo despliegue del modo de producción capitalista no solo se apoyó en la colonización y el pillaje del oro del Potosí, sino en otra forma de acumulación primitiva permitida por el acaparamiento de la fuerza de trabajo de las mujeres en la Europa medieval, donde la caza de brujas ayudó a encerrarlas en un espacio doméstico familiar nuevamente creado. ¿Será que ahora ocurre una transformación inversa, con una salida parcial del trabajo de las

mujeres, fuera del espacio doméstico y familiar? Basándome en el trabajo de Paola Tabet, propongo llamar "desamalgamaje conyugal" a este proceso de sacar de la familia el trabajo doméstico, el trabajo sexual, el trabajo procreativo y el trabajo de atención emocional y física para ponerlo en el mercado.

– ¿O sea que de la apropiación individual en la familia y el matrimonio, estaríamos pasando a formas más bien colectivas de apropiación de las mujeres en el mercado?

– Tal vez, pero hay que notar que son sobre todo las mujeres racializadas y proletarizadas las que venden algunas actividades "conyugales" fuera de la familia, y muchas de ellas siguen realizando estas actividades dentro de sus familias simultáneamente. Además, como lo discuto en "La règle du jeu..." (2009) y en "O capitalismo financeiro... [sobre los vasos comunicantes]" (2013), hay una parte del trabajo asalariado de las mujeres —y también del trabajo realizado por las personas racializadas—, que parece ser asalariado y formar parte de las lógicas de explotación, pero que está más cerca de las lógicas de apropiación colectiva. En aquellos artículos me pregunto qué pasó con la famosa proletarianización generalizada anunciada por Marx, qué pasó con la entrada al mercado laboral asalariado de las mujeres y de las personas racializadas. Discuto si en el marco de la transformación global del mercado de trabajo provocada por el neoliberalismo no existiría una tendencia a que las relaciones capitalistas de explotación se vayan aproximando de nuevo a las relaciones de apropiación (que caracterizan modos de producción patriarcales y racistas-coloniales), pero ya no en las formas de apropiación privada, sino bajo la figura de la apropiación colectiva: de sexo (creación de mujeres parcialmente desamalgamadas de la institución matrimonial) y de raza (nuevas formas de racismo y de "esclavitud" para la mano de obra migrante indocumentada). La extorsión de trabajo bajo lógicas de sexo, de raza y de clase funcionaría según lógicas de vasos comunicantes.

– ¿Cómo sería esta idea de los vasos comunicantes?

– Tiene que ver con las relaciones dinámicas y contradictorias entre apropiación y explotación, y entre apropiación privada y colectiva. La explotación, que tiene que ver con las relaciones de clases sociales, es conocida así que no voy a detenerme en ella. Apropiación es lo que Guillaumin evidencia tanto para las relaciones sociales de raza como para las de sexo. Ambas comparten, aunque con diferencias, la lógica de la apropiación privada y colectiva del cuerpo como máquina-defuerza-de-trabajo. Entonces, tendencialmente, las personas a quienes se les exige trabajos sin pago son

las personas racializadas y la gente sexualizada, que pueden ser utilizadas alternativamente; en especial, aquella gente proletarizada de estos grupos, pero a veces hasta a la gente más privilegiada. Se encarga el trabajo sucio y mal pago a la gente racializada de ambos sexos o a la gente sexualizada de cualquier raza. La idea de los vasos comunicantes se refiere a esa labilidad de las posiciones en la división sexual y racial del trabajo. También se refiere a que hay un "tercer polo": el de la explotación y las relaciones sociales de clase. Las formas colectivas de la apropiación de sexo y de raza se acercan al asalariamiento, es decir, a lógicas de explotación. Aunque podamos empezar a dudar de que vaya realmente a producirse la proletarianización generalizada anunciada por Marx, muchas personas seguimos pensando que entrar al asalariamiento es mejor que ser integralmente apropiado y no tener acceso a un salario. Pero no hay suficiente trabajo asalariado ni voluntad de asalariar todo el trabajo "sucio" de reproducción social. Entonces existe una pugna entre la gente racializada y la gente sexualizada para poder entrar al codiciado mercado laboral asalariado. A la vez, hay otra pugna individual y colectiva para no ser la persona sobre quien recaiga el trabajo sucio y no remunerado.

Ahora bien, esta reflexión parte del prisma del trabajo. Si razonáramos en términos de plusvalía, habría que ver si puede decirse lo siguiente: "la plusvalía que no se gana gracias al trabajo de unxs, se debe extraer de otrxs". Una cosa es pensar a partir de la organización del trabajo y otra a partir de la obtención de la plusvalía. Sobre todo porque, si bien el marxismo se interesa por la extracción de plusvalía y por el trabajo, define y calcula la plusvalía únicamente a partir de lo que llama "trabajo productivo" (subsumiendo, en este último, el resultado del trabajo reproductivo). De modo muy diferente, sugiero pensar la extracción de plusvalía, visibilizando el trabajo llamado reproductivo, interesándome en quienes lo realizan bajo lógicas de apropiación y poniéndolo al mismo nivel que el trabajo que el marxismo llama productivo.

– Otra característica de la división sexual del trabajo en el neoliberalismo sería la formación de la dupla "varones en armas" y "mujeres de servicio"...

– Justamente, esos dos grupos ilustran la apropiación colectiva para la gente racializada y proletarizada en general, y para la gente sexualizada y proletarizada en general. ¿Qué es lo que hace el neoliberalismo con estas personas? La hipótesis que formulé (Falquet, 2006) es que hay una transformación neoliberal del mercado de trabajo, con flexibilización, precarización e internacionalización, a la vez que hay una dinámica de creación de fuerza de trabajo libre, especialmente por medio de la expulsión del medio rural, mediante la privatización de la tierra, las guerras, los desastres ecológicos, etcétera (que "liberan" poblaciones a menudo racializadas) y

por el aflojamiento de las relaciones matrimoniales, el empobrecimiento de los maridos, la migración, las transformaciones de las leyes y de la “moral” (que “liberan” mujeres). ¿Qué ocurre con estas personas, con toda esta mano de obra excedente que se crea? Contribuyen a la transformación-degradación del mercado de trabajo: a una precarización general de este mercado y a la aparición de sectores de empleo mal definidos, donde la gente no ejerce exactamente lo que se suele llamar una “profesión”, pero gana en efectivo, y a veces hasta bastante bien. Se trata de “trabajos” que dejan dinero en la mano pero no son asalariados, están bastante desprotegidos. Además, se supone que no requieren “cualificación” sino apenas cualidades “naturales” (asociadas a la raza y/o al sexo). Y así, según el sexo de las personas proletarizadas, hay dos grandes opciones. Para los varones, ingresar en el “trabajo de las armas”, que abarca un vastísimo espectro (militares, policías, narcos, terroristas, guerrilleros, traficantes, guardias de las cárceles, de los cementerios o de los museos). Y para las mujeres, queda todo lo que incluye trabajo del sexo, limpieza y servicio doméstico, incluyendo el care, así como intentar ganar algún dinero produciendo bebés. Los “hombres en armas” y las “mujeres de servicio” se desarrollan dialécticamente, ya que la acción de los hombres en armas contribuye a “liberar” más mano de obra femenina, al desolar el campo, destruir el mercado laboral, dislocar familias y crear viudas y refugiadas. Y eso es muy importante en esta discusión: la destrucción económica y material provocada por los varones en armas alimenta este mercado de trabajo neoliberal.

– ¿Y cómo salir de estas formas de apropiación? Una de las propuestas era el lesbianismo, como estrategia política...

–La salida de la apropiación no puede ser individual ni meramente ideológica, tiene que tocar las bases materiales de la organización del trabajo. El lesbianismo, si es sólo acostarse con mujeres, no permite salir de nada, es sólo una práctica sexual. Para salir de la apropiación, hay que atacar la apropiación colectiva de las mujeres y cuestionar también la apropiación de raza (y por lo mismo de los vasos comunicantes, también la explotación de clase). Implica una lucha frontal contra la ideología y contra las prácticas, contra las bases materiales de la apropiación y de la explotación.

– ¿El feminismo comunitario o de Abya Yala sería otra alternativa para salir de estas relaciones de apropiación?

– Es una propuesta con elementos de gran importancia. Lo que me resulta más interesante del feminismo comunitario es el vínculo que plantea entre la apropiación de las mujeres y la apropiación de los recursos naturales, de

“la Tierra” en el sentido de la Pacha Mama. Nos habla del acaparamiento histórico, desde la primera fase de colonización hasta la actual recolonización extractivista, de eso que la economía capitalista trata como “externalidades”, recursos “naturales” que pueden incorporarse a la plusvalía sin más reparo: el trabajo de las mujeres y la “Naturaleza”, es decir, las materias primas. Creo que el feminismo comunitario completa la reflexión de Federici, que suma al oro de Potosí como fuente de acumulación primitiva, el trabajo doméstico de las campesinas europeas de la Edad Media progresivamente encerradas en la familia por la violencia de la caza de brujas. El feminismo comunitario subraya a su vez la apropiación de las mujeres indígenas y afros, como otra fuente imprescindible de la acumulación primitiva. Así, globalmente, el feminismo decolonial, indígena y afro, el feminismo marxista no-ortodoxo y el feminismo-lesbianismo materialista convergen en reflexiones y luchas colectivas contra diferentes formas de apropiación y de acumulación primitiva, pasadas y presentes.

Referencias

FALQUET, J. “Hommes en armes et femmes “de service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle et internationale du travail”. *Cahiers du Genre, Travail et mondialisation. Confrontations Nord/Sud*, n. 40, pp 15-38, 2006.

_____. “La règle du jeu. Repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de “race” dans la mondialisation néolibérale”. En: DORLIN, E. (avec la collaboration d’Annie Bidet), *Sexe, race, classe. Pour une épistémologie de la domination*. PUF, collection Actuel Marx Confrontation, 2009.

_____. “O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas” [sobre los vasos comunicantes]. En: *Crítica Marxista*, n. 36, IFCH/UNICAMP, 2013.

_____. “La combinatoria straight. Raza, clase, sexo y economía política: análisis feministas materialistas y decoloniales”. Descentrada. *Revista interdisciplinaria de feminismos y género*, v. 1, n. , 2017a. Recuperado de: <<http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe005/7993>>.

_____. *Pax Neoliberalia*. Perspectivas feministas sobre (la reorganización de la violencia contra las mujeres. Buenos Aires: Madreselva, 2017b.

FEDERICI, S. *Calibán y la bruja*. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de sueños, 2010.

GUILLAUMIN, C. “Práctica del poder e idea de Naturaleza”. En: FALQUET, J.; CURIEL, O. (Coord.). *El patriarcado al desnudo*. Tres feministas materialistas. Brecha lésbica: Bogotá, 2005.

DOI:10.12957/rep.2018.36704



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HOMENAGEM DE VIDA

Marilda Villela Iamamoto: de Minas à Marx e de volta ao começo

Ana Paula Procópio da Silva*

Estou certa de que muitas/os assistentes sociais, mestras/es, doutoras/es e pós-doutoras/es formadas/os sob a orientação de Marilda Villela Iamamoto gostariam de homenageá-la, como tenho aqui a oportunidade. Por isso penso, quanta responsabilidade! Indubitavelmente a sua qualificada produção sobre o Serviço Social na reprodução das relações sociais, que fundamentou grande parte dos processos de renovação crítica do Serviço Social latino-americano nos últimos 40 anos são motivos mais do que suficientes para láureas. Contudo, a vida excede o entendimento teórico, pois é feita dos tropeços no possível e da insistência na “descoberta do que tem dentro da casca do impossível” (ANDRADE, 2006). Assim, para além de homenagear sua contribuição acadêmica, eu tenho neste espaço a chance de expressar a gratidão por seu empenho em manter viva em nossas mentes e corações a ideia da descoberta cotidiana que é a possibilidade coletiva de construirmos a nossa própria história, como assistentes sociais e sobretudo, como sujeitas/os.

Conheci pessoalmente e iniciei meu convívio com a Marilda de uma forma inusitada, mas que ao mesmo tempo me permitiu tratá-la assim pelo primeiro nome. Eu, caloura do curso de Serviço Social da Uerj, em 2001, comecei a frequentar o Centro Acadêmico e me voluntariei para coletar doações para o Livro-ouro da ida de uma delegação ao XXIII Encontro Nacio-

*Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos - PROAFRO UERJ. *Correspondência:* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, 8º andar, bloco E, sala 8.017, Maracanã – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20550-900. *E-mail:* <anapaulaprocopio@yahoo.com.br>.

nal de Estudantes de Serviço Social que seria em julho daquele ano na cidade de Brasília. A empolgação era redobrada pelo fato de que iríamos submeter a candidatura para sediar o Encontro do ano seguinte. “ENESS 2002 no Rio de Janeiro” era a nossa frase de convencimento para angariar os fundos da viagem. E, junto com outras colegas, adentramos em uma reunião da pós-graduação para passar entre as professoras o nosso Livro-ouro. Lembro-me dela na reunião bastante atenta às nossas falas sobre a importância do Encontro e da participação da Uerj e, ao final, colaborou e elogiou efusivamente a iniciativa.

Fomos para Brasília, sediamos o ENESS na Uerj em 2002 e ocupei, até 2003, a Secretaria de Formação Político Profissional da ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Durante um ano viajei pelo país conhecendo as escolas e debatendo com as estudantes sobre as diretrizes curriculares. A duras penas conciliava a militância estudantil, a participação nas aulas e a inserção como bolsista de iniciação científica na pesquisa da professora Lucia Maria de Barros Freire sobre as transformações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a escolha de dedicação exclusiva à vida acadêmica implicava em “*viver de bolsa*” e abdicar de empregos formais cujos horários restringiam a participação em atividades extraclasse. E Lucia, ciente das minhas dificuldades financeiras, me indicou para o trabalho com uma “professora famosa no Serviço Social” que prestaria concurso para docente titular na Faculdade de Serviço Social da Uerj e precisava de uma pessoa para ajudá-la na organização do currículo Lattes. A professora era a Marilda. E, durante mais de um ano, trabalhei constantemente na sua casa, acessando a sua vida acadêmica para o currículo e tendo o privilégio de conversas inspiradoras sobre a profissão, que contribuíram na elaboração do meu próprio caminho pelos Fundamentos do Serviço Social como campo de estudos articulado às dimensões de raça/etnia e gênero na sociedade brasileira.

Com a sua incorporação na Uerj, me tornei bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, na pesquisa *Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil*, e participei da implantação do Centro de Estudos Octavio Ianni, em 2006, uma iniciativa concebida por ela e plenamente apoiada pela Faculdade de Serviço Social. E integro, desde a sua criação, o Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social – NECLATSS, cadastrado sob sua coordenação no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Foi assim que começou nossa história de trabalho e de afeto.

Hoje, passados quinze anos, nos tornamos colegas de trabalho docente e de pesquisa e, arrisco a dizer, amigas, parafraseando um de seus escritores favoritos, Guimarães Rosa: “Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase: e todos os sacrifícios” (ROSA, 2009).

Mineiridade e marxismo, com poesia

Mineira de Juiz de Fora e como ela própria diz, *criada na roça*, concluiu em 1971 o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. E, mesmo tendo atravessado os tempos sombrios da ditadura e sofrido o arbítrio do Estado na década de 1970, quando foi presa, torturada, condenada pelos tribunais militares a seis meses de reclusão e perdeu seu emprego público no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, não se es-cusou aos estudos e à crítica rigorosa da profissão no interior das relações sociais forjadas na sociabilidade capitalista.

Ainda na vigência do regime autocrático, encaminhou, em parceria com Raul de Carvalho, vinculados ao projeto de investigação do Centro Latino Americano de Trabalho Social – CELATS sobre a História do Trabalho Social na América latina, as pesquisas que resultaram no livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982). A obra que está em sua 41ª edição tem como perspectiva de análise o desvendar do significado histórico da profissão no contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira e, nesta direção, implementa o suporte para os debates posteriores acerca do Serviço Social como partícipe da divisão social do trabalho e as implicações derivadas de sua inserção particular neste âmbito.

Durante a década de 1990, no contexto da globalização mundial sob a hegemonia do grande capital financeiro, continuou exortando as/os assistentes sociais a pensar as transformações econômicas e sociais, suas repercussões para o trabalho, e as alternativas ético-políticas ao exercício e à formação profissional crítica e competente, avessa à fatalismos, messianismos e/ou voluntarismos.

Em *Renovação e conservadorismo no Brasil: ensaios críticos* (1992) saúda, na primeira epígrafe, a *sabedoria e mineiridade* dos seus pais, Moysés e Hilda, qualidades que também demonstra ao longo da coletânea, cujos ensaios articulam uma veemente crítica à herança conservadora na profissão e aos dilemas e falsos dilemas que obliteram as possibilidades de ruptura com este modelo.

[...]. A passagem da escuridão do regime militar à reconquista dos direitos políticos deu novo alento a nossas vidas e a nossas esperanças no horizonte da construção da democracia e do socialismo. Certamente a essa força maior pode-se creditar a fertilização do debate profissional, que forjou avanços e resistências e estabeleceu a convivência pluralista na arena profissional. O Serviço Social vem se movendo, assim, a partir da recusa a deixar-se cegar pelo conservantismo, perseguindo os caminhos da renovação, em parceira com o tempo e a história (IAMAMOTO, p. 15, 1992).

“Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada”. É com este poema do mineiro Carlos Drummond de Andrade que Marilda abre o pri-

meiro texto de *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998). A coragem para não se diluir na fragmentação dos tempos contemporâneos que atinge a todos é o desafio da análise e atuação qualificadas das/os assistentes sociais que ela enfaticamente sinaliza.

Mais que nunca é preciso coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempo mais humanos, mais justos, mais solidários [...] (IAMAMOTO, p. 17, 1998).

As poéticas mineiras e o marxismo formam um duo em sua trajetória, mas, particularmente em *Trabalho e indivíduo social* (2001), ela própria faz poesia no encontro com a questão agrária para decifrar os processos da sociabilidade fundada no trabalho agrícola, a partir de leituras aprofundadas de *O Capital* e dos *Grundrisse* e das pesquisas de campo realizadas com migrantes sazonais trabalhadores na agroindústria canavieira paulista, quando compara a publicação da obra, estrangeira ao serviço social *stricto sensu*, com um baú que revela uma dimensão desconhecida da sua carreira profissional e acadêmica que sempre caminhou *pari passu* com o tempo da roça.

A abertura do baú é motivo de alegria, porque as flores se transformaram em frutos. E chegou o tempo da colheita, de socializar o trabalho silenciosamente realizado. E o tempo da colheita é tempo de festa. Tempo de cantar a esperança que possa estremecer os remansos quietos e remover os lodaçais, que envolvem a vida dos sujeitos que aqui tem voz (IAMAMOTO, 2001, p. 13).

Demonstrar teoricamente a vivência do trabalho como castigo e rebeldia, sem perder a dimensão de que uma longa luta se avizinha, mas que como diz Maiakóvski “Primeiro é preciso transformar a vida para cantá-la – em seguida [...]” é uma habilidade que certamente insere Marilda no rol de intelectuais imprescindíveis ao nosso tempo.

“A gente tem que sair do sertão! Mas só se sai do sertão tomando conta dele a dentro [...]” (ROSA apud IAMAMOTO, 2007, p.48). O mundo de Guimarães Rosa atravessa todo o livro *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (2007), originado da tese apresentada ao concurso para professora titular do Departamento de Fundamentos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. O sertão como metáfora do mundo é um dos guias que Marilda nos oferece para compreendermos a inversão dos sujeitos em objetos, como expressão de uma sociabilidade que impele à auto-alienação humana.

Os seus livros nos chegam como conteúdos praticamente obrigatórios dos programas de graduação e pós-graduação em Serviço Social, mas podemos situá-los além, como ferramentas indispensáveis para desvelarmos, não só como assistentes sociais, mas como artífices, a opacidade

das aparências dos processos sociais e como encorajamento poético ao desafio cotidiano de afirmar uma profissão voltada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora e do compromisso democrático radical com vistas à emancipação humana.

De volta ao começo

O marco de sua produção iniciado com *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* retorna agora na pesquisa *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia)*: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória cujo interesse recai sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social na história, as experiências de formação e pesquisa e as incidências no exercício profissional nos países considerados. É um revir ao ponto de onde começou as suas pesquisas sobre o Serviço Social, pois a compreensão da profissão inscrita na sociabilidade capitalista mantém-se como o pressuposto das análises. Não por acaso, o seu regresso à Juiz de Fora ocorre concomitante com o nosso movimento de prospecção da memória da pesquisa na profissão, em seu acervo pessoal, onde frequentemente nos deparamos com documentos que demonstram os esforços coletivos para superação do tradicionalismo e a construção do Serviço Social identificado com o universo amplo do pensamento crítico.

Os fios que tecem a vida de Marilda são entrelaçados por mineiridade, marxismo e poesia, mas com seu brilhantismo, pessoalmente ou em seus escritos, ela tem também nos impelido a tecer nossas vidas com criticidade, luta e resistência, sem perder a simplicidade e a ternura.

Referências

ANDRADE, C. D. de. Procurar o quê. In: ANDRADE, C. D. de. *Boitempo: esquecer para lembrar*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social; ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R.de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1982.

MAIAKÓVSKI. V. A Sierguéi lessiênin. In: CAMPOS, A. de; CAMPOS, H. de; SCHNAIDERMAN, B. (Orgs.) *Maiakóvski — Poemas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

ROSA, J.G. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

DOI:10.12957/rep.2018.36705



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



O direito do mais forte

MARX, K. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017, 150 pp.

Jefferson Lee de Souza Ruiz*

1

As árvores são muito altas e o silêncio predomina. De um lado a outro da floresta veem-se folhas pelo chão. As roupas e toucas que protegem pernas, braços e cabeças são de panos simples, alguns rasgados. Cumprem bem seu papel de proteger do frio a crianças, mulheres e homens de várias idades. Um dos meninos tenta arrancar um galho que, embora já quase tocando o chão, ainda está ligado à árvore. É interrompido por idoso próximo. Só coletam o que já não expressa vida: as “esmolas da natureza”, o galho que já não pertence mais à árvore. Tanto critério não lhes servirá de nada. Atento a sons que se aproximam alguém solta a trouxa de lenha recolhida ao chão e corre. Segundos depois o galope de cavalos e a correria são gerais. Uns escapam, outros caem, alguns são espancados. Naquele dia não haverá lenha para aquecer do frio ou para cozinhar. Nem para trocar por pequenos insumos para sobreviver um pouco mais à crise que assola a Europa.

Muitos dos cinéfilos, militantes, estudantes e outros que foram ganhos pelos 2’40 minutos de abertura de *O Jovem Karl Marx* (2017) desconheciam que as cenas não eram apenas um recurso dramático. Aos

*Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Assistente social e professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. *Correspondência:* UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, 8º andar, bloco D, sl. 8030/1, Maracanã – Rio de Janeiro – RJ. CEP:20550-900. Email: <leenorio@uol.com.br>.

24 anos, um após defender sua tese de doutorado em Direito¹, seis antes do explosivo Manifesto do Partido Comunista e cerca de duas décadas antes de sua obra mais impactante², Marx, em uma série de artigos para a Gazeta Renana abordara o furto de lenha. Tendo por base os esboços de emendas a um projeto de lei em debate na chamada Dieta Renana, já demonstra sua crítica ferina a interesses privados que impõem absurdas situações de vida à maioria da população. Mas não para por aí. “A população vê a pena, mas não vê o crime”, alerta. O que poderá levá-la a se perguntar: “se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?”

2

Não apenas a produção teórica de Marx, mas também sua intervenção política está sintonizada com o momento histórico. Desde 1830 revoluções percorriam países de toda a Europa. Vivia-se plenamente a “era das revoluções³”. Explicações mágicas sobre a vida iam dando lugar à razão. Iniciava-se a transição para um mundo industrial. Artes, ciências, cidades eram apenas alguns dos muitos fenômenos em profunda mutação. Os primeiros movimentos de caráter operário se articulavam. A prometida igualdade jurídica de direitos já era percebida materialmente como uma mera promessa de revoluções do século anterior – que contaram com intensa adesão de setores populares e camponeses, a maioria da população da época – que não se concretizaria igualmente. Chocavam-se direitos consuetudinários⁴ de pobres e ricos – que, como Marx demonstraria posteriormente em sua análise do funcionamento da sociedade capitalista, sempre que se confrontam são decididos pela força.

Se promessas de liberdade, segurança, igualdade haviam sido apresentadas como universais, o cotidiano de algumas décadas depois já evidenciava a disputa existente entre como cada setor em disputa as interpretava. Liberdade para burgueses era fazer circular excedente. Para mulheres camponesas podia significar não terem que passar a primeira noite de casadas com seus senhores, não com seus maridos. Ou, em um momento em que a imprensa tinha características muito distintas das que vivenciamos no século XXI, não ter sua correspondência particular violada, como Marx denunciou em 1843⁵. A segurança burguesa não se propunha à proteção de toda a população em relação aos imprevistos de uma nova vida que se consolida e que distinguia a pobreza de antes do enorme pauperismo gerado por uma

¹ MARX, K. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Boitempo, 2017.

² Referimo-nos a *O Capital*. Com a crise internacional em curso houve momentos já no século XXI em que suas diversas edições se esgotaram em livrarias e sebos de países como a Alemanha. A edição brasileira mais recente parece ser a da Boitempo, publicada entre 2014 e 2017.

³ HOBBSBAWM, E. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁴ Aqueles reconhecidos por força da tradição, dos hábitos, dos costumes.

⁵ MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

sociedade que, contraditoriamente, agora se enriquecia. Para os liberais, segurança era antes a defesa do que Marx denominaria “sociedade civil”, que existiria para garantir o direito à propriedade burguesa.

É neste quadro de imensas e profundas alterações histórico-conjunturais que Marx redige seus artigos em uma gazeta com circulação em uma das importantes cidades da Alemanha. O faz, ao mesmo tempo, como fonte de renda e como militância. O incômodo gerado por suas certas críticas não demoraria a ser utilizado como razão para a defesa do fechamento da Gazeta Renana. O conjunto dos textos que Marx publicou ao longo de sua contribuição àquela organização é até hoje pouco acessível em língua portuguesa⁶.

3

Daniel Bensaïd abre a edição da Boitempo que é base para esta breve resenha. Constata um impressionante leque de questões criticadas por Marx nos debates da Província de Reno que ainda persistem no capitalismo do século XXI. A confusão entre público e privado é uma delas. Segundo os deputados de então, quem definiria a pena (legitimada pelo Estado) para o suposto furto de lenha seria o funcionário contratado pelo dono da floresta. A medida da pena para eventuais situações de reincidência também poderia ser tarefa dele – ou, no máximo, do prefeito de cada localidade: de qualquer forma a taxa recolhida iria para os cofres do proprietário, não para políticas estatais. “Que ilusão tola e nada prática é essa de um juiz imparcial quando o legislador é parcial?”, pergunta o jovem filósofo alemão⁷. Bensaïd demonstra como a lógica privatista de tudo que é público, denunciada por Marx, ganha inúmeros contornos contemporâneos. Já conhecemos e debatemos profundamente como direitos são mercadorizados. Pouco nos debruçamos, contudo, sobre como o pensamento, a pesquisa acadêmica e até mesmo a teleologia que diferencia humanos de outras espécies vivas estão, na lógica do capital, na mesma rota. Ou o fazemos ainda timidamente em relação aos inevitáveis impactos da sanha capitalista sobre a ecologia, a natureza e, em última instância, a própria sobrevivência de espécie.

Mas se o sociólogo marxista francês aborda questões de inegável centralidade para a atualidade, o texto de Marx carrega consigo raríssima característica de ser ainda mais universal. A edição aqui resenhada traz, em sequência, os cinco artigos de Marx sobre o tema, publicados entre as edições 298 e 307 da Gazeta. Sua leitura provoca novas reflexões sobre preocupações, incômodos e interpretações que fazemos de distintas dimensões da sociedade contemporânea. A crítica marxiana ao punitivismo (tão em voga mesmo em segmentos democráticos na atualidade) é um alerta interes-

⁶ Edição organizada e traduzida por Livia Cotrim e publicada em 2009 pela EDUC só se encontra disponível em versão digital. É intitulada Nova Gazeta Renana – Karl Marx.

⁷ Apreciar a judicialização de boa parte das lutas atuais, ou a nova modalidade de golpe em curso no Brasil, ou a ainda crescente ilusão na democracia eleitoral burguesa recomenda refletir sobre a mesma questão.

santíssimo. Quando negros e negras se dão conta de que são quase que as exclusivas vítimas dos sistemas penal e prisional brasileiros (não só: vide características das prisões estadunidenses ou as constantes revoltas da juventude negra francesa), a tendência é sobrar legítimas críticas mesmo para organizações populares que não ampliam o horizonte da crítica ao punitivismo. Ainda persistimos tímidos em relação à corrupção, vista como pauta quase exclusivamente conservadora e reacionária. Marx relembra que em Montesquieu uma de suas caracterizações é o momento em que o povo é corrompido pelas leis – e a relação com a “legal” apropriação de cerca de 50% das riquezas nacionais para pagamento de supostas dívidas que beneficiam menos de 1% da população brasileira não deveria ser tão difícil para o diálogo com a conjuntura contemporânea. Ou os *lobbies* empresariais que atuam soltos sobre as deliberações dos parlamentos mundo afora.

Mais: se a história das sociedades é, até hoje, a história das lutas entre classes, como Marx expressaria com Engels alguns anos depois da crítica à Dieta Renana, abrindo o Manifesto do Partido Comunista, há que se considerar a possibilidade de que o que os setores subalternizados pela e na sociedade do capital tenham suas próprias versões para o que sejam os fenômenos com que convive. É o que nos parece recomendar a forma como Marx aborda os costumes, por vezes vistos como direitos, de pobres e ricos – a categoria classes sociais não aparece nos textos de outubro e novembro de 1842. Não é a materialidade da vida quem define a consciência e confere substância às lutas? Nossas ainda férteis, mas algo paralisadas, polêmicas sobre este campo de fenômenos pode, também ali, encontrar pistas adicionais.

4

Ler Marx é uma agradável, mas exigente tarefa. Além de sua veia irônica e polêmica, há um profundo mergulho na realidade concreta que vivencia. Assim, é essencial ter atenção para a utilização dada a termos e vocábulos que, ao longo da história, vão tendo seu sentido possivelmente alterado pelas lutas, como belamente demonstra Konder (2009).

A erudição histórica, bibliográfica e literária do autor, mesmo aos 24 anos, é ampla. Vai de Shakespeare ao teatro alemão; de Montesquieu à De Tracy ou a Benjamin Constant; da Grécia antiga à bíblia, e à legislação vigente na Alemanha e em outros países europeus. Para quem se aproxima de suas reflexões em conjuntura em que a leitura vem sendo algo cada vez mais raro (não apenas por hábito cultural, também pela transformação constante e seguida das relações de trabalho e vida, além de outras formas de acesso e produção de informação) é um mergulho que requer fôlego e disposição.

Além disso, diferente do que dizem conservadores, reacionários e – em sentido diametralmente oposto – mesmo alguns sinceros revolucionários, não há que se buscar em Marx respostas prontas para as questões de

nosso tempo. Seu brilhantismo foi capaz de captar tendências que já estavam postas em germe à época em que viveu. Mas ele nunca se propôs a ser autor de um guia para o futuro. Nem das interpretações sobre todas as etapas da evolução do capital, nem das lutas libertárias que contra ele se insurgiam e se insurgiriam.

O espírito inquieto e propositivo de um novo futuro presente ao longo de sua vida e obra nos dá, contudo, a convicção de que a leitura de Marx permanece tarefa tão urgente quanto necessária. E que a história é uma tarefa inacabada que nos cabe completar, como demonstra os minutos derradeiros do belo filme do diretor haitiano cuja cena abre estas páginas.

Referências

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KONDER, L. As palavras e as lutas de classes. In: _____. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 163-167.

MARX, K. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Boitempo, 2017.

O JOVEM Karl Marx. Direção: Raoul Peck. França/Alemanha/Bélgica, 2017. Distribuição: Califórnia Filmes. 1h58min.

DOI: 10.12957/rep.2018.36706



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



Gramsci e a Revolução Russa

LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (Orgs.). *Gramsci e a Revolução Russa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2017. 272 p.

Barbara White*

Em tempos conturbados, em que o fascismo ganha corpo e volume na sociedade atual, o livro *Gramsci e a Revolução Russa* chega aos leitores como um estímulo teórico para reformulações de novas práticas no embate contra a exploração do capitalismo. A produção é uma coletânea organizada pelos pesquisadores gramscianos Ana Lole, Victor Leandro Chaves Gomes e Marcos Del Roio e reúne artigos produzidos por intelectuais brasileiros e italianos, que se destacam no cenário mundial, com estudos acerca do pensamento do filósofo sardo Antonio Gramsci.

O centenário da Revolução Russa, bem como os oitenta anos de morte de Gramsci, no ano de 2017, são coroados pelos organizadores desta coletânea com uma obra que, para além do resgate dos desdobramentos históricos do período entre 1917 e 1937, se destaca por apresentar a experiência da Revolução Russa como marca expressiva, na tentativa de reconstrução do pensamento do filósofo sardo em sua totalidade. No prefácio, Fabio Frosini salienta a riqueza do livro diante da reunião de “estudos que enriquecem tal investigação com novos detalhes e perspectivas”. A obra reúne 13 textos de 15 autores, que analisam de forma rica, detalhada e com profundidade teórica, a importância da experiência russa na construção da filosofia política gramsciana, apresentando como conceitos e categorias foram elaborados pelo filósofo sardo, a partir de sua trajetória intelectual e de vida.

O primeiro texto do livro é de Domenico Losurdo, um dos maiores e mais originais filósofos da atualidade, que se debruçou, de modo singular, sobre os estudos de Marx e Gramsci na luta anticapitalista. Suas análises sobre

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). *Correspondência*: Faculdade de Educação/UFF Campus do Gragoatá: Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, bloco D - São Domingos, Niterói - RJ. CEP: 24210-201 Email: <barbarawhite3@yahoo.com.br>.

o impacto da Revolução Russa versam sobre a necessidade de reflexão sobre “as consequências da vitória dos bolcheviques em um país relativamente atrasado e exaurido pela guerra” (p. 21). Diante do momento histórico vivido no âmbito do acontecimento russo – saudado por Gramsci como a “Revolução contra O Capital” – desenvolve reflexões sobre a questão do materialismo histórico correlacionada à crítica ao populismo.

Anita Helena Schlesener e Michelle Fernandes de Lima apresentam uma articulação entre o contexto histórico da Revolução Russa e sua influência no pensamento de Gramsci, a partir de textos escritos por ele no período entre 1917-1918. Estabelece-se uma articulação da experiência da revolução proletária russa com o movimento operário italiano. Destaca, ainda, a leitura feita por Gramsci sobre o caráter educativo da Revolução Russa como questão de liberdade em um autogoverno operário, apontando em seus escritos temas acerca da necessidade de desenvolvimento de um processo formativo, bem como de autoeducação para as massas populares na revolução socialista.

A contribuição de Edmundo Dias trata da especificidade da questão da organização da cultura, de modo “desinteressado”, da sua relação com a hegemonia na construção do processo revolucionário, e de como Gramsci fez essa leitura a partir da ação dos bolcheviques, ao caracterizar o acontecimento russo como uma revolução proletária. Neste sentido, analisa também a crítica do filósofo sardo sobre o papel do americanismo diante da formação de uma nova classe trabalhadora, ou um novo proletariado industrial.

Na busca pela interpretação dos estudos gramscianos, entre 1917-1918, sobre a tradução da Revolução Russa para o contexto italiano, Daniela Mussi traz a questão da centralidade da “cultura como coração da revolução” (p. 92), dada a relevância do tema para o intelectual sardo. As análises convergem para uma reflexão sobre o momento histórico do socialismo, as divergências e impasses das correntes políticas russas e italianas, bem como de que forma as preocupações acerca do papel da cultura culminaram na fundação da revista *L'Ordine Nuovo* em 1919.

Marcos Del Roio apresenta o caminho percorrido por Gramsci ao encontro do marxismo e o papel decisivo desempenhado pela Revolução Russa nessa construção. O texto discorre sobre o movimento histórico, desde o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que desencadeou o afastamento de Gramsci das correntes que inicialmente influenciaram seu pensamento – como Benedetto Croce – culminando na sua “aproximação com o marxismo, via Lenin” (p. 110), assim como da trajetória política do filósofo sardo na busca pela tradução da Revolução Russa para as particularidades da Itália.

Em sequência ao processo de aproximação de Gramsci com o marxismo, o texto de Eduardo Granja Coutinho versa sobre a influência direta da teoria política de Lenin sobre o pensamento de Gramsci. As análises trazem à tona a articulação entre conceitos basilares da teoria gramsciana diante da experiência russa, como: hegemonia, intelectuais e organização

da cultura, a partir do nexos dialético entre teoria e paixão “que se expressa no conceito de vontade coletiva” (p. 128).

Rodrigo Duarte Fernandes Passos parte de uma investigação sobre os anos 1919-1920, destacando a centralidade da categoria “tradutibilidade”, “traducibilidade” ou “tradução” da “Revolução de Outubro” no pensamento gramsciano. Sinaliza a relevância sobre a relação que o autor sardo estabeleceu com a literatura, a linguística e suas particularidades no que tange as ressignificações do “legado teórico-prático de Marx” (p. 141). Neste sentido, destaca como a unidade e organicidade entre “história, filosofia e política e entre pensamento, ação e método” (p. 153) constituem a elaboração do pensamento de Gramsci, ao apontar em seus escritos, aspectos e ressignificações que possibilitam a tradução da Revolução de Outubro.

O texto de Gianni Fresu realça a discussão sobre o desenvolvimento do processo revolucionário a partir das condições concretas de cada formação econômica e social, “como um processo que se desenvolve na prática, dia a dia” (p. 171). Ou seja, traduzir a experiência russa de acordo com os aspectos e demandas históricas de cada país. Para isto, destaca na obra de Gramsci, seu interesse pelos escritos de Maquiavel diante da tarefa de construção de um Estado moderno, traduzido por um Moderno Príncipe, associado à figura do “partido-intelectual coletivo” cuja participação das grandes massas tornava-se indispensável para o desenvolvimento de uma vontade nacional popular.

“A concepção revolucionária da política de Gramsci” é desenvolvida por Giovanni Semeraro através da análise específica do *Caderno 13 – Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Semeraro sinaliza a importância deste caderno como “culminância do mais importante grupo dos Cadernos Especiais 10, 11, 12 e 13, o coração da obra carcerária” (p. 180). O texto aprofunda a investigação sobre a relação entre filosofia-educação-política e sua tradutibilidade, apresentando a originalidade do pensamento de Gramsci, não apenas na sua interpretação de *O Príncipe*, mas na “permanente formação e atuação da vontade coletiva nacional- popular” (p. 193). Ou melhor, um projeto pedagógico contínuo, que visa garantir às massas populares participação ativa e consciente, além de autodireção.

Lincoln Secco, em *Questões Táticas*, identifica no pensamento de Gramsci suas críticas sobre o combate ao fascismo, sobre o *arditismo* antifascista, que desconsidera as expressivas “trincheiras” da sociedade civil. Desenvolve o conceito de revolução passiva correlacionando-o à crise militar visando elaborar uma tática moderna como premissa para a revolução no Ocidente, posto que a “capacidade de manobrar no terreno continua sendo indispensável ao êxito estratégico” (p. 204).

Leandro Galastri retrata de forma parcial, os primeiros resultados de sua pesquisa em andamento sobre a “violência política no pensamento de Gramsci”, a partir da análise dos escritos pré-carcerários e carcerários do autor sardo. O texto propõe uma reflexão sobre a possibilidade de considerar

as relações políticas de força, como fase do protagonismo da violência política assumida como estratégia anti-institucional de luta para as massas populares na conquista de uma nova hegemonia. Para isto, se debruça sobre categorias gramscianas como hegemonia, guerra de posição e guerra de movimento, além da questão do *arditismo*.

A análise sobre as necessárias distinções entre Revolução Russa e revolução passiva nas reflexões de Gramsci é abordada no texto de Ana Lole e Victor Leandro Chaves Gomes, a partir da centralidade da política em seu pensamento e de “sua inegável vocação transformadora” (p. 229). Os autores desenvolvem o argumento, partindo da investigação de dois momentos diferentes na vida do filósofo sardo – a Revolução Russa para o jovem Gramsci e o evento russo visto do cárcere – buscam no passado, elementos teóricos formadores de novas práticas de luta pela democracia e socialismo.

O último texto do livro é de Giuseppe Vacca, que apresenta um estudo acerca dos escritos carcerários gramscianos sobre a União Soviética stalinista. Ao se debruçar sobre os *Cadernos do cárcere*, Vacca destaca – o que é considerado por ele como as principais categorias analíticas do pensamento político gramsciano – a correlação entre “guerra de posição” e “revolução passiva” a partir das notas sobre “Americanismo e Fordismo” e o momento histórico vivido pela União Soviética.

A atualidade desta coletânea está, precisamente, na riqueza de detalhes e na profundidade com que os autores se debruçam sobre o pensamento de Gramsci. O livro cumpre sua tarefa de apresentar um conjunto de textos que revelam a complexa interpretação das categorias analíticas gramsciana, bem como a sua tradutibilidade para os dias atuais. Para além do resgate histórico da experiência russa, a sequência dos textos escolhidos, evidencia preocupação por parte dos organizadores, em garantir uma leitura fiel ao pensamento do autor sardo, apresentando contribuições que se interligam através do nexos filosofia-educação-política presentes na relação dialética de unidade/distinção entre teoria e prática.

Gramsci e a Revolução Russa é uma obra enriquecedora, que nos instiga a aprofundar as reflexões sobre novas possibilidades na luta pela construção de uma hegemonia popular na atualidade.

DOI: 10.12957/rep.2018.36707



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Para entender a Dominação Burguesa e a Democracia Blindada no Brasil

DEMIER, F. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 112p.

Áurea Cristina Santos Dias*

A análise dos processos históricos recentes no Brasil, apresentada na obra, é caracterizada pelo rigor teórico metodológico sustentado pela obra marxiana e pela contribuição de autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista. A constatação de que a ascensão de Temer é fruto de um golpe – de governo – é fundamentada em pesquisas e estudos, desenvolvidos desde 2012 pelo autor, que investigam os tipos de dominação e os regimes políticos construídos nas sociedades capitalistas contemporâneas. A problematização sobre Estado, Regime e Governo é um primeiro exercício que situa o leitor numa análise que considera a realidade em suas contradições, reconhecendo elementos de unidades e de distinções e o introduz ao debate sobre dominação e democracia, tendo como fio condutor a luta de classes.

Deste modo, o Governo Temer e os interesses burgueses – internos e externos –, que o alçaram e o sustentam, são compreendidos como o “ápice” de processos tensos e contraditórios de construção de hegemonia que reformataram as democracias liberais na Europa e nos EUA numa perspectiva contrarreformista. Tais processos se desenvolveram mundialmente com diferentes processualidades. No Brasil, constituíram, a partir dos anos de 1980, um novo regime democrático liberal cada vez mais impermeável à participação popular, uma *democracia blindada*.

*Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Professora Assistente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. *Correspondência*: UFF Campus do Gragoatá: Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, bloco E – São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email*: <aureadias@id.uff.br>.

As origens desse novo tipo de regime remontam a análises da “ditadura bonapartista brasileira”¹, responsável pela direção do processo político que promoveu alterações na relação coerção e consenso a partir dos anos 70. O desenvolvimento dos preceitos neoliberais nas economias centrais e periféricas consolidou um novo padrão de intervenção na questão social pautado em medidas compensatórias e residuais; em formas de contenção social, ideológica e repressivas sobre os movimentos sociais, reduzindo e controlando os canais políticos de participação. Demier atribui, ao *transformismo* do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), papel determinante na consolidação da blindagem do regime democrático-liberal brasileiro às pressões populares.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram, portanto, reações, ainda que politicamente desorganizadas, à *democracia blindada*, que tomaram as ruas explicitando descontentamentos com as consequências da contrarreforma neoliberal (no tocante ao transporte público, saúde, educação) e com os canais institucionais de participação política. As manifestações desnudaram, ainda, a “força selvagem” da burguesa brasileira que, historicamente, acomoda as divergências intraclasse e reage com opressão e repressão para impedir que as massas conquistem espaço político dentro da ordem. Sendo a contrarrevolução uma estratégia permanente e prolongada, a tática adotada para manter a blindagem se valeu da atuação midiática como aparelhos privados de hegemonia burguesia, desvirtuando e redirecionando as bandeiras de luta, fabricando um consenso antipartidário e o uso de um brutal e extenso aparato repressivo estatal.

Demier enfrenta questões políticas atuais com coragem, poesia e necessárias análises, contribuindo organicamente para a organização das ideias e das práticas de resistência. Argumenta que ao executar com eficiência a cogestão do capitalismo brasileiro, mantendo os pilares neoliberais, medidas fiscais e monetárias, o PT foi ainda “exitoso” ao promover uma *concertação social* em substituição ao pacto social, baseada no apassivamento dos movimentos sociais, em políticas compensatórias e numa *cidadania de consumo popular*. A derrubada do Governo Dilma significou o êxito dos setores mais reacionários da sociedade brasileira e das frações burguesas que poderiam, agora, assumir a gestão político-econômica sem a serventia do PT, nas palavras do próprio Demier (2017, p. 95):

O golpe no governo não foi um golpe no regime vigente, na medida em que a eliminação do primeiro não levou à – ou não se deu por meio da – eliminação do segundo. A democracia blindada brasileira – cada vez mais imune às pressões populares – se mostrou capaz de, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças políticas incômodas quando necessário para o capital sem ter que alterar a si mesma,

¹ Tese defendida pelo autor na obra DEMIER, F. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964) – um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

isto é, sem ter que se autoeliminar, como antes era o padrão clássico dos golpes de Estado.

Demier é um jovem intelectual cuja trajetória acadêmica e militante já se destaca com relevantes publicações. Sua análise tem influência na abordagem de Gramsci, seu estudo sob dominação e a natureza classista do Estado tem, na noção de hegemonia e na construção histórica da relação coerção e consenso, elementos-chave para emergência na realidade recente no Brasil.

A inspiração em Florestan Fernandes é perceptível não só no trabalho científico “engajado” como também na referência à contrarrevolução preventiva e prolongada, que alinhava a interpretação de aspectos estruturantes e dinâmicos da realidade periférica e dependente, que caracterizam internamente e externamente o país e determinam formas particulares de dominação de classe.

Sendo a vida água corrente, as próprias contradições colocadas pelo *regime democrático blindado*, a lógica da igualdade e representatividade – formalizadas na democracia liberal – e a sanha destruidora de direitos, que como bem lembra o autor nunca os vivenciamos plenamente, podem abrir novas configurações de luta.

Ao fim e ao cabo da leitura, uma indagação pode provocar alguns leitores: seria a *democracia blindada* um novo tipo de regime de dominação ou a permanência do pacto de dominação burguesa consolidado no Brasil? Sobre tal questionamento, alguns elementos nos parecem relevantes, não tanto na pretensão de respondê-lo, mas de adensar reflexões.

A obra apresentada por Demier está sintonizada à complexidade do tempo presente, considerando aspectos como a queda do socialismo real, a restauração do capital, o neoliberalismo e as transformações no trabalho como determinantes para a luta de classes e para configuração da dominação de classe contemporânea. Nesse sentido, se a dominação burguesa via Estado é um elemento estruturante da sociedade capitalista, o protagonismo das frações rentistas e financeiras dinamizam a realidade, logo, a disseminação da *blindagem* pode representar uma manifestação atual na história. A atual crise política brasileira expressa uma reorganização da hegemonia que dispensa cada vez mais as concessões do jogo democrático, embora mantenha e se utilize de todo seu aparato.

Decifrar a atual conjuntura é um desafio necessário, o mergulho intelectual de Demier e suas avaliações certamente serão úteis para a crítica, autocrítica e proposições da luta resistente e revolucionária.

Referências

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GRAMSCI, A. Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia. In: _____. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 83-225.

_____. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. *Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 11-109.

MATTOS, M. B. (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2018.36708



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



EM PAUTA:
ISSN:

TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA
2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

NORMAS EDITORIAIS

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:
– somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.

- o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;
- deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;
- o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

- quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.
- quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam pre-conceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- as citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.

– Nome do autor:

a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”.

b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).

– Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado – paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos – Revistas

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social**

EDITORIAL STANDARDS

1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;

2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);

3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;

4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaem_pauta, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing.

– Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.

– The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

– When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.

– When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

1) Declaration of Responsibility (signed);

2) Transfer of Copyrights (signed);

3) Registration form completed (signed);

4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replicas and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: "the civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: "civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUI, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals – Magazines

FALEIROS, V. P. Reconceitualização do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions “available at:” and “accessed at:”. Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Tem-poralis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013

PABLO POLESE
 THEÓFILO CODEÇO MACHADO RODRIGUES
 MARIA CLAVETTA
 GRACIA DRUCK
 RAQUEL VARELA
 ROBERTO DELLA SANTA BARROS
 MARIA AUGUSTA TAVARES
 JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA
 CRISTINA SIMÕES BEZERRA
 LUCIENE FERREIRA MENDES DE CARVALHO
 RAQUEL RAICHELIS DEGENSZAJN
 SILMAI LAZARO NEVES DUTRA
 LEONARDO MOREIRA DOS SANTOS
 ROBERT SAYRE
 MICHAEL LOWY
 MARCO AURÉLIO SANTANA
 IGOR PERES
 DAYANA VALÉRIA COIMBRA DE MACÊDO
 ARICARLA BATISTA DE OLIVEIRA
 JOANA VALENTE SANTANA
 LUISIANA BOLLÁ
 ANA PAULA PRODÓPIO DA SILVA
 JEFFERSON LEE DE SOUZA RUIZ
 BARBARA WHITE
 ÁUREA CRISTINA SANTOS DIAS



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
 Faculdade de Serviço Social da UERJ
 Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
 Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
 URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
 Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
 Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2018 – n. 41, v. 16
 ISSN 2238-3786 (Versão online)